

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**METAMORFOSES NA CIDADE: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA
PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FOZ DO IGUAÇU**

DANILO GEORGE RIBEIRO

TOLEDO-PR
2015

DANILO GEORGE RIBEIRO

**METAMORFOSES NA CIDADE: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA
PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin e Coorientação da Prof. Dr. Andreia Moassab.

TOLEDO
2015

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

R484m Ribeiro, Danilo George
Metamorfoses na cidade : tensões e contradições na produção e
apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu / Danilo George
Ribeiro.-- Toledo, PR : [s. n.], 2015.
256 f. : il. (color.), figs.

Orientador: Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin
Coorientadora: Profa. Dra. Andreia Moassab
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Ciências
Sociais e Humanas.

1. Ciências sociais - Dissertação 2. Crescimento urbano - Foz do
Iguaçu (PR) 3. Urbanização - Foz do Iguaçu (PR) 4. Planejamento
urbano - Foz do Iguaçu (PR) 5. Favelas - Foz do Iguaçu (PR) 6.
Cidades e vilas 7. Sociologia urbana I. Cardin, Eric Gustavo, orient.
II. Moassab, Andreia, coorient. III. T

CDD 20. ed. 307.76098162

DANILO GEORGE RIBEIRO

**METAMORFOSES NA CIDADE: TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA
PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada como requisito
parcial ao Título de Mestre em Ciências
Sociais, da Universidade Estadual do Oeste
do Paraná.

Toledo, 30 de setembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. Eric Gustavo Cardin – UNIOESTE

Profa. Dra. Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli – UNILA

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil – UNIOESTE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais amados por todo o suporte ao longo da vida e pela paciência perene com o filho rebelde. A Sofia pelo companheirismo e incentivo cotidiano. Ao meu orientador Eric Cardin, a quem devo muitos conhecimentos, que vão além da Universidade. A arquiteta Andreia Moassab pela abertura do referencial teórico acerca da cidade e pela contribuição no olhar de “fora” da fronteira.

Aos companheiros e companheiras do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHMP), onde me inseri na luta comum em defesa de princípios universais e obtive nessa prática algumas reflexões que nortearam essa pesquisa.

Sou também grato ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE, por possibilitarem o surgimento de ricas discussões, que de alguma maneira estão referenciadas nesse texto. Aos colegas do programa pela construção coletiva desse processo, no qual agradeço especialmente a Elizangela Lazaretti amiga fiel que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis.

A todos trabalhadores e moradores de Foz do Iguaçu, pelas entrevistas concedidas, pelo compartilhamento de ricas experiências, conhecimentos, e por terem me ajudado a realizar outras entrevistas por meio de suas indicações. Aos funcionários públicos e municipais pela colaboração na solicitação de dados, informações, documentos sendo parte essencial no desenvolvimento dessa pesquisa. Sou também grato aos que leram parcialmente esse trabalho e que me deram contribuições valiosas: Nilson Araújo, Pâmela Passos, Tatiana Lima, Geraldo Magela, Fanny, Lesliê Molico.

Não poderia faltar uma menção especial aos lutadores que se lançam na árdua tarefa de construir ao lado e com os trabalhadores uma outra sociedade. Mano Zeu, Cecilia Angeli, Nicolas Pereyra, Lauri Cunã, Rafa Portillo, Mauri Gauer, Cristina Blanco, Luana Schumman, Tatiana Guimarães, Silvana Souza, Marina Gouvêa, Fernando Prado, Luciano Severo e tantos outros companheiros e companheiras.

Tenho, entretanto, uma imensurável gratidão ao Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (NEP), que teimosamente resiste de maneira anticapitalista e tem me fornecido ferramentas importantes para análise e luta na teoria e na prática cotidiana. Por fim, agradeço a CAPES pelo incentivo a pesquisa.

SOUL DA CIDADE (MANO ZEU)

Se a cidade fosse minha, fosse sua, fosse nossa. A cidade era outra, não estaria assim na fossa. Se a cidade, fosse prédio e fosse roça, fosse unida a de tijolo, a de madeira, a de palhoça.

Se a cidade fosse boa, para todos que vivem nela. Compartilhar em comunhão, a vida seria bela. Na cidade, da luxúria e das mazelas. Contraste em toda parte, condomínios e favelas. (...)

Cidade de fronteira, dezenas de etnias, com seus muros, cercas elétricas e suas periferias. Sua luta de classes, seu povo a padecer. A cidade não é só o que aparece na TV.

A cidade não é brincadeira, nos seus braços, nas suas trincheiras, tem arame farpado, tem campo minado, pelas ruas da nossa fronteira. A cidade não é de brinquedo, e nas linhas do nosso enredo, tem um povo que luta, que vive na labuta, acordando de manhã bem cedo.

A cidade é diversa, o poeta aqui versa numa roda de conversa, improvisado e *tererê*. Uma fogueira, um *narguilê*, na madrugada o procedê, a pésão, no meu rolê, observo o sol nascer.

Na cidade, das matas e cascatas Terra das Cataratas, da mamata e magnata, cidade do turismo, do cinismo, do abismo, do apresentador ridículo, rei do sensacionalismo.

Cidade excludente, segregacionista ataca o seu povo com a repressão da polícia (...) A cidade semeada no seio da enseada Ilustrada, grafitada, cantada e musicada Cidade reconstruída, cidade reformulada A cidade, sem o povo não é nada.

A cidade não é, a cidade está sendo. A cidade vai mudar, a cidade está crescendo. A cidade vai ser, a comuna do povo. Que marcha a passos firmes e anuncia um mundo novo.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é investigar as lutas sociais no processo de produção do espaço urbano em Foz do Iguaçu-PR. A problematização que orientou esta pesquisa ficou concentrada no processo de transformação urbana na cidade, consolidada como um dos principais destinos turísticos do país. Partimos da perspectiva de que o *espaço urbano é um produto socialmente produzido*. A partir dessa concepção do espaço social, foi possível inserir esse estudo na lógica do *materialismo histórico* e sua relação com as *classes sociais*. Neste sentido, a pesquisa caminhou na direção de explorar as contradições que permearam o processo de apropriação do espaço urbano no desenvolvimento do turismo e o conflito com comunidades inseridas em regiões consideradas de interesse econômico e turístico pela municipalidade. Assim, buscamos identificar os múltiplos sujeitos históricos envolvidos nesse processo por meio da problematização de fontes históricas, escritas e orais. Este procedimento permitiu revelar aspectos da construção material e simbólica da cidade, abrindo possibilidades para compreender a relação das classes sociais com a produção e apropriação do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Foz do Iguaçu, espaço urbano, turismo e luta de classes.

ABSTRACT

This research work aims to investigate the social struggles in the process of urban space production in Foz do Iguaçu – PR. The problematization that guided this work is concentrated on the process of urban transformation in the city, acknowledged as one of the main tourist destinations of Brazil. The grounding perspective is that *urban space is a socially produced construct*, whose concept enabled this study to be comprised within the realms of *historical materialism* and its relationship with *social classes*. In this respect, this research channeled efforts to explore the contradictions that suffused the process of appropriation of the urban space due to the development of tourism, as well as the conflict with local communities established in regions claimed to have economical and tourist interests in municipality. Therefore, we sought to identify the multiple historical subjects involved in this process by means of analyzing historical, written and oral sources. This procedure made room for revealing aspects of the

material and symbolic construction of the city, paving the way for understanding the relationship between the social classes with the production and appropriation of the urban space.

KEYWORDS: Foz do Iguaçu, urban espace, tourism, class struggle

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

MAPA1. Concentração de infraestrutura nos principais corredores turísticos.....	117
MAPA 2. Zoneamento urbano, cinturões Turísticos.	124
MAPA 3. Zoneamento urbano de Foz do Iguaçu.	165
MAPA 4. O encontro dos cinturões turísticos com as favelas no município de Foz do Iguaçu.	190
MAPA 5. Novo cinturão periférico formado a partir dos programas de Habitações populares.	233

TABELAS

TABELA 1. Abertura de alvarás, meios de hospedagens e agências de turismo....	93
TABELA 2. Meios de hospedagens geral de (1959-2005).	97
TABELA 3. As Maiores Favelas Do Mundo.	139
TABELA 4. Áreas de Invasão nas 11 regiões urbanas do Município.	156

IMAGEM

FOTO 1. Moradores do Monsenhor Guilherme reivindicando a construção de moradias populares na frente da prefeitura municipal.....	197
FOTO 2. Paredão da Morte.	210
FOTO 3. Vista área das primeiras casas do Cidade Nova I.	221
FOTO 4. Primeira concentração de casas do Cidade Nova I.	222
FOTO 5. Primeira linha de Ônibus do Cidade Nova.	222
FOTO 6. Vista área Cidade Nova I e II.	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIFI- Associação comercial e industrial de Foz do Iguaçu

AR-Argentina

IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e estatística

CDHFOZ- Centro de direitos humanos e memória popular de Foz do Iguaçu

CPT-Comissão da Pastoral da Terra

CODEFI-Conselho de desenvolvimento de Foz do Iguaçu

CODEFOZ- Conselho de desenvolvimento econômico e social de Foz do Iguaçu

COMTUR- Conselho Municipal de Turismo

IC&VB- Iguassu Conventions Iguassu Boreau

IPARDES- Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social

IPEA- Instituto de pesquisa econômica aplicada

IPTU- Imposto predial e territorial urbano

INSPEPAR- Instituto Paranaense de pesquisa e desenvolvimento do mercado imobiliário condominial

LCTT- Lei de criação dos corredores turísticos

PAC- Programa de aceleração do crescimento

PDDI-FI- Plano de desenvolvimento integrado de Foz do Iguaçu

PDM-Plano diretor municipal

PDS- Partido democrático social

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PMDB- Partido do Movimento democrático brasileiro

PMFI- Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

PND-Plano nacional de Desenvolvimento

PNAD- Pesquisa nacional por amostra de domicílios

PRODEPAR- Programa especial de expansão econômica do Oeste do Paraná

PT- Partido dos Trabalhadores

PY-Paraguai

ROP- Relatório de atividades do orçamento Participativo

SMTD- Secretária municipal de Turismo e desenvolvimento

SMPU- Secretária municipal de Planejamento Urbano

ZT- Zonas Turísticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1. Cidade, história e memória: tensão e contradição na formação urbana em Foz do Iguaçu	20
1.1 Foz do Iguaçu: a Cidade-Empresa de Itaipu	21
1.2 Foz do Iguaçu: a partir da experiência dos moradores das ocupações urbana	33
1.3 A construção da memória como guisa de percepção da luta de classe em Foz do Iguaçu.	43
1.4 Controvérsias do passado e seus ecos no presente: as relações sociais após a construção e instalação da usina de Itaipu.....	49
1.5 Anos 80 a década perdida: Nosso tempo, redemocratização e disputa de hegemonia em Foz do Iguaçu.....	63
CAPÍTULO 2. Produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu.	81
2.1 A fronteira como Unidade de contrários: A complexa relação da cidade oficial com a cidade ilegal.	83
2.2 Sobre o desenvolvimento do planejamento turístico e o Desenvolvimento do discurso do planejamento turístico.....	97
2.3 O processo de turistificação do espaço urbano.	114
CAPITULO 3. Reestruturação urbana e luta de classes.	131
3.1 O processo de favelização em diferentes escalas.	132
3.2 O processo de favelização no Brasil.	142
3.3 O processo de Favelização em Foz do Iguaçu uma cidade de Fronteira.	149

3.4 Segregação urbana: A concentração de favelas e trabalhadores pauperizados nos três principais cinturões periféricos.....	163
CAPITULO 4. Cidade nova e a efetivação de grandes projetos urbanos.	179
4.1 Cidade nova: o novo já nasce velho.	195
4.2 Cidade nova: bicho de sete cabeças.	213
4.3 Segregação urbana: a proliferação de novos conjuntos de casas populares no espaço urbano de Foz do Iguaçu.....	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	237
REFERÊNCIAS.....	247

INTRODUÇÃO

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”¹.

Ítalo Calvino- Cidades Invisíveis

Essa pesquisa é uma obra ainda inacabada, mas derivada de uma jornada de investigação que já dura oito anos, iniciada ainda durante a graduação em 2006. Na ocasião, comecei a ter uma formação mais diretamente relacionada à pesquisa acadêmica por meio do programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE (Campus de Marechal Cândido Rondon), instituição onde me graduei em História e iniciei as primeiras pesquisas sobre as favelas e periferias na Cidade de Foz do Iguaçu.

Ação que foi efetivada a partir da combinação de leituras e teorias acadêmicas com as práticas e lutas ao lado de alguns moradores dessas localidades, movimento que culminou em uma pequena síntese desse processo na produção do Trabalho de Conclusão do Curso - “As muitas faces de uma cidade a partir do Movimento Hip-Hop”. Pesquisa que foi escrita com a ajuda de muitas mãos, onde se destaca a importância da música forte e contundente do poeta “Mano Zeu” e o olhar crítico do historiador Emilio Gonzalez.

No ano de 2009, em conjunto com Mano Zeu, iniciamos a produção do documentário intitulado as “Muitas faces de uma cidade”, no momento buscávamos evidenciar uma cidade subterrânea que era, é, e tende a ser ocultada, pelas concepções hegemônicas locais - o turismo e sua associação com o desenvolvimento econômico. Esse trabalho impulsionou uma visão de mundo que culminou no afastamento da universidade e em uma maior proximidade dos movimentos sociais. O resultado disso foi a saída da cidade de Foz do Iguaçu em 2009.

1

(Calvino, 2003, p. 46).

Retornei ao município no ano de 2010, período em que foi lançado o documentário. Daquele vídeo malfeito e mal editado, formou-se um projeto coletivo ou “bloco” local, entorno das **guerras de posições** do município. Tal perspectiva resultou na criação do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDH-FOZ), mas, entre avanços e recuos, o movimento sofreu uma grande inflexão no ano de 2012, assim como se dissolvia todo o **programa democrático e popular** na conjuntura nacional.

Na ampla agenda de lutas por Direitos Humanos na cidade, ficava evidente de que me faltavam ferramentas teóricas para interpretar e compreender a realidade, assim como para articulá-la aos movimentos internos e externos. Devido à falta de unidade e coerência na prática, decidi refazer as “pazes” com a academia, retornando após um afastamento de cinco anos. Busquei um perfil de orientador que partilhasse das mesmas inquietudes e construí nesses últimos anos, ao lado do sociólogo e orientador Eric Cardin essa pesquisa, que resulta de uma série de processos contraditórios, vividos e partilhados na cidade de Foz do Iguaçu, onde a **realidade concreta é nossa matéria prima**.

No início do ano de 2013, retornei aos estudos no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIOESTE, campus de Toledo. As escolhas realizadas até então não foram desassociadas, sobre hipótese nenhuma, da **praxe** militante. Buscou-se na elaboração da análise do processo real, o encontro ou simetria entre vida e teoria. Nessa posição, descartamos qualquer concepção que separe teoria e prática militante, como sintetizou o revolucionário italiano Antônio Gramsci - **viver significa tomar partido**:

Não podem existir apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida (Gramsci, 1976, p.121).

Em termos gerais, viver na cidade é participar e se posicionar. Nossa tomada de posição é franca e aberta, e o leitor deve considerar que não está diante de uma pesquisa que se pressupõe neutra. De alguma forma os caminhos e descaminhos dessa pequena trajetória enquanto morador dessa cidade estão associados ao desenvolvimento dessa pesquisa. Partirmos do processo histórico real, no qual homens e mulheres

produzem sua existência, e ao realizá-la, reproduzem e modificam de forma simultânea o social, político, econômico, cultural e ideológico no mundo em que se encontram e no qual vivem. Mas, que segundo a concepção marxiana do processo histórico real:

Os homens fazem sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles (ou nós) em que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita (Marx 2011, p.24).

Os homens e as mulheres não guiam a história como desejariam, ou como desejaríamos, nem mesmo os mais poderosos podem guiar ou decidir de forma absoluta os seus rumos. Os atos e as formas mais cotidianas e banais de nossa vivência e experiência na cidade estão concomitantemente em associação e contradição com o mundo que nos rodeia. Buscamos compreender nessa perspectiva **materialista histórica e dialética como/quando e em que circunstâncias** - se desenvolveu a produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu, construção que é material e simbólica.

A perspectiva hegemônica do espaço social pode ser sintetizada no título oficial do município “terra das cataratas”, refletindo na construção de um **simulacro** de uma cidade que possui nessa perspectiva uma única função o turismo, que é definido pelo discurso ideológico local, como a principal atividade econômica do município. Em um processo cheio de disputas, tensões e contradições, **frações das classes dominantes locais promoveram a produção de um espaço urbano, que transformou paisagens, territórios, estruturas, em atrativos turísticos, ou, como definimos no trabalho, houve um processo de turistificação do espaço urbano.**

Contudo, o entendimento da construção social do espaço exige a observação das relações dialéticas estabelecidas entre os diferentes níveis do agir político. A definição do uso social do território tende a ser induzida por políticas públicas federais, estaduais e municipais, mas em todos os casos se observa movimentos de negociação e conflito em relação aos interesses dos grupos sociais, sejam estes pertencentes às frações das classes dominantes ou trabalhadora. Nesse sentido, visamos compreender o desenvolvimento da cidade vocacionada ao turismo e sua sinergia com **a produção do espaço urbano** do município de Foz do Iguaçu. Tal conceito foi incorporado a partir da definição de Villaça (2012):

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a produção material e direta, seu valor e preço (mercado imobiliário). Comanda também as ações do estado sobre esse espaço, legislação urbanística, localização dos aparelhos do estado, produção do sistema de transportes etc. E ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele. Tudo isso, na verdade é o que especifica o espaço urbano (VILLAÇA 2012 p.66).

O entendimento da lógica da produção do espaço urbano nos obriga a considerar as ações do poder público, as legislações urbanísticas, os planos diretores e do “desenvolvimento”, as leis de zoneamento urbano e a relação da concentração de camadas de alta renda e dos atrativos turísticos com as infraestruturas e equipamentos sociais em determinadas regiões. Todo esse conjunto de ações e sua relação são focados nesse momento com o desenvolvimento do setor turístico, produzidos por agentes sociais concretos e não por um mercado invisível, a construção da cidade turística não se deu por processos espontâneos que atuaram sobre uma cidade abstrata.

Tal síntese, é fruto da ação e atuação de múltiplos sujeitos históricos, processo complexo, que revela avanços e recuos nas formas que visam conservar a estrutura local (reproduzir) ou alterar (modificar) essa estrutura. Contudo, as dinâmicas de produção e reprodução de capital não é um estado cristalizado ou uma forma estática, é parte de um elemento vivo, uma relação social mutável, que ocupa espaços, pressiona suas contenções e atinge a todos e a tudo. Por isso, tal processo não se desenvolve de forma linear, é parte das disputas e conflitos de classes e **interclasses** que envolvem necessidades objetivas e subjetivas na disputa do poder e de acumulação de capital.

O espaço de uma cidade capitalista constitui-se do conjunto de diferentes usos da terra justapostos. Tais usos definem as diferentes áreas ou setores que compõem o município, comercial, serviços, financeiro, etc. As áreas residenciais tendem a ser distintas em forma e conteúdo social, explicitando a desigualdade dos equipamentos sociais e a concentração de investimentos em determinados espaços. Há também áreas de reserva destinadas à especulação imobiliária guardada para futura expansão urbana e áreas industriais, geralmente afastadas e poluentes, onde reside parte da população que vende sua força de trabalho para as indústrias. No caso de Foz do Iguaçu, destacam-se as áreas de interesse turístico.

Este complexo conjunto de usos da terra, que definem as “áreas” e atualmente o **zoneamento urbano**, são na realidade a organização espacial da cidade. O espaço urbano que, segundo Lefebvre (2001), deve ser visto “de forma simultânea”, com espaços fragmentados e espaços articulados. As relações espaciais são relações sociais e se manifestam através dos fluxos de pessoas, veículos e mercadorias associados aos locais de trabalho, de compras, lazer e moradia. Essa relação tem como matriz a sociedade de classes e seus processos. Segundo Corrêa (1989):

O espaço da cidade é também um condicionante da sociedade. O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem desempenham na reprodução das condições de produção das relações sociais (Corrêa, 1989, p.8).

A cidade é o lugar onde diversos grupos sociais vivem e se reproduzem. Isto também envolve o cotidiano com suas crenças, valores e visões de mundo, uma dimensão simbólica, num contexto de desigual apropriação dos recursos no espaço urbano, por isso, **a cidade é condicionalmente objeto de disputas e de conflitos sociais**.

Diante dessa problematização, a pesquisa buscou focalizar o processo de produção do espaço urbano, entre o início dos anos de 1970 até a primeira década dos anos 2000. Considera-se num primeiro momento o peso e o fardo histórico do município ter vivido, uma abrupta **urbanização-desurbanizante**², associada à construção e à instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Processo conflitivo que alterou de forma substancial os padrões de produção e circulação de capital no município, produzindo uma nova espacialização, momento em que múltiplos interesses se chocam na tentativa de direção política desse processo histórico.

No primeiro capítulo, com o intuito de captar concomitantemente a produção do espaço urbano voltado à centralização de recursos gerados e incorporados pela Usina de Itaipu, observo a formação de uma **cidade empresa** e sua alteração na correlação de forças local. Utilizo como metodologia, um amplo diálogo com a produção historiográfica local, buscando identificar os múltiplos sujeitos históricos envolvidos

² Processo forjado em grande escala de expropriações de trabalhadores do campo e da cidade, combinado ao abrupto crescimento populacional do município.

nesse processo. Tal formulação partiu do diálogo com historiadores, que partem do eixo paradigmático comum história e memória, que pode ser associado à perceptiva de **tempo dos historiadores**. Segundo de Braudel, “a preocupação do historiador é o entrecruzamento dos ciclos, dos fluxos da vida material, sua relação e as formas de ruptura” (BRAUDEL, (1992, p. 73).

Faço um pequeno balanço crítico das contribuições e limites dessas análises, que ajudam a identificar momentos conflitivos na formação urbana do município e na alteração das relações sociais na cidade de Foz do Iguaçu. Partimos do pressuposto de que **o conhecimento é histórico e só ganha sentido na medida em que se traduz para um contexto concreto**, assim como esse contexto só é compreendido na luz do conhecimento produzido anteriormente.

A partir desse diálogo buscamos definir a cidade de Foz do Iguaçu nos marcos da investigação histórica, combinado com as narrativas dos moradores e as posições explícitas vinculadas a dois veículos de comunicação local, que se posicionam de forma franca e aberta referente a esse processo, a revista Painel e o Semanário Nosso Tempo. Consideramos que essas posições são referentes à ação política de dois blocos históricos. A partir das controvérsias dessa literatura, tentamos identificar como nesse cenário contraditório e conflitivo foi dado o salto do mito da cidade vocacionada ao turismo – **como, e, em quais proporções, foi efetivado o desenvolvimento dessa atividade, assim como o grau e a força dessa concepção hegemônica em diferentes ciclos históricos**.

No segundo capítulo, leva-se em consideração o processo conflitivo entre um projeto de cidade desenvolvido por frações da classe dominante local que visa a expansão e a valorização das áreas urbanas de interesse econômico e turístico, na tentativa de consolidar um modelo de cidade “desejada” pelas associações empresariais e comerciais do município. Com a *coexistência* de um grande fluxo de capital, pessoas e mercadorias a partir do comércio de produtos importados da fronteira, elemento que garante a permanência e o constante fluxo de uma classe trabalhadora é visualizado uma série de práticas sociais que visam normatizar os modos de vida dessa população de fronteira, em um processo conflitivo que perpassa pela lógica de reestruturação urbana e social da região.

Dessa forma, articulamos o terceiro capítulo na análise dessa **reestruturação urbana na perspectiva da luta de classes subentendida como a ação de diferentes grupos atuantes nessa intrincada conjuntura e na forma com que agem no campo**

concreto da história, refletindo na consciência que representam em cada momento, cujo resultado é indeterminado. Sua relação com o espaço urbano pode ser sintetizada na perspectiva de Harvey, onde “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes, a luta pelo domínio dos recursos e condições de deslocamento espaciais consiste na força determinante da estruturação do espaço” (HARVEY, 1993, p. 68). A luta pela localização entre as classes sociais é uma luta em torno de condições de consumo, tempo e deslocamento do trabalho, lazer, casa etc.

Assim, dividimos o terceiro capítulo em duas partes. Primeiramente, apresentamos uma análise em diferentes escalas do processo de “favelização”, visando articular **fatores exógenos da reestruturação do capital com aspectos sui generis das dinâmicas fronteiriças e seus ciclos econômicos.** O intuito foi articular simultaneamente o plano macro e micro, para pensarmos a formação de favelas e ocupação das regiões periféricas e a distribuição socioespacial dos trabalhadores nas onze regiões urbanas da cidade de Foz do Iguaçu.

Em um segundo momento, focamos nas lutas sociais no processo de reestruturação do espaço urbano, **considerando a relação conflituosa entre um modelo de cidade desenvolvido pelas elites locais simultaneamente com a proliferação de favelas em regiões consideradas de interesse econômico e turístico.** Neste momento, observa-se como moradores que ocupavam essas áreas foram “removidos” para outras regiões da cidade, experiência histórica que possui na criação do conjunto de moradias populares do “Cidade Nova” o salto qualitativo desse movimento no ano de 1997.

Por fim, investigamos no quarto capítulo como os trabalhadores e as frações da classe dominante manifestam e explicitam suas posições referentes a esse processo de desterritorialização e reterritorialização e analisamos o processo de “desfavelamento” no município e sua relação com a conjuntura atual, momento em que observamos, em vias de planejamento e execução, grandes projetos urbanos em áreas de favelas e bairros populares inseridas em regiões de grande interesse econômico e turístico. Neste contexto, investigamos a associação entre projetos de desenvolvimento local com a expansão **neodesenvolvimentista** para regiões com potencialidades econômicas sub-exploradas.

Como método das entrevistas realizadas, tentamos captar as formulações e concepções desse processo por diferentes grupos sociais, entrevistamos agentes do poder público e/ou da direção política local, assim como lideranças e moradores que

foram “deslocados” para o Cidade Nova de forma forçada ou voluntária. Nesse sentido, são importantes as contribuições no campo da história oral as reflexões de Alessandro Portelli acerca dos princípios éticos e da utilização da história oral enquanto fonte de pesquisa. Para ele:

A história oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos a atenção as variações e transgressões individuais concretas. Assim, a história oral tende a apresentar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos- a menos que as diferenças entre eles que sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. (Portelli 1997, p.17).

A História Oral subsidiou parte do contato com os moradores do Cidade Nova e funcionários do colégio Ipê Roxo, e se mostrou como uma importante ferramenta para interpretar e mapear questões acerca da vivência desses moradores, além de revelar as múltiplas formas de sentido, significado, símbolos, ajudando a romper com a ideia homogênea dessa localidade. Em síntese, **o quarto e último capítulo é a abertura do trabalho de campo nessa comunidade.** É a parte do texto que de forma objetiva se concentra no **tempo do sociólogo**. Segundo Braudel (1992):

Os sociólogos concentram seus estudos no presente, entendido sempre como o momento atual ou através da construção de estruturas atemporais de compreensão. (...) privilegia nessa perspectiva a dimensão particular de determinada realidade social em que se contempla. O tempo nessa análise é elástico – movimento: sem medida. (Braudel, 1992, pp. 72-73).

Contudo, justificamos que nessa pesquisa houve a tentativa de combinar o tempo do historiador com o do sociólogo, mas, sendo notório o predomínio do primeiro sobre o segundo. Nesse sentido, a história oral foi utilizada como fonte secundária nesse trabalho, articulada com a análise de documentos, jornais e revistas. Trata-se de uma opção nossa em tentar captar outros movimentos dialogando com outras fontes, uma vez que tivemos um acesso facilitado a documentos oficiais e de organizações populares por

conta do acervo “memorialístico” construído no Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu (CDHFOZ).

Um último esclarecimento, como forma de facilitar a leitura do texto realizei destaques que estão em negrito empregado como forma de evidenciar as categorias centrais e sínteses da pesquisa. Outra medida tomada foi à elaboração de epígrafes na quebra dos subtítulos dessa pesquisa, dessa maneira visou sintetizar a contradição ou objetivação, referente a cada parte do texto. Foram produzidos também mapas que ajudam a visualizar tanto a produção do espaço urbano, como sua apropriação e as tendências das áreas de expansão e da segregação de estruturas e das classes sociais, houve um esforço para que o texto ficasse mais “digerido”, proposta que não consegui implementar no primeiro capítulo, que possui uma carga mais densa de leitura.

CAPITULO I.

CIDADE, HISTÓRIA E MEMÓRIA: Tensões e contradições na formação urbana em Foz do Iguaçu.

História e memória têm sido um dos principais eixos paradigmáticos das pesquisas acadêmicas a respeito da cidade de Foz do Iguaçu-PR. Podemos citar nas últimas décadas pelo menos três pesquisas importantes formuladas nesse campo: Ribeiro (2002)³, Gonzalez (2005)⁴ e Souza (2009)⁵, que possuem em comum a opção pela História oral⁶ como metodologia, uma perspectiva de análise que visa dar visibilidade à história dos “de baixo”⁷, cujo foco está nas pessoas comuns, nos trabalhadores e nos seus modos de vida.

³ Ribeiro, Maria de Fátima. Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu, Cascavel-PR, EDUNIOESTE, 2002. originalmente apresentado como Dissertação de Mestrado em história na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 1999.

⁴ Gonzalez, Emilio. Memórias que narram a cidade: Experiências Sociais na constituição Urbana de Foz do Iguaçu. Dissertação de mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 2005.

⁵ Souza, Aparecida Darc de. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: Um estudo sob as memórias constitutivas da cidade. (1970-2008). Tese de Doutorado em História Econômica – Universidade Estadual de São Paulo, 2009.

⁶ Na nossa percepção a escolha repentina pela história oral nos trabalhos sobre Foz do Iguaçu é um reflexo da dificuldade de obter outras fontes que dizem respeito a classe subalterna na cidade.

⁷ Segundo Eric Hobsbawm (1998) A história social dos de baixos é um fenômeno de pesquisa acadêmica a partir da metade do século XX, iniciado a partir dos estudos dos movimentos populares de George Rudé. Desde então nota-se o crescente paradigma no estudo e investigação das pessoas comuns. Hobsbawm divide a história social dos de baixo em três acepções por vezes superpostas. A) história das classes subalternas e seus movimentos sociais. B) história acerca dos usos e costumes das pessoas comuns, com foco restrito ao cotidiano e c) estudos urbanos e demográficos combinando história social e história econômica. Hobsbawm reconhece a importância desses estudos, mas demonstra preocupação sobre a dificuldade de se produzir uma história na qual os objetos possam ser enquadrados em perspectivas totalizantes da sociedade, o autor também observa a dificuldade da produção histórica de movimentos populares. Em sua compreensão, a história dos de baixo tem como referencial a história oral, processo, que na opinião do autor, não suscita ainda de suficiente reflexão metodológica. (HOBBSAWM 1998, p.226-234).

Os autores confrontam as memórias subterrâneas⁸ da classe subalterna, com as memórias dominantes⁹ circunscritas em dois processos na cidade de Foz do Iguaçu, a partir da construção e instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu e do desenvolvimento do turismo. Os marcos temporais dessas pesquisas estão situados entre as décadas de 1970-1990.

Tais pesquisas apostaram na descontinuidade¹⁰ do processo histórico, construindo um caminho de ruptura com a história linear situada no progresso dos grupos dominantes e cristalizada como uma memória hegemônica sem contradições e conflitos. Essa historiografia construiu uma crítica significativa ao processo de conversão da memória dominante em mito.

O nosso diálogo, referente às pesquisas citadas, pretende visualizar processos históricos conflituosos na formação e transformação urbana da cidade de Foz do Iguaçu. Nos termos de Lefebvre (2001 p. 56), “a cidade é produzida de duas maneiras, como uma formação social (estrutural) e como uma construção mental (simbólico)”. Tal processo ocorre de forma simultânea e revela a necessidade da articulação do plano macro ao micro.

1.1 Foz do Iguaçu: a Cidade-Empresa de Itaipu.

“Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial”.¹¹

Michael Pollack-Memória, silêncio e esquecimento

⁸ “Memórias de classes subalternas que, embora envolvidas em estruturas de poder, agem sobre e contra ela”. (POLLACK, 1989 p. 5)

⁹ Memória dominante é a memória coletiva, produzida pelas classes ou frações de classe dominantes, homogeneizadoras e uniformizadoras das diferenças que são excluídas e silenciadas. (POLLAK, 1989, p.9). Tal memória é correlata a noção de ideologia fundamentada em amplo referencial marxista.

¹⁰ Processo entendido a partir da percepção de Lefebvre (2001 p.59) “As descontinuidades não se situam apenas entre as formações urbanas, mas também entre as relações sociais mais gerais, entre as relações imediatas dos indivíduos e grupos.”

¹¹ (POLLAK 1989, pp.4-5)

A primeira pesquisa com a qual dialogamos sobre a cidade de Foz do Iguaçu é da historiadora Maria de Fátima Ribeiro (2002). Em linhas gerais, ela observa as transformações na cidade de Foz do Iguaçu a partir da construção da Usina de Itaipu, sendo sua análise formulada, em grande medida, a partir da memória dos desapropriados, caracterizados como os “marginalizados” nos termos da autora, que são divididos em três grupos: 1) os agricultores que tiveram suas terras alagadas com a construção da barragem; 2) as mulheres da “zona” que foram removidas durante a construção das vilas para os trabalhadores da hidrelétrica e; 3) os barrageiros que tinham dificuldades para se inserir na comunidade local (RIBEIRO, 2002, p. 13).

A autora associa as vozes desses sujeitos sociais, a partir de suas histórias de vida, para produzir um **contra discurso** condizente à construção da Usina de Itaipu, vista por ela, como produto da modernidade e da alta tecnologia, visto como um sinônimo de progresso nos discursos oficiais. “O desenvolvimento para a cidade é um mero discurso dos tecnocratas da Itaipu, nas narrativas dos moradores antigos a obra está associada à violência” (RIBEIRO, 2002, p.56). Segundo informações institucionais do município, “Foz do Iguaçu teve 26,77% de sua área alagada pelo lago, sendo que 14,6% do seu território ao norte do município ficou isolado pela água” (SPMU, p.161). Desta forma, houve uma alteração significativa na formação espacial, social e territorial de toda região afetada pela hidrelétrica¹².

Ribeiro (2002) conclui que para os barrageiros¹³, agricultores e meretrizes, a construção da usina de Itaipu produz um sentido de desenraizamento. Os trabalhadores da usina vieram de outras regiões do país, perdiam seu vínculo com seu local de origem e viviam confinados no canteiro de obras da usina, isolados do restante da cidade. Agricultores foram desapropriados de suas terras alagadas pela formação do lago de Itaipu, removidos á força de suas antigas propriedades. A “zona” (prostíbulo) sofreu duas remoções num curto espaço de tempo realizado pela Itaipu, promovendo um

¹² Segundo informações institucionais da secretaria do Planejamento Municipal, para se ter a dimensão do impacto socioespacial com a formação do lago de Itaipu: “o lago inundou 1.000 km de estradas, o que equivalia a 23% da rede viária da época, interrompendo as vias de acesso entre municípios, criando barreiras para a comunicação e a troca de serviços. Com a inundação a região deixou de produzir 200 mil toneladas de produtos agrícolas, o que correspondia a 14% da produção nessa época, Desaparecimento do parque nacional de Sete Quedas e do complexo portuário de Guaira-PR.” (SPMU p.161).

¹³ Trabalhadores que constroem barragens em hidrelétricas e migram constantemente, movidos pela construção de hidrelétricas. Por esse ângulo é bastante questionável o caráter de “desenraizamento” visualizado por Ribeiro (2002).

isolamento espacial das meretrizes, o que configura para autora, em todos esses casos, um processo de “desterritorialização”, mas, que possuía uma diferença substancial:

A desterritorialização sofrida pelas moradoras das zonas dos meretrícios aconteceu diferentemente das desapropriações com os agricultores, pois estes contaram com o apoio e a solidariedade dos mais diversos setores sociais, as meretrizes não tiveram o apoio da sociedade. (Ribeiro, 2002, p.89).

A autora citada desconsidera a luta de classe quando afirma que os desapropriados contaram com o apoio e solidariedade dos mais diversos segmentos sociais, processo que foi bastante conflitivo. Ribeiro (2002) faz uma distinção do processo de desapropriação entre esses sujeitos sociais, caracterizando as meretrizes como um grupo “marginalizado” socialmente, por sofrer um preconceito da sociedade. O caso do deslocamento das antigas “zonas” do meretrício da cidade chama a atenção, pois, essas estavam localizadas na área urbana onde foi construída a Vila “A” de Itaipu, caracterizando um disciplinamento e ordenamento do espaço urbano, já que as “zonas” foram removidas para a região de Três Lagoas¹⁴ - bairro periférico, localizado nas margens da BR 277, rodovia de entrada da cidade de Foz do Iguaçu, que fica a 13 km do centro da cidade, local onde estava situado na ocasião o único presídio do município. Na acepção da autora:

Durante os governos dos militares, as denominadas “zonas” deveriam estar localizadas em bairros separados dos residenciais, não sendo permitido, o exercício da prostituição na cidade (...), a zona do meretrício foi transferida para Três Lagoas, essa era a segunda transferência do meretrício, inicialmente ela funcionava na saída para Cascavel; depois foi transferida para o local onde está concentrado o conjunto habitacional “A” e devido aos processos de desapropriações por Itaipu a zona foi levada a Três Lagoas. (Ribeiro 2002 p. 88).

¹⁴ Região limitada ao norte pelo lago de Itaipu, ao sul pela área rural, a leste por Santa Terezinha de Itaipu e a oeste por Furnas e o distrito industrial. Situada na zona nordeste do município, conta com o maior número de bairros (38) de Foz do Iguaçu. Sendo a primeira região delimitada pelo órgão institucional; R-1. (Fonte: Anuário estático do município perfil, departamento de informações institucionais, p.66 2001)

Contata-se que a região de Três Lagoas se configurava como receptora de grande parte dos expropriados. Segundo a autora, a região foi povoada inicialmente por moradores da Alvorada do Iguaçu, uma das primeiras vilas rurais destruídas pelo alagamento de terras gerado pela da usina. Ribeiro (2002) “descreve que o bairro possuía uma divisão territorial, pois era separado por duas entradas, do lado esquerdo estavam as famílias dos agricultores que vieram da Alvorada e do lado direito se configurou o território do ‘meretrício’”. É importante ressaltamos que a formação da região de Três Lagoas foi feita pelas primeiras populações que foram expropriadas de suas terras pelo alagamento de terras de Itaipu. E posteriormente pela desapropriação de antigos locais de moradia e trabalho de famílias, para a construção dos conjuntos habitacionais para os trabalhadores de Itaipu.

Outro aspecto importante a se mencionar é de que a região de Três Lagoas possui hoje, a segunda maior taxa populacional do município, sendo a região que concentra o maior número de bairros, 38 no total. Caracteriza-se por ser um núcleo urbano periférico afastado do centro, por possuir um déficit de aparelhos públicos e um alto índice de desemprego e homicídios. A localidade que vem recebendo, desde a década de 1990, moradores oriundos de remoções de favelas e cortiços de outras regiões, tem concentrado, em grande medida, os novos conjuntos de casas populares dos programas de habitação a nível municipal, estadual e federal.

Essa região foi transformada nos anos 2000 no espaço “penal” de Foz do Iguaçu, onde estão fixadas atualmente as três penitenciárias do município. Assim, é perceptível a caracterização dessa região como uma das principais regiões periféricas da cidade de Foz do Iguaçu, formada por uma população expropriada, de baixa renda que se concentra distante do centro comercial e financeiro. O que não significa dizer que essa região não seja estratégica do ponto de vista “econômico”. Essa região se caracteriza por ser um importante centro de apoio logístico na área de transportes de cargas (rota de caminhões), passageiros e serviços. Sede das maiores transportadoras do município e das revendedoras de peças de mecânica reúne em seu território as bases náuticas do lago de Itaipu, e é também ponto estratégico a ser desenvolvido para o turismo local, aonde se localiza a sede do Porto Kattamaran¹⁵ e do principal clube das elites locais: o Iate Clube Lago de Itaipu (ICLI).

¹⁵ “Barco Kattamaran, atração do Complexo Turístico Itaipu reúne conforto e requinte para uma memorável viagem pelas belezas do reservatório da maior hidrelétrica do mundo em geração de energia. Com uma completa infraestrutura para atender até 200 pessoas, a embarcação tem convés aberto, bar

Ribeiro (2002) descreve Foz do Iguaçu como uma cidade que se viu dividida com a construção da usina de Itaipu, na qual há um distanciamento dos trabalhadores de Itaipu em relação à cidade de Foz do Iguaçu e aos seus habitantes. Os trabalhadores interagiam muito pouco com a cidade, não se reconheciam como parte integrante da comunidade e vice-versa. Os antigos moradores da cidade também não reconheciam as vilas de Itaipu como parte da cidade. A autora menciona, a partir de depoimentos dos barrageiros da usina, que os próprios vistos como “forasteiros”.

Para a autora, um dos fatores preponderantes que levou a esta situação é o isolamento espacial decorrente da construção das Vilas de Itaipu, segmentadas em A¹⁶, B¹⁷ e C¹⁸. Afastadas do quadro urbano então existente, concentravam os equipamentos públicos de lazer, alimentação, educação, saúde, etc, de forma a suprir quase todas essas necessidades dos trabalhadores e funcionários da usina, fazendo com que esses permanecessem a maior parte de seu tempo nas próprias vilas. Os salários pagos por Itaipu eram superiores à média dos habitantes de Foz do Iguaçu, e a qualidade de habitação oferecida pela usina era superior à encontrada no restante da cidade.

Em síntese, as construções das vilas de Itaipu produziram segmentação e hierarquização social pelo padrão de consumo, habitação e pela centralização da infraestrutura urbana, principalmente nas Vilas A e B, na cidade de Foz do Iguaçu. Ribeiro (2002) problematiza que além da segmentação das Vilas de Itaipu com o restante da cidade, a nova formação urbana, gerada pela construção da usina, aumentou o custo de vida da população local, que não parava de crescer e movimentava a procura de bens duráveis e não duráveis no município, entre eles a busca por moradia, o que refletiu no aumento geral do valor de aluguel.

americano, restaurante e solário, ideal para relaxar e contemplar a beleza das exuberantes paisagens. No restaurante do Porto Kattamaram ainda há um deck que proporciona uma vista incrível do lago de Itaipu. O barco parte do Porto Kattamaram, o último ponto de parada da Visita Panorâmica, e navega beirando a imponente barragem da Itaipu Binacional, com aproximadamente 8km de comprimento, unindo Brasil e Paraguai. ” Retirado de <https://www.turismoitaipu.com.br/pt/atracoes/porto-kattamaram>, acessado dia 21/05/2013.

¹⁶ Segundo artigo de (Victal, Araújo 2011 p.83) “ A vila A começou a ser construída a partir de 1975, com casas que variavam de 60 a 150m² os acabamentos dos imóveis variavam entre tipos superior, médio, bom e popular”.

¹⁷ Idem “Construído em 1976, Condomínio fechado que possuía 220 casas todas com acabamento superior, com variação de 150 a 270 m².”.

¹⁸ Ibidem “Casas com padrão popular para casados tipo geminadas e alojamento coletivo para os solteiros, as casas e os alojamentos possuíam variação de 60 e 80m²”.

Dessa forma a autora conclui que as habitações nas vilas de Itaipu não foram suficientes para todos os trabalhadores que para ali se deslocaram, acentuando o problema de moradia na cidade. Tal situação era ainda mais grave quando se contrastava com as péssimas condições de moradia de uma grande parcela dos demais habitantes do município, que viviam em favelas, cortiços ou bairros populares, alguns ainda com traços rurais com pouca infraestrutura urbana.

Ressalta-se que a estrutura urbana construída pela Itaipu, ocorreu a partir da apropriação e utilização de recursos públicos, federal e estadual, do programa especial de expansão econômica do oeste do Paraná (PRODEPAR), que era para ser divididos entre os 26 municípios da região que foram afetados pela construção da hidrelétrica, mas os recursos foram centralizados em Foz do Iguaçu, postos a serviço da Itaipu Binacional, que produziu toda infraestrutura urbana para seus funcionários, segundo documento escrito pelo pastor Gernote Kirinus liderança de uma comissão formada pela pastoral da Terra.

No meio do caminho entre a cidade de Foz do Iguaçu e o canteiro de obras ficam as três vilas residenciais de Itaipu que formam uma cidade aparte: no conjunto C vivem os peões de salários mais baixos que possuem famílias, os solteiros ficam em barracões alojamento dentro do canteiro de obras; o conjunto A é destinado aos trabalhadores especializados, de nível médio, e no luxuoso conjunto B estão as casas dos altos funcionários; engenheiros e executivos. (Documento CPT p. 34 apud Ribeiro 2002 p.56)

A segmentação e hierarquização pelo padrão de habitação e infraestrutura urbana representa um duplo processo na cidade de Foz do Iguaçu: externo, como descreveu Ribeiro (2002) por meio da análise de documentos da CPT; e interno, onde se explicita a divisão social do trabalho dentro da usina entre operários, funcionários técnicos e funcionários com ensino superior. No entanto, a separação funcional dentro dos locais de atuação na hidrelétrica expandia-se para fora das dimensões laborais e se expressava de forma latente nos conjuntos habitacionais. Em outros termos, não havia segmentação e hierarquização de habitação só entre as vilas dos funcionários de Itaipu com o restante do município, mas entre as próprias vilas e até mesmo dentro de alguns conjuntos habitacionais que não eram homogêneos.

Nos concentraremos nessa parte do texto em detalhar os aspectos internos da formação dessas Vilas de Itaipu. A respeito da diferenciação do padrão de habitação, é válido ressaltar que as casas dos conjuntos habitacionais construídos pela hidrelétrica possuíam hierarquização pelo tipo de acabamento da moradia (alvenaria, madeira ou pré-modulada), além do tamanho do imóvel que variava entre os conjuntos de 60 a 250 m² ¹⁹. As moradias eram separadas por diferentes padrões: superior, bom, médio e popular. Segundo pesquisa dos arquitetos Victal e Araújo (2011, p.84), na Vila A havia o “conjunto de 2.200 casas destinadas a profissionais de nível técnico, com áreas de 60 a 250 m², de tipo bom, médio e popular, o acabamento variava entre alvenaria e madeira”. Tal informação demonstra a diferença entre os padrões das casas no interior de um mesmo conjunto.

A Vila A foi construída em 1975, o projeto de urbanização ficou a cargo da empresa Serete S.A. e dispunha de uma infraestrutura de edifícios complementares, igrejas, centros comerciais, centros executivos, agências bancárias, supermercados, hospital, clube e escola, todos construídos em alvenaria. Essa localidade representava nesse período de ditadura civil-militar a estrutura de poder local, o centro executivo da Itaipu, onde ficava o gabinete político do general Costa Cavalcante, diretor-geral da Usina. Costa Cavalcante, em política conjunta com o governador do estado do Paraná, indicava o prefeito interventor do município, que estava enquadrado desde o ano de 1968 na **Lei de segurança nacional**²⁰.

Depois de algumas décadas, a Vila A vai adquirindo o aspecto de um “novo centro” comercial, que aloca importantes áreas de serviços, principalmente das áreas médicas e clínicas do município, a partir da instalação do hospital Costa Cavalcanti. É importante ressaltar que os moradores da Vila B, segregados no condomínio de luxo em que residiam, utilizavam em grande medida a infraestrutura urbana da Vila A, garantindo ainda mais que esse conjunto adquirisse o aspecto de um novo “centro”, que teve seu comércio e seus negócios ampliados com o decorrer dos anos.

¹⁹ A primeira casa tem o padrão popular na Vila “C” e a segunda é uma casa com padrão superior no condomínio fechado da Vila “B”.

²⁰ No período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) o Decreto Lei 314/68 reforçou a conceituação de inimigo interno, possibilitando assim a inserção de regiões que constitucionalmente são consideradas áreas de segurança nacional. São as áreas de bases militares, barragens de usinas hidrelétricas, geradoras de energia termoelétricas e nucleares) e regiões fronteiriças internacionais.

A Vila B, condomínio fechado com 220 casas, possuía uma característica mais homogênea, onde havia somente habitações de padrão superior. As casas variavam de 150 a 250 m², em que residiam profissionais de nível superior da Itaipu, como engenheiros e administradores, sendo que “os projetos urbanos e das casas foi construído pelo escritório Rubens Meister, importante engenheiro de Curitiba” (VICTAL e ARAÚJO, 2011, p.85).

A vila B, é o primeiro condomínio fechado de luxo da cidade de Foz do Iguaçu, e esta abrigava a classe dominante da usina. Todas as residências das vilas A e B foram ligadas à rede de abastecimento de água e à rede de esgotamento sanitário, cujos projetos e execução ficaram a cargo da companhia Estadual Sanepar, custeados pela Itaipu Binacional.

A vila C não teve a mesma “sorte”, não contava com esses serviços básicos; até o início da década de 2000 esse bairro não dispunha da rede de esgoto sanitário, o que evidencia a desigualdade na infraestrutura urbana e social entre as vilas de Itaipu. Outro traço marcante é que as ruas e avenidas não possuíam calçamento. Sobre a construção da Vila C, Jane e Araújo afirmam:

A Vila C, construída na área prioritária de Itaipu e no caminho dos linhões de transmissão de energia elétrica que abastecem a subestação de Furnas, tinha caráter provisório com previsão para ser desmontada ao término das obras da barragem. Destinava-se aos funcionários barrageiros, motoristas, cozinheiros, vigias, mecânicos, pintores, auxiliares de escritório, encanadores, montadores, entre outros. As residências eram todas geminadas em grupos de quatro, com padrão de acabamento popular e construídas com áreas de 60 a 80m² cada. Distante do núcleo urbano de Foz do Iguaçu, as 2.900 casas abrigavam 15 mil pessoas e tinham uma lógica totalmente voltada às atividades da usina. (victal e araujo 2011, p.86).

A vila C possuía uma característica homogênea de habitação, não possuía variação de padrão, destinada aos “peões” da usina. Os operários da vila C viviam separados dos outros conjuntos, tal aspecto pode ser visualizado até mesmo pela separação das escolas dos filhos desses trabalhadores e dos demais funcionários da

Itaipu: os da Vila A e B estudavam no mesmo local²¹, os da Vila C estudavam no mesmo local²² no bairro. Reiteramos que essa não era uma estrutura estática, podendo haver mobilidade entre as diferentes categorias de trabalhadores e funcionários; tal mobilidade refletia muitas vezes na mudança do trabalhador e sua família para respectivo conjunto habitacional²³. Apesar da diferença citada entre os conjuntos habitacionais da própria usina, tais vilas, A, B e C, dispunham, ao menos, de uma infeliz similaridade, **todos eram espaços vigiados e controlados constantemente por seguranças particulares da Itaipu.**²⁴

O controle do trabalho dentro da usina e das vilas pertencia ao mesmo agente social, o que não significa que tal controle fosse exercido por esses agentes da mesma forma. A estrutura econômica dessas localidades e das classes sociais, divididas hierarquicamente em cada vila, representava um diferente olhar e abordagem desses agentes. O objetivo dos “guardas” da Itaipu nas Vilas A e B era a defesa e proteção dos moradores, controlando quem entrava e saía dessas localidades, exercendo uma espécie de segurança particular. Na Vila C havia o controle dos trabalhadores, que garantia a disciplina local, desse modo os trabalhadores eram vigiados dentro e fora da usina²⁵. A região da Vila C²⁶, pensada de uma maneira mais ampla, corresponde a zona norte do município. Em grande medida, ela se formou a partir da expropriação de agricultores do

²¹ Colégio Anglo Americano localizado na Vila A.

²² Colégio Anglo Americano localizado na Vila C.

²³ Funcionários da Vila A quando subiam de padrão dentro da empresa, e se havia imóveis disponíveis podiam se transferir para a Vila B. Os da Vila C quando promovidos podiam se transferir para a Vila A.

²⁴ Sobre o processo de vigilância e controle social de Itaipu: vê o trabalho de Valdir Sessi (2014).

²⁵ Segundo a perspectiva de Manarim (2008) a vila C foi construída, fundamentalmente para garantir os níveis de produtividade dos trabalhadores contratados pela usina, possibilitando maior controle e vigilância aos trabalhadores.

²⁶ Zona norte do município (R-2) - Região limitada ao norte pela Hidrelétrica de Itaipu (Lago), a oeste pelo Rio Paraná, a leste pela subestação de Furnas e ao sul pelo Rio Mathias Almada. Possui 36 bairros: Conjunto C, Jardim Veneza, Jardim Almada, Cidade Nova, Vila Rural, Loteamento Bela Vista de Itaipu (I), Loteamento Bela Vista, Loteamento Budel, Vila Residencial C 7, 7A,7B,7C,7D, Jardim Califórnia, Cidade Nova I e II, Jardim Evangélico, Jardim Florença, Jardim Irma, JardimItá, Jardim Itaipu, Jardim Marisa, Jardim Nova Califórnia, Jardim Olivia, Parque Linear, Porto Belo, Jardim Princesa Diana, Jardim Rosi Magalhães, Parque Industrial e Comercial São Paulo, Loteamento São Roque, Vila São Sebastião, Loteamento Universitário das Américas I e Universitário das Américas II, Universitário das Américas III, loteamento Andradina, Vila Solidária I, Vila Solidária II, Jd.Florença, Jd palmeiras chácara residencial, parque linear, etc. Informações institucionais do município 2013.

local, e da concentração de operários na construção do canteiro de obras da Itaipu. O universo estudado por Ribeiro (2002) se tornou “centro” de uma das maiores regiões do município e possui até os dias de hoje alguns dos piores índices socioeconômicos²⁷ da cidade de Foz do Iguaçu; sendo uma das regiões mais “pobres” do município. O território, que possui em seu germe o perfil de vila “industrial”, é hoje o espaço onde se concentra duas grandes empresas estatais, Furnas e Itaipu, das quais se obtém um imenso capital através da produção e transmissão de energia elétrica”. Região que conta ainda com atrativos turísticos como: Ecomuseu, Templo Budista, Refúgio Biológico, Bela Vista, e três universidades, sendo duas públicas: Unioeste e Unila²⁸ e uma particular a Uniamérica.

A região norte, assim como a de Três Lagoas (nordeste), são os espaços urbanos aonde são transferidas em sua maioria as populações provenientes de remoções, das invasões, favelas e cortiços, pois se tonou outro reduto dos “novos” conjuntos de casas populares. A formação dessa região como espaço “periférico”, assim como a de Três Lagoas, não pode ser desassociada das expropriações diretas e indiretas que foram efetivadas a partir da construção e instalação da usina de Itaipu, tema que voltaremos mais adiante. Contudo, as observações feitas por Ribeiro (2002) se aproximam da definição de **cidade empresa** desenvolvida pela urbanista Rosélia Piquet (1998).

A primeira associação que se faz à cidade-empresa é a de uma minicidade, na qual são construídos um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações, pequenos edifícios, comércio, escola, hospitais e áreas de lazer que pertencem a uma companhia, onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano fechado. (Piquet 1998, p. 4)

²⁷ Segundo Daciolo Webber (2005). Essa região possui a menor renda per capita do município, e maior taxa de desemprego, formada basicamente por ex trabalhadores da Itaipu, trabalhadores da construção civil e de trabalhadores informais do Paraguai.

²⁸ Essa funciona provisoriamente dentro do Parque tecnológico da Itaipu (PTI), mas terá seu Campus funcionando nessa região a partir de 2016.

O trabalho de Piquet (1998) analisa aspectos da urbanização-desurbanizante a partir da instalação de grandes empresas em cidades do interior do País²⁹, ocorridos dentro do marco dos anos 60-70, do “Brasil potência”, realizados na tentativa de efetivação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que priorizavam o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos³⁰, tendo a necessidade de ampliação da infraestrutura de apoio ao setor industrial. Tal projeto foi encampado pelos tecnocratas da ditadura civil militar em todo país, produzindo um impacto estrutural em diferentes partes do território nacional. Deve-se salientar que a construção da **cidade empresa** a partir da Itaipu, fundada sobre um acordo Binacional, foi realizada em uma região de fronteira, construindo conjuntos habitacionais segmentados e hierarquizados simultaneamente nos dois lados da fronteira; do lado paraguaio as vilas de Itaipu foram divididas em três conjuntos, nomeadas como área um, dois e três³¹.

A construção da Usina de Itaipu, em 1973, não pode ser separada do contexto econômico do continente latino-americano. Segundo Ianni (1979, p. 288-289), nesse contexto no Brasil havia um modelo econômico cujo movimento era pendular: "em um dos seus polos estaria o projeto de criar um capitalismo nacional, ao passo que no outro estaria o projeto de desenvolver um sistema capitalista associado (...), sob a égide dos Estados Unidos³²".

²⁹ Nessa obra Piquet (1998) faz um balanço histórico de cinco cidades-empresa brasileiras, dentre as quais estão: Volta Redonda-RJ com a Cia Siderúrgica Nacional, Telêmaco Borba-PR com as indústrias Klabin, Ouro Branco-MG com o Aço Minas, Aracruz-MG com a Aracruz celulose e Carajás-PA com a Vale do Rio Doce. As conseqüências dessas grandes empresas nessas localidades do interior do País tiveram impactos similares com a construção da Usina de Itaipu em Foz do Iguaçu: crescimento populacional desordenado, construção de infraestruturas urbanas separadas do restante da cidade, criação de vilas operárias próximo ao canteiro de obras, sendo essas habitações um espaço extremamente vigiado e controlado por seguranças da empresa, construção de escolas, hospitais, comércio segmentados da sociedade local, etc.

³⁰ Acerca da entrada do país na produção dos insumos básicos, o exemplo mais elucidativo é a construção da Companhia de Siderurgia Nacional, na década de 1950 localizada em Volta Redonda-RJ.

³¹ “Área 1”, “Área 2”, “Área 3”. Distribuídos em três cidades paraguaias próximas à Usina de Itaipu: Hernandarias, Porto Franco e Mingaguaçu, que juntas receberam um total de 4.289 casas. (VICTAL e ARAÚJO 2001 p. 83).

³² Para Marini (1973) Nesse período marca a inserção subordinada no contexto do capitalismo internacional do Brasil em relação aos EUA. Ou seja, quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência econômica. Período também marcado pela super-exploração da força de trabalho no continente, expressos tanto no arrocho salarial e no aumento da intensidade de produção e extensão da jornada de trabalho, quanto na flexibilização dos direitos trabalhistas. O barrageiro Amaro Gaspar (1998), que havia trabalhado na obra de 1978 a 1984, em depoimento colhido por Ribeiro (2002) relata em que o

Devemos reiterar que em 1970 o consórcio formado para a elaboração do projeto da construção de Itaipu foi realizado pelas empresas IECO (dos Estados Unidos da América) e ELC (da Itália), que promoveram a realização dos estudos de viabilidade para início do trabalho, que ocorreu em fevereiro de 1971³³, no qual evidenciam associação da usina com o capital internacional.

Nesse conjunto de formulações, a Itaipu surge dentro do marco do desenvolvimento associado, mas, que foi discursado como um modelo de nacional desenvolvimentismo³⁴. Dentro desse marco internacional, são inauguradas obras importantes na região das três fronteiras como a construção da Ponte da Amizade (conexão terrestre Brasil/Paraguai) a partir do acordo internacional assinado por Castelo Branco, presidente do Brasil, e Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai, pactuadas em período ditatorial nos dois países e inaugurada em 1965.

Sua construção foi determinante para o surgimento de um comércio exportador em Foz do Iguaçu, que se deu a partir de uma grande demanda de compradores da cidade de Puerto Strossner, atual *Ciudad Del Este-Paraguai*. **Deve-se** observar que nesta época Foz do Iguaçu dispunha de apenas um hotel de grande porte e três de nível médio³⁵, evidenciando que o Turismo era um mero coadjuvante nesse período, logo a produção e a urbanização estavam voltadas para a produção de energia e para a relação comercial entre os países limítrofes da fronteira.

Na década de 1970, no Brasil intensifica-se a proposta do aumento das exportações impulsionada pelo projeto do “Brasil potência”, que visava à afirmação interna e expansão externa no continente latino-americano. Dentro desse marco temporal, é assinado em 1972 o tratado entre os Presidenciais Emílio Médici, do Brasil, e Alejandro Lanusse, da Argentina, para a criação da Ponte internacional da Fraternidade (Conexão terrestre Brasil e Argentina), delimitando a conexão física via terrestre dos três países, Brasil, Paraguai e Argentina, que foi concretizada somente em 1985. Pós a construção da Ponte da Amizade, a região da Vila Portes, próxima da

trabalhador utilizava a expressão de que os peões da Itaipu tinham que ser de “ferro”, revelando ter uma jornada de 12 horas de trabalho intenso, cujo no verão as temperaturas ultrapassam os 40° graus.

³³ Fonte: (PDM p.160)

³⁴ Segundo (Prado 2014 p.16) “Ideologia encampada pela burguesia industrial do país, que mantinha o sistema financeiro privado como principal fiador, reforçando o “Brasil potência”.

³⁵ Dados coletados da SPMU (p.223)

fronteira com o Paraguai, foi se tornando uma importante área comercial, com atividades de exportação e varejo, se constituindo em um espaço de constante fluxo de capital, pessoas e mercadorias.

Contudo, tal região passou por um processo de “favelização” nos anos 90 com a entrada do Brasil no MERCOSUL, o que refletiu diretamente no Jardim Jupira, área que era uma continuação da Vila Portes e que se estende até as barrancas do Rio Paraná, onde está localizada a favela do Jupira, atualmente a maior favela do município. Frisamos tais processos estruturais, pois a pesquisa de Ribeiro (2002) não se ateve a essa visão no plano “macro”, **o olhar da pesquisadora priorizou, conforme justificado por seus objetivos, as dimensões que foram definidas como simbólicas desse processo, voltado ao sentido de desterritorialização desses grupos sociais.**

Ao deslocarmos o processo de construção e instalação da usina de Itaipu, percebemos que o processo de estruturação não se limitou aos aspectos espaciais, de maneira conjunta é possível identificar o surgimento de uma nova fração de classe emergente, ou pequena burguesia, formada pelos funcionários técnicos da usina e até mesmo um grupo dominante exógeno, formada pelos tecnocratas da usina que se consolidaram como um grupo hegemônico a partir da aquisição econômica e pelo poder político centralizado, consubstanciado no governo federal, entre 1973-1984.

Tal grupo ficou á frente da direção política local durante o longo período da ditadura civil militar. Essa situação gerou um conflito interno não só com frações de classe subalternas³⁶, como pequenos agricultores, posseiros, meeiros e trabalhadores, que de forma distintas foram expropriados de suas terras, ou que de alguma maneira foram atingidos pela construção da usina, mas também afetou toda estrutura social local, gerando disputas e contradições com setores das elites locais³⁷, que foram perdendo a direção política do município.

³⁶ Nesse sentido vê Mazarolo Juvencio (2003, p. 66) “a luta na instalação da usina não se restringe somente a Foz do Iguaçu e aos pequenos e médios agricultores que tiveram suas terras inundadas, ou a posteriori aos barrageiros, mas, afetou toda região, inclusive grandes proprietários como o ex-prefeito de Marechal Candido Rondon-PR, Arlindo Lamb e a grande empresa agropecuária Sadia.

³⁷ Tal grupo havia se estabelecido na cidade pelo extrativismo de erva mate e madeira, comércios relacionados ao setor de importação e exportação, pequeno turismo que era ainda incipiente, etc. Existiam famílias com posse também na cidade, ligadas ao alto comando do exército que ocupou a região desde o final do séc. XIX, parte das frações de classe dominante estavam organizadas no município pela Associação Comercial e industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI), desde o início da década de 1950.

Esse aspecto é importante, pois revela **outra face da disputa pela memória** sob o processo de construção e instalação da Usina de Itaipu. Apesar de haver uma vasta produção bibliográfica sobre a construção e instalação da usina, tal aspecto tem passado despercebido por muitas análises, fato, que nos parece central para compreender o cenário político da época, que teve importantes desdobramentos em processos posteriores na cidade de Foz do Iguaçu. Como demonstramos mais adiante.

Ainda sobre a análise de Ribeiro (2002), observa-se o esforço da autora em elaborar uma oposição à memória oficial da Itaipu, a partir da memória coletiva dos grupos que caracterizou como os “marginalizados” desse processo, o que talvez a tenha levado a produzir uma narrativa “idealizadora” sobre as relações sociais em Foz do Iguaçu no esforço de construção de uma imagem de uma cidade que era “ideal”, antes da chegada da Usina, fazendo parecer que antes da Itaipu não havia problemas, diferenças e desigualdades³⁸. Tal memória nos parece bastante idílica. “A cidade do interior pacata em que era antes, permanece apenas na memória dos antigos moradores” (RIBEIRO, 2002 p.56). Os trabalhadores são postos como entes passivos, nessa análise, vítimas de um processo de “modernização” que alterou todo seu universo cultural, não á **luta de classes** nessa análise.

1.2 Foz do Iguaçu a partir da experiência dos moradores de áreas de ocupações urbana.

“A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”.³⁹

Edward Thompson- A miséria da teoria

³⁸ Segundo a narrativa de Marlene Rezende de Oliveira, moradora antiga da cidade de Foz do Iguaçu, sobre o sentido de Itaipu. “Quando eu vim morar aqui tinha sete mil habitantes, hoje tem duzentos e poucos mil; por causa da obra veio gente de toda a parte do Brasil para trabalhar, virou uma salada de fruta; quando a obra parou este povo ficou tudo desempregado, e aí gerou a violência, porque em Foz não existe indústria, não existe empregos, então gerou a violência (Entrevista realizada em Foz do Iguaçu, junho de 1997 apud Ribeiro 2002 p.56). Depoimento de Maria Romana, meretriz, ao rememorar aspectos condizentes ao significado de Itaipu: Eu acho um terror, porque o que passou não foi muito bom não. Numa parte sim, pelo dinheiro, que aquela época entrava dinheiro. Mas foi muito sofrido e muita coisa ruim aconteceu. (Entrevista, maio de 1997 apud Ribeiro 2002 101).

³⁹ (THOMPSON 1981, p.31).

Outra pesquisa com a qual vamos dialogar foi produzida pelo historiador Emilio Gonzalez (2005). Nessa análise, a formação urbana da cidade de Foz do Iguaçu é encarada como um espaço de conflito social, a partir das ocupações urbanas na década de 1990, tendo como foco principal o conjunto do bairro Jardim Morenitas I e II, localizados na região periférica do Porto Meira⁴⁰. Essa análise combinou a história da cidade, com a trajetória de vida dos seus moradores, tomando o conjunto de suas experiências e vivências como parte integrante da formação e transformação urbana do município.

O autor citado, afirma que após a construção da usina de Itaipu existia um profundo interesse governamental em ocupar de modo planejado alguns territórios da cidade que se formava. Por tal razão, havia um conflito, gerado em torno de políticas oficiais de ordenamento e planejamento urbano⁴¹, que visava **disciplinar e ordenar os fluxos migratórios** mobilizados em torno do processo de desenvolvimento estrutural da região. Isso aconteceu no momento em que várias áreas de ocupação urbana foram surgindo, especialmente nas barrancas do rio Paraná, onde as populações ribeirinhas resistiriam às diversas ações de despejo levadas a cabo pelo poder público.

Gonzalez (2005) valoriza a resistência dos moradores, que lutaram para permanecer nos seus locais de origem, e que assim teriam freado em grande proporção a expansão do capital nesses territórios, dando um outro desenho para o centro comercial e financeiro. Contudo, a memória de resistência é construída nessa análise pelo autor a partir das narrativas e experiências sociais dos moradores das ocupações irregulares, as “invasões”, reconhecendo esses sujeitos sociais como agentes históricos que ao seu modo remodelaram e interferiram no espaço urbano da cidade. Nos termos do autor:

Uma cidade não pode ser entendida apenas como objeto exclusivo dos mais ambiciosos planejamentos urbanos e paisagísticos elaborados por suas classes dominantes. Reconhecer que Foz do Iguaçu foi constituída a partir de lutas

⁴⁰ Zona Sul do município, limitada ao norte pelo Rio M' Boicy e av. dos Imigrantes, a oeste pelo Rio Paraná a leste pela av. das Cataratas e av. Mercosul e ao sul pelo Rio Iguaçu. As ocupações do Morenitas ocorreram entre os anos de 1993 e 1995.

⁴¹ Temos uma perspectiva um pouco diferente do autor, por se tratar de uma cidade com **a gênese urbana formada a partir de uma ocupação militar**, sempre existiu a lógica do ordenamento e disciplinamento do espaço, mas, houve uma radicalização dessa lógica a partir do abrupto crescimento populacional oriundo da construção de Itaipu.

aparentemente pequenas, isoladas e de efeitos imediatos pouco visíveis significou que deveríamos direcionar nosso foco não mais para os tradicionais marcos memorialísticos ali construídos e sujeitos históricos consagrados por uma sólida produção historiográfica, mas para a atuação de outros sujeitos sociais também presentes nesse espaço, e que até então, quando eram citados, apareciam apenas na condição de meros coadjuvantes da história dessa cidade (Gonzalez 2005, P.14)

Tal perspectiva consiste em reconhecer o processo de luta da classe subalterna na construção e apropriação do espaço urbano a partir das ocupações de terrenos públicos e privados, que interferem na dinâmica da especulação imobiliária e no planejamento urbano idealizado pelos grupos dominantes, demonstrando que o projeto urbano pretendido pelo poder público e pela classe dominante não prevaleceu de forma absoluta:

A cidade de Foz do Iguaçu não pode ser tomada como obra única e exclusiva do capital sobre a cidade e seus espaços, mas como resultado da luta entre grupos sociais distintos, rivalizando pelo direito de ordenar, ao seu modo e a partir de sua racionalidade, a cidade. As ocupações são uma verdadeira “subversão” à imagem de cidade criada e idealizada por grupos dominantes. O retrato “feito” que esses movimentos geraram de fato destoava daquilo que os grupos que ocupam o poder idealizavam. (Gonzalez 2005 p.67)

O autor descreve a disputa entre projetos de grupos sociais distintos e suas diferentes formas de “uso” do espaço urbano na cidade, gerando conflito em torno da lógica de ordem/desordem urbana. A resistência de parte dessa população pauperizada em permanecer no atual centro promoveu um desenho urbano paradoxal na cidade de Foz do Iguaçu; ao passo em que o poder público passou a estruturar de maneira forçosa seu centro urbano de costas para essas áreas e para o Rio Paraná, afetando a exploração desse território no setor comercial e também empresarial do turismo, que visualizava a construção de uma importante avenida próxima às margens desse rio⁴².

⁴² Segundo o autor, no Plano Diretor, de 1974, o projeto da construção da Avenida destinava-se a formar um “eixo de aproveitamento turístico”, ao longo das margens do rio Paraná, que ligaria Argentina,

Para Gonzalez (2005 p. 107), “As ocupações operaram como agentes modeladores do espaço urbano, forçando uma redefinição dos projetos oficiais e empresariais existentes na época”. Na perspectiva do autor, o processo de planejamento e ordenamento urbano da cidade, que, até então, fora reconhecido pela historiografia local⁴³ como sendo fruto das ações do monopólio das classes dominantes, passa a ser discutido partindo da noção de que a cidade, antes de tudo, é um lugar em disputa. A própria ampliação da periferia na cidade de Foz do Iguaçu não pode ser compreendida somente como **processo de ordenamento do espaço urbano**, pois a formação desses territórios foi um processo conflituoso.

A pesquisa de Gonzalez (2005) descreve a classe trabalhadora pauperizada no processo de formação e transformação urbana do município. As ocupações urbanas não aparecem simplesmente como resultado da falta de planejamento urbano, mas como um processo social que engloba relações de luta e conflito. **Nota-se, por outro lado, que o autor ignora as relações de cooperação entre esses trabalhadores com outras frações de classes sociais, pois há múltiplos interesses nessa região que não se esgotam dependentes dessa polarização**, como demonstraremos mais adiante.

Contudo, o autor valoriza a ação em torno das ocupações de terrenos públicos e privados, mencionando que no mínimo essa ação obriga o poder público a se pronunciar a respeito da falta de moradias na cidade. Esses movimentos forçam a construção de uma infraestrutura, mesmo que precária, de habitação e de aparelhos públicos.

Em síntese, os moradores das ocupações urbanas são também ao seu modo, agentes da urbanização do município e não o mero reflexo das ações da produção do espaço das classes dominantes. Contudo, o autor cria uma percepção de autonomia desses moradores, deslocando esses sujeitos das estruturas sociais e econômicas, desconsiderando as correlações de força nessa luta.

Apesar do caráter “subversivo” das ocupações, essas possuem clara evidência de seus limites, basta observar as localizações das áreas ocupadas, que tendem a ser terrenos que sofrem com alagamento ou estão construídos em área de preservação

Brasil e Paraguai, numa ampla e contínua via expressa a partir da avenida beira rio. Projeto que foi metamorfoseado no presente como o megaprojeto “beira foz” que consiste na construção de toda uma estrutura turística e de habitações de alto padrão nas margens do Rio Paraná e simultaneamente na remoção dessas comunidades tema que será melhor explorado no terceiro capítulo.

⁴³ Além da pesquisa já citada de Ribeiro (2002), sobre o tema vê Luís Eduardo Catta (1994) e Edson Belo de Souza (1998).

ambiental não podendo ser explorado em plenitude pelo mercado imobiliário. Em síntese tendem a ser áreas secundárias, na lógica de exploração, mas, que envolvem os múltiplos interesses em torno da apropriação do espaço. Tema que será rediscutido no terceiro capítulo.

Contudo, **a pesquisa de Gonzalez (2005) de fato produziu uma leitura diferenciada dessa realidade urbana, construindo outro olhar sobre as áreas de “invasões”. Sua análise rompe com a vitimização e criminalização desses moradores.** Essa pesquisa foi construída no trabalho de campo do autor, que cresceu e viveu por muitos anos na região do Porto Meira, percorrendo, convivendo e partilhando experiências próximas desses moradores, dos quais acompanhou de perto suas ações, formulando na prática sua leitura sobre esse processo.

As áreas periféricas não aparecem nessa análise como um mero “depósito” de pobres ou como lócus da violência e marginalidade. O autor também elabora um histórico interessante sobre a formação e ocupação populacional dos conjuntos de Bairros do Porto Meira⁴⁴ e suas transformações desde as décadas anteriores à construção da Usina de Itaipu:

O porto Meira era habitado por pescadores, agricultores e muitos imigrantes paraguaios estes últimos chegados na região em 1940. A região não ficou imune às transformações desencadeadas na cidade após a década de 1970, (...) com o processo expressivo e contínuo de crescimento demográfico, período no qual foram ocupadas de forma sistemática várias áreas verdes reservadas para preservação ambiental, propriedades particulares e públicas, constituindo parte do cordão periférico que abraça a cidade através das margens dos rios Paraná e Iguaçu. O bairro passou a ser incluído em projetos de construção de

⁴⁴ Esse é o primeiro bairro formado no município. Ressaltamos que a cidade foi formada inicialmente no perímetro urbano/rural entre o Rio Iguaçu e Rio Paraná, próximo da cidade de Puerto Iguazú- Argentina. Porto-Meira, região portuária que abastecia com produtos da Argentina a cidade de Foz do Iguaçu, que sofreu até a década de 40 com a falta de abastecimento e possuía uma dependência econômica com o país vizinho, tendo como referência a cidade de Pousadas, capital do estado de misiones na Argentina, que se configurou como polo comercial mais próximo. A região do Porto Meira é aonde se localiza o marco das Três fronteiras, obelisco que determina a fronteira territorial, construído em 1903 para delimitar territorialmente os limites geográficos de cada país. Tornando-se em localidade turística a partir do encontro das águas dos três países: Brasil, Argentina e Paraguai.

casas populares, como os conjuntos Profilurb⁴⁵ I, II e III (1978/79-1985, respectivamente), para dar vazão ao processo de desfavelização do centro. (Gonzalez 2005 p.74)

O Porto Meira⁴⁶ se efetiva, segundo o autor, no final da década de 1970 e início dos anos 80 como região onde vai ser “relocada”, com a população que foi removida das áreas centrais do município, a partir da construção de casas populares. Tal aspecto chama atenção não só para a higienização e remoção que ocorria no centro comercial da cidade, mas para o aumento e inchaço demográfico nessa região, o que revela um aspecto que vem se desenvolvendo há décadas na lógica do “planejamento” urbano de Foz do Iguaçu; não se constroem casas populares no centro da cidade, mesmo que 30%⁴⁷ da área urbana central seja de vazios urbanos⁴⁸, com a finalidade da especulação imobiliária. O poder público, ao construir casas populares não enfrenta a lógica da especulação, suas ações estão determinadas ou pactuadas com os interesses econômicos das classes dominantes.

O último plano diretor do município (2006) prevê a cobrança de IPTU progressivo para imóveis ociosos, incorporado ao artigo 1.276 do código civil⁴⁹ que

⁴⁵ A sigla PROFILURB-escrita pela prefeitura municipal nos zoneamentos urbanos significa Proveniente de Favela em fase de Urbanização.

⁴⁶ Outro aspecto importante da região do Porto Meira, visualizada pelo autor a partir das duas ocupações, é de que antes da conclusão da ponte Tancredo Neves, que liga o Brasil a Argentina em 1985, todo o fluxo de mercadorias, veículos e turistas que ingressavam da Argentina para o Brasil e vice-versa era feito por intermédio de balsas, que aportavam e saíam do “Porto Meira”, nas barrancas do rio Iguaçu. Desde a década de 1970, a região servia como posto aduaneiro, tendo sido construída ali toda uma infraestrutura de fiscalização e transporte. O fim desse fluxo de balsas provocou uma gradual queda nos investimentos públicos (municipais e federais) nessa região.

⁴⁷ Informação retirada do Plano diretor municipal (SPMU 2006, p.183). Existe um Mapa que demonstra esse aspecto, que utilizaremos mais adiante.

⁴⁸ Constituem-se normalmente de espaços não construídos e não qualificados, como áreas livres no interior do perímetro urbano de uma cidade.

⁴⁹ [CC - Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649924/artigo-1276-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002): Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições. § 1o O imóvel situado na zona rural, abandonado nas mesmas circunstâncias, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade da União, onde quer que ele se localize. § 2o Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere este artigo, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais. Fonte: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649924/artigo-1276-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002> acessado dia 11/09/2013.

regulamenta a multa e até perda de propriedade devido ao abandono de terrenos destinados à especulação. Apesar da aprovação do documento, tal medida nunca foi incorporada na agenda política local, promovendo uma cartografia da segregação, relocando moradores em regiões sem infraestrutura urbana, tema que será melhor debatido no III capítulo.

Ressalta-se que mesmo se tratando de uma região periférica, cercada por dezenas de “invasões” e favelas, formadas, de maneira geral, por trabalhadores de baixo poder aquisitivo, é afastada do centro comercial e financeiro. O Porto Meira possui uma localização estratégica, sendo o antigo polo comercial do município, que funcionava entre a fronteira da cidade de Foz do Iguaçu-Brasil e Puerto Iguazú-AR. As mercadorias vindas da Argentina e que eram atravessadas por balsas e pequenas embarcações, minimizavam a escassez de produtos das mais variadas ordens, o que afetou a cidade de Foz do Iguaçu até os anos 60, dificuldade que só foi suprida com a construção da rodovia 277 no ano de 1967, ligando Foz do Iguaçu a capital do estado, Curitiba.

O Porto Meira foi atingido por essa reestruturação de fluxos de mercadorias, vivendo desde então uma espécie de decadência econômica e abandono do poder público dessa região. Localidade, como descreveu Gonzalez (2005) onde no final dos anos 70 foram “relocadas” famílias que vieram de um processo de “remoção” de favelas.

Para o autor, embora as ocupações urbanas não possam ser generalizadas como a única maneira de apropriação territorial no bairro após a década de 1980, essas assumiram um importante papel na constituição urbana e social do Porto Meira⁵⁰. Segundo alguns depoimentos⁵¹ tomados de moradores mais antigos da região que fazem referência a um tipo de vida social permeada por características rurais, numa interessante simbiose entre campo e periferia urbana.

⁵⁰ Tal afirmação do autor condiz com um aspecto atual importante, é justamente na região do Porto Meira e na avenida Morenitas que desde o início de 2013, está localizada a maior ocupação urbana do estado do Paraná. A ocupação do ‘Bubas’ que conta com aproximadamente 800 famílias.

⁵¹ Depoimento citado de Maria do Carmo, op. cit. Gonzalez (2005). “Quando viemos para cá nós carpia lote. Até nós conseguir comprar um carrinho para catar papelão. Nós limpemos já *muito*, muito lote. Eu, meu marido e meu piá mais velho. (...)Ele tinha dez anos. Dez para onze. Toda vida ajudando. Até de bóia-fria ele me ajudou a trabalhar (...)quando viemos para cá nós carpia lote. Até nós. E depois nós catemos papelão, nós saíamos as cinco e meia, nós saíamos. Para catar na rua.

Nessa perspectiva, a partir das narrativas dos moradores da ocupação do Morenitas, que relatam formas de trabalho características de meios rurais como a criação de galinhas, porcos e a plantação de subsistência de milho e mandioca, a cidade se “urbanizava” na marra, no início dos anos 90. Existia nas ocupações urbanas do Morenitas traços, práticas e modos de vida rural e/ou agrário. A partir das trajetórias de vida dos moradores, o autor elucida faces de um bairro que estava passando por uma rápida e forçosa urbanização, evidenciando um sentido bastante fluido entre o rural e urbano.

Gonzalez (2005) também não se furta do polêmico debate acerca da **negociação de lotes de terrenos ocupados pelos moradores**. Tal tema tem sido debatido por ampla bibliografia voltada ao estudo das cidades, controvérsia que é explorada pelo geógrafo Mike Davis (2006) na obra Planeta Favela:

A terra periférica “sem custo” tem sido muito discutida como o segredo mágico do urbanismo do terceiro mundo: um imenso subsídio não planejado aos paupérrimos. No entanto, é rara a invasão não ter nenhum custo prévio. O mais comum é que os invasores sejam coagidos a pagar propinas consideráveis a políticos, bandidos ou policiais para ter acesso ao terreno e pagam esses alugueis informais em dinheiro ou em votos. Tanto a literatura popular quanto a acadêmica sobre a habitação informal tendem a romantizar os invasores e ignorar locatários. A locação é uma relação social fundamental e decisiva na vida favelada do mundo todo. É o principal modo para os pobres urbanos gerarem renda com o patrimônio formal ou informal, numa relação de exploração de pessoas ainda mais pobres. (Davis 2006 pp.47-49)

Davis (2006) chama atenção nesse processo para a existência de um mercado imobiliário paralelo ou “invisível”, elemento percebido e descrito por Gonzalez (2005) que revela aspecto importante a respeito da comercialização de lotes e de terrenos ocupados. Segundo ele, as famílias que não puderam por alguma razão, ou até mesmo tiveram medo de participar do início da ocupação, pois existe a possibilidade de um conflito ou retaliação, e posteriormente, se deslocam para as áreas ocupadas, muitas vezes “pagam” para se juntar na ocupação. O autor não nega a existência de possíveis

locatários na ocupação do Morenitas, porém esclarece que ninguém fez fortuna nesse processo, como acusam muitas vezes as classes dominantes e o poder público.

Contudo, a própria lógica de comercialização de lotes ocupados, mesmo que não agregue cifras significativas, como justifica o autor, produz um valor de troca sobre o solo, aspecto que revela em certo sentido o quanto há de idealização na forma de ocupação urbana como enfrentamento do **capital**, de forma homogêneo. A situação da ocupação de terras é bastante complexa, e, por mais que tenha um caráter muitas vezes subversivo, em oposição á lógica da propriedade privada, o salto da ocupação muitas vezes ocorre via loteamentos ainda que populares, ou seja, com base no arrendamento da terra ou construção de casas populares, tende a ocorrer uma incorporação de “mercado” nas ocupações, mercado, que muitas vezes não é oficial, é informal, porém existe e realiza-se o valor de troca. É difícil de acreditar que haja vida fora das relações mercantis nessa sociedade, O que não significa, que a luta por moradia popular, sobre hipótese alguma deva ser ignorada, ou que a ação dos moradores justifique a criminalização desses movimentos.

A ação coletiva de ocupação de terrenos pela classe subalterna pode ser entendida com um ato de absoluta desobediência civil à propriedade privada, mas, nos parece que há uma idealização do autor ao defender que as ocupações urbanas superam o campo mercadológico da habitação, a tendência é de que muitas ocupações que se tornam minimamente urbanizadas, sejam reincorporadas pelo mercado imobiliário, que vão comprar lotes nessa região e alugar imóveis ainda que com o preço tendencialmente abaixo de outras regiões.

A pesquisa realizada por Gonzalez (2005) revela aspectos comuns com uma tendência de habitação nas cidades latino-americanas, como revela o geógrafo urbano Alan Gilbert (1993) “na América Latina a imensa maioria de novas habitações para aluguel localiza-se nas periferias urbanas, que foram consolidadas muitas vezes inicialmente como ocupações, e são muitas vezes residências construídas pelo próprio morador, cresce cada vez mais um mercado informal nessas áreas”. (Apud Davis 2006 p. 88).

Para Gilbert (1993) e Davis (2006) a locação ou sublocação é uma forma importante de renda e sobrevivência para as classes subalternas: possuir casa própria legal ou ilegal, ainda que na periferia, se configura como uma importante forma de renda da população que cobrará aluguel aos novos moradores, que tendem a reproduzir o ciclo da exploração.

Para Gonzalez (2005) é partir da luta por moradia que se irradiam outras questões do **direito a cidade**, como a luta por saúde, por creches, por transporte, agregando outras transformações no espaço urbano. Para o autor citado, mesmo reconhecendo que pode haver nas ocupações urbanas uma transformação de “ocupantes” em pequenos locatários, as ocupações são ainda um movimento de luta e resistência dos moradores de baixa renda, e também se configuram como uma afronta à lógica de planejamento urbano e da propriedade privada.

Na nossa perspectiva, tal situação apontada por Gilbert (1993) e Davis (2006) revela aspectos significativos das contradições da vida urbana dentro das dinâmicas da sociedade capitalista, o que evidencia outras formas de “cooptação” ou de apropriação do capital sobre as ocupações e favelas nas periferias das cidades do terceiro mundo. Contudo, os movimentos das ocupações urbanas devem ser articulados dentro de uma ampla agenda do **Direito a cidade**⁵². Tema que retomaremos no terceiro capítulo.

1.3 A construção da memória como guisa de percepção da luta de classes na cidade de Foz do Iguaçu.

“Tenho a deslumbrante visão das cataratas para emoldurar o quadro que retrata a expressiva paisagem da minha terra! (...) valiosa obra-prima para edificar um grande centro de civilização”.

Otília Schimmelpfeng- Retrospectos Iguaçuenses

Ainda sobre o campo da história e memória, a pesquisa de Aparecida Darc de Souza (2009) traz importantes contribuições a respeito da formação urbana e social da cidade de Foz do Iguaçu. A autora investiga, inicialmente, elementos da construção da vocação turística dos memorialistas⁵³ locais, que se configura nos termos da autora,

⁵² Segundo Harvey (2012, p. 74) “O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos”. Em síntese associação contemporânea de direito à cidade contempla uma ampla agenda de direitos humanos ou “direitos urbanos”.

⁵³ A definição de memorialistas da autora (Souza 2009 p.81) “Escritores, editores e jornalistas que organizaram e publicaram revistas, jornais, obras, fotos, artigos, com o objetivo de revelar o passado da cidade, produtores de uma memória cuja função é estabelecer uma linha de continuidade entre o tempo presente e o passado”. O turismo seria desse ponto de vista o motor de formação e desenvolvimento do espaço urbano da cidade de Foz do Iguaçu.

como memória hegemônica do município. A autora analisa a partir da década de 1970, num contexto de abruptas transformações urbanas, geradas pela construção da usina de Itaipu, as memórias constitutivas relativas à cidade de Foz do Iguaçu, identificando a elaboração de uma memória coletiva que molda uma concepção histórica da cidade, que desde sua fundação estaria destinada a ser um centro de atração turística. Essa vocação trata-se de um mito, uma estratégia política das classes dominantes locais, na definição do turismo como principal atividade econômica para onde deveriam convergir os investimentos públicos municipais e federais, representados principalmente pela usina da Itaipu Binacional.

Os esforços dos grupos tradicionalmente hegemônicos dirigiram-se à produção de uma memória cujo conteúdo fosse capaz de moldar uma visão histórica de Foz do Iguaçu como uma cidade que, desde sua fundação, estava destinada a ser um centro de atração turística, para legitimar-se e, assim, consolidar seus projetos e interesses econômicos, no tempo presente, por meio do passado, mais especificamente, de um passado que articulasse a história dessas elites com a história da própria cidade. (Souza, 2009, p. 79).

Acerca da investigação da construção da “ideia” de vocação turística de Foz do Iguaçu, a autora mergulhou no acervo público da biblioteca municipal encontrando cinco publicações⁵⁴ produzidas entre a década de 1970 e a de 1990, que segundo a autora foram dedicadas a relacionar o turismo com o desenvolvimento da cidade. Para a autora, essas memórias relativas à vocação turística são produzidas inicialmente por Otília Schimmelpfeng (1970), que introduziu suas narrativas históricas sobre Foz do Iguaçu como a história de seus pioneiros, partindo de uma homenagem a seu pai, o

⁵⁴ a) O livro de memórias de Otília Schimmelpfeng, “Retrospectos Iguaçuenses: narrativas históricas de Foz do Iguaçu.”, uma republicação, produzida em 1991, de textos escritos pela autora, para o Jornal da Foz, em 1970, e para a revista Painel, a partir de 1975. b) A revista Painel, um periódico local, criado em 1973, e que segue sendo publicado até a presente data. (Esta revista produz e divulga uma memória sobre Foz do Iguaçu, definida como cidade vocacionada para o turismo. c) A revista Memória de Foz do Iguaçu, dirigida por Saulo Martins Brasil, publicada pela Editora Memória Ltda. Na Biblioteca Pública de Foz do Iguaçu, foram encontrados apenas três números: os dois primeiros, referentes ao ano de 1982, e o Terceiro, ao ano de 1983. d) O encarte em forma de jornal, Foz 80 anos: Memória, publicado, em 1994, Pelo governo municipal. e) O livro Foz do Iguaçu: Retratos, publicado, em 1997, pelo governo Municipal. (Souza 2009 P. 77-79).

primeiro prefeito do município, o Coronel Jorge Schimmelpfeng⁵⁵. Os pioneiros na aceção de Otília Schimmelpfeng seriam:

Homens visionários, capazes de antecipar o futuro de Foz do Iguaçu como “capital do turismo”, pois foram eles os primeiros que viram nas Cataratas do rio Iguaçu, mais que um fenômeno da natureza: enxergaram a vocação da cidade (Souza, 2009, p. 100)

Souza (2009) localiza no livro de memórias de Otília Schimmelpfeng, uma tentativa de elevar o turismo, considerada sua vocação econômica natural, à condição de principal atividade econômica. O turismo seria desse ponto de vista a origem da própria cidade, motor de formação e desenvolvimento do espaço urbano de Foz do Iguaçu. Ressalta-se que essas memórias foram inicialmente produzidas no ano de 1970, ou seja, em um período anterior a construção da Usina de Itaipu. Nesse momento histórico, o turismo se restringia a visita às Cataratas do Iguaçu, não possuindo uma infraestrutura de grande alcance, se limitando aos moradores que viviam nas proximidades.

A autora citada localiza a ocultação da memória dos pioneiros do turismo que possui Jorge Schimmelpfeng como referência; o prefeito era dono de uma *obrage* O coronel era proprietário da *obrage* Mate Laranjeira, informação ocultada pelos memorialistas, pois tal atividade extrativista devastava a paisagem local com a retirada de madeiras. Nas memórias os pioneiros, coronéis aparecem como os defensores e amantes da natureza. (SOUZA 2009 p. 98).

Informação que foi ocultada por Otília e pelos demais memorialistas, pois a extração de madeira e erva mate são atividades predatórias da natureza, enquanto os memorialistas produziram um discurso na defesa do turismo como atividade de exploração das belezas naturais sem sua conseqüente destruição. Mas as primeiras infraestruturas turísticas, a exemplo do Hotel Cassino, o primeiro de grande porte na cidade, foram construídas com o capital das *obrages*. Admitir os vínculos econômicos e políticos do ex prefeito com atividades extrativistas era reconhecer que havia contradição de interesses entre os promotores do turismo e o discurso da defesa da “natureza”, correlacionados à exploração predatória das *obrages*.

⁵⁵ Aliado do Marechal Deodoro da Fonseca, além de prefeito o coronel era o “banqueiro” da cidade, fazia empréstimos aos comerciantes e empresários locais. Como revela Otília Schimmelpfeng, em entrevista republicada pelo jornal (Gazeta do Iguaçu de 10 de junho de 2014, p. 68).

Souza (2009) percebe que a vocação turística é reproduzida em 1973, pela revista *Painel*. De circulação mensal, ela segue sendo publicada até a presente data, e ainda defende a mesma perspectiva de “desenvolvimento” social e urbano a partir do turismo, esboçada por Otília Schimmelpfeng. O periódico reproduz o mito da vocação turística do município e abre espaço para que os “pioneiros” publiquem suas narrativas. A revista apresenta artigos dedicados a narrar a história da cidade a partir dos chamados pioneiros, colhendo depoimentos de membros das famílias tradicionais. Assim, produziu-se uma história da cidade que silenciou a voz de outros sujeitos, os trabalhadores, constituindo uma memória homogênea. Esse aspecto é importante, pois mostra como a vocação já vinha sendo reproduzida por **aparelhos privados de hegemonia**.

O mérito de Souza (2009) está em localizar elementos concretos de produção dessa memória hegemônica, que desmitificam a noção de vocação como um processo natural, sem intenções e sem vontades. Uma certa visão hegemônica da cidade só pode estar correlacionada ativamente às classes ou frações de classes dominantes que possuem capital (os meios de produção) e tendem a realizar os investimentos produtivos, também por parte da construção de uma ideologia⁵⁶.

No entanto, a estratégia de classe não significa uma sequência de atos coordenados, planejados com um único objetivo. O caráter de classe parece mais profundo quanto a diversas ações coordenadas, centradas em objetivos diversos, sujeitas a conflitos internos, mas que podem convergir para um resultado final. Previsto ou imprevisto. A pesquisa de Souza (2009) traz elementos da construção da vocação a partir da consciência de classe⁵⁷ de um grupo. A autora localiza um conflito entre setores da elite local e um grupo exógeno, que representava uma fração de classe dominante “vinda de fora” responsável pela construção e a instalação da usina de Itaipu.

Por parte das elites que historicamente prevaleciam, na cidade, havia uma preocupação em defender sua posição de comando local, diante dos tecnocratas investidos de grande poder pelo

⁵⁶ Ideologia compreendida aqui não como um sinônimo de um conjunto de ideias, mas, como uma forma particular que a classe dominante elabora e difunde sua visão de mundo. Construindo a universalização do seu programa político particular, como o interesse de todos. (MARX 1984 p.16).

⁵⁷ Entendida como uma concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza. Para Gramsci (1978) visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas expressão de um bloco social, que através de um discurso apropriado, mobiliza, articula e direciona ações das classes.

governo federal. Tratava-se, naquele momento, de criar para a cidade, uma identidade para se contrapor ao impacto da instalação da usina hidrelétrica. As elites locais iniciaram uma campanha em defesa de Foz do Iguaçu como cidade turística, que começou na década de 1980 e se estendeu pela década de 1990. (Souza, 2009, pp. 79-80).

Para a autora a construção da vocação turística é reformulada durante a década de 1980, tornando-se uma identidade local, na fase de instalação da usina de Itaipu, uma ação consciente das elites que estavam fixadas em Foz do Iguaçu, como uma estratégia de disputa pela direção política local. As classes hegemônicas lutaram entre si pelo controle e pela tentativa de direção desse processo histórico, que afetou tanto o padrão de acumulação e circulação de capital, como a própria estrutura urbana, cuja elite “pioneira” enxergou em Itaipu a possibilidade de reestruturação econômica da cidade, as famílias tradicionais viviam uma estagnação comercial e financeira com o esgotamento do ciclo econômico centrado no extrativismo de madeira, erva mate e hortelã no final da década de 60. Desse modo, a vocação do turismo pode ser pensada como uma ação orgânica de “intelectuais”⁵⁸ visando a efetivação de um projeto político determinando o desenvolvimento do setor turístico a partir de uma infraestrutura urbana financiada por recursos públicos.

A partir da historicização e da elaboração de um inventário da vocação turística, a autora revela uma cisão no cenário político, local onde diferentes frações de classes lutaram entre si pelo controle e processo histórico da instalação da usina, que alterou os padrões de riquezas, do espaço urbano e das paisagens. A construção e instalação de Itaipu são descritas como móvel de reorganização econômica da cidade, em que diversas frações de classe lutaram para controlar e dirigir o processo. Em síntese, a instalação da usina produziu complexos conchaves políticos, o que foi percebido em diferentes estudos, que reduziam os conflitos entre a luta entre a classe subalterna e a dominante.

Segundo Souza (2009), há elementos que mostram que ao menos havia duas frações de classes dominantes que disputavam a direção política local. A construção da

⁵⁸ Intelectual compreendido não na esfera do censo comum, como detentor do saber erudito. Mas a partir da formulação de Gramsci (2000-B) o intelectual orgânico, o persuasor permanente, o construtor da vontade coletiva, organizador das ideias e visões de mundo de uma fração de classe que tende a ser potencialmente hegemônica. Uma fração de classe não constrói sua identidade sem se organizar e organização pressupõem ação dos intelectuais.

memória hegemônica (vocação para o turismo), foi formulada na década de 1970 a partir das elites “pioneiras”, que posteriormente se transformou em identidade local na disputa política da cidade de Foz do Iguaçu e foi difundida enquanto **visão de mundo** nas décadas posteriores, disputando com outras formulações e se impôs sobre o conjunto dos demais.

A força e coesão dessa formulação condizem com a criação de um “Senso comum”, no qual o turismo aparece como principal atividade econômica de Foz do Iguaçu, apagando a produção de energia elétrica que ainda mobiliza maiores fluxos de capital do que o turismo ou os próprios royalties pagos pela hidrelétrica no município, que geram cifras superiores a exploração do parque nacional, e outras atividades econômicas não “oficiais”, mas que produzem grandes cifras na fronteira, como o contrabando de mercadorias e empregam de forma significativa a população local. Tema que será melhor explorado no segundo capítulo.

Na perspectiva da autora a memória dominante se torna um mito: Foz do Iguaçu é uma cidade portadora de uma função: o turismo. “Absolutamente tudo parece girar em torno dessa atividade. As ocupações, os espaços, os monumentos e a própria história são apresentados como se estivessem, inevitavelmente, articulados a esta função” (SOUZA, 2009 p.8). Ao confrontar a visão dos trabalhadores entrevistados com a memória oficial revela-se um aspecto fundamental, a classe subalterna nega e incorpora, num movimento dialético, os elementos da memória hegemônica. Na percepção de Souza (2009):

Quando indagados sobre sua importância, os trabalhadores identificaram, no turismo, um fator determinante do desenvolvimento e do crescimento da cidade. Em grande medida, esta percepção esteve, quase sempre, relacionada à associação feita por eles entre turismo e geração de empregos (...) entretanto quando os trabalhadores narravam suas trajetórias de vida e trabalho, na cidade, a relação entre eles e a cidade turística ganhava contornos conflituosos. O turismo, como desfrute, era uma atividade para os outros. Hotéis, restaurantes, rodoviárias, avenidas, praças, táxi, aeroporto, hospitais, meios de comunicação, tudo, na cidade, está organizado, em função de garantir um padrão adequado de atendimento do turista. A

cidade por onde o turista passa deve ser bem sinalizada, pavimentada, limpa, arborizada, acessível. Tal cidade é bastante diferente daquela vivida pelos trabalhadores entrevistados. (Souza, 2009, pp.194-195).

A perspectiva da memória dos trabalhadores realizada pela autora se assemelha bastante à concepção de **senso comum e bom senso** de Antonio Gramsci⁵⁹. No ato do confronto com memória hegemônica, há elementos que são incorporados como "positivos" na vivência desses trabalhadores, por exemplo, na relação do turismo com o aumento da oferta de empregos, consecutivamente a possibilidade do aumento da renda, ou seja, eles reconhecem aspectos da importância dessa atividade, relacionados ao emprego e à sobrevivência, mas, de forma simultânea, a consciência dos trabalhadores descreve uma oposição ou "desconstrução" mostrando sobre os limites da relação do turismo com os trabalhadores, que tecem críticas em que a cidade é desenvolvida para os turistas e não para atender às necessidades e aos anseios dos moradores que vivem nos bairros.

Há certo movimento de "continuidade" da correlação entre a **cidade empresa** de Itaipu e a cidade com **vocação turística** das elites pioneiras, ambas são produzidas por classes dominantes, formuladas dentro dos marcos do funcionalismo urbanístico⁶⁰, porém, referente ao espaço urbano Foz do Iguaçu como cidade turística, nos parece ter tido uma mudança de paradigma na década de 90, articulado ao **planejamento estratégico**, ou como Harvey (1996) definiu: **empresariamento urbano**, consenso de que as cidades assumam um comportamento empresarial, o que significa essencialmente que deve-se ter como o horizonte o mercado com legitimação e apropriação direta dos instrumentos do poder público por grupos empresariais privados. Tema que retomaremos no segundo capítulo.

⁵⁹ Senso comum seria a filosofia espontânea que fragmentaria a visão de mundo desagregada e ocasional. Dentro do Senso comum há um núcleo sadio "bom senso" que formula concepções unitárias e coerentes do real, germe da crítica e da ação de mudança. Na memória da classe subalterna há movimentos de reprodução da visão de mundo dominante e momentos de desconstrução da mesma, havendo concomitantemente elementos subjugados e autônomos. (GRAMSCI 2000- A, caderno 11, 1932-1933. Introdução ao estudo da filosofia)

⁶⁰ "Todo urbanismo modernista teve como modelo o ideal da fábrica taylorista, com sua racionalidade, funcionalidade e produtos estandardizados". (VAINER 2001 p.84)

Souza (2009) produziu uma pesquisa de grande fôlego, partiu de eixos paradigmáticos bastante comuns nas pesquisas sobre Foz do Iguaçu, mas trouxe novas interpretações a respeito de alguns processos históricos e gerou algumas controvérsias com outras bibliografias sobre a cidade, contudo, sua análise de forma objetiva mostrou a fragilidade dessa memória hegemônica da vocação turística.

Ribeiro (2002), Gonzalez (2005) e Souza (2009) trazem em seus trabalhos uma noção fundamental: de que a história demonstra a existência de um processo, algo mutável ou em transformação. Há metamorfoses na cidade, que são respectivamente mudanças não só no espaço urbano, mas no conjunto das relações sociais. Uma cidade estática e repetitiva seria no mínimo uma cidade sem história. Nesse sentido, o diálogo com a historiografia local, permite rever posições e caminhos, reconhecer que antes de tudo o passado estudado foi vivido por diferentes grupos sociais, que construíram embates, concepções de vida, visões de mundo e projetos políticos muitos deles em disputa, que se confrontam ora em oposição ora em cooperação e trazem implicações para o presente e, talvez, para o futuro.

Observa-se que as pesquisas apresentadas procuraram criticar e se desvincular de uma perspectiva de história oficial e positivista. Cada um a sua maneira procurou se opor a visão de mundo hegemônica e carregam em sua perspectiva uma série de sentidos objetivos e subjetivos conservadores, cujo a perspectiva histórica se fundamenta da negação dos conflitos e contradições sociais. Tais pesquisas identificam diversas experiências sociais e modos de vida de diferentes sujeitos sociais, demonstrando que esses são ativos nos processos sociais e capazes de alterá-los ou, ao contrário, que reforçam as suas formas estáveis garantindo sua aparente imutabilidade, implicando em transformar ou conservar o dado status quo.

As pesquisas citadas trouxeram importantes contribuições para a compreensão da complexa realidade que se pretende investigar. Como explica Lefebvre (2001, p.60), “toda formação urbana conheceu uma ascensão, um apogeu e um declínio, são metamorfoses da cidade e do urbano, produzidos nas relações de continuidades e descontinuidades”. A partir do diálogo com os autores, nos aparece que a “ascensão” ou o ponto mais alto da transformação do município se dá a partir da construção da Usina de Itaipu. É justo no ponto mais alto que o “desenvolvimento” das forças produtivas atinge, onde a produção econômica e social tende a perecer, ficando explícito os sinais de sua crise e contradições, em um constante movimento dialético.

1.4 Controvérsias do passado e seus ecos no presente: As relações sociais após a construção e instalação da Usina de Itaipu.

“A modernidade entrou pela porta da frente e aos borbotões, milhares de trabalhadores desempregados e aventureiros chegavam em Foz, pela porta de trás, a fronteira se tornara um espetáculo da pobreza que marcou o cotidiano daquela população”⁶¹

Luís Eduardo Catta- A face da desordem

Existe uma controvérsia significativa na bibliografia oficial e acadêmica referente à cidade de Foz do Iguaçu na década de 1980, a partir do final da construção das obras da Usina de Itaipu. O foco da controvérsia está na visualização do “desenvolvimento” da cidade após o “ciclo” de construção da hidrelétrica. Destacam-se dois movimentos: o primeiro se concentra em descrever os impactos negativos das obras na estrutura urbana, econômica e social da cidade, elaborados tanto pelos órgãos institucionais, revistas, jornais, quanto por uma vasta pesquisa acadêmica.

Tais análises esbarram no limite da denúncia na articulação dos problemas sociais gerados durante a construção da usina que são oriundos da falta de planejamento⁶². Entre as pesquisas que denunciam a incapacidade do poder público de atender as demandas sociais geradas pelo processo de “desenvolvimento”⁶³, há análises que idealizam o processo de “modernização” na cidade. De fato, é importante situar que o turismo parece se consolidar no município em uma transição conflituosa.

O segundo movimento possui um menor protagonismo na bibliografia, mas revela aspectos fundamentais da cidade de Foz do Iguaçu, pois observam os caminhos políticos do município, que sofreram alterações consideráveis durante a transição

⁶¹ (CATA 2009 p. 183).

⁶² Praticamente todos os Planos Diretores municipais desde 1992 partem de pareceres “técnicos” que apontam para a falta planejamento urbanos como o responsável por toda problemática urbana e social no município. Não há uma noção de base econômica e social “*infraestrutura*” nessa análise. Vale ressaltar que junto com o diagnóstico há indicação de investir cada vez mais em ações estratégicas voltadas ao turismo.

⁶³ A pesquisa de Edson Belo de Souza “O termino da construção da hidrelétrica de Itaipu marcou o final de um período de crescimento para a região principalmente para Foz do Iguaçu. Se de um lado as consequências foram positivas com o fortalecimento do comércio, serviços e construção civil, por outro devido à incapacidade do município de atender uma demanda básica crescente, provocou carências sociais que o poder público não conseguiu satisfazer”. (SOUZA 1998 p.38).

democrática que o país viveu entre 1980-89. As duas pesquisas que avançam nesse sentido são a de Luis Eduardo Catta (2009) e de Aparecida Darc Souza (2009), obra já citada. Tais pesquisas visualizam as estruturas de poder local e tentam situar e definir quem e quais são as classes ou frações da classe dominante. Há uma controvérsia significativa entre os autores nessa “identificação” e em como esses grupos teriam sido gestados e se organizado.

No primeiro movimento observa-se que **a bibliografia oficial, produzida pelos órgãos institucionais do município, coloca o ano de 1984 como marco** ao delimitá-lo como o período de fechamento do ciclo econômico impulsionado pela construção de Itaipu. Tal análise tende a produzir uma leitura equivocada sobre a cidade de Foz do Iguaçu. A noção de fechamento de um ciclo pode conduzir para uma lógica do fim da produção econômica da Usina ou da diminuição da dependência econômica do município com a mesma ou ainda o fim da ingerência política da Itaipu na direção política local. Qualquer uma dessas proposições é equivocada.

Contudo, uma análise mais detalhada revela que o “fim” do ciclo não é linear, essa estrutura não é estática, logo o fechamento desse ciclo não significa de forma alguma o fim da relação de dependência do município com a usina de Itaipu, mas, um processo de reorganização social, política e econômica dessa estrutura, momento bastante conflitivo no cenário local. Essa alteração na conjuntura local está articulada ao cenário nacional do período de “redemocratização” e possibilita diferentes leituras, mas, tanto os dados econômicos⁶⁴, como a leitura de jornais da época, revelam que é equivocada a noção de fim do ciclo de Itaipu”. Desse modo alterou-se substancialmente a forma de mediação da usina na cidade de Foz do Iguaçu, como demonstraremos houve uma alteração na correlação de forças local.

A estrutura local permaneceu e permanece articulada à ingerência da usina, não mais de forma centralizadora, mas, a base econômica via Itaipu afeta o setor do turismo, serviços, comércio e da própria infraestrutura urbana, que dependem em grande medida do capital que circula a partir da usina na cidade; a mesma possui forte poder político, por ser uma instituição consubstanciada como extensão das políticas do governo federal no município. **O fim do “ciclo de Itaipu” ao qual se referem os planos diretores do município é na verdade o fim da construção da barragem da usina,** quando houve

⁶⁴ Somente de Royalties são repassados aos municípios atingidos anualmente 481,7 milhões de dólares. Baseado em dados de 2006. (PDM p.169).

uma redução de empregos que foram gerados em sua construção, o que interferiu de forma significativa na vida de milhares de trabalhadores, seguido das demissões em massa encampadas nos três últimos anos das obras: 1982, 1983 e 1984.

Diversas pesquisas acadêmicas marcam esse período como de acentuação do processo de “favelização” da cidade, indicando que esses trabalhadores não foram incorporados em maioria pela economia local e foram viver em favelas existentes ou criaram novas favelas com a ocupação de terrenos, ou foram viver nas áreas mais isoladas cujo preço da terra era mais acessível. Contudo, o “fim” da construção da usina não representa o estancamento dos fluxos migratórios de trabalhadores, que vieram procurar emprego em uma região de fronteira, que obteve no início dos anos 90 uma “abertura” econômica a partir da consolidação da área de livre comércio entre Foz do Iguaçu e *Ciudad Del Este*.

Em outras palavras, mesmo depois do fim das construções da usina a cidade continuou a receber pessoas interessadas em se beneficiar de um momento econômico que não existia mais, isso se tratando de Itaipu, mas havia outras possibilidades criadas pelo comércio na fronteira que movimentava a região. É possível, perceber que muitas pessoas vieram movidas a trabalhar e sobreviver desse comércio, muitas das quais foram incorporadas nas práticas do **circuito sacoleiro**.

Outro aspecto negligenciado, até mesmo pela historiografia crítica, foi o de não observar que a permanência de antigas e a criação de novas formas de expropriações no campo persistiram e não terminaram na região após a construção da usina. Criou-se sobre diferentes formas a liberação forçada ou espontânea de forças de trabalho “livre” para o mercado. Ora, nos anos 80 e 90 as grandes e médias cidades do país, receberam em diferentes proporções uma classe trabalhadora “livre” e sem os devidos meios de sobrevivência.

É possível afirmar, que os dois movimentos de análise oficial e acadêmico não acompanharam a relação da pauperização urbana dentro do contexto nacional e internacional e sua combinação a nível de políticas econômicas efetivadas na América Latina nos anos 80 e 90, reduzindo a totalidade da favelização do município a um movimento singular, a construção da usina de Itaipu.

Retomando, na perspectiva oficial, o “ciclo” de Itaipu vai de 1973 a 1984, segundo o último plano diretor municipal (2006) que é descrito de forma paradoxal: “A Itaipu municipal teve papel preponderante na história econômica, social e política

do município, pois o crescimento e a prosperidade devem muito a ela, mas, em compensação a usina deixou um legado de violência e miséria”. (SPMU p.164).

O fruto dessa contradição descrita no plano diretor está na ilusão de um processo de industrialização ou de desenvolvimento do capitalismo que possa ser controlado, planejado e humanizado, ou seja, a crença num processo de crescimento econômico e de acumulação de capital que não seja desigual, violento, conflitivo e contraditório. Uma ideologia relacionada à noção de “desenvolvimento” como uma perspectiva uniforme de “avanço”, “progresso”, que de maneira uniforme levaria em uma escala evolutiva ao topo da montanha como se as transformações fossem possíveis de serem qualitativas para todas as esferas da sociedade.

Nos termos de Bonente e Correa (2009, p.48), “todo desenvolvimento que tem lugar na história assume a forma de um desenvolvimento desigual, na medida em que progressos singulares, em uma ou outra esfera social, se fazem acompanhados por regressões simultâneas em outras esferas”. A usina de Itaipu não se desenvolveu de forma errada, incompleta ou queimou etapas, tais paradoxos estão engendrados na reprodução ampliada de capital. O desenvolvimento do capitalismo implica a reprodução de miséria, violência e deterioração de outros segmentos.

A bibliografia oficial institucional aponta que a Itaipu produziu uma transformação na cidade de Foz do Iguaçu, que passou do “desenvolvimento” ordenado e pacífico de ciclos anteriores para um desenvolvimento “desordenado” a partir da hidrelétrica. Contudo, como foi demonstrada, tal proposição não passa de uma falsa alegoria e da romantização das relações sociais do passado, pois, as próprias *obrages* do início do Século XX no município estavam fundamentadas no trabalho compulsório de indígenas e colonos e na extração predatória de madeira, que resultou na destruição da natureza da região. É possível perceber nesses documentos institucionais como a memória hegemônica da “elite pioneira” se transformou em história oficial.

Tal análise condiz com um discurso semelhante dos “memorialistas”, reforçando a ideia de que a cidade possuía uma vocação natural, a partir da sua posição geográfica e de sua paisagem natural; tal discurso visualiza a construção da usina como uma interrupção no seu fluxo natural, porém, como descreve Eduardo Galeano (1971 p.225), “O desenvolvimento capitalista é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”. Esse processo que tende a ser violento e incontrolável e está engendrado dentro da própria produção de capital.

Ora, se por um lado a década de 1980 escancarava a outra face do “desenvolvimento” gerado pela Itaipu, o aumento da pobreza, favelização, violência é contraditório, é nesse período em que a cidade começava a se projetar nacionalmente e internacionalmente como cidade turística. A compreensão de tal situação passa pela esfera da disputa política entre as frações da classe dominante local. Segundo pesquisa do historiador Luís Eduardo Catta (2009)⁶⁵ a história da cidade pode ser dividida em três fases: a primeira corresponde a cidade Pré-Itaipu, pacata, harmônica, esquecida na fronteira, que sofria com o afastamento geográfico de grandes centros e o banimento político. O marco dessa fase para o autor acontece quando a cidade de Foz do Iguaçu é inserida no contexto nacional, o que ocorre somente a partir de 1968, quando o município é declarado área de segurança nacional, ou seja, quando o governo ditatorial interfere na região e no município.

Até o final dos anos de 1960 Foz do Iguaçu estava ali na tríplice fronteira acanhada, pacata esperando para ser descoberta, talvez como um idílico local composto de densas matas virgens, rios caudalosos, cataratas exuberantes, nos confins do oeste paranaense. (Catta, 2009, p. 49).

Na análise do autor, a cidade de Foz do Iguaçu era um “vazio político” até final dos anos 60; o grupo dominante foi gestado inicialmente com a vinda de militares para ocupar a região no ano de 1968, sob a lógica da segurança nacional. A cidade sofria ainda com a falta de representatividade política a nível estadual, que acarretava em poucos investimentos do governo do estado no município. O cenário é modificado com a instalação da usina de Itaipu, ela ocupou o vazio político consubstanciado no governo federal, que antes era preenchido minimamente pelos militares na fronteira.

A segunda fase⁶⁶ da cidade de Foz do Iguaçu seria a transformação ocorrida durante a construção da usina, quando a cidade se torna alvo de um processo de

⁶⁵ A face da desordem: Pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de Fronteira-Foz do Iguaçu 1964-1992. São Paulo: blucher acadêmico, 2009.

⁶⁶ Período denominando pelo autor como o “eldorado” e a “terra prometida da modernidade”, cujo o discurso do progresso atrai gente de todo o país. “No início dos anos 70, a cidade estava estagnada sem mudanças dignas e com carência de representação política. Este cotidiano em breve se alteraria abrupta e radicalmente com novos projetos forjados pelo governo federal, reorganizado o espaço urbano e alterando significativamente as redes de sociabilidades”. (CATTÁ, 2009, p. 49).

modernização, via governo federal encampado pelos tecnocratas da ditadura civil militar. Na análise do autor a cidade de Foz do Iguaçu teria passado a viver única e exclusivamente da construção da usina de Itaipu, subjugada ao seu domínio político e econômico, consubstanciada no governo federal.

O autor descreve como a classe dominante local os tecnocratas da Itaipu que se impuseram pela força econômica a centralização de recursos (estaduais e federais) e força política, a prefeitura, que era ocupada pelo Coronel Clovis Cunha Viana que teria sido apaniguado pelo general Costa Cavalcanti, diretor geral da Itaipu. O prefeito interventor de Foz do Iguaçu, Viana, ficara no cargo no período de 1974-83. Na análise do autor, Foz do Iguaçu teria passado a viver a partir da gaiola de ferro de Itaipu.

Nesse ponto, a análise de Catta (2009) aponta que Foz do Iguaçu teria passado a viver sob jugo da hegemonia da Usina. Contudo, tal hegemonia não é vista como um processo, mas como algo estático. Desse modo, tal análise aponta para uma visão fatalista do processo histórico, o da dominação total da máquina (Itaipu) sobre a cidade. Porém, como aponta Raymond Williams (1979 p.115), “toda hegemonia vivida é um processo”. Assim, parte da guerra de posição local passou despercebida por Catta (2009).

A disputa em torno da direção política local se expressava de forma aberta na terceira fase vivida por Foz do Iguaçu, descrita por (CATTÁ, 2009) como o período **pós-ciclo de Itaipu**. Para o autor, o marco temporal desse ciclo é o ano de 1982, quando iniciam as demissões dos trabalhadores da Usina momento em que a cidade se torna caótica com a pobreza impressa nas ruas e avenidas, iniciando um período de “desordem”. Para Catta (2009) é somente nesse período que setores locais vão se posicionar contra a Usina, promovendo uma ruptura com os tecnocratas. Essa classe “emergente” local estava insatisfeita com a gerência de Itaipu, tal grupo vivia uma estagnação econômica no comércio e serviço com o final das obras e exigia da Usina uma solução.

A nova ordem da cidade, estampada nas favelas, nas pessoas à míngua pelas ruas em busca de trabalho na criminalidade crescente e na fome por que passava a população carente, era o preço pago pela modernidade que instaurara sorrateiramente na fronteira. (...) naquele mesmo período apesar da cidade já se constituir num dos principais polos turísticos, as autoridades

federais poucas atenções davam aos problemas que a sociedade local enfrentava. (Catta, 2009 p.268).

A proposta do autor consiste em descrever uma cidade a partir dos problemas urbanos originados pela fase de instalação técnica de Itaipu e seu projeto modernizador. Amplos setores da população aparecem de forma passiva, pela análise do autor, dessa forma a sociedade iguaçuense foi tragada pela “modernidade”. Porém, sua análise não explica como em meio ao “caos” gerado “Pós Itaipu” foi desenvolvido o turismo. Enfim, Catta deixa de observar que houve, em algum momento, uma “ordem’ dentro da desordem.

A análise de Souza (2009) traz outros elementos. Para a autora, havia se consolidado na cidade, desde a fundação do município, um grupo dominante local. Todavia, tal grupo vivia uma estagnação econômica com o esgotamento da extração de madeira e erva mate, com o recurso das *obrages* eles montaram negócios no município e visualizavam a maior exploração das Cataratas do Iguaçu e do turismo, obtiveram na construção da usina uma ampliação de seus negócios e visualizaram no processo de instalação a possibilidade de obtenção de recursos via governo federal para investimento no turismo.

A percepção de Souza (2009) se diferencia da leitura de Catta (2009), pois ela não considerou Foz do Iguaçu como um “vazio político” quando a usina foi construída e instalada, existia mesmo que sem muita força e pouco representativa a nível estadual uma elite local já constituída. Tal grupo seria formado por ex proprietários das *obrages*, comerciantes e empresários locais, tanto no setor do serviço quanto de exportação⁶⁷, herdeiros de famílias de militares que começaram a ocupar a região no início do Sec. XX ou que realizavam atividades voltadas ao comércio exterior e alguns com indicio de mercadorias contrabandeadas. A autora também percebe que a vinda de árabes para a região a partir da década de 1960 possibilita a formação de um grupo emergente, principalmente a partir dos comércios na fronteira com o Paraguai.

⁶⁷ É possível afirmar que surgiu na cidade desde décadas remotas grupos dominantes locais que se ocupavam de atividades relacionadas ao contrabando de café no Paraguai, madeira e mate na Argentina e posteriormente de mercadorias e bens não duráveis oriundos da zona franca de Ciudad Del Est. Essa associação é descrita nos livros de Wachowics (1982) e Colodel (1988) ambos apontas a participação ou vista grossa das autoridades locais com as práticas do contrabando.

Essa “classe dominante” local estava organizada “na Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI), na Cia Melhoramento Cataratas do Iguaçu (explorava o turismo local), o Rotary Clube e o Foz do Iguaçu Country Clube” (SOUZA, 2009 p.110). São esses grupos que produzem a memória hegemônica da cidade de Foz do Iguaçu a partir da vocação turística, que ganha força na metade da década de 1980.

Na análise da autora, o conflito entre governo federal consubstanciado na Itaipu foi gerado quando decidiu-se construir a usina sem mesmo considerar os interesses dos setores locais, abrindo um precedente para uma contínua intervenção dos tecnocratas nas decisões e no poder de mando local.

A leitura da autora traz elementos importantes que mostram uma visão de processualidade. Em um primeiro momento parte significativa desses comerciantes e empresários locais se beneficiaram com a construção da usina, com a expansão dos seus negócios, mas, por outro lado, a centralização política da Itaipu destituiu desses grupos o poder de decisão local. Tal grupo radicalizou sua visão de mundo, transformada em programa político- a “vocação turística” como forma de criar coesão e unidade. Tal análise, apesar da importância, **exclui aspectos das lutas populares contra a Usina e a relação da conjuntura nacional**, período de “redemocratização”, incorporado como bandeira local à possibilidade de descentralização política da usina.

Tal conflito em torno da **guerra de posição** entre frações de classe local com o grupo exógeno, representado pelos tecnocratas da Itaipu, pode ser percebido por segmentos da imprensa local, como a Revista Painei, periódico atrelado aos memorialistas. A posição da revista não é monótona ou estática ela varia conforme os avanços e recuos do grupo social que ela representa. Fundada em 1973 ela demonstra a euforia de grupos dominantes locais com a construção da usina, em um discurso que relaciona a Itaipu ao desenvolvimento econômico e a construção de uma moderna infraestrutura urbana: “Foz do Iguaçu terá a urbanização merecida e sonhada há muito tempo. Teremos toda área da cidade saneada e asfaltada, teremos uma infraestrutura condizente com o futuro que nos cerca devido a Itaipu” (Revista Painei, nº 28, maio de 1976, p.15).

A matéria expressa o anseio das elites locais que aspiravam com a instalação da usina e o respectivo aumento de recurso via governo federal, a possibilidade da urbanização e planejamento do município e, principalmente, investimentos no turismo. As elites locais reivindicam a vocação turística do município: “vamos fazer de Foz do

Iguaçu um verdadeiro potencial turístico, não só em suas belezas naturais, mas nas artificiais também, dando um embelezamento mais adequado, uma estrutura mais convincente, pois nada disso temos” (Revista Painei, nº 28, maio de 1976, p.16.).

Se por um lado há matérias na revista que transmitiam otimismo perante a instalação da usina, outras revelam uma tensão significativa com o novo empreendimento mostrando também aspectos conflitantes entre setores locais e o governo federal representado pela hidrelétrica. Ao mesmo tempo que vinha á tona que a Itaipu construía uma “cidade” paralela a Foz do Iguaçu, a urbanização idealizada pelos grupos locais não ocorria nas áreas centrais ou em prol do turismo, mas unicamente a favor dos funcionários da usina:

É da velha Foz do Iguaçu que lançamos o apelo, para que a Itaipu não venha fenecer na ilusão de que será alvo prioritário de uma sólida estrutura. Uma estrutura que há tanto tempo reclamamos sem que nossas aspirações sejam no mínimo atendidas ou dado mínimo crédito especial. Pois indiscutivelmente teríamos que ser um verdadeiro cartão de visita. (...) E não ser martirizado pela angústia de uma cidade que padece aos poucos, sem que ninguém viesse apreciar suas necessidades com carinho, e bradar aos quatro cantos que não podemos viver de nossos próprios recursos sem o devido amparo do governo estadual e do próprio governo federal, ao qual estamos subordinados pela faixa de fronteira (Revista Painei, julho de 1976, nº 18 p. 16)

Importante ressaltar no discurso da revista a noção da proposição de velha Foz do Iguaçu, correlatada de “pioneira”, o trecho revela um debate frontal com a Itaipu, o conflito do “novo” comando com o “velho”. Aqui a tensão revela a disputa em torno da estrutura urbana, traz á tona aspectos de frustração de uma cidade que ainda não havia se consolidado em um cartão de visita. Nessa edição, pela primeira vez de forma mais “aberta”, a revista se posiciona quanto a subordinação do município ao governo federal (Itaipu), num período de ditadura civil militar, em que os recursos públicos estavam centralizados no Estado e eram gerenciados pela usina.

Ressalta-se que não só de tensão se estabeleceu a relação da Revista Painei com a Itaipu, há momentos de conciliação. No entanto, tal postura de qualquer mídia não pode ser concebida de forma estática, o movimento político revela um complexo jogo de conflitos e cooperações, sendo que as críticas a Itaipu se acentuam no final da década de 1970, cujo ônus da Usina se tornara mais evidente, como bem descreveu Catta (2009). Havia a preocupação com a permanência da classe trabalhadora empobrecida que se fixava na cidade e a constituição de favelas, que conflitavam com a estética urbana idealizada pelas elites principalmente em áreas centrais, isso preocupava o poder público e as classes dominantes. O teor crítico da Revista Painei se resume basicamente a esse aspecto, o processo de “favelização” gerado na década de 1970 e ao crescimento populacional desordenado:

Por que nasceram as favelas em Foz do Iguazu? Se não existisse a ideia da “maior hidrelétrica do mundo” nossa cidade estaria hoje contando com uma população de 40 a 45 mil habitantes, Foz seria uma cidade comum em ritmo de marcha lenta e pacata, sem favelas organizadas porque não atrairia pessoal de fora para vir trabalhar aqui (Revista Painei, 1977, nº 47, p.17).

As favelas são apontadas pela revista como o lado negativo, perverso de um desenvolvimento que “falhou” por não ser planejado, percebe-se aqui novamente a idealização do desenvolvimento capitalista e a tentativa de controle do capital⁶⁸, seguindo o mesmo protótipo da análise que encontramos no último plano diretor. As matérias da Revista Painei, quando articula os problemas sociais e urbanos com a construção da usina, responsabiliza a mesma pela situação de pobreza e espoliação vivida por setores da população local, o que de fato possui coerência, mas reproduz concomitantemente um discurso em que exige que os recursos públicos da Itaipu promovam uma “reformulação” urbana e social da cidade.

⁶⁸ Segundo Mészáros (2002 p.98) “O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim sob curto intervalo, mas que não consegue superar definitivamente suas contradições como o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho”. Movimento que se expressa em maior grau após os anos dourados do capitalismo nos anos 60 e o seu respectivo esgotamento do estado de bem-estar social. Na atual fase do paradigma do desenvolvimento capitalista, que obtém no desemprego e na precarização do trabalho a marca central.

Desse modo os grupos dominantes locais apontam como solução para os problemas sociais e urbanos um maior investimento (público) no turismo. No anseio da construção de uma cidade turística, organizada, higienizada e “civilizada”, o embate com a usina possui duas faces. Se retroalimenta das manifestações populares de desapropriados contra a usina, grupo articulado com movimentos sociais como a CPT, abrindo espaço para a crítica a usina e conseguindo força política para pressionar o governo federal e municipal pelos investimentos na estrutura urbana e turística. Dessa forma, a revista não se continha em rasgar elogios à mesma quando diretores da Itaipu se reuniam com os representantes locais:

A cúpula de Itaipu, sensibilizada sempre pelos altos interesses coletivos que se manifesta na segunda capital do turismo e sede da maior hidrelétrica do mundo, esteve reunida nesse mês no hotel Bourbon, visando centralizar opiniões e condensar esforços da continuidade do desenvolvimento metódico e ordenado que registrará a Foz do futuro imediato. (Revista Painei, dezembro de 1977, p. 8)

Desde o final da década de 1970 é perceptível à construção de um discurso de desenvolvimento econômico a partir do turismo, disseminado pela revista e pelos planos diretores. Porém, nas décadas que se sucederam a Foz do Iguaçu não cresceu economicamente, ao contrário, todo o país viveu uma recessão, período de turbulência social e política. Nos anos de 1980, a vocação turística engendrada na ideologia⁶⁹ local, é ampliada e corporificada, transformando-se em **vontade coletiva**, mobilizando importantes esferas sociais. Os ideólogos das associações comerciais e empresariais perseguem esse horizonte, tornando esse ponto um fim político praticamente incontestável que vai se consolidando aos poucos, a partir de aplicações de políticas públicas, fundamentalmente, na **turistificação do espaço urbano**.

⁶⁹ Segundo (Gramsci 1978, pp 16-18) “Ideologia é (...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivo. (...) neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política. Portanto, o que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de “que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real”.

Catta (2009) chamou atenção no início da década de 1980, para o seminário de desenvolvimento regional, patrocinado pelo governo municipal e entidades empresariais, que, fundamentado em dados estatísticos, dava visibilidade aos problemas sociais. O documento descrevia a situação da desordem estabelecida no espaço urbano da cidade e apresentava como alternativas a construção de negócios no setor turístico. “As conclusões do seminário, como sempre, apontavam para maiores investimentos de recurso no turismo local, conseguido nas diversas esferas do poder público que reivindicavam uma mudança estética da cidade” (CATTA, 2009, p. 471).

No discurso do empresariado o investimento no turismo traria uma expansão do setor de serviços, gerando empregos. A reformulação do espaço urbano traria mais turistas e com a vinda deles mais renda, mas de fato orientava-se a criação de um desenho mais atraente para a cidade, em prol do “desenvolvimento” do setor, que clamava para uma higienização da cidade⁷⁰, do que para a solução dos problemas daquela população. O turismo vai se transformando na agenda central do município, o interesse particular das elites locais é generalizado como a solução para toda sociedade.

Isso só foi possível, através da **fusão de grupos “progressistas” ligados aos movimentos de trabalhadores e agricultores contra a usina, que faziam oposição à ditadura civil militar, com setores conservadores das elites locais, que visavam à retomada da direção política local**, ou seja, a unidade do grupo se deu a partir da lógica do mesmo inimigo comum- os tecnocratas da Usina e sua ingerência política centralizadora. **Fundou-se desse movimento um importante aparelho privado de hegemonia, o Jornal Nosso Tempo**. Movimento, que só pode ser compreendido com uma mínima articulação com a conjuntura nacional da década de 1980.

1.5 Anos 80 a década perdida: Nosso tempo, redemocratização e disputa de hegemonia em Foz do Iguaçu.

“(…). Não se deve formar a concepção estreita de que a pequena burguesia, por princípio, visa impor um interesse de classe egoísta. Ela acredita ao contrário, que as condições especiais para sua emancipação são as condições gerais sem as quais a

70 Há um Trecho evidenciado por Catta (2009) do documento, na P. 5, que alerta para o perigo do desemprego, mendicância e furtos na cidade.

sociedade moderna não pode ser salva nem evitada a luta de classes”⁷¹.

Karl Marx- O 18 de Brumário

Entre as décadas de 1970-80 o tema da democracia no Brasil se consolida enquanto centro do debate político. Inicialmente incorporado ao campo da esquerda⁷² e articulado a resistência à ditadura civil-militar, e posteriormente agregado pelos mais diferentes setores da sociedade. A democracia ia se constituindo como “consenso”. Sob o guarda-chuva da necessidade de “redemocratização” encontravam-se setores progressistas de base popular da igreja, trabalhistas, sindicalistas, socialistas⁷³ e até mesmo frações liberais e conservadoras da pequena e média burguesia⁷⁴. Na instalação da democracia representativa ocorre o fortalecimento de oposição à ditadura civil militar, que pode ser visualizada com o rompimento do bipartidarismo entre a Aliança Renovador Nacional (ARENA), partido de sustentação da ditadura civil militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido teoricamente de oposição ao regime.

⁷¹ (MARX, [1852] 2011, p.43).

⁷² O principal teórico na formulação da democracia no campo da esquerda foi Carlos Nelson Coutinho (1974 e 1979) que elaborou uma série de formulações de uma transição da democracia para o socialismo. Segundo Netto (2012 p. 71): “ninguém contesta que foi Carlos Nelson que colocou a discussão da relação democracia/socialismo no coração da agenda da esquerda brasileira”.

⁷³ Na segunda metade dos anos de 1970, a dívida externa batia recordes, o capitalismo vivia uma crise internacional, no Brasil vivíamos a “desaceleração” do milagre econômico. Nesse contexto o presidente Jimmy Carter (EUA) adota um tom de ‘autopreservação’ do sistema, discursando em favor da necessidade de abertura política no continente latino-americano. Buscava-se uma forma de constitucionalizar o regime. O então presidente ditador do Brasil Ernesto Geisel (1974) sinaliza que abertura política ocorreria de forma lenta e gradual. O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um longo tempo – seu caráter lento –, de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade (...) o projeto de abertura representava uma volta ao Estado de Direito, a reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país. (SILVA 2003 pp262-263)

⁷⁴ Sobre a crítica a setores reformistas da esquerda Brasileira especificamente ao (PCB) nessa época ver, Marini (2012 p.135) “A redemocratização, destinada a restabelecer as condições necessárias para a participação política das massas (...) trata-se de criar de novo a base necessária para o restabelecimento da frente única operário burguesa que marcou o governo Goulart, isto, é o diálogo entre duas classes. (...) essa esquerda não chega hoje a outro resultado que não o de assinalar, como saída para crise atual, uma volta ao passado.

No contexto de criação de novos partidos e surgimento de novas lideranças políticas e nascimento do “novo sindicalismo” explicita-se um acirramento de projetos políticos. É nessa conjuntura que é configurada no Brasil e no continente latino-americano a segunda forma do neoliberalismo, amoldada sob os marcos dos pleitos eleitorais e sustentada pela democracia representativa, prevalecendo mais **consenso e menos Força**⁷⁵. Para tal é esclarecedora a aceção de Florestan Fernandes sobre esse período como o de um processo de “radicalismo burguês”. “Os anos 80 é um processo de consolidação de uma democracia autocrática, uma ditadura preventiva de classes mesclando aspectos de autoritarismo com demagogias populistas” (FERNANDES, 1976, p.365).

Dentro desse momento de “radicalismo burguês” ou “bonapartismo” setores das elites participaram de aventuras nacionalistas aderindo a estratégia “etapista”. Fernandes (1981) evidencia que por mais que essa classe pudesse lutar por causas mais democráticas e justas, jamais romperiam com a dominação imperialista nesse período em que se prevaleceu a estratégia de aliança de classe incorporada por amplo setor da esquerda brasileira. Um período de explosão de lutas e disputa de diferentes projetos, mas muitos cooptados ou amoldados dentro dos limites da ordem e sufocados dentro dos pleitos eleitorais do estado. O ciclo histórico de 1980-89 consolida o neoliberalismo no Brasil dentro dos marcos da democracia representativa.

Essa pequena digressão foi realizada com o intuito de situar o momento histórico do país, expresso no cenário local com a criação do Jornal Nosso Tempo. Cujas concepção política é formulada dentro daquele processo que delimitamos como “consenso” da democracia, desenvolvido por amplos setores que apostavam na estratégia de aliança de classes como fórmula de transição da ditadura para a democracia. **A estratégia do jornal se deu por meio da fusão entre progressistas e conservadores, sendo criado por onze sócios**⁷⁶, todos filiados aos partidos

⁷⁵ Segundo Castelo (2012 pp. 623-624) “A primeira forma do neoliberalismo surgiu na América latina com a autocracia burguesa nos anos 1970. Tendo como marco o golpe de Pinochet no Chile em 1973. A segunda fase do neoliberalismo no continente ocorreu nos anos de 1980, quando presidentes foram eleitos com uma plataforma tipicamente liberal. Desta forma o neoliberalismo ressurgiu na região a partir da democracia representativa”.

⁷⁶ Alberto Koebels, Evandro Teixeira ambos do (PDS), Eloy Adail Brandt (PMDB), Emerson Wagner (PMDB), Claudio Rorato (PMDB), José Leopoldino Neto (PDT), Jesse Vidal (PDT) e Adelino de Souza (PDT), Juvêncio Mazarollo (PMDB) e Aluizio Palmar (PDT).

organizados no município, congregando frações do PDS, PMDB e PDT⁷⁷. Tendo como jornalistas do Nosso Tempo dois ex presos políticos que eram também articulados com movimentos sociais da região⁷⁸ e entre os fundadores, representantes das elites locais⁷⁹ e médios e grandes proprietários de terra⁸⁰ da região. Ressalta-se que somente o PMDB e o PDS no município possuíam vereadores na câmara municipal. A tensão significativa entre setores da elite local, Itaipu/Prefeitura, refletia na câmara municipal, com conflitos entre vereadores e o prefeito nomeado, uma tensão expressiva entre grupos locais e os grupos responsáveis pela construção e instalação da usina. A câmara era um termômetro da guerra de posição entre esses blocos.

O jornal Nosso Tempo foi criado no calor dessa disputa, ou seja, dentro do processo de redemocratização que produziu um embate significativo contra a nomeação do prefeito, seguido de uma linha editorial contra a ditadura civil militar, cujo as críticas estavam direcionadas à Itaipu que detinha o poder centralizado no município. Observa-se que apesar de o jornal ser produzido por uma fusão de setores, a articulação do PMDB era majoritária entre os sócios. A tentativa de interpretar a posição política e ideológica do jornal descolada desse momento histórico do país compromete a interpretação desse enquanto fonte, uma vez que existe uma **controvérsia significativa** produzida pela bibliografia acadêmica sobre o semanário Nosso Tempo.

Catta (2009) atribui ao jornal um papel **independente e crítico** ao realizar severas críticas a ditadura e a Itaipu Binacional. O autor atribui ao jornal um caráter

⁷⁷ O PDS apresentava a nível nacional uma agenda política de uma democracia autocrática, correlacionada a apoiadores e agentes do golpe de 1964, defendendo uma transição lenta e gradual, que não ameaçasse ou punisse os golpistas. O partido em sua maioria em Foz do Iguaçu era a favor da nomeação para prefeito e os desmandos políticos da usina, mas **houve uma pequena fração** que se aliou a outros partidos contra a nomeação, adotando uma estratégia política dúbia, uma parte apoiava a ditadura. PMDB e PDT possuíam uma agenda política de caráter “popular”, e começaram no final da década de 1970 a se aproximar com grupos de agricultores atingidos pela usina, foram os partidos que fizeram trabalhos de base nas favelas cuja luta estava em torno da construção de casas populares. Principalmente o PMDB criou diversas associações de bairro desenvolvendo uma política de caráter populista. Os dois blocos de partidos no município sintetizam bem a “transição” democrática do Brasil que mesclava aspectos de autoritarismo com demagogias populistas.

⁷⁸ Aluizio Palmar foi militante do MR8 e VPR, ex preso político e Juvêncio Mazarrollo que também era sócio do jornal e liderança da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) que travou importante embate com a Itaipu na luta dos expropriados.

⁷⁹ **Como o advogado Claudio Rorato oriundo de família tradicional local, atrelado ao grupo de Dobrandino da Silva** do antigo MDB. E o empresário Santo Salvatti atrelado ao setor do turismo dono de hotel e de agências de viagem, que escreveu alguns editoriais do jornal.

⁸⁰ Alberto Koebel e Emerson Wagner.

independente, como se ele tivesse sido criado para defender as classes subalternas para denunciar a situação de espoliação e pobreza que vivia grande parcela da população de Foz do Iguaçu. Na acepção do autor sobre o jornal:

Este se consolidou como um periódico crítico do sistema vigente, causando muitas polêmicas na sociedade Iguaçuense, pois tinha um posicionamento em relação à Itaipu e ao governo municipal, tendo grande independência não se preocupando quanto às medidas de retaliação que pudessem ser impostas. (CATTÁ, 2009, p. 246).

Segundo Catta (2009), o jornal se caracteriza por ser um veículo crítico ao sistema vigente. Tal descrição do conflito é exposta de forma dual entre o jornal contra a Itaipu e a prefeitura, desse modo seria o Nosso Tempo o representante da sociedade iguaçuense. Para o autor, o jornal fora criado para denunciar os desmandos da usina, não apresentando uma problematização de como ou quem financiava ou patrocinava esse veículo. Deste modo, **é produzido um discurso de heroicização e altruísmo dos jornalistas e editores** do periódico, que não temiam as retaliações e defendiam as camadas de baixa renda. Porém, nessa análise, há um peso desproporcional referente à autonomia do jornal, posto como um veículo independente por lutar contra as estruturas hegemônicas, tal análise se equivoca ao visualizar uma classe dominante apresentada como monolítica, os tecnocratas da usina.

Em alguns momentos Catta (2009, p. 289) reconhece que o jornal possuía apoio de “classes emergentes enriquecidas no período da euforia econômica da cidade, e que não participavam da condução política de Foz do Iguaçu queriam mudanças radicais que lhe permitissem maior interferência nos assuntos que lhe tocavam”. Para o autor, tal grupo foi conivente com os desmandos da usina, em um período que também enriqueceram, mas, posteriormente, vivenciaram um refluxo econômico com o final da construção, sofrendo uma queda no padrão de vida com o período de “recessão” em que se encontrava o município e que afetava principalmente o setor do comércio e serviços. Entre outras preocupações desse grupo de “emergentes” que são expressas no jornal estão a estética da cidade e o turismo:

Dentre tantos problemas denunciados pelo jornal que se avolumam no cotidiano da cidade, o que mobilizava a opinião pública, pois confrontava com a estética da cidade turística

presenciada por todos que lá viviam, o mais significativo era o da favelização generalizada (Catta, 2009, p. 247).

Contudo, o Jornal Nosso Tempo observa os moradores como entes passivos em relação ao poder público, policial e empresarial, produzindo uma vitimização dos moradores das favelas e áreas periféricas da cidade. O processo de “favelização” em Foz do Iguaçu surge como um discurso de oposição do jornal A Usina, aqui há uma simbiose interessante, pois, a crítica ocorre ao mesmo tempo em que se realiza denúncias sob a condição de vida de uma parcela significativa da população, fazendo a defesa de direitos e melhores condições para esses moradores.

O jornal Nosso Tempo produz uma memória de uma cidade idílica antes da usina, que só foi se deparar com desigualdades, conflitos e contradições com a chegada da usina, tal memória não é inócua e, é fruto dessa guerra de posição entre essas frações de classe. Outra preocupação constante do jornal era o desenvolvimento do turismo, tal setor aparece como epicentro da disputa entre setores locais com a usina⁸¹.

Na análise de Souza (2009), o jornal Nosso Tempo contribuiu para criar uma memória a partir dos “pioneiros” e contra a ingerência e intervenção do governo federal, como forma de utilizar do passado para atingir o poder político no presente. Para a autora, o jornal produziu uma memória contra a presença exógena de Itaipu, visando reafirmar a força e legitimidade dessa elite local, articulada em torno do PMDB que apostou em uma estratégia de democracia participativa, congregando interesses populares e das elites locais, para assumir a direção política local. Segundo Souza (2009):

A retomada do trabalho de reconstrução da memória da cidade foi realizada por setores da classe dominante local, críticos à ditadura, à ingerência e intervenção do governo federal consubstanciadas nas ações de Itaipu. Sua iniciativa em produzir a memória da cidade significava, reafirmar a legitimidade desse grupo, articulado em torno do PMDB essa era da terra e ser da

⁸¹ Há documentos no site [www.documentosrevelados.com.br/repressão/forças-armadas-perseguição-da-ditadura-ao-jornal-nosso-tempo-de-foz-do-iguazu-parte](http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forças-armadas-perseguição-da-ditadura-ao-jornal-nosso-tempo-de-foz-do-iguazu-parte). Que revelam a perseguição da ditadura aos jornalistas e ao jornal. No total são expostos sete documentos produzidos pela divisão da Polícia Federal, centro de informações do exército, serviço nacional de informações pela assessoria de segurança da Itaipu binacional. Acessado dia 10/06/14.

terra era mais do que um elemento do arquétipo do pioneiro, o que não significava ser necessariamente nascido em Foz do Iguaçu, mas pertencer ou ser herdeiro daquele grupo de homens e mulheres que aceitaram o fardo civilizador que enfrentaram e ocuparam o sertão (...). O núcleo intelectual responsável pela elaboração e pelo desenvolvimento desse projeto de resgate da memória da cidade, apoiado no arquétipo do pioneiro, era formado por jovens jornalistas e editores de Foz do Iguaçu. Alguns deles foram, até o final dos anos de 1980, proprietários do jornal *Nosso Tempo*, um semanário local, conhecido por sua linha editorial crítica ao regime militar. Aliás, esse jornal já publicava entrevistas com os chamados pioneiros iguaçuences, desde 1980 (Souza, 2009 pp. 112-113).

Souza (2009) constata o movimento conflituoso de construção da proposição da memória da cidade articulada em torno de uma dita vocação turística, mostrando que aquilo que se apresenta como memória hegemônica, composta pela história dos pioneiros, das famílias bem-sucedidas na cidade e pela história oficial de Foz do Iguaçu, a partir das Cataratas do Iguaçu e da Itaipu, nem sempre se constituiu de forma unitária e linear, havendo momentos de cisão entre elas. Contudo, a própria conjuntura de elaboração do *Nosso Tempo* traz elementos dessas contradições correlacionados a um movimento maior, não determinado somente pelas condições locais, mas, principalmente pelos aspectos da conjuntura nacional desse período histórico.

O jornal agregou um conjunto de vozes que foram atingidas pela construção e instalação da usina, incorporando desde agricultores, desapropriados, barrageiros, moradores de favelas e setores das elites locais. Tal bloco foi alinhado no guarda-chuva da “redemocratização”, sendo que a maior bandeira nesse cenário local era a volta das eleições para prefeito do município. O jornal possuía fortes vínculos com o PMDB, o que nos remete a identificar a disputa pela direção política local, consolidada em 1985, com a disputa das eleições municipais, o que reflete em grande medida uma atualização do conflito entre os dois blocos do antigo MDB e ARENA na cidade de Foz do Iguaçu, metamorfoseados no PDS e PMDB.

O *Nosso Tempo* se torna um panfleto “anti-Itaipu” ao denunciar as contradições envolvendo a usina. Há matérias referentes ao processo de segregação entre as vilas de Itaipu e o restante da cidade. Tal periódico se consolidou entre as principais fontes de pesquisas acadêmicas condizentes a construção e instalação de Itaipu, mas, a relação do semanário com as elites locais ou com grupos “emergentes” passou despercebida por

grande parte da bibliografia acadêmica, assim, o conflito da Itaipu fora reduzido em grandes aspectos pela historiografia como o da classe dominante contra uma legião de oprimidos. A relação da luta contra Itaipu incorporada também pelas elites locais foi um fator negligenciado. **A análise de Souza (2009) superou explicações convencionais desse fenômeno, que atribuía concepções generalizantes à denúncia de uma ação moral da elite dirigente de Itaipu.**

A postura do jornal não é estática e revela aspectos da disputa política econômica local. O Nosso Tempo é fundado no dia três de dezembro de 1980⁸² e na primeira publicação destacam-se duas matérias. A primeira apresenta a luta do Bispo Dom Olivo Fazza em favor dos desapropriados pela Itaipu, que não haviam sido indenizados ou não concordavam com o valor da indenização, no qual o jornal difunde a manifestação de agricultores contra a Usina:

Jamais os ufanistas tecnocratas, que idealizaram e começaram atabalhados a construção da usina, imaginaram passar pela difamação a que foram submetidos com a maior justiça pela luta dos desapropriados. Os que esperavam apenas glorificações estão agora expostos à execração perante o mundo. Não sem razão. Nada há de gratuito ou exagerado nas manifestações dos desapropriados. (Jornal Nosso Tempo, 3 a 10 de dezembro de 1980, p.12).

A segunda matéria corresponde à outra denúncia contra a hidrelétrica. Elaborada de forma mais sutil, o jornal faz uma comparação das ações do primeiro prefeito de Foz do Iguaçu, que aparece como o “ilustre” Jorge Schimmelpfeng e os tempos de passados “gloriosos”⁸³ com o presente retrógrado, denunciando a gestão do prefeito interventor

⁸² Tal conflito pode ser visualizado na edição nº 4, do jornal Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, de 7 a 14 de janeiro de 1981. Pp 6-7. Setores empresariais da cidade pressionavam a Itaipu pela exploração da visita ao canteiro de obras da usina, sendo que parte do valor cobrado seria destinado ao Codefi, (companhia de desenvolvimento de Foz do Iguaçu) ligado ao empresariado local. O jornal acusava nessa disputa que a Itaipu queria destruir o turismo local, defendendo que o setor fosse administrado pela iniciativa privada e não pela prefeitura que estava nas mãos da Itaipu.

⁸³ O jornal também incentivava a população a realizar manifestações contra a Usina, como em matéria divulgada, na 14ª edição: “A manifestação parece inevitável, os agricultores estão literalmente esgotados e decepcionados com todas negociações, conversações e trocas de documentos contra a Itaipu. Eles conhecem a exaustão a insensibilidade e teimosia das autoridades de Itaipu. (...) A ausência de manifestação por parte de agricultores desde julho e agosto do ano passado, longe de significar a regeneração de Itaipu, representou um processo de indispensável radicalização que se anuncia a partir do próximo dia 16, Itaipu viverá dias críticos e vexatórios por sua própria culpa. (Jornal Nosso Tempo 1 a 18 de março, p.13 1981).

Clovis Cunha Vianna, que ocupava o cargo desde 1974. A matéria reforçava a incapacidade administrativa dos prefeitos nomeados: “as nomeações longe de atenderem aos interesses da comunidade, recaem, quase sempre, em pessoas estranhas, desconhecedoras dos problemas municipais”⁸⁴. Existe a elaboração de uma memória política que valoriza as ações de ex-políticos, oriundos da cidade, preestabelecendo que o município funcionava bem quando era administrado por moradores da cidade, a rememoração do passado aparece como ferramenta da disputa do presente.

Na segunda edição do jornal essa estratégia é mais clara. A partir da entrevista com o ex-vereador e empresário Sady Vidal, que ocupou cargo na câmara na década de 1950, são reconstruídos aspectos da vida política e social da cidade de Foz do Iguaçu-PR. Apresentando uma memória política saudosista, a vida política e econômica nessa narrativa transcorria em perfeita harmonia antes da chegada da Itaipu, revelando a indignação de Vidal referente a nomeação para prefeito. “É uma verdadeira violência tirarem nosso direito de escolher prefeito, os caras nos impõem uma pessoa de confiança deles e temos que engolir a seco”⁸⁵. O Nosso Tempo soube produzir entrevistas para rememorar os tempos em que os moradores podiam eleger seu prefeito.

Além da crítica à centralização política, percebe-se a repetição do discurso da necessidade do município de ser administrado por pessoas da cidade, num claro discurso contra os “nomeados” que vinham até mesmo de outras regiões, como caso do alagoano Tercio Albuquerque (ARENA). Assim, é exposta a tensão no cenário político local, que se arrastava desde a metade da década de 1970. Há uma acentuação significativa entre setores das elites locais que viram a direção política escapar das suas mãos com a chegada dos grupos exógenos que vieram administrar a Itaipu e acabaram administrando o município. A onda de “transição” democrática que vivia o país era a possibilidade dos grupos dominantes locais articulados dentro dos partidos elegerem seus representantes.

Há diversos trechos da entrevista citada, cujo esse embate é posto. A crítica à direção exógena é personificada pelo jornal na figura de Tércio Albuquerque, que fora deputado federal pela ARENA e ocupou a cadeira da prefeitura em duas ocasiões. O mesmo teve cargo de superintendente da Itaipu Binacional. Tércio foi o maior

⁸⁴ Jornal Nosso Tempo, 3 a 10 de dezembro, 1980. Foz do Iguaçu-PR.

⁸⁵ Semanário Nosso Tempo, 2ª edição 10 a 17 de dezembro, P.8, 1980, Foz do Iguaçu-PR.

representante da ARENA na esfera regional⁸⁶, sendo apontado pelo jornal como “testa de ferro” do general Costa Cavalcante. Para setores das elites locais, reforçar o pioneirismo daqueles que chegaram antes da Itaipu e alegar que desenvolviam o turismo na cidade era uma forma de fazer a disputa política com a usina.

A terceira edição do jornal apresentou uma mesa de debate com seis lideranças locais discutindo a nomeação para prefeito. A manchete dessa edição é contundente: “Políticos Condenam Administração Cunha Viana”⁸⁷. O debate é articulado pelo jornal com representantes dos partidos organizados ou em fase de organização no município, PDS, PMDB, PDT e o PP⁸⁸. Das seis lideranças convidadas pelo jornal, dois são representantes do PMDB (José Leopoldino Neto, presidente municipal do partido e o vereador Sérgio Espada), um do PDT (o advogado Vanderli Moreira), um do PP (o empresário Antônio Savaris) e dois do PDS (Alberto Koelbs e Evandro Teixeira, ambos vereadores). Três⁸⁹ dos convidados pelo jornal são sócios do mesmo.

No início todas as “lideranças” convidadas pelo jornal afirmaram serem contra a nomeação para prefeito e esboçaram um discurso a favor da eleição, reforçando a ideia de que a cidade precisa ser administrada por alguém que pertença a essa terra. Porém, enquanto o debate se desenvolve, aparecem elementos de divergência entre esse grupo. Alberto Koebel revela que a maioria do PDS (antiga Arena) apoiava a nomeação para prefeito, mas que havia divergência dentro do próprio partido. O vereador citado adota um tom ameno, dizendo que o principal problema não é nomeação, mas o fato de que os nomeados não são de Foz do Iguaçu e sim de “fora”.

A avaliação de Antônio Savaris a respeito do momento político incorpora elementos de conciliação. Apesar de reconhecer que há problemas na nomeação para prefeito, ele sai em defesa de Cunha Vianna, “a culpa não é do prefeito, ele só obedece a ordens, mas sou contra a intervenção; nós temos direito de eleger nosso prefeito”. Até o

⁸⁶ Afirmação feita com base nos documentos oficiais da Arena de Foz do Iguaçu, encontrado no acervo do centro de direitos humanos e memória popular.

⁸⁷ (Semanário Nosso Tempo, 3ª edição 24 a 30 de dezembro, 1980, Foz do Iguaçu-PR.

⁸⁸ Partido fundado a partir de uma dissidência do MDB/PMDB, liderado por Tancredo Neves.

⁸⁹ Alberto Koebel (PDS), Evandro Teixeira (PDS) e Sergio Espada (PMDB).

momento a posição do representante do PP não era de ruptura com a prefeitura municipal e a Itaipu, não enfrentando de forma direta a nomeação para prefeito.

Um dos aspectos mais importantes desse debate é a discussão entre Savaris e o vereador Sergio Espada, que detém o discurso mais áspero em relação a nomeação e a Itaipu. Ele apresenta uma proposição de colonização da cidade de Foz do Iguaçu pela Usina. “Foz do Iguaçu foi colonizada pela Itaipu qualquer medida tomada pelo executivo sempre precisou do referendo da Itaipu”. Para Savaris não houve colonização, “a Itaipu trouxe muita coisa boa para o município”. A postura de Savaris é ambígua, mas sempre que o tema Itaipu e nomeação “rangem” na entrevista ele aponta para o caminho da conciliação dos setores locais com a usina, aqui nos parece uma pista interessante da tomada de posição entre os diferentes partidos, em relação a nomeação e a centralização de Itaipu, havendo uma certa polarização no que tange a Itaipu entre as próprias frações da elite, o que é possível de ser visualizado pela postura de Savaris e Koebels em defesa da mesma. Isso ocorre ao mesmo passo que as posturas da maioria das outras lideranças caminham para a crítica à Usina e ruptura com a nomeação.

É importante ainda perceber a tomada de posição das lideranças políticas referente à Itaipu; não há consenso, lembrando que se trata aqui de uma postura que não é estática, existindo rupturas e conchavos dentro desse jogo “político”. No campo do discurso trazido pelo jornal podemos perceber a oposição a direção centralizada de Itaipu de forma aberta de Sérgio Espada (PMDB), Neto (PMDB), Antônio Moreira (PDT) e Evandro Teixeira (PDS), sendo que esse grupo possui total correlação com o Nosso Tempo, que expressa a articulação crítica a Itaipu e a nomeação de prefeito. As falas desse grupo partem da concepção de que todas as mazelas sociais geradas no município vieram com a instalação da hidrelétrica.

No âmbito mais conservador se encontram Antônio Savaris e Alberto Koebel (PDS), que a princípio detém a postura mais radical perante a defesa da Usina, mas que muda sua posição durante a entrevista ao se posicionar **em defesa da gestão de Clovis Cunha Vianna**, avaliando sua administração a frente do município como boa. **Contradição ainda maior ao perceber que o mesmo também é sócio do jornal.** As outras lideranças convidadas pelo jornal se posicionam de forma contrária a nomeação e avaliam a gestão de Clovis Vianna como péssima ou ruim. Assim, o periódico local conclui:

Líderes políticos de todos os partidos formados e em formação em Foz do Iguaçu, abrem as baterias contra os prefeitos interventores e julgam a administração de Clovis Cunha Viana como péssima (Jornal Nosso Tempo, 17 a 24 de dezembro, 1980, p. 07.)

Percebe-se a disputa em torno da direção local em um emaranhado de proposições que tentavam atingir a centralização política da Itaipu. Nesse período são inúmeras matérias de denúncia de corrupção, descaso e má administração contra a gestão do prefeito interventor. Além da defesa recorrente em favor de que a cidade de Foz do Iguaçu fosse administrada por alguém da “terra”, o turismo aparece como parte da identidade desse comando local a frente do município. Parte das lideranças políticas “locais” era composta por vereadores, cuja ação era mais simbólica, já que os vereadores não possuíam força em suas ações, pois a decisão mais importante era tomada pelo prefeito ou pelo General Costa Cavalcanti. O debate promovido pelo jornal aponta para a existência de uma guerra de posição dentro da câmara municipal, que se tencionava ano pós ano.

Ao analisar o jornal percebe-se que de 1980 a 1983, o periódico estabelece a mesma linha editorial crítica à ditadura civil militar representada pela Itaipu. No ato dessa ação, simultaneamente à valorização dos representantes políticos do passado, constrói-se uma visão de um passado glorioso e de um presente infernal. Tal formulação sinalizava para o retorno dos grupos locais a frente do município. Contudo, a postura do jornal se modificou a medida em que Clóvis Cunha Viana ia se desgastando politicamente. O jornal até 1983 manteve o perfil, fiel à crítica intensiva à ditadura e a Itaipu, mas tal posição sofrerá uma mudança substancial em 1984. Na edição 105, o jornal declarava: “Vianna entregou a rapadura, viajou em companhia do deputado Sérgio Espada e entregou seu pedido de demissão ao governador”.

Na ocasião era apresentado o “final” de um ciclo de nove anos do prefeito interventor. O final não era um fim, mas, uma retomada, um recomeço das elites locais a frente do poder público local. A metade da década de 1980 na cidade de Foz do Iguaçu demarca a ruptura contra a intervenção e nomeação para cadeira municipal, mas, não significava uma vitória democrática ou “popular” por não representar ainda eleição direta, mas **a nomeação de um novo prefeito**, que agora deveria ser uma liderança local. Tal postura condiz bastante com a leitura expressa na fala do vereador Koebels

(PDS), cujo problema não era o fim da nomeação, mas que o nomeado não fosse alguém de Foz do Iguaçu.

Com a saída de Clóvis Cunha Vianna, os partidos PMDB⁹⁰ e PDS elaboram uma lista em conjunto com a indicação de três nomes para assumir a prefeitura municipal. A lista tríplice continha nomes e currículos de Mario Boff (PMDB), Nadir Rafagnin (PMDB)⁹¹ e Wadis Benvenutti (PDS), que passariam pela apreciação do governador do estado. A demora da nomeação do novo prefeito levou cinco vereadores⁹², a maioria da bancada do PDS, **a fazerem greve de fome, solicitando urgência na nomeação, o que revela um desgaste até mesmo com o partido da base que sustentava a nomeação.**

A greve durou oito dias tendo apoio e desaprovação dos presidentes dos dois partidos, mas foi oferecida de maneira ufanista pelos vereadores ao povo de Foz do Iguaçu. O empresário Wadis Benvenutti, que era o presidente da Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI), foi o escolhido pelo governo estadual, significando **a retomada da elite local à prefeitura.** Em entrevista ao Jornal Nosso Tempo, o novo prefeito afirmava:

Estou certo que contarei com o apoio dos empresários iguaçuenses, cuja classe tive a honra de representar nos últimos quatro anos. (...) temos como pilares de nossa economia o turismo e o comércio, o turismo é atividade sazonal e o comércio altamente dependente da fronteira (...). Com a ponte da amizade Brasil e Paraguai, as cidades fronteiriças formarão uma só comunidade, **o símbolo dessa integração é a majestosa Itaipu,** trabalho de brasileiros e paraguaios unidos no progresso (Jornal Nosso Tempo, 16 a 22 de março de 1984, p.12).

⁹⁰ PMDB indicou Nadir Rafagnin, o PDS indicou Wádis Bienvenutti, tal indicação causou fissuras nos dois partidos; Tercio Albuquerque, Sergio Lobato e Paulo Macdonald disputaram com Bienvenutti a indicação do PDS, no PMDB alguns setores acusaram que o nome de Nadir Rafagnin foi indicado pelo Vereador Dobrandino Gustavo da Silva, para ter o “nome” queimado com os militares, pois sabiam que a indicação do prefeito seria de alguém do PDS.

⁹¹ Para Catta (2009) nesse período Dobrandino Gustavo da Silva começa a se projetar como porta-voz das camadas de baixa renda da População, promovendo com setores do partido uma série de medidas assistencialistas e paternalistas. Segundo depoimento de Jorge Gimenez membro do partido, o diretório do PMDB recebia de 70 a 80 pessoas por dia que pediam assistência médica, material de construção, passagem, emprego, etc.

⁹² Severino Sacomori, Justino Bianco, Emerson Wagner, João Kuster todos do (PDS) e José Arceno do PMDB.

O ano de 1984 representa um afrouxamento na disputa entre elites locais e a Itaipu, o que não significa dizer que não houve conflitos e controvérsias entre os blocos, mas, é perceptível que os editoriais do Nosso Tempo ficaram mais amenos em relação à Usina. A posse de Wadis Bienvenutti representava a continuidade do grupo associado à ditadura no poder, a única diferença era que esse representava os interesses dos empresários e comerciantes do município e era “local”. Com o fim da nomeação e as eleições de 1985 a disputa entre os dois blocos políticos se acentuou. O PDS lança o nome de Tércio Albuquerque à prefeitura, antigo aliado do General Costa Cavalcanti, e o PMDB lança o vereador Dobrandino Gustavo da Silva, representando o salto das disputas entre a Itaipu e setores locais, correlacionado a conjuntura nacional a disputa entre um grupo pertencente, apoiadores da ditadura e setores populistas da antiga base do MDB.

O ano de 1984 traz, ainda de forma não muito consolidada, a retomada da elite local à prefeitura municipal. Observando as ações do grupo liderado pela ACIFI encontra-se um amplo relatório de atividades⁹³ escrito por Wadis Bienvenutti destinada a Câmara de Vereadores. Tais proposições acerca da cidade são escritas em termos de uma “prestação de contas” ao poder público. O relatório é dividido em 20 pautas, onde destacam-se duas: o turismo e o planejamento urbano. Sobre o setor turístico o relatório expressava:

- a) A elaboração de programas de incremento, incentivo e projeção turística visando à ampliação desse setor, e a legitimação do projeto político desse grupo referente à memória e história dos pioneiros locais;
- b) A preocupação dos grupos dominantes locais com a melhor preparação da força de trabalho destinada ao turismo e a hotelaria.

Quanto ao primeiro ponto o relatório revela o convite feito pela prefeitura municipal a jornalistas renomados de grandes meios para conhecer a cidade, visando ampliar a divulgação jornalística a partir de conceituados meios de imprensa. O relatório destaca a filmagem das Cataratas do Iguazu apresentada no telejornalismo da Rede Globo, que realizou também um trabalho no programa Fantástico. Neste, o objetivo é mostrar ao público de todo país desaparecimento das Sete Quedas, que era muitas vezes confundida com as Cataratas do Iguazu. Após dez anos da destruição das

⁹³ Relatório de atividades da prefeitura municipal de 1984-85 Gestão de Wadis Benvenutti. 28 de fevereiro de 1985.

quedas em Guaíra-PR, havia ainda a necessidade de elaboração de propagandas e matérias de jornais que prestassem esclarecimento público de que as Cataratas do Iguaçu ainda existiam, revelando que o atrativo turístico de Foz do Iguaçu não possuía uma grande projeção nacional.

Uma parte extensa do relatório descreve medidas focadas na elaboração ideológica para o turismo, como ações disseminadas nas escolas municipais e a elaboração de cartilhas do turismo, visando “conscientizar” a comunidade local sobre a importância do benefício do setor. Segundo o relatório havia a necessidade de desenvolver o espírito de hospitalidade na cidade e preparar os moradores para darem informações turísticas e históricas do município. Tal apontamento revela elementos da construção da “cultura” turística idealizada por grupos dominantes, cujo aspecto mais importante está justamente na área da **cultura**, focando na construção histórica do município com o intuito de introjetar a memória dos pioneiros e do desenvolvimento do turismo.

O enfoque do projeto estava destinado ao público infantil, mas, em outra passagem apresentava a preocupação com a juventude e os adultos. Assim, encontra-se referência de que a prefeitura promovia um encontro todas as quintas-feiras as 16 horas na biblioteca municipal “destinado a convidar os pioneiros para narrar a história do município” (PMFI, 1985, p.57). No espaço da biblioteca municipal, visavam reproduzir uma concepção de cidade a partir da **visão de mundo** dos pioneiros, uma clara articulação da história do município a grupos dominantes locais e ao turismo, evidenciando o quanto essa construção é artificial. Além disso, o documento aponta para a criação do conselho de Cultura e Turismo que desenvolveria atividades nas escolas públicas⁹⁴.

O esforço apresentado no relatório é em pensar o desenvolvimento de Foz do Iguaçu a partir dos pioneiros da cidade, um esforço não só da construção de uma memória, que se tornaria a “história” do município, mas da legitimação do projeto político e econômico desse grupo. No ato da construção da noção de desenvolvimento da cidade a partir do turismo estão a força e a unidade desse grupo no comando local, as famílias do empresariado local se tornam os protagonistas da história da cidade, alargando o grupo dos pioneiros locais, reincorporados nas narrativas dos

⁹⁴ Sobre a relação dos pioneiros com o ensino público nas escolas, Souza (2009) detectou a influência dessa memória, reproduzida como história nos livros didáticos do município, no ensino fundamental, onde é ensinada a história do município.

memorialistas⁹⁵. A repetição em torno de tal atividade reforça esse protagonismo e visa ampliação de novos negócios no setor, pois a influência do turismo é estratégica em vários segmentos, como comércio e serviços campo de ação da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI).

O turismo é caracterizado no relatório como uma atividade mais operativa do que administrativa. Sob esse pretexto, o novo prefeito nomeado delegou a tarefa de operação desse setor à “classe envolvida e interessada no incremento turístico”, logo a exploração do turismo ficaria sob a tutela do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu (CODEFI), dando pistas que o turismo deve ser administrado em sua plenitude pela iniciativa privada. Utilizando da estrutura do estado, tal conselho tinha como presença majoritária os grandes empresários e comerciantes locais. No plano institucional o documento revela a apresentação de um documento na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná solicitando cooperação dos parlamentares do Estado com a promoção turística da cidade de Foz do Iguaçu.

Sob o segundo ponto elencado, o relatório cita uma pesquisa realizada em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores do Turismo e Hotelaria para dimensionar as “carências e necessidades de mão de obra para o setor”, expressando uma dificuldade na incorporação da força de trabalho local para o turismo e hotelaria. Tal situação revela que apesar de a cidade possuir um alto índice de força de trabalho excedente após a construção da hidrelétrica, essa não estava “apta” para desenvolver tal atividade. Os “peões” da Itaipu, cuja maioria era do setor da construção civil, não possuíam o perfil desejado pelo empresariado, que necessitava de gente para lidar com “estrangeiros”, falando outros idiomas.

Tal documento aponta para a necessidade de capacitação dos moradores para trabalharem no turismo. O relatório demonstra que apesar da preocupação com a preparação de uma força de trabalho “especializada”, tais medidas deveriam ser encampadas pelo setor público e consistiam na elaboração e produção de cursos oferecidos pelos órgãos especializados no setor de comércio, turismo e serviços. Tal capacitação no turismo na gestão de Bienvenutti focava-se na formação de Guias Turísticos, que segundo o documento: “entre 1984-1985 foram formados 105 guias turísticos, que receberam certificação e habilitação de órgão especializados do turismo”.

⁹⁵ Para Souza (2009) na década de 80-90, entram as novas construções dos memorialistas; A revista memória, o encarte “foz 80 anos” e o livro retratos. Produzidos por grupos ligados ao PMDB

O relatório enfatiza a preparação técnica de guias turísticos, o que revela o amadorismo do setor nesse período. Contudo, o ponto mais crítico da cidade de Foz do Iguaçu, segundo o documento, é o planejamento urbano. Dentre esses pontos merecem destaques:

- A) Processo de higienização social e ação em torno de limpeza pública;
- B) Reforma urbana em áreas estratégicas para as classes dominantes e o turismo, processo de “desfavelamento”.

O documento descreve Foz do Iguaçu como uma cidade suja e cheia de mato, possuindo uma imagem depreciativa perante os habitantes e turistas. O documento propõe como solução a conscientização da população para manter a cidade limpa e organizada, como se toda sujeira fosse oriunda de maus hábitos e, posteriormente, a ampliação das equipes de limpeza do município, delegando ao Departamento de Serviços Urbanos tal tarefa. O documento reforça a importância de atividades atinentes ao “visual” de Foz do Iguaçu, indicando a necessidade de arborização de ruas e avenidas nas principais vias do município, a necessidade da elaboração de um planejamento paisagístico nesses territórios e posteriormente nos bairros, o que não revela nenhum segredo na prioridade das gestões públicas.

O relatório destaca entre as principais obras dessa rápida gestão a construção de um posto de informações turísticas localizado na BR 277⁹⁶, principal rodovia de acesso à cidade de Foz do Iguaçu. Segundo o documento: “esta obra resolve um dos maiores problemas que os turistas encontravam logo que chegavam: a falta de informação a respeito hotéis, excursões, pontos turísticos, etc. Tal posto funcionará 24 horas por dia” (PMFI, 1985 p.26). **O valor declarado da obra de 64 m² foi de 30.000 milhões de cruzeiros**, se caracterizando como o segundo maior investimento dessa gestão. O primeiro seria, segundo o relatório, a reforma do terminal rodoviário⁹⁷. A preocupação com a infraestrutura urbana terá de forma quase consecutiva relação com o turismo, seja na prioridade das obras ou na produção de infraestruturas.

⁹⁶ Tal obra que se localiza na região de Três Lagoas, nunca foi completamente implementada e segue eternamente nas pautas das gestões municipais.

⁹⁷ O empreendimento segundo o relatório tinha o custo de 101.000 milhões de cruzeiros.

O documento deixa claro a necessidade de higienizar o centro da cidade, encaminhando um plano de ação na tentativa de restringir o comércio ambulante em algumas áreas consideradas de “grande interesse”. Em outro trecho é descrita como prioridade do município, obras na estrutura física da rodoviária visando deixá-la com um aspecto mais funcional, limpo e organizado, apontando como local prioritário por ser fluxo de entrada e saída de turistas. Tal medida de organização que se remete unicamente à estrutura da rodoviária, não é sinalizada no documento nenhuma medida quanto ao seu entorno urbano. Há também aspectos do relatório que chamam atenção para a falta de segurança dentro da rodoviária, revelando a instalação de um posto de segurança no local.

Constata-se um significativo esforço na realização de projetos de melhoramentos de praças e avenidas centrais, indicando um processo também de disciplinamento no centro comercial, apontando como reduto de “indigentes” e solicitando o aumento de contingente policial. A cidade passava por um processo de ordenação e disciplinarização do espaço, tal proposição caminha tentando apontar aquilo que Emílio Gonzalez (2006) descreveu como reurbanização do centro comercial e financeiro da cidade. “Durante os anos 80 o centro foi redefinido a partir da demolição de prédios e casas antigas, houve o recapeamento asfáltico e tais ações previam também remoções (inconclusas) de populações dessas áreas” (GONZALEZ, 2006, p.71). Tal situação, de remoção dessas populações de áreas centrais, aparece como anseio dos grupos dominantes desde o primeiro plano de desenvolvimento do município de 1968. É justamente as favelas que mais geravam inquietude nas autoridades locais, como descreve o documento:

Nos deparamos com uma dificuldade, acarretada por um problema de natureza social cuja solução enseja medidas cuidadosas. Trata-se de áreas de propriedade do município invadidas por terceiros, especialmente núcleos favelados, situação que deverá ter um planejamento de atuação e acompanhamento montado a partir do presente ano. (PMFI, 1985, p. 83).

Entre as medidas que deveriam ser encaradas pelo Estado e estavam indicadas no relatório para impedir as ocupações irregulares e o crescimento de núcleos favelados estava a construção de muros em imóveis públicos pertencentes à prefeitura, principalmente nas localizações das principais vias da cidade, o objetivo era impedir ou

dificultar a ‘invasão de propriedade. Tal conflito se arrasta por décadas na cidade de Foz do Iguaçu. O documento de 1985 revela algumas medidas a serem encaradas pelo poder público a respeito do projeto de desfavelamento; o primeiro apontamento revela necessidade do mapeamento de favelas, com o intuito de controlar sua proliferação, tal mapeamento deveria ser incorporado por pesquisas e dados estatísticos a constar na elaboração do anuário estático da cidade de Foz do Iguaçu. Posteriormente a esse mapeamento deveria ser efetivado um “programa de desfavelamento, devendo atingir alguns bolsões de miséria mais comprometidos” (PMFI, 1985, p.35).

Outro aspecto importante na tentativa de o Estado ter maior controle sobre a situação urbana foi à criação do departamento de patrimônio, no qual todos os imóveis do município deveriam ser cadastrados e adequados a uma nova legislação urbanística. Nesse momento, já era possível identificar a tentativa de ordenamento da cidade a partir de uma concepção funcionalista do espaço, na qual ela deveria ser dividida em zonas urbanas bem definidas, como “zona de interesse social”, “zona comercial”, “zona turística”, “zonas de interesse urbano” e assim por diante. Nesse processo, incluem-se as áreas periféricas enquanto espaço destinado à moradia das classes de baixa renda.

A construção da cidade turística demanda ações no plano material (estrutural) e ações ideológicas (intelectual). Dessa maneira, entende-se que tanto a desocupação de áreas irregulares na região central, o desvio de fluxos migratórios internos para áreas periféricas, a reurbanização, racionalização e disciplinarização das zonas urbanas, quanto à construção de um campo hegemônico de memórias, foram partes constitutivas do mesmo esforço de grupos dominantes que visavam garantir tanto a sua hegemonia no poder, como a monumentalização de sua trajetória. Segundo Marx e Engels, a partir da produção e reprodução material e intelectual de sua visão de mundo (ideologia):

As ideias (‘Gedanken’) da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual (...) Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros

da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (MARX e ENGELS, [1848],1984, Pp.72-74).

Na constante tarefa de legitimar esse projeto de cidade turística como um ideal hegemônico foram elaboradas formulações unitárias e coerentes da realidade, **fundamentadas tanto na produção de conhecimento, quanto em pareceres técnicos que não são neutros ou desvalidos de interesses, financiados por setores dominantes na tentativa de generalizar Foz do Iguaçu como a cidade do turismo.** Lefebvre (2001, p.47) percebia o urbanismo como uma doutrina, isto é, como uma ideologia em que “interpreta os conhecimentos parciais, pareceres técnicos e justifica suas aplicações”.

No próximo capítulo, o texto é direcionado aos aspectos **da produção do espaço urbano**, dialogando ainda com outras pesquisas que analisaram a cidade de Foz do Iguaçu nas décadas de 1990 e 2000, quando é estabelecido outro paradigma nas pesquisas científicas: a relação entre as três fronteiras com o turismo e a observação de um suposto “novo” ciclo histórico, a partir do comércio de mercadorias importadas com o Paraguai. Como veremos, tal contexto revela novos aspectos das lutas de classes em torno da cidade de Foz do Iguaçu e uma disputa da identidade turística com outro “monstro”, a Ponte da Amizade.

Capítulo 2. Produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu

“A produção e apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e contradições sociais, como também as reafirma e reproduz. É com esse papel social ativo, de reflexo e reproduzidor dos conflitos sociais, que o ambiente construído está sendo conceituado nesse texto”⁹⁸.

Henry Lefebvre- O direito a cidade

O objetivo dessa parte da pesquisa é analisar o processo de produção e apropriação do espaço urbano de Foz do Iguaçu. Para tanto, leva-se em consideração o processo conflitivo entre um projeto de cidade desenvolvido por frações da classe dominante local, que visa a expansão e a valorização das áreas urbanas de interesse econômico e turístico, na tentativa de consolidar um modelo de cidade “desejada” pelas associações empresariais e comerciais do município. Com a coexistência de um grande fluxo de capital, pessoas e mercadorias a partir do comércio de produtos importados da fronteira, elemento que garante a permanência e o constante fluxo de uma classe trabalhadora, que pode ser visualizada através uma série de práticas sociais que visam normatizar os modos de vida dessa população de fronteira, que se encontram em um processo conflitivo que perpassa pela lógica de reestruturação urbana e social da região.

Contudo, quando se investiga as transformações ou reformas espaciais em um município fronteiriço a situação possui novas variáveis, pois exige que se considere a identificação do papel das fronteiras no processo de expansão capitalista. Assim, o diálogo com a pesquisa de Cardin (2010) sob o processo de reprodução do capital e sua relação com o **circuito sacoleiro** foi imprescindível para compreensão de aspectos conflitivos da cidade oficial “turística” com a cidade “ilegal” marcada pela prática do contrabando e outras formas de reprodução social, associadas à fronteira. Esse processo não é somente material, pois envolve o imaginário individual e coletivo, numa relação mediada por representações que agregam “valores” e diferentes apropriações do espaço

⁹⁸

Lefebvre ([1968] 2001, p. 85)

urbano, afetando a representação e a reprodução oficial da cidade turística de Foz do Iguaçu.

A complexa relação das “redes de cidades” situadas nas três fronteiras, principalmente na relação de Foz do Iguaçu com *Ciudad Del Este*, revela aspectos contraditórios entre o “**espaço concebido**” - dos planejadores, dos urbanistas e dos tecnocratas do poder público que exigem um processo incisivo de transformação e configuração do território para favorecer a otimização de seu uso político e econômico na fronteira. Com o “**espaço vivido**” da apropriação de elementos da cidade e do espaço de fronteira, que implica na experiência social da **classe trabalhadora sui generis** da região⁹⁹. Nos termos de Lefebvre (2001), esses diferentes *usos* do espaço, são elementos da relação dos valores de uso e troca na cidade. O primeiro concebe a cidade como obra e o segundo como produto, portanto: “a produção e apropriação do espaço urbano não só reflete as contradições e desigualdades sociais como também as reafirma e a reproduz” (LEFEBVRE, 2001 p.88).

Assim, formulamos uma crítica à lógica **empreendedora da cidade** e ao espaço concebido sob dois aspectos: 1) por construir um espaço urbano a partir da cultura técnica, a qual toma o mundo como uma substância que pode ser ordenada, planejada, manipulada, tendo uma relação instrumental com a cidade e desconsiderando as relações sociais de fronteira, importante mediação no município. 2) por produzir planos discursivos que reproduzem a noção de desenvolvimento econômico atrelado ao turismo, o qual mostraremos outra face e implicações desse processo.

Inicialmente, visando compreender aspectos essenciais da produção e apropriação do espaço urbano entre o final da década de 1980 e meados dos anos 2000 na relação do desenvolvimento urbano, focaremos a atenção para o espaço urbano fragmentado de Foz do Iguaçu. Em outros termos, observaremos o conflito ente à cidade “oficial” e a “ilegal”, mediadas por disputas e representações da cidade turística e da cidade do contrabando com seus reflexos na guerra de **posição local**, aspecto **material dentro do cenário político**. Não suficiente, destacaremos também o **sentido simbólico da apropriação do espaço físico**, do qual existem mediações e representações da cidade e da fronteira.

⁹⁹ Relação social de trabalho informal e paraformal associado ao contrabando e comércios “ilegais” ou clandestinos na fronteira.

Na segunda parte do capítulo discutiremos o espaço urbano como produto das frações hegemônicas da cidade de Foz do Iguaçu, focando no papel essencial da segregação urbana para a desigual apropriação de recursos no espaço e na centralização de investimentos públicos nas infraestruturas em determinadas regiões. Além de tratarmos da disputa por localizações estratégicas para a expansão do setor turístico, que revelam a “ameaça” as comunidades inseridas nas margens do Rio Paraná e Iguaçu, objeto de interesse de diferentes usos políticos e econômico.

2.1 A fronteira como Unidade de contrários: A complexa relação da cidade oficial com a cidade ilegal.

“No processo de expansão incontrolável do capital o legal e o ilegal misturam-se em único processo enquanto o trabalho formal é dependente de funções desempenhadas por trabalhadores informais, garantindo assim um desenvolvimento exposto em números oficiais sustentados em pilares cravados em solos de areias”¹⁰⁰

Eric Cardin-Turismo em Foz do Iguaçu: as possíveis faces de um mesmo processo.

Cardin (2010) analisa o processo de expansão do capital nas três fronteiras, problematizando a noção de desenvolvimento regional, que simultaneamente engloba duas esferas nesse processo: o setor turístico e o circuito sacoleiro¹⁰¹. Para tanto, observa um movimento dialético que une e separa duas concepções do município de Foz do Iguaçu, a cidade “oficial” turística e “ilegal” do contrabando¹⁰², mostrando que há momentos conflituosos de oposição entre essas preposições de cidade “turística” e cidade da “muamba”¹⁰³, mas, que concomitantemente existe uma correlação entre essas atividades na produção e circulação de capital na fronteira.

¹⁰⁰ Cardin (2010-b, p.15)

¹⁰¹ O termo identifica as relações entre os diferentes sujeitos sociais responsáveis pelo percurso trilhado pelas mercadorias disponibilizadas no mercado paraguaio e que entram no Brasil de forma ilegal.

¹⁰² Importação e exportação de mercadorias proibidas.

¹⁰³ Muamba é uma gíria utilizada para designar itens de contrabando.

Para o autor, aspectos da economia “subterrânea”, como o contrabando marcaram todo o processo de desenvolvimento econômico da região das três fronteiras, mas, sofreram importantes variáveis a partir da formação do município de *Porto Presidente Stroessner*, atual Ciudad Del Este (Paraguai):

A fundação de Porto Presidente Stroessner, ocorrida em 28 de janeiro de 1957 pelo decreto do poder executivo paraguaio de nº 24.634, estava alicerçada nos interesses políticos e econômicos paraguaios que visavam a consolidação de uma rota internacional que possibilitasse o escoamento da produção nacional pelo Oceano Atlântico. Visando fortalecer este viés de desenvolvimento, pouco depois da fundação do município, mais precisamente no ano de 1960, foi criado aquilo que hoje se conhece como *microcentro*. De maneira resumida, trata-se de uma região comercial onde prevalecem impostos diferenciados, estabelecidos através de um contrato do governo federal paraguaio com a empresa norteamericana *Foreign Markets Trading* (FMT). (CARDIN 2010 p 40).

O desenvolvimento dessa zona franca promoveu uma grande circulação de pessoas, de mercadorias e de capital, promovida majoritariamente por atividades comerciais peculiares, marcadas por características geopolíticas da região das três fronteiras, que serviu como atrativo para um fluxo migratório¹⁰⁴. Segundo dados do IBGE (2010), na década de 1950 e 60, o comércio na fronteira atraiu um grande contingente de imigrantes do oriente médio, sobretudo libaneses¹⁰⁵. Na década de 1980, chegaram chineses e coreanos¹⁰⁶, que ajudaram a impulsionar o comércio de artigos importados na fronteira.

Durante esta década se manteve um alto índice de crescimento populacional do município, principalmente devido ao comércio internacional na fronteira, que foi se

¹⁰⁴ Segundo (Rabossi 2004) Comerciantes de Assunção capital do Paraguai vieram na década de 60 montar comércios na zona franca de Ciudad Del este, nesse período chegavam vendedores árabes, e ampliaram algumas relações comerciais preestabelecidas no período das obras.

¹⁰⁵ Segundo o IBGE (2010) a população árabe contabiliza aproximadamente 14 mil migrantes e descendentes na cidade de Foz do Iguaçu

¹⁰⁶ Segundo o IBGE (2010) as populações chinesas e coreanas contabilizam juntas aproximadamente cinco mil migrantes e descendentes.

definindo como espaço de possibilidades de trabalho, sobrevivência e enriquecimento, se tornando um ambiente de esperança e frustração para famílias e etnias que se deslocavam¹⁰⁷. Para Cardin (2010), apesar de existirem fluxos migratórios nas décadas de 1960-80, a formação do *microcentro em Ciudad Del Este* foi consolidada no período de recessão econômica de 1980-90 no Brasil, que agravou a força de trabalho excedente na região após o final da construção da Usina de Itaipu e do fluxo de pessoas atraídos pela mesma. Foi nesse período que o **circuito sacoleiro** começou a se organizar.

A compra e venda de mercadorias importadas era pouco fiscalizada e os preços dos produtos disponibilizadas no *microcentro* de Ciudad del Este eram atrativos e garantiam o sucesso das ocupações existentes na fronteira, sendo um convite para que outros trabalhadores desempregados procurassem seus meios de renda e sobrevivência no Paraguai.

Durante a década de 1990 a região referida vivenciou uma intensa movimentação de *compristas* motivada pelos valores competitivos das mercadorias negociadas em Ciudad del Este, pela baixa no preço do dólar, pela fragilidade na fiscalização da Receita Federal e pelo desemprego estrutural que atingia a população brasileira. Milhares de trabalhadores visitavam diariamente as vielas do município paraguaio atrás dos melhores preços com o intuito de revender as mercadorias de forma mais lucrativa nos diferentes lugares do território brasileiro. Muitos *sacoleiros* atravessavam o país em comboios para transportar a maior quantidade possível de produtos, utilizando outros trabalhadores para auxiliarem nos serviços executados, gerando uma grande rede de negócios e ocupando um contingente populacional significativo. (CARDIN 2010, p.163).

O autor constata, com a expansão do comércio de mercadorias importadas, inúmeras modificações na forma de atuação dos trabalhadores inseridos no **circuito sacoleiro** durante as últimas duas décadas. No início a atividade era realizada por trabalhadores independentes e aventureiros que vinham “espontaneamente” tentar a

¹⁰⁷ Como tratamos no primeiro capítulo da grande migração associada ao processo de construção e instalação da usina de Itaipu, nos concentraremos nesse capítulo na relação desse fluxo com o comércio de mercadorias entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, descrito pelos órgãos oficiais como o ciclo do “comprismo”.

“sorte” na fronteira. Gradativamente, com o desenvolvimento dessa atividade no início da década de 1990, plasmou-se um esquema complexo, marcado por hierarquias internas com muitas estratégias e sigilo. Cardin (2010) já identificava no final da década de 1980 a assimetria de recursos entre a Foz do Iguaçu ‘legal’, oficial e turística, com a cidade “ilegal” ilícita e informal, a partir do comércio de produtos importados (contrabandeados) na fronteira.

O capital movimentado ilegalmente nas relações comerciais ocorridas na região da Ponte da Amizade gradativamente se tornou indispensável nos negócios realizados no comércio brasileiro. Parte do dinheiro empregado por *sacoleiros* na compra de mercadorias que seriam revendidas no território nacional era utilizada para o pagamento dos inúmeros brasileiros que trabalhavam como vendedores nas lojas paraguaias e gastavam seus salários adquirindo serviços e comprando nas lojas e mercados do comércio de Foz do Iguaçu. Sem embargo, o dinheiro que saía do país ilegalmente voltava em parte para o município brasileiro sustentando o comércio e a economia locais (Cardin 2010 p.164).

O autor começa a desenvolver a relação da fusão econômica da cidade de Foz do Iguaçu, demarcando uma relação de dependência na circulação de capital entre a economia publicável (turismo, produção de energia, serviços) com a economia subterrânea (contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas, lavagem de dinheiro). O autor aborda as relações dessas atividades no município de forma simultânea, em um processo que a cidade “oficial” e “ilegal” se encontram, realizando uma **unidade de contrários**. O autor observa que os meios de hospedagens¹⁰⁸ na cidade de Foz do Iguaçu, um dos mais importantes do setor turístico, acompanhou a oscilação do comércio de produtos na fronteira e respectivamente do circuito sacoleiro:

Há uma oscilação no número de meios de hospedagem entre os anos de 1990 e 2006, cobrindo assim como ápice do *comprismo em Ciudad del Este*. Como também a época da sua decadência, esses meios de hospedagens surgiram exclusivamente como estocagem de

¹⁰⁸

Meios de hospedagens inclui além de hotéis, pousadas, albergues, hosteis etc.

mercadorias oriundas do Paraguai (...) Muitos hotéis são verdadeiros galpões de armazenagem (CARDIN, 2010, p. 12).

Denominaremos esse processo descrito por Cardin (2010) de **dialética do turismo. Rompendo com a ideia “etapista” e linear de desenvolvimento dessa atividade no município, consideramos que o turismo não é uma atividade bem-sucedida somente pela ação dos empresários, do marketing ou devido as Cataratas do Iguaçu, mas em parte, por possuir correlação com o comprismo no Paraguai.** O fluxo de capital, gerado com o contrabando e por outras práticas não oficiais de produção e circulação de capital na região, muitas vezes é apropriado por esse setor durante a venda de serviços. Com isso, não estamos afirmando que estes setores estão relacionados a práticas ilícitas, mas, indicando que parte dos recursos utilizados na compra dos serviços vendidos pelo setor, muitas vezes, encontra-se relacionado ao mercado subterrâneo.

Observa-se que a **guerra de posição**, expressa na ideologia da vocação turística, afeta aspectos da **representação hegemônica** da cidade (WILIAMS, 1979). Nesse momento, o **simulacro turístico** é fortemente abalado, pois evidencia que a produção e circulação de capital e, respectivamente, a sobrevivência e a reprodução social das pessoas na região não estão sustentadas de forma exclusiva na economia do turismo. Além disso, segundo o próprio Plano Diretor Municipal (2006), a imagem de Foz do Iguaçu está constantemente vinculada a prática do contrabando e a outras práticas negativas:

Neste período nota-se a intensificação nas ofertas de ocupações informais a brasileiros, que cruzavam a fronteira para trabalhos diários no comércio de Ciudad del Este (Paraguai), entre outros que se estabeleciam na região da Ponte da Amizade, para venda de alimentos e produtos eletrônicos (camelôs), e transporte de mercadorias. Esse ciclo se concretiza no início da década de noventa, o que irá ser modificado somente no final do mesmo período, deixando seus resultados na infraestrutura e equipamentos complementares e de apoio, e no Turismo. O movimento de compras na região irá estancar em função dos fatores de ordem econômica, política, social e legal – o que implicou numa maior fiscalização empenhada pela Receita Federal em repressão ao contrabando de produtos importados. Como

reflexo imediato, todo equipamento hoteleiro, serviço e infraestrutura que “adaptaram-se” às funções dessa demanda, sentem sua primeira grande recessão, abatendo a economia local (PDM, 2006, p.232).

Como demonstrou Gramsci (2000), a hegemonia só é possível quando há unidade e coerência entre teoria e prática. Nas sociedades divididas em classes sociais, existem diferentes visões de mundo que representam o máximo de consciência possível de cada classe. **Podemos afirmar então que as visões sociais de mundo se constituem a partir de interpretações unitárias e internamente coerentes da realidade objetiva, capazes de apreender determinações postas por ela e a partir daí servir de base a programas eficazes de intervenção – o que significa que podem distorcer, ocultar e mistificar aspectos fundamentais do real desde que isto não inviabilize sua eficácia.** Com a impossibilidade de as elites locais ocultarem, inverterem e mistificarem a relação do contrabando com a economia local houve uma **reificação** dessa relação, criando o termo **turismo de compras**.

Cardin (2010) enumera fatores decisivos para o desenvolvimento das relações comerciais estabelecidas na região da Ponte da Amizade, onde se destacam: 1) o processo de democratização e liberalização econômica do Brasil e do Paraguai; 2) o conseqüente aumento da implantação de políticas internacionais visando facilitar o trânsito de capitais e de mercadorias; 3) a reestruturação produtiva que permitem que as indústrias de bens e serviços se beneficiassem das melhores condições de produção independente do local onde esteja instalada sua matriz e, por fim; 4) a reestruturação das relações de trabalho, ampliando as formas de extração de mais-valia absoluta e relativa num período marcado pelo desemprego aonde foram criados subemprego.

Todas estas variáveis se vinculam às diversas estratégias, tanto na sobrevivência dos trabalhadores como na reprodução de capital nas três fronteiras. Como observou Dreyfus (2007, P. 112), “es posible decir que Foz y Ciudad del Este tienen una relación simbiótica en la que la enorme informalidad de la economía de la ciudad paraguaya contribuye a mantener un alto nivel de vida en la ciudad brasileña”. Neste contexto, a fronteira se torna uma imensa teia de relações, uma complexa trama que reúne a ação simultânea de múltiplos agentes sociais, trabalhadores informais, imigrantes de todas as regiões do mundo e capitalistas das mais diferentes nacionalidades.

Para Cardin (2010), as diferenças políticas e econômicas entre os países vizinhos visualizada nas diferenças tributárias ao mesmo tempo em que garantem o interesse

turístico da região, também se configura com fonte de renda e subsistência para milhares de trabalhadores ocupados nas diferentes atividades geradas pelos percursos das mercadorias. Ele parte de uma análise da estrutura econômica e a relaciona aos modos de vida e às estratégias de sobrevivência e resistência dos trabalhadores do **circuito sacoleiro**, que adaptam sua forma de vida e seus modos operandi a partir da conjuntura da fronteira, alternando produtos, negócios e locais de trabalho conforme as políticas de controle e fiscalização da fronteira são modificadas.

Além disso, realiza uma análise das trajetórias de vida dos trabalhadores informais, reconhecendo as ações dos múltiplos sujeitos sociais da fronteira: laranjas¹⁰⁹, sacoleiros¹¹⁰, barqueiros¹¹¹, muambeiros¹¹², paseros¹¹³, cigarreiros¹¹⁴, carregadores¹¹⁵ e batedores¹¹⁶, enfim, a classe trabalhadora *sui generis* da região, que encontra no espaço fronterístico o chão, a condição, o meio de sua reprodução social na busca de realização de suas necessidades, desejos e satisfações socialmente construídas. Em linhas gerais, “os trabalhadores da fronteira são aqueles que não se enquadram nos tipos ideais forjados pelo capital, são aqueles que resistem ao empreendedorismo, à qualificação

¹⁰⁹ Trabalhadores contratados informalmente para transportar determinada quantia de mercadoria em troca de um valor previamente determinado, que é conhecido como “cota”. Esse serviço possui a função de auxiliar os sacoleiros na travessia dos produtos adquiridos pela Ponte da Amizade e pelos Postos de Fiscalização da Polícia e da Receita Federal.

¹¹⁰ Trabalhadores responsáveis pela intermediação das relações comerciais entre os empresários que atuam no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias adquiridas no país vizinho por todo o território brasileiro. Eles são, ao mesmo tempo, os atravessadores e os distribuidores no Brasil dos inúmeros produtos disponibilizados no mercado paraguaio, atuando de forma autônoma ou para um *patrão*.

¹¹¹ Trabalhador responsável pelo transporte das mercadorias pelo Rio Paraná.

¹¹² Trabalhador diretamente vinculado com a aquisição, transporte e negociação das mercadorias contrabandeadas.

¹¹³ Trabalhadores Paraguaio e Argentinos, que correspondem aos *laranjas* brasileiros. No entanto, eles fazem o caminho inverso, compram mercadorias no Brasil e as revendem no Paraguai e na Argentina.

¹¹⁴ Trabalhador responsável exclusivamente pelo transporte de cigarros sobre a Ponte da Amizade.

¹¹⁵ Trabalhador ocupado em transportar as mercadorias na barranca dos Rios Paraná e Iguçu.

¹¹⁶ Dirige os automóveis que vão à frente dos veículos que transportam as mercadorias compradas no Paraguai. O objetivo é verificar as “condições” da pista e comunicar aos *sacoleiros*. Em outras palavras, o trabalho dos batedores é conferir e avisar se os postos de fiscalização da Política e da Receita Federal estão funcionando e se existe algum tipo de fiscalização realizada ao longo da rodovia.

total, às competências, à empregabilidade, enfim, aos modismos empresariais do sistema hegemônico” (CARDIN, 2010, p. 140).

O autor constata a partir das entrevistas com os trabalhadores do **circuito sacoleiro**, que essa ocupação na fronteira absorve uma população com dificuldades de ingresso no mercado formal. São jovens em busca do primeiro emprego, pessoas de mais idade, deficientes físicos, pessoas com baixa escolaridade, enfim, que não possuem o perfil idealizado pelo modelo hegemônico. O autor descreve uma **experiência** urbana marcada por uma relação de conflito e cooperação desses e entre trabalhadores em respostas aos esforços dos órgãos governamentais em combater, ou pelo menos fragilizar suas práticas, uma realidade marcada pela não adequação ao mercado formal, pela coerção e a tentativa de padronização de usos e costumes.

Dessa forma, há captação de movimentos importantes da experiência e dos modos de vida na fronteira. O circuito sacoleiro possui algumas características marcantes que destoam da imagem de boa conduta, do trabalhador “bem comportado”, tendo como traços a informalidade, a clandestinidade e a hierarquia interna cheia de códigos e subcódigos que sustentam o seu funcionamento, desvendando importantes aspectos das teias de relações nesse amplo circuito subterrâneo que mobiliza importantes fluxos de capital, pessoas e mercadorias. A vocação turística oculta o papel que as relações subterrâneas estabelecidas entre as cidades limítrofes possuem na economia local e na produção e a circulação de capital. Essa é a face “oculta” do desenvolvimento regional, produzida concomitantemente com a exploração dos atrativos turísticos na região.

Para o autor a contradição na construção da imagem da cidade de Foz do Iguaçu, reflete em um movimento pendular da mídia impressa no município. “Ao mesmo tempo em que é defendido o fim do contrabando e da pirataria no intuito de fortalecer o comércio regular e uma imagem de cidade desvinculada das atividades ilícitas, promovendo a defesa de uma “melhor” imagem da região, o que favoreceria o setor turístico, constata-se uma preocupação com a fiscalização radical na realidade social, já que ela dificultara a existência de um conjunto de ocupações que garantiam uma renda mínima para a população” (CARDIN, 2010, p.90).

Porém localizamos um veículo de imprensa escrita, criado na defesa do comércio de fronteira que evidencia uma tensão significativa com o turismo local, um

mensal chamado *Agora Foz*¹¹⁷, produzido entre os anos de 1997-1998. Ele sobreviveu por pouco tempo, o que demonstra que tal grupo social não possuía muita força. Esse jornal tinha uma linha editorial que denunciava a crise econômica e social que a cidade vivia, articulado, segundo a sua linha editorial, ao aumento do controle e rigidez na fronteira, criticando em certos momentos a proposição da cidade turística, dando pistas de que havia uma controvérsia sobre o modelo de desenvolvimento local:

De 4 milhões de pessoas que estiveram na cidade no ano passado apenas mais de 880 mil foram visitar a vedete do turismo local, as Cataratas. Conclusão: três quartos dos turistas que chegam a Foz vêm para comprar. Por isso não se pode desprezar o comprismo, que é volumoso e ainda está aquecendo certos setores do comércio iguaçuense (Jornal *Agora Foz* 1997, 1º de abril, nº 1, P. 6).

O jornal se posiciona contra a elaboração de desenvolvimento turístico focado nas Cataratas do Iguaçu, frisando a importância do **comprismo** para a cidade; o argumento sempre é fundamentado nas cifras milionárias que essa atividade movimenta, revelando que boa parte dos “turistas” vêm para fazer compra em Ciudad del Este e não visitar as Cataratas do Iguaçu, como narra um discurso oficial:

O turismo de compras como se convencionou chamar o movimento dos sacoleiros, que já chegou a mobilizar 4 milhões de pessoas é responsável pelo emprego de 15 mil iguaçuenses no comércio de Ciudad del Este e também o estímulo da construção civil, uma vez que os empresários estabelecidos na cidade paraguaia preferem morar em Foz do Iguaçu. Segundo dados levantados por técnicos da prefeitura o turismo de compras deixa em Foz do Iguaçu 200 milhões de dólares anualmente nos setores de gastronomia, prestação de serviços e etc. (Jornal *Agora Foz* 1º de abril de 1997, p. 8).

São raras as publicações em periódicos na cidade de Foz do Iguaçu que reconhecem a importância do circuito sacoleiro na economia regional. A conclusão a que cheguei ao observar as publicações desse jornal é de que no curto prazo que existiu,

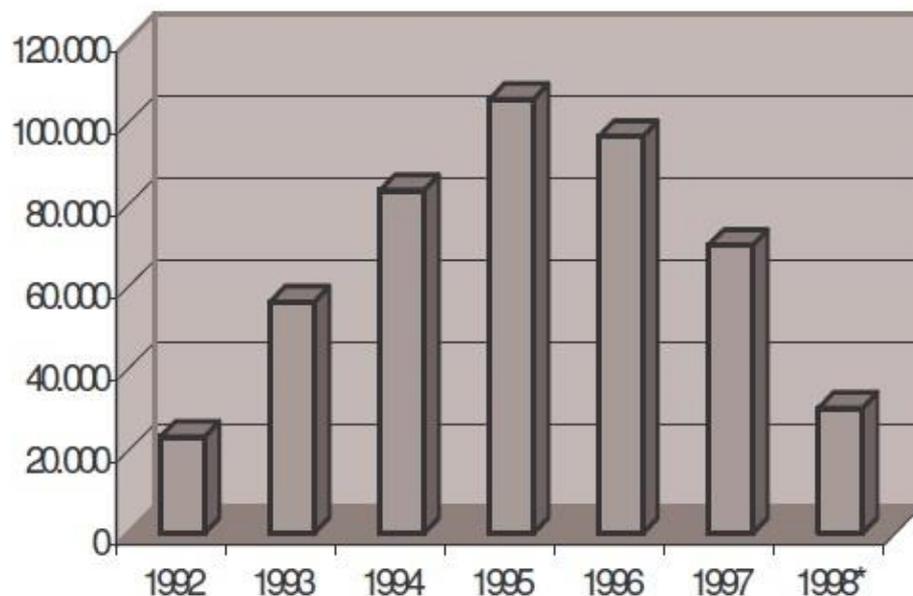
¹¹⁷ Esse jornal possui uma linha editorial semelhante com o antigo *Nosso Tempo*, tendo como editor Aluizio Palmar, que foi um dos seus principais articuladores.

aproximadamente de um ano, tentou criar um lugar de defesa e legitimidade ao **comprismo** no Paraguai. Boa parte dos patrocinadores do jornal integra os setores do varejo da região da Vila Portes, próxima a Ponte da Amizade, sendo um polo exportador do Paraná, que veio a bancarrota com a queda do comércio no Paraguai. Tal aspecto revela tensões de uma **guerra de posição** em torno da disputa pelo comando municipal. Observando os jornalistas e as pessoas envolvidas no seu corpo editorial, é possível relacionar o Jornal Agora Foz com PMDB local.

A coexistência das “representações” da cidade de Foz do Iguaçu não é pacífica a representação “oficial” da cidade de Foz do Iguaçu e sua respectiva divulgação e reprodução do conjunto de atrativos existentes na região Cataratas do Iguaçu, Itaipu Binacional, Parque das Aves, não foram suficientes para apagar no imaginário popular a imagem estereotipada de lugar hostil. Neste contexto, Cardin (2010) observou no final da década 1990 um aumento nas medidas de repressão, criminalização e tentativa de controle ao circuito sacoleiro, marcado pelo processo de criminalização dos trabalhadores, aproximando-os de traficantes e terroristas.

Entre as medidas repressivas citadas pelo autor, estão as ações da Polícia e Receita Federal que iniciam um trabalho sistemático no combate ao “contrabando”, tendo principalmente duas formas de ação: a fiscalização de hotéis próximos à fronteira com o Paraguai e a apreensão dos ônibus utilizados para o transporte de mercadorias contrabandeadas. Um gráfico sobre a diminuição dos ônibus de excursão que saíam de todas as regiões do Brasil ao Paraguai nos ajuda a visualizar a dimensão do achatamento ao **circuito sacoleiro** no município:

Gráfico 01-Movimento de ônibus de excursão de compras no Paraguai



Fonte: FOZTUR/SA, 1998 e PDM (2006 p. 232)

O gráfico mostra que, no período de três anos 1992-1995, a expansão do circuito sacoleiro quadruplica o número de excursões, revelando o processo de abertura da fronteira do Brasil com o Paraguai e o desenvolvimento do “**turismo de compras**”. No período de 1995-1998 os números de excursões passaram de 100.000 a um pouco mais de 20.000, sofrendo uma redução de 80% do fluxo, que reflete na ação de fiscalização e controle na fronteira e seu refluxo no “turismo de compras”, logo de pessoas, mercadorias e capital. Tal processo produziu reflexos sociais num curto período de tempo, com a diminuição do movimento sazonal ao comércio de fronteira, que reflete **na inflexão econômica na cidade.**

O movimento intenso dos ônibus de excursão no início da década de noventa influenciou o funcionamento de pequenas empresas prestadoras de serviços e guarda-volume, hospedagem com café da manhã e banho, e principalmente abertura de agências de viagens receptivas com o interesse exclusivo no transporte de “compristas” ou “muambeiros”. O mercado para acomodar essa demanda de pessoas e veículos (marcados pelo volume de ônibus de excursão em torno da Ponte da Amizade) rapidamente dá respostas com o surgimento de pequenos estacionamentos (informais), serviços de ambulantes, carregadores, catadores de lixo e a figura dos “laranjas”; pessoas que

vinham das cidades mais próximas para trabalhar na passagem de mercadoria entre Paraguai e Brasil (....) Outros impactos são deixados à pequena hotelaria – equipamentos extra-hoteleiro e hoteleiro dentro da certificação de uma a três estrelas, que, segundo o Órgão Oficial de Turismo (Foztur S/A), nesse período, representou mais de 85% do receptivo de hospedagem e volta-se essencialmente ao atendimento desse público, pouco ou nada exigente. No curto prazo houve um enfraquecimento do comércio de exportação e no setor de Turismo, atingindo diretamente a prestação de pequenos serviços (PDM, 2006, pp. 232-234)

As atividades informais impulsionadas pelo comércio paraguaio garantiam a sobrevivência e a ocupação de uma parcela de desempregados e autônomos da região. Contudo, com o aumento do controle e da fiscalização na fronteira, visualiza-se um período de queda dos alvarás referentes aos meios de hospedagens e as agências de viagens no município quando comparamos com décadas anteriores.

Tabela: 01 Abertura de alvarás e dos meios de hospedagens e agências de turismo

<i>Meios de hospedagem</i> ¹¹⁸			<i>Agências de turismo</i> ¹¹⁹		
Período	Nº	Taxa crescimento	Período	Nº	Taxa Crescimento
1959-1968	3		1959-1968	2	
1969-1978	11	267%	1969-1978	8	3%
1979-1988	107	873%	1979-1988	74	825%
1989-1998	208	94%	1989-1998	313	323%
1999-2008	46	-72%	1999-2009	91	- 74%

Fonte: Secretária municipal do Turismo (2013). Dados organizados pelo autor.

¹¹⁸ Composto por: hotéis, pousadas, resorts, albergues, hosteis, motéis, etc

¹¹⁹ Empresas privadas que trabalham como intermediária entre seus clientes e determinados prestadores de serviços turísticos (Empresas aéreas, hotéis, cruzeiros, com o objetivo de vender produtos e serviços relacionados com essas viagens a um preço e com determinadas condições especialmente atrativas, na fronteira, algumas dessas agências funcionam também como casa de câmbio).

O refluxo do comércio de fronteira na cidade de Foz do Iguaçu se expressa como uma problemática econômica e social importante no final do Século XX e começo do XXI, ainda mais quando acompanhado da redução drástica na abertura de alvarás referentes aos meios de hospedagens e agências de viagens. Dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (CADASTRO SOCIAL, 2006), indicam que 25% da população ativa entre 17 e 70 estava desempregada no período de acentuação de fiscalização e controle, 42,91% vivia com até dois salários-mínimos e 6% não possuía ocupação alguma.

No ano de 2000 o IBGE projetava que a cidade de Foz do Iguaçu atingiria em 2010 uma população de 325.137 habitantes. No entanto, isso não se concretizou, pois no referido ano o município atingiu uma população de 256.918 habitantes, 23% menor do que o estimado. Com crescimento inferior ao que havia sido estimada pelo IBGE, outra variável chamou a atenção, 3% da população local havia deixado a cidade durante a primeira década do Século XXI, frustrando a estimativa técnica do IBGE e com ela a idealização do crescimento da região a partir do processo de **globalização na fronteira**, incorporado pelos discursos das associações empresariais e industriais locais. Houve e ainda existe muita discussão sobre esses dados e os fatores que produziram a diminuição e a queda da taxa do crescimento populacional no município.

Para sanar essa questão buscamos informações institucionais para entender esse processo de “êxodo” urbano. Não havendo uma explicação plausível para além da realidade dos números do IBGE, realizamos uma entrevista com Luis Carlos Kossar¹²⁰, diretor do Departamento de Informações Institucionais do Município, que é o responsável pela elaboração de estáticas e coleta de dados do município desde a década de 1980. Ele relata que a década de 2000-2010 foi marcada, principalmente, por uma crise econômica na região a partir do aumento do controle da fronteira com o Paraguai, o que teria refletido na migração principalmente de jovens e no esvaziamento de alguns bairros que tinham uma relação maior com as práticas sociais informais e com o **circuito sacoleiro**:

¹²⁰ Entrevista realizada no dia 18/05/2014 na sede do Departamento de Informações Institucionais da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Com o técnico do IBGE no município e chefe do departamento de informações institucionais.

Não houve nesse período nenhuma variação na taxa de natalidade nem no número de idosos. A faixa etária de quem foi embora é jovem, essa diminuição da população não afetou a questão imobiliária, por que não migraram famílias, migraram jovens que trabalhavam no Paraguai. Se você for na casa das pessoas vai ver que os pais, os velhos, estão lá, mas os filhos foram morar em outra cidade. (...) essa juventude que foi embora de Foz foi devido à crise econômica de 2001, que afetou a cidade até 2010, devido a repressão ao comércio do Paraguai. (...) Se você olha para as regiões que mais se esvaziaram nesse processo foram aquelas que serviam de território do contrabando: Jardim América, Porto Meira, Jardim São Paulo, Morumbi e Três Lagoas.

Kossar revela o quanto a produção de documentos oficiais do município oculta aspectos referentes à relação econômica e social de Foz do Iguaçu com o comércio paraguaio, camuflando a dependência do município em relação ao **circuito sacoleiro**. O êxodo urbano principalmente da juventude de regiões periféricas coincide com o período de inflexão do **comprismo**, acompanhado da recessão econômica a partir da diminuição da cota¹²¹, mudanças aduaneiras, aumento coercitivo com a militarização da guarda municipal e criação de **forças tarefas**: ações conjuntas entre as polícias civis, militares e guarda municipal e exército nessas regiões.

O processo de globalização na fronteira, posto como o último ciclo econômico do município, é descrito por Cardin (2010) muito mais como um signo da desigualdade das políticas e das economias dos países, marcadas pela relação de exploração de imigrantes e recursos, do que pelo multiculturalismo idealizado pelo discurso oficial turístico¹²². “Trabalhadores asiáticos em situação de precariedade produzem mercadorias vendidas em lojas de árabes e chinesas localizadas em um município paraguaio que têm como público principal trabalhadores brasileiros que revendem tais mercadorias por todo o território nacional” (Cardin 2010 p.170). O autor também critica a suposta relação de “irmandade” latino-americano discursada por dirigentes políticos do MERCOSUL.

¹²¹ Redução de 250 U\$ para 150 U\$.

¹²² Discurso que associa a existência de mais de 72 etnias no município que vivem harmoniosamente.

Diferente do que muitos pensam o que garante as relações sociais, culturais, políticas e econômicas entre os países limítrofes não é a igualdade ou a suposta aproximação derivada de uma irmandade latino-americana, mas as diferenças, os conflitos, os recursos e as possibilidades oferecidas pelo outro país ao seu favor e interesse. Esta é a essência do trânsito turístico entre os países e também do próprio circuito sacoleiro. Em ambos os casos, o objetivo é apropriar-se instrumentalmente das particularidades do país vizinho, seja um atrativo turístico ou uma mercadoria que tem preços convidativos, permitindo a revenda e a obtenção de lucro. (Cardin 2010 p.42)

Dessa forma o autor conclui que a expansão do capitalismo e o aprofundamento das suas formas de exploração modificam interruptamente as dinâmicas das fronteiras. Há um processo conflituoso e incontrolável que se altera conforme os interesses e disputas das diversas frações de classes dominantes nacionais e internacionais que compõem o próprio capital. Os trabalhadores da fronteira não se colocam como “sujeitos”, mas tentam, na medida do possível, acompanhar a tendência e surfar nas ondas criadas pelo capital. Nessa complexa relação social as fronteiras são questionadas, violadas, reestruturadas e organizadas pela ação e interesses dos múltiplos agentes sociais.

Essa pesquisa traz reflexões importantes sobre a cidade de Foz do Iguaçu, por se tratar de uma cidade localizada nas três fronteiras, envolvida em uma “rede de cidades” ligada por vias fluviais e terrestres que conectam o lado brasileiro, com a Ciudad Del Este do lado paraguaio e Puerto Iguazú do lado argentino, possuindo uma relação comercial, bancária, social, urbana e política que não se esgota em seu território nacional. A vocação do turismo desvincula Foz do Iguaçu dessas “redes” de cidades com as relações não oficiais, ocultando outros processos que movimentam importantes fluxos de capital e garantem a sobrevivência de uma parcela significativa da população, cujas cifras podem ultrapassar os dados oficiais da economia regional.

2.2 Sobre o desenvolvimento do planejamento turístico e o desenvolvimento do discurso do planejamento turístico.

“O turismo mostra todos os sinais de ser o remédio predileto para economias urbanas enfermas”.¹²³

David Harvey- A produção capitalista do espaço.

Constatam-se vários processos relacionados às mudanças ocorridas no devir histórico que trouxeram resultados e transformações físicas, sociais, culturais e econômicas com influências significativas no setor turístico e no espaço urbano de Foz do Iguaçu. Tais processos expressam a relação do crescimento demográfico e sua queda com a expansão e baixa do setor turístico, observados na taxa de aberturas dos meios de hospedagens e das agências de viagens. O maior período de crescimento *real* do setor turístico referente aos meios de hospedagens foi o período de 1986-97, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 02 - Meio de hospedagens geral de (1959-2005)

Ano	Nº								
1959	1	1969	2	1979	9	1989	25	1999	4
1960	0	1970	1	1980	5	1990	17	2000	4
1961	0	1971	1	1981	6	1991	24	2001	13
1962	1	1972	1	1982	4	1992	23	2002	3
1963	0	1973	1	1983	3	1993	21	2003	5
1964	0	1974	0	1984	7	1994	29	2004	5
1965	0	1975	1	1985	7	1995	28	2005	4
1966	0	1976	1	1986	23	1996	12	-	-
1967	1	1977	1	1987	17	1997	18	-	-
1968	0	1978	2	1988	26	1998	11	-	-

Fonte: Secretária municipal do Turismo 2006, p.235. Apud Souza (2009, p.145).

O salto na abertura dos meios de hospedagens ocorre no ano de 1986, chegando a 23 e mantendo uma média geral de abertura acima de 20 até o ano de 1996. As

¹²³

Harvey (2005, p. 184 grifos nosso).

variáveis que ajudam a compreender o fenômeno são: 1) a eleição municipal de 1985, com a descentralização da economia e a flexibilização das elites locais no poder municipal quanto à liberação dos alvarás num esforço de expandir o setor turístico; 2) a valorização do peso na Argentina; 3) o aumento do fluxo de pessoas na região a partir da ascensão do comércio na fronteira com o Paraguai; 4) e a profissionalização do turismo que pode ser vista a partir da criação da *FOZTUR*.

No conjunto de fatores não se pode negar o peso de elementos combinados às relações fronteiriças, como, por exemplo, a valorização da moeda argentina e a ascensão do comprismo. As mudanças no desenvolvimento urbano na cidade são reguladas pela lógica de acumulação do capital, cuja reprodução não é fundamentalmente planejada, nem pode ser controlada pelos agentes do município, como discursam as frações dominantes locais. Aliás, o processo de crescimento econômico do município possui correlação com mudanças abruptas, como a instalação de Itaipu e o comércio de fronteira, diferente da imagem de “progresso” ordeiro que o discurso dominante reproduz.

Além de perceber o movimento de proliferação dos meios de hospedagens, observa-se também sua **espacialidade** e a diferenças entre esse conjunto que agrega hotéis de diferentes portes, pousadas, albergues e hosteis. No período de 1969-78, segundo o PDM (2006), Foz do Iguaçu tinha apenas um hotel de categoria luxo-internacional localizado dentro do Parque Nacional do Iguaçu, três de nível médio e sete que poderiam ser classificados em simples, totalizando 11 hotéis demonstrando sinais primários da organização da atividade turística.

Segundo o documento citado, o turismo nesse período estava restrito especificamente ao movimento de visitantes às Cataratas do Iguaçu e ao Marco das Três Fronteiras, que mostram como o turismo ainda era amador e restrito, não atingindo grandes proporções. Partindo desse ponto, a narrativa do Jornalista Aluizio Palmar¹²⁴, que viveu na região desde o final da década de 1960, reforça a relação do “desenvolvimento” com as atividades de sua fronteira internacional:

Na década de 60 havia um pequeno turismo nas cataratas, que sempre foi um atrativo, mas o turismo era muito fraquinho. Não era o carro-

¹²⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 04\02\2014, na sede do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de foz do Iguaçu (CDHFOZ).

chefe da economia, o que era forte era a exportação de produtos da Argentina, da onde vinha farinha, mate, óleo, etc. (...) O boom do turismo começa em 80, com aquela coisa de zona franca e tal, as lojas, shoppings e hotéis vão surgindo. É ai que o turismo é organizado como atividade mesmo só no final de 80, antes disso era uma coisa muito amadora. (Entrevista realizada no dia 04/02/14)

Os meios de hospedagem e as agências de viagens nesse período se localizavam no centro e nas imediações da Avenida Brasil. O centro comercial de Foz do Iguaçu era formado pelo Av. Brasil, as ruas Tarobá, República Argentina, Engenheiro Rebouças, Xavier da Silva, Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva. Não existiam as avenidas Paraná e JK. Apesar do Marco das Três Fronteiras ser citado no PDM (2006) como importante atrativo para época, não foram construídos meios de hospedagem e agências de viagens nessa região periférica, localizada no Porto Meira.

Durante a década de 1970, observa-se um tímido crescimento. Momento marcado pela construção da Usina de Itaipu e pela abertura de dois novos hotéis de grande porte Hotel Carimã e Hotel Bourbon, além de dezenas de médio porte. Deve-se ressaltar que os dois hotéis de grande porte se instalaram também na Rodovia das Cataratas do Iguaçu. Simultaneamente a esse movimento, da **espacialização do parque hoteleiro** de médio e grande porte nessa região, surge a Vila Carimã, localizada atrás do hotel, que abrigava parte dos trabalhadores desses meios de hospedagens.

Também foram construídos hotéis de pequeno e médio porte na região da BR-277, além de um maior, o Hotel Rafagnin Palace, que se instalou próximo da região do Parque Presidente. Nesse período os meios de hospedagens vão se expandido no sentido da Avenida Costa e Silva. Sobre esse momento, da instalação do parque hoteleiro nessa região, Aluizio Palmar recorda que:

Surgem umas favelas naquela região do Lancaster perto da BR, próximo a uns hotéis. (...) Ali moravam as lavadoras de roupa, mucamas, faxineiras né, os trabalhadores desses locais. O Carimã e o Lancaster surgiram desses moradores que trabalhavam em hotéis com serviços de baixa renda e foram morar perto do seu trabalho.

A narrativa de Palmar apresenta a relação de **espacialidade** dos meios de hospedagens de médio e grande porte, com as “favelas” habitações dos trabalhadores e funcionários dos hotéis favelas estas que se constituem no entorno dessas localidades, mostrando uma relação da proximidade entre os conjuntos de bairros subequipados e os principais meios de hospedagens do município. Um aspecto relevante na formação urbana e social do município é o fato de os hotéis de médio e grande porte produzirem concomitantemente grandes estruturas e serem responsáveis pela formação dos conjuntos de bairros dos trabalhadores. Observa-se que as grandes infraestruturas instaladas em áreas periféricas levam paulatinamente as regiões que a cercam a um processo de urbanização.

Outro aspecto importante é que a Itaipu começou a se tornar um importante atrativo turístico no início da década de 1980 (PDM, 2006), mas não mobilizou a construção de agências de viagens e meios de hospedagens na região onde ela está localizada. Neste período, há uma expansão dos meios de hospedagens de pequeno e médio porte próximo ao terminal rodoviário, principal forma de desembarque de turistas na época. Somente no início da década de 1980 encontram-se iniciativas para criação de um órgão oficial de turismo, ideia defendida no “I Seminário de Turismo em Foz do Iguaçu”.

“Em agosto de 1980, aconteceu no hotel Bourbon o I Seminário do turismo, no qual participaram entidades públicas e privadas, técnicos e autoridades, com o objetivo de congregar, coordenar, as atividades relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do município. Um dos resultados mais efetivos foi à proposta da criação de uma secretária especializada de turismo, adotando-se de um plano diretor e uma política municipal para o setor.” (SMTU 2013, p. 31).

Cabe ressaltar que a tentativa de criação da secretária municipal ocorreu dentro do luxuoso Hotel Bourbon, não em um espaço público ou em um local de tomada de decisão pública, portanto não houve espaço para a participação popular. Os interesses do turismo são historicamente o interesse das frações dominantes do local, não cabendo à participação ou interferência de outros segmentos da população. Aspecto que permanece inalterado até os dias atuais. Nesse período, as autoridades do município já demonstravam o desejo de organizar as áreas específicas de interesse turístico. Como já

demonstramos a **guerra de posição local** que envolvia as frações de classes dominantes na disputa pela descentralização da direção política do município atrelada a Itaipu revela que não havia um mínimo “consenso” para organização do setor via prefeitura municipal.

Tais intenções serão efetivadas após as eleições municipais de 1985, com a chegada de Dobrandino Gustavo da Silva (PMDB) ao poder em 1986. Personagem central do cenário político do município entre as décadas de 1980-2000. Político que é posto por parte dos memorialistas locais¹²⁵ como “pai dos pobres”, mas é perceptível em sua gestão o gerenciamento do poder público sob o comando das elites locais. Tal ação pode ser percebida pela elaboração do **Plano Diretor para o Desenvolvimento do Turismo** em Foz do Iguaçu, que visava a organização empresarial do setor e a criação da Secretaria Municipal de Turismo em 1987, que tinha como um dos principais objetivos o melhoramento da infraestrutura urbana em áreas de interesse turísticos.

Outro aspecto que chama atenção nessa gestão referente ao **espaço urbano** do município é a mudança no posicionamento do Prefeito Dobrandino referente às ocupações irregulares. A oposição acusava Dobrandino de manter uma relação paternalista com a população **favelizada** da cidade em troca de votos e popularidade. O fato é que esse traço é um paradigma comum no planejamento urbano no Brasil nesse período e não um caso específico de Foz do Iguaçu. Como observa o urbanista Marcelo Lopes de Souza (2004):

A política de remoção sistemática de favelas, além de seu fracasso, tinha um custo elevado e não só econômico: em 1985 com o fim do regime militar a importância das favelas como mananciais de votos em potencial fez com que o alto preço de uma estratégia política de remoções fosse algo, que nenhum administrador público estivesse disposto a pagar (SOUZA, 2004 p.51).

¹²⁵ Segundo um ex-dirigente do PMDB local, Perci Lima (2001 p.114), Dobrandino se firmou como liderança do povo que admirava o homem de gestos e fala simples, que fez grandes obras voltadas ao social. As bibliografias sobre a política local definem Dobrandino como populista. Contudo, tal definição não segue nenhum critério de conceito histórico ou sociológico. Esse termo é utilizado não como um conceito, sendo essa análise fundamentada na esfera do senso comum que identifica populismo como um estilo, expresso nos gestos e na fala de um homem simples.

Não temos a pretensão de representar as populações das ocupações irregulares como sujeitos passivos, houve ao longo da história do município muita luta e resistência dessa camada social para permanecer em determinados territórios. Porém, não podemos **particularizar** um movimento que parece ser mais geral. A “redemocratização” do país trouxe novas formas e práticas de planejamento, houve alguns aspectos mais progressistas com uma abertura mínima do poder público à sociedade civil, e da imersão de movimentos sociais que construíram uma agenda política sob a reforma urbana com emendas populares¹²⁶. Além disso, também foram articuladas muitas práticas conservadoras com novas roupagens, principalmente com a construção de autarquias e planos de habitação a partir das empresas mistas fundadas por meio da articulação de setores públicos com privados.

No caso de Foz do Iguaçu essa “abertura” do poder privado na gestão urbana, pode ser mais bem observada em 1989, com a criação da *FOZTUR – Foz do Iguaçu Turismo S/A*, empresa de economia mista, com 51% do seu capital subscrito pelo município de Foz do Iguaçu e 49% pela iniciativa privada. A organização do **turismo** se deu em um momento onde a acumulação de capital na região foi favorecida pela grande incorporação de trabalhadores informais, estimulados pelas diferenças cambiais e facilidades de entrada de mercadorias no Brasil, que deram origem ao fenômeno social do comprismo, caracterizado pelo fluxo que determinará uma nova configuração econômica e social na cidade de Foz do Iguaçu. A FOZTUR se instalou na entrada do município, na BR-277, e cobrava um valor dos ônibus de excursão do “**turismo de compras**”.

É nesse período de 1986-1997 que o turismo surfa na onda do capital gerado pelo comércio com o Paraguai. Na nossa compreensão o crescimento das agências de viagens, que funcionavam também como casas de Câmbios, possui correlação com a diferente circulação de moedas, que transformou essa região em um dos maiores fluxos de dinheiro do mundo. Segundo Aiex e Freitas (2008, p.21), “a região era superada no fluxo de dinheiro apenas por Hong Kong e Miami”. Havia um grande mercado de compra e venda de dinheiro, possuindo correlação com o comércio de fronteira. Todavia, há um aspecto que deve ser problematizado na relação do crescimento de

¹²⁶ A constituição de 1988 incorporou no artigo 182 algumas pautas que sinalizam para uma democratização da cidade, como a participação popular na formulação do plano diretor, indenização e juros legais a famílias desapropriadas e aviso prévio de desapropriação, medidas ainda com referência a problemática das ocupações irregulares, mas que sinalizam para algumas conquistas.

setores turísticos no ápice do comprismo. Tal crescimento é, para parte dos grupos dominantes locais, mais quantitativo do que qualitativo, pois parte significativa das habitações disponibilizadas pela rede hoteleira era popular.

Acrescenta-se a isso, uma nova espacialidade na localização dos meios de hospedagens que começam a se expandir para a região da Vila Portes e do Jardim Jupira, localidades próximas da Ponte da Amizade e, conseqüentemente, da fronteira com o Paraguai. O desenvolvimento do espaço urbano de Foz do Iguaçu é marcado pela ação do fluxo intenso de **sacoleiros, muambeiros e laranjas** que carregavam as mais distintas mercadorias, pois “ficar próximo do Rio Paraná e da Ponte da Amizade garantem um acesso mais facilitado às diferentes ocupações que envolvem o circuito sacoleiro” (CARDIN, 2010-B, p.12).

Esse circuito foi tão expressivo na realidade social e econômica de Foz do Iguaçu que até mesmo os documentos oficiais, como o PDM (2006), descrevem a relação da proliferação dos meios de hospedagens com as diversas finalidades, observando que nem toda estrutura definida como meio de hospedagem tem este objetivo, pois muitas delas são apenas locais de estocagem de mercadorias oriundas do país vizinho. Porém, o que nenhuma instituição pública ou documento oficial do município relata é a relação dessas estruturas com a elite econômica e política local.

Há membros das elites locais que possuem distintos hotéis, em variadas localidades da cidade, com diferentes perfis e públicos, ou seja, com **usos** diversos para cada meio de hospedagem. Tal percepção é importante, pois há um imaginário construído socialmente que separa grupos dominantes do município com a relação do contrabando e do descaminho, mas, como já foi demonstrado, **esse elemento é parte integrante do desenvolvimento da cidade e simultaneamente do desenvolvimento de frações da classe dominante.**

O contrabando, por ser uma atividade “ilegal” e mobilizar um importante fluxo de pessoas e de capital na região, tende a influenciar caminhos e descaminhos políticos do município, o que limita algumas análises das disputas locais. No entanto, é possível perceber diferentes movimentos que tecem o impacto da queda do **comprismo** e respectivamente do contrabando, com a reestruturação econômica e social da fronteira, gerada por avanços e recuos também no cenário político local, estadual e federal que refletem no discurso e na prática da **vocação turística.**

No período de “redemocratização” do Brasil até a metade da década de 1990, a prefeitura de Foz do Iguaçu foi administrada por políticos filiados ao PMDB, mas isso

não representa a existência de uma hegemonia. Durante tal período, a disputa pelas eleições municipais esteve polarizada entre candidatos do PDS e PMDB. Constata-se que o grupo ligado à Usina de Itaipu perdeu duas eleições consecutivas. Nas eleições de 1985, Dobrandino, que contava com o apoio do *Semanário Nosso Tempo*, se elegeu com 41,24% dos votos contra 24,03% de Tércio Albuquerque (PDS), engenheiro, que possuía relações com a Itaipu. Tércio possuía apoio do *Jornal Gazeta do Iguçu*, que era um periódico vinculado aos apoiadores do Golpe de 1964 e que tinha no conselho editorial membros do PDS¹²⁷.

Na eleição de 1988, Dobrandino, que não podia se reeleger e havia se tornado deputado estadual ajudou a promover o seu sucessor a prefeitura. Álvaro Neumann tinha sido secretário de obras do município durante a gestão anterior e era, na ocasião, presidente do CODEFI - Companhia do Desenvolvimento de Foz do Iguçu. O CODEFI representava um espaço para a articulação das elites locais para afastar empreiteiras ligadas a Itaipu do setor de obras no município. O PMDB derrotou novamente Tércio Albuquerque que, com a extinção do PDS em Foz do Iguçu, se tornou candidato posteriormente pelo PFL, partido que congregou a base mais conservadora do município.

Com Neumann há uma ruptura, pois ele possuía um perfil tecnocrata, enquanto Dobrandino tinha um caráter mais “popular”. Isso significou uma cisão entre o PMDB e um amplo setor técnico-empresarial local. As atividades do CODEFI foram paralisadas, assim como do COMTUR. Contudo, embora não ocorram grandes ações de *marketing* e políticas específicas para o turismo, se visualiza um grande crescimento do setor no período, o que demonstra como a relação do desenvolvimento da atividade com ao programa de desenvolvimento é um discurso ideológico. O setor turístico possui variáveis relacionadas ao comércio na fronteira, como já demonstramos, e não a uma ação especial do município ou fruto da ação individual de empresários ou de “pioneiros”.

A paisagem urbana é alterada com a construção de prédios e edifícios no quadrilátero central: Avenida Paraná, JK, República Argentina e Jorge Schimmelpfeng. A região do Polo Centro e Jardim Central e os pontos de conexão dessas avenidas começam a se valorizar. Hotéis de médios e grandes portes são construídos nas avenidas

¹²⁷ Os fundadores foram o empresário paulista Erminio Gatti, amigo próximo do ditador Médici, o advogado José Bento Vidal e Lirio Mezzomo da base política do antigo PDS.

Jorge Schimmelpfeng e no início da República Argentina. A Avenida Paraná se configura como uma área conflituosa nesse momento, pois era cercada por ocupações irregulares, como a antiga Vila CR1. A forma de se relacionar com as favelas parece ser um ponto central da contradição política entre Dobrandino e Neumann. Sobre isso, o jornal *Nosso Tempo* salientou:

Em seu governo o ex-prefeito Dobrandino da Silva implantou um precário abastecimento de água nas favelas da cidade, em forma de abastecimento comunitário. Foram instalados canos e torneiras em diversos aglomerados de casebres e um único registro de consumo, no qual a prefeitura fazia o pagamento a Sanepar. (...) O sucessor de Dobrandino logo nos primeiros meses de governo entendeu que o pagamento de água consumida pelos favelados representava um custo do qual a prefeitura tinha de se livrar. (*Nosso Tempo*, Foz do Iguaçu, 12 a 19 de abril 1990, p.18)

Dobrandino discursava que em seu governo a prioridade foi o “social” nas favelas e bairros subequipados do município, onde, segundo ele, pessoas foram abandonadas à própria sorte no município. A oposição de Dobrandino o acusava de fomentar “invasões” e de fazer pequenas obras nessas localidades em troca de votos. Para tal, CATTÁ (2009, p.309) observa que: “no ano de 1989 ocorre um acelerado processo de crescimento no número de favelados na cidade. Existiam nesse ano 1506 famílias, com um total de 7.986 pessoas que viviam em favelas. Em 1991 o número se elevou para 2.056 famílias e 12.997 moradores inseridos nessas comunidades”. O autor não discute o fenômeno desse crescimento, mas, é possível relacionar esse crescimento com as atividades do **circuito sacoleiro** que começavam a ser organizadas de forma mais efetiva.

É nesse contexto de proliferação de favelas e, possivelmente, na contradição de lidar com essas “comunidades” que ocorre a ruptura de Neumann com Dobrandino. O surgimento do PFL no município acaba fortalecendo a polarização no cenário político local, que é agravada com a eleição do Roberto Requião para governador do Estado do Paraná. Durante sua gestão, criou escritórios políticos e “sociais” destinados à práticas assistencialistas no município para essa população favelizada. O governador, que era

aliado de Dobrandino, se esforçou para o retorno do mesmo no comando local. Nesse momento ocorre uma mudança substancial na política local, quando representantes da Itaipu, como Tércio Albuquerque, deixam o cenário político de Foz do Iguaçu.

Dobrandino, com ajuda da máquina pública do governador do Estado, reassume a cadeira municipal nas eleições de 1992, com 53% dos votos, contra 21% de Sérgio Beltrame, vereador do PSDB, apoiado por Neumann. O restante dos votos foi dividido entre três candidatos (PST, PT e PDT¹²⁸). Segundo Lima (2001 p. 116), “a soma total dos votos dos outros candidatos da oposição foi inferior à votação de Dobrandino”. Durante a nova gestão ressurgem velhas críticas, nas quais o prefeito é acusado por outras frações dominantes de abandonar o município e o turismo, e de incentivar invasões em terras públicas. “Instalou-se em Foz do Iguaçu uma verdadeira indústria da invasão, cujo gatilho foi acelerado na reta final da campanha”. (Jornal de Foz, 12 a 18 de novembro 1992, p.8). Segundo o PDM (2006 p. 213), o ano de 1993 contou com os maiores índices de ocupações de áreas verdes no município.

Esse parece ter sido um dos poucos momentos da história do município em que a suposta **vocação turística** não teve tanta força. Os “olhos” do poder público municipal estavam voltados principalmente para a Ponte da Amizade e não para as Cataratas do Iguaçu, encarando de forma definitiva as **ocupações irregulares** no município. É perceptível que a prioridade do PMDB, nesse momento, era de aproveitar a onda do desenvolvimento do comércio de produtos importados na fronteira, embalados pelo discurso de integração do MERCOSUL, tal aspecto reflete na composição das obras públicas e da infraestrutura urbana, como a conexão da Avenida General Meira, que liga a região do Porto Meira (região que faz fronteira com a Argentina) ao centro comercial, especificamente a Avenida das Cataratas.

É nesse momento em que se inicia construção de um importante trecho da **Avenida Beira Rio**, localizada nas margens do Rio Paraná, obra que depois da construção da Usina de Itaipu é seguramente a que traz mais controvérsia na historiografia local. A avenida não foi construída como havia sido idealizada, pois em seu percurso existiam quatro favelas: Favelas da Marinha, Favela do Cemitério, Favela do Bambu e Favela do Monsenhor Guilherme, que juntas tinham uma população de aproximadamente três mil pessoas, existindo adaptações. Assim, o novo corredor foi

¹²⁸ Foram candidatos o empresário Harry Daijó pelo PST, o advogado Samuel Guimarães pelo PT e o empresário Paulo MacDonald pelo PDT.

construído parcialmente ligando a Ponte da Amizade a uma parte do centro de Foz do Iguaçu.

A construção da Avenida Beira Rio – era um projeto idealizado e não realizado desde o **Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de 1974**. Neste momento, o projeto da construção destinava-se a formar um eixo de aproveitamento comercial ao longo das margens do Rio Paraná, que ligaria Argentina, Brasil e Paraguai, numa ampla e contínua via expressa. O que chama atenção é de que a população empobrecida, que vivia na região onde seria feita a avenida, não foi removida de forma compulsória durante década de 1970, prática comum durante a ditadura civil-militar, considerando que a possível resistência dos moradores nessa região não seria capaz de frear uma ação violenta de um **estado** ditatorial.

Tal situação nos faz pensar em algumas possíveis razões: 1) a prioridade das obras em na região norte do município, onde está localizada a Itaipu Binacional e respectivamente suas vilas; 2) a relação turbulenta que vivia o município com o conflito entre os desapropriados e a hidrelétrica; 3) a existência, desde os anos 1960, de um porto que estabelecia relações comerciais de produtos do Brasil com o Paraguai, a interrupção desse fluxo poderia prejudicar a relação entre os governos ditatoriais dos dois países e; 4) a possibilidade das autoridades militares terem sido incorporadas ou coniventes com a prática do contrabando. Sobre este último ponto:

Wachowicz acusou claramente as autoridades militares da Colônia de terem sido incorporadas pela prática do contrabando. Em parte, ele considerou este comportamento explicável, pois, a colônia militar de Foz do Iguaçu estava localizada na fronteira, considerada, pelo autor, um lugar natural de desterro e exílio. (Wachowicz 1982 Apud Souza 2009 p.33)

O fato é que avenida projetada na década de 1970 foi concluída parcialmente em 1996. A construção da Avenida Beira-Rio constava no Plano Diretor Municipal de 1974 como uma obra destinada à melhoria na estrutura urbana da cidade, enquanto que no plano de 1992 ela ressurgiu para promover melhorias na **estrutura turística** da cidade. O desenvolvimento dessa via arterial, para ser efetivado em plenitude, necessitaria da remoção de parte significativa das quatro favelas da região central da cidade, fazendo com que o poder público se visse obrigado a encarar o problema da falta de habitação

“regular” no município. A expansão dessa malha urbana é simultânea ao crescimento de ocupações e congrega a expansão da malha urbana e da densidade populacional de regiões periféricas como: Porto Meira - Av. General Meira, São Francisco – Av. Mario filho e Jardim América - Ponte da Amizade – Av. Beira-Rio. Sobre isso Maricato (1999, p.165) afirma que “há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de investimentos para o mercado imobiliário. Trata-se de obras mais imobiliárias que viárias”.

Concomitantemente, houve a abertura e expansão de vias. Nota-se no ano de 1993 movimentos no poder público municipal na forma de gerir e produzir “remoções” não de forma compulsória, mas a partir da construção de conjuntos de casas populares. Diversas ações podem ser percebidas a partir do PMD (1992)¹²⁹: “a prefeitura municipal deve gerenciar e coordenar o Programa Habitacional e o Fundo de Desenvolvimento da Habitação – FUNDHAB”. Ambos enfatizam as parcerias público-privada, fundamentadas na cooperação do poder público e empresas particulares. Tal modelo não se restringe somente a Foz do Iguaçu, mas a todo país marcado pela ascensão da lógica neoliberal na gestão das cidades, traço desenvolvimentista para aproveitar áreas subexploradas.

Nesse marco também está à construção do FOZ-HABITA - Companhia Habitacional de Foz do Iguaçu no ano de 1993. Essa Secretaria do Município visava apaziguar os ânimos da população de baixa renda e controlar as “invasões”, ao mesmo tempo em que oferecia casas em regiões isoladas, promovendo o deslocamento de populações de áreas de interesse econômico e turístico. Dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Habitação começam a serem ofertadas moradias populares, promovendo o desenvolvimento de um processo de **gentrificação**¹³⁰. Tal movimento pode ser sintetizado pela reflexão de Kowarick (2009):

¹²⁹ Lei nº 1.660 de 19 de junho de 1992 Aprovado na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Extraído de <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/22050508/inciso-vii-do-artigo-9-da-lei-n-1660-de-19-de-junho-de-1992-do-municipio-de-foz-do-iguacu> . acessado dia 12/11/2013.

¹³⁰ Segundo HARVEY (2005, p. 184 grifos nosso) “Gentrificação é um processo que envolve a mudança de pessoas de maior renda para uma área anteriormente desvalorizada da cidade, deslocando as pessoas de menor renda dessa área.

A produção do espaço gera, portanto, zonas urbanas que por causa do preço da terra só podem ser destinadas à camada de maior poder aquisitivo, um custo econômico alto que corresponde a um ônus social em termos de infraestruturas e serviços públicos, do outro lado a chegada de melhorias urbanas em áreas desprovidas eleva a valorização dessas áreas, e tendem a expulsar os proprietários, locatários, moradores de baixa renda (KOWARICK, 2009, pp. 27-28).

Em síntese, isso representa o deslocamento de populações que viviam em territórios estratégicos em razão da expansão turística para localidades improdutivas, com baixo valor no mercado, por serem terras não férteis e distantes de elementos urbanos centrais no município, afastadas do setor de serviços e distantes dos principais atrativos turísticos da cidade. A construção de **conjuntos de casas populares** é um processo complexo e deve promover uma assimetria entre interesses econômicos e políticos e, minimamente, responder os anseios da população que deve ser “retirada”, uma simbiose com um duplo processo que revela aspectos da disputa do **uso do solo urbano**. Sobre isso, a urbanista Rolnik (2004) afirma:

A intervenção do estado nestes territórios tem se dado geralmente através de programas e projetos que “racionalizam” estes espaços adequando-os às normas do modelo. Ação que vai no sentido da homogeneização, da reprodução do modelo “normal” da casa e cidade. É uma ação que responde simultaneamente as reivindicações do capital e dos moradores de favela. O poder urbano funciona na cidade capitalista como uma instância que controla os cidadãos, produz as condições de acumulação do capital e intervém nos conflitos da cidade. (Rolnik, 2004, p. 11).

A construção de moradias populares tende a ser pré-estabelecida pela lógica da especulação imobiliária e pelo planejamento urbano da Foz do Iguaçu capitalista, voltado à expansão do setor de serviços articulado ao turismo. Contudo, sofre mudanças a partir do nível de resistência, consciência e articulação dos moradores dessas áreas. O espaço urbano também é modelado e modificado pelo nível, grau e fase da luta de classe, que é inerente ao processo de produção e apropriação do espaço, por isso, esse processo complexo implica na relação social de cooperação e conflito entre diversos

agentes, sujeitos e seus múltiplos interesses nessas áreas que são muitas vezes antagônicos.

Vale frisar que o início da construção de conjuntos de casas populares em maior proporção é efetivado por um agente político que tinha muita inserção com as camadas de baixa renda, moradores de favelas e bairros periféricos. Assim, foi gestada nesse momento a elaboração de um programa de habitação que visava afastar a população de áreas estratégicas e concentrá-las em áreas desvalorizadas. Porém, a expansão e reprodução do capital que não se desenvolve em um movimento uniforme, mas em espiral, tendo uma matriz incontrolável, por isso há uma tendência de que algumas áreas desvalorizadas de hoje, se tornem uma área de interesse econômico amanhã. Esse movimento não é estático, por isso a disputa e o conflito na cidade são inerentes à produção do espaço urbano. O processo de expansão do turismo e da especulação imobiliária estava em pauta no início da década de 1990 e amadurece na gestão seguinte.

De todo o período descrito do cenário político nesse capítulo, destacam-se as eleições de 1996, que ocorreram em um contexto turbulento de acentuação de favelas e da camada de baixa renda, ao mesmo tempo em que se observava a perda da força da **vocação turística**, já que o município ficava cada vez mais associado ao contrabando. A Argentina encontrava-se em crise econômica, o que trazia efeitos imediatos para Foz do Iguaçu, com o **plano real alterava-se** a relação cambial da fronteira, o que trazia fortes impactos na economia local e, por fim, o esgotamento do ciclo político de Dobrandino e do PMDB na prefeitura municipal e do estado do Paraná, dessa forma ocorreu a vitória eleitoral de Jaime Lerner, do PDT, em 1994.

Em 1996 o PMDB aparecia fragilizado com a saída de “quadros” do partido, como o ex-deputado federal e estadual Sérgio Espada. Segundo AIEX e Freitas (2008), Dobrandino estava desgastado dentro do partido e travou uma queda de braço por querer Salvador Ramos¹³¹ como candidato à prefeitura, enquanto Sâmis da Silva, filho de Dobrandino e Deputado Estadual preferia Carlos Budel, que era Secretário de Obras na última gestão de Dobrandino. Na convenção do partido foi escolhido, pela maioria, o nome de Budel. Sérgio Espada, desafeto de Dobrandino, dissidente do PMDB saiu candidato pelo PSDB, coligado com o PT. Na ocasião, as eleições também tiveram

¹³¹ Advogado, proprietário de uma imobiliária na cidade.

como candidato o empresário Harry Daijó, do PP, que tinha feito uma votação expressiva na candidatura a deputado federal.

As eleições de 1996 foram marcadas pelo forte embate entre Budel e Spada, dissidente e representante do PMDB, e o resultado da eleição contrariou as pesquisas de votos. Não participando diretamente desta disputa, Daijó se elegeu com 35.642 votos, uma diferença de 2% em relação ao Spada, marcando a eleição mais apertada da história do município. Segundo Lima (2001), “as Vilas A e B de Itaipu conseguiram finalmente influenciar a política da cidade, Daijó também foi apoiado por um setor empresarial da cidade sob articulação de Paulo MacDonald”. A análise de Lima sob o apoio dos funcionários e executivos da Itaipu está fundamentada na votação expressiva no Colégio Eleitoral Anglo Americano, localizado na Vila A.

No entanto, há um elemento importante que passou despercebido ou foi ocultado propositalmente por Lima (2001): a participação mais efetiva da Itaipu na economia do município com o pagamento de **Royalties**¹³². Acreditamos ser esse um fator importante do retorno da Itaipu na participação mais efetiva da prefeitura municipal, com um apoio “indireto” a esse candidato com proximidade **ideológica** à direção da usina da época e possuía o projeto mais “empreendedor” para o município. Em síntese, a eleição municipal de 1996 trouxe ao menos duas mudanças substanciais na conjuntura política local, e essas são a interrupção de um ciclo de doze anos de mandatos do PMDB e o retorno da Itaipu a direção intelectual e moral mais efetiva no poder municipal.

A gestão de Daijó reescreve o projeto da **vocação turística** na história do município, visualizado em algumas ações: 1) diversas reformulações e atos para desvincular Foz do Iguaçu do contrabando, **reconstruindo a imagem turística** que estava desagregada; 2) gestão empresarial que realiza um esboço de **planejamento estratégico** para o município, sobretudo na reformulação urbana de áreas turísticas e na criação de novos atrativos e produção de eventos; 3) processo de **gentrificação** a partir da construção do conjunto de casas populares do projeto **Cidade Nova**, com o deslocamento de milhares de famílias de favelas localizadas nas margens do Rio Paraná.

¹³² Com a criação das leis dos *royalties* em 1991, foram contemplados além do tesouro nacional, outros órgãos federais, os governos do Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo repassado mensalmente e na conversão em milhões de dólares que são distribuídos entre 15 municípios do Paraná e um do Mato Grosso do Sul. Até 2001 a Itaipu havia repassado entre esses municípios um total de US\$ um bilhão de dólares e 564 milhões.

Focaremos somente nas duas primeiras preposições nessa parte do texto. O terceiro item será trabalhado especificamente no IV capítulo.

Para tal, destaca-se a oferta de cursos profissionais especificamente para a força de trabalho jovem, visando qualificar e normatizar a **classe trabalhadora sui generis** da região, tentando **polir** práticas relacionadas ao contrabando. É importante perceber que tais atividades foram desenvolvidas por meio de parceria com o SEBRAE, cujos cursos foram ofertados num prédio próximo do Rio Paraná, mais especificamente, de frente para a Favela da Marinha, tida como a mais violenta da época. Acompanhado por essa medida, emergiu um discurso nos meios de comunicação local de imoralidade acerca do contrabando, juntamente a medidas drásticas de criminalização e repressão dos trabalhadores informais da fronteira.

Concomitantemente a esse conflito, as associações empresariais do município convocavam diversos segmentos da sociedade civil, na tentativa de elaborar uma gestão participativa, tentando reconstruir o setor turístico e a imagem do município. Nesse processo conflituoso e contraditório era necessário que o poder público e as classes dominantes agissem, visando disciplinar os modos de vida e as formas de trabalho dessa população, o que nem sempre tinha êxito. A falta de disciplina dessas atividades, uma jornada de trabalho menor e, possivelmente, uma renda maior, fez com que muito dessas iniciativas “educadoras” fossem inócuas. Como não é possível controlar a reprodução de capital e estruturalmente era impossível acabar com o contrabando, só restou uma solução: reforçar o discurso, que não é descolado de uma prática, que oculta/incorpora a relação do contrabando com a expansão do setor turístico.

Tornou-se necessário recriar uma leitura própria da história do município e uma **linguagem nova**, identificada com a construção da “realidade” dos grupos dominantes locais. **A palavra contrabando desaparece dos periódicos locais, sendo substituída por turismo de compras e o termo muambeiros por “compristas”.** **As associações comerciais e empresariais do município e os órgãos institucionais denominam esse ciclo econômico de turismo de compras, visando ofuscar a noção de contrabando e muamba.** Contudo, diferente do que pretendiam as classes dominantes locais, tais termos não foram assimilados pelo imaginário local. Assim, o projeto “turístico” dos grupos dominantes locais teve dificuldades para se adaptar e não conseguiu mobilizar a sociedade civil para aplicação efetiva do seu programa.

A proposição da cidade vocacionada ao turismo foi exasperada, o que obrigou a frações das classes dominantes locais organizadas no comando local a tomar

providências quanto à “depreciação” da cidade turística, que pode ser visualizada em dois movimentos de forma simultânea. O primeiro é a multiplicação de instituições mistas no município, que elaboram novas roupagens e ações políticas específicas para a reformulação da cidade turística, denominamos essa ação na tentativa de reelaboração de um **consenso**. O segundo movimento refere-se ao aumento coercitivo e repressivo com medidas de controle e fiscalização ao circuito sacoleiro.

Para além de ações no plano **simbólico** é notório ações mais estruturais na forma de gestão e desenvolvimento da atividade turística. Nesse processo que perpassa as estratégias de reestruturação do setor, se percebe a maior participação de empresas privadas. Isso pode ser constatado na construção de instituições, como *IC&VB- Iguassu Conventions & Visitors Boreau* (ICVB), uma fusão de 76 empresas capitaneadas pela ACIFI, agregando diversas áreas de produção do setor turístico de hospedagens, receptivo, alimentação e entretenimento, negócios e convenções envolvidas com a intenção de ampliação da promoção e divulgação do setor turístico local.

A produção de eventos, ampliação de estratégias de divulgação da cidade como importante destino turístico, a potencialização da exploração do Parque Nacional do Iguaçu foram acontecimentos que se deram em um momento conflitivo do município, que passava por medidas de repressão e controle do **circuito sacoleiro**, que visavam a disciplinarização e normatização da classe trabalhadora da cidade. Uma onda punitiva que criminalizava, perseguia e punia sacoleiros, laranjas, muambeiros, cigarreiros, trabalhadores que participavam de alguma forma da compra, venda, armazenamento, transporte de mercadorias contrabandeadas do Paraguai.

O período de 1998-2005 foi marcado pelo refluxo da atividade comercial entre os dois países, devido a uma série de fatores observados por Cardin (2010). O aumento do controle e da fiscalização na fronteira refletem na queda da taxa de crescimento tanto dos meios de hospedagem, quanto das agências de viagens, marcado por uma inflexão de - 94% e -74% referente a década anterior. Tal aspecto é importante, pois clarifica a relação dos meios de hospedagem e das agências de turismo com o fluxo de capital oriundo do comércio de produtos importados em grande proporção (contrabandeados) com o desenvolvimento econômico do setor turístico. Enfim, esse período revela uma **descontinuidade** não apenas na taxa de crescimento de agências de viagens e nos meios de hospedagens no município de Foz do Iguaçu, mas no próprio fluxo populacional do município.

2.3 O processo de turistificação do espaço urbano.

A partir do que vimos nas unidades anteriores, trataremos o processo de desenvolvimento do setor turístico e sua relação com a produção do espaço urbano em dois momentos: 1) as diretrizes urbanas para construção da estruturação dos corredores turísticos em 1997; 2) e a elaboração das legislações de uso e ocupação do solo e o zoneamento urbano, consolidado em 2006. Tais ações nos ajudam a visualizar a expansão e a consolidação desse setor a partir da década de 1990 e revelam uma alteração na lógica de planejamento urbano municipal, partindo de um **planejamento regulatório** que durou até o início da década de 1990, para um **planejamento estratégico** a partir da 1997 com a eleição de Harry Daijó, como demonstraremos a seguir.

No primeiro ponto destacam-se as diretrizes urbanas para padronização e estruturação dos corredores turísticos no ato de 1997. Essa iniciativa marca a gestão de planejamento urbano do Desenvolvimento Integrado do Turismo de Foz do Iguaçu-TURPLAN, fusão de empresas privadas, Prefeitura Municipal, Itaipu, organizações governamentais e não governamentais. Observa-se a criação da Lei 2.262/1999 - **Lei de Criação de Corredores Turísticos (LCCT)**, instituindo a padronização e a estruturação específica do sistema viário, visando a reorganização de áreas, locais e bens de interesse turístico, o que denominamos de **turistificação do espaço urbano**, elemento central da produção do espaço em Foz do Iguaçu. Segundo o documento:

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e o Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, (Harry Daijó), sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Ficam instituídos os corredores turísticos no Município de Foz do Iguaçu, que servirão de elementos de estruturação, de padronização do espaço turístico e fomentador das atividades voltadas ao turismo. Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, entende-se por corredores turísticos as vias através das quais circulam fluxos turísticos no cumprimento de seus itinerários, e fazem a conexão entre as áreas, complexos, atrativos turísticos, as portas de entrada do turismo receptivo e os locais emissores do turismo local. Art. 2º - Integram principais corredores turísticos, as seguintes vias públicas: I-

Rodovia das Cataratas; II Avenida das Cataratas; III – Avenida Jorge Schimmelpfeng; IV – Avenida Tancredo Neves, V- BR-277.

A LCCT corresponde a um esforço das classes dominantes de padronizar e “revitalizar” os corredores turísticos, realizando grandes investimentos públicos no sistema viário. **O documento denomina um total de 17 corredores turísticos**, como áreas prioritárias para investimentos. Dentro das prioridades estava o melhoramento das cinco vias públicas citadas acima, que tratam especificamente do melhoramento do potencial turístico: a revitalização da Prainha de Três Lagoas, na região da BR-277, melhorias no acesso ao Refúgio Bela Vista - Avenida Tancredo Neves, próximo da Itaipu, melhorias na Avenida Jorge Schimmelpfeng - Centro, que concentra bares, hotéis e restaurantes, e padronização da estrutura em conjunto com a Avenida das Cataratas, sentido Vila Iolanda, e Rodovia das Cataratas (469), sentido Vila Carimã.

Essas duas últimas avenidas citadas são conectadas com a Avenida Jorge Schimmelpfeng e formam hoje o principal cinturão turístico do município de Foz do Iguaçu, marcado pela concentração dos principais hotéis de quatro e cinco estrelas, classificados pela Secretaria Municipal do Turismo como categoria luxo, com diárias mínima acima de 673,00 reais, Aeroporto Internacional, Centro de Convenções, que é principal espaço de eventos do município, Parque Nacional do Iguaçu, Parque das Aves, Helisul, empresa de aviação destinada a vôos de helicópteros turísticos, e ainda os espaços de lazer da elite local, como clube de golf, clube hípico, parques aquáticos e outra série de estruturas urbanas. A concentração dessas infraestruturas nesse determinado espaço urbano, nos principais corredores turísticos, nos remete a leitura da produção do espaço urbano de Gottdiener (2010), que destaca:

Além de haver um espaço de consumo ou um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o próprio espaço como objeto de consumo, isso pode ser ilustrado pelo turismo, em que o próprio meio ambiente é consumido ou pela localização dos negócios devido a atratividade naturais, assim o próprio design espacial pode ser convertido em mercadoria. (GOTTDIENER, 2010, p. 129).

A reflexão do autor citado nos remete a importância da relação da localização de negócios pela possibilidade da exploração de atrativos naturais. No caso específico de

Foz do Iguaçu é possível identificar a correlação com a construção e a concentração do parque hoteleiro de luxo próximo do principal atrativo turístico “natural”, as Cataratas do Iguaçu, espaço de **objeto** de consumo. De forma simultânea, foram necessárias obras de melhoramento dentro e fora do Parque Nacional para torná-lo espaço de consumo, onde o meio ambiente da região foi convertido ao longo das décadas em mercadoria.

De fato, não foi o trabalho humano que produziu as Cataratas do Iguaçu transformando-a em mercadoria, mas foi o trabalho humano que produziu toda a estrutura urbana garantindo o acesso, para que esse atrativo pudesse ser consumido como mercadoria. Também foi o trabalho humano que interveio no sistema viário da região, manipulando a otimização do tempo de deslocamento de turistas que são os principais consumidores do espaço de um atrativo para o outro, como, por exemplo, na construção da Avenida Mercosul, que aproxima a cidade de *Puerto Iguazú* - lado argentino das três fronteiras, das Cataratas do Iguaçu do lado Brasileiro, que diminui o tempo de deslocamento dos turistas de alta renda que se concentram nessa região dos hotéis de luxo a cassinos, free shopping e comércio da cidade argentina.

O homem não pode atuar diretamente sobre o **tempo**, mas age no espaço como meio de aperfeiçoar o tempo de deslocamento. “O controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano, portanto, da infraestrutura, dos equipamentos sociais, e da distribuição principalmente do espaço de consumo” (VILLAÇA, 2012, p.287). Mais importante do que a descrição dos corredores turísticos e a percepção do esforço das classes dominantes em obras de melhoramento e revitalização, é perceber o papel fundamental do **poder de aglomeração** de equipamentos sociais, serviços, atrativos turísticos e a conexão dessas localizações com o menor tempo de deslocamento possível das pessoas, principalmente de grandes consumidores. É nessa área urbana que se concentram os turistas de alta renda, fixados nos resorts e hotéis de médio e grande porte.

Por isso, o espaço urbano, diferente das 267 quedas de água que formam as Cataratas do Iguaçu, é um produto produzido e não obra da natureza. É nesse sentido que pode ser compreendida a atuação da classe dominante sobre o poder público na estruturação dos corredores turísticos, pois essa ação não poderia ser concretizada sem o desenvolvimento do processo de **segregação**. Entendido a partir da noção de Villaça (2006).

Segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou em conjunto de bairros. Referindo-se à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação não impede nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço, não existe presença exclusiva das camadas de mais alta renda em nenhuma região geral das cidades. O setor segregado detém uma grande concentração de equipamentos sociais, serviços, espaços de tomada de decisão, áreas de lazer, etc. (VILLAÇA, 2006, p.142)

A compreensão de Villaça (2006) nos ajuda a compreender o papel da **segregação, como mecanismo espacial de controle e da distribuição da infraestrutura urbana na cidade**. A concentração das classes dominantes nessa região não é perceptível de forma absoluta, mas é uma tendência, uma vez que temos assistido uma migração das elites locais para essa região, que pode ser visualizado pela construção e instalação de condomínios de luxo nos últimos anos. Além disso, há a construção de outros aparelhos que trazem investimentos, como o Shopping Center Palladium, a construção de espaços especializados em eventos, e uma série de novos atrativos turísticos, museu de cera, parque dos dinossauros, maravilhas do mundo, etc. Tal região concentra os turistas com grande poder aquisitivo e tende a concentrar as classes dominantes locais.

Esse conjunto de atrativos, infraestrutura e serviços, a **turistificação do espaço urbano**, produz uma imagem particularizada dos retalhos dessa infraestrutura, formando um tecido urbano que funciona como um simulacro prosaico e oficial da cidade, que vem sendo apresentada sob imagens cristalizadas que se tornaram jargões publicitários como descreveu (Angileli, 2015): “sétima maravilha da natureza”¹³³, “destino do mundo”, “hub do mercosul”, “cidade de eventos”, etc. É evidente que a publicidade insistente e a mídia de um modo geral têm um papel especial na dissimulação da realidade, do ambiente construído e na construção de sua

133 Título obtido sob um concurso publicitário internacional promovido pela fundação Suiça New 7 Wonders, que moveu a mobilização da embaixada do Brasil e da Argentina, orquestrada com dezenas de empresas e hotéis dos dois países. Do lado brasileiro: Itaipu, ACIFI, Rotary Club, Iguassu Convention & Visitors Bureau, Polo Iguassu, Fundo Iguassu. A campanha contou ainda com a publicidade de artistas e apresentadores da grande mídia, como: Maitê Proença, apresentador Ratinho e na Argentina o maior astro do futebol na atualidade Messi. Escolhida entre quatrocentas cidades do mundo, as cataratas dos dois lados, ostentam esse título desde 22 de fevereiro de 2012.

representação. Esse papel da **ideologia**, que é um instrumento de poder material, tende a justificar e dar a aparência de natural e geral a um ponto de vista parcial. O esforço de repetição dos atrativos turísticos se destina, além de fixar signos plasmados no espaço urbano, a disputar com imagens “negativas” da região como **contrabando e terrorismo da fronteira**.

MAPA 01: CONCENTRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA NOS PRINCIPAIS CORREDORES TURÍSTICOS



Fonte: Adaptado do mapa de atrativos turísticos municipal. Confeccionado por Pereyra, Nicolas (2015) informações organizadas pelo autor.

A primeira observação relevante desse mapa é um tanto pitoresca, por ser fundamentada nos mapas de atrativos turísticos da cidade, dos quais acrescentamos os

principais hotéis, serviços, **a produção de artesanato oficial do município**¹³⁴ e os locais de eventos. A Avenida Morenitas não aparece no mapa do circuito turístico. O mapeamento oficial é também uma ação ideológica, onde se destaca alguns aspectos e oculta outros. A Avenida citada não possui nenhuma via arterial de conexão com a Avenida e a Rodovia das Cataratas. Como demonstramos no primeiro capítulo, a Morenitas, foi formada a partir de ocupações irregulares e concentra uma série de favelas e bairros subequipados nos dois lados da avenida. Desde 2013 existe a maior ocupação do Estado do Paraná, a “Ocupação do Bubas”, com aproximadamente mil famílias vivendo em barracos de lonas.

A proliferação desses barracos perto do cenário turístico da região não é visualizada por quem transita pelos corredores turísticos, mas, pode ser vista do lado direito logo depois da aduana da Polícia Federal ou em cima da Ponte da Fraternidade - que liga Foz do Iguaçu á cidade de Porto Iguazú. Se o turista transitasse pela Avenida Morenitas se depararia com a ocupação do Bubas e outras tantas favelas. Devemos especificar que Avenida Mercosul, além da conexão com o Lado Argentino da Fronteira e a diminuição do tempo de deslocamento com a infraestrutura turística, funciona também como desvio da Avenida Morenitas.

A concentração dessa infraestrutura turística nesse espaço urbano não impede o crescimento das classes subalternas no espaço geral, além da Avenida Morenitas há inclusive no entorno da Rodovia das Cataratas, na região do bairro Vila Carimã, favelas e bairros subequipados, onde moram muitos trabalhadores desses hotéis, mas sem impedir o deslocamento dos turistas e nem a sua “segurança” quando se realiza o trajeto “oficial”. Vale salientar que a lógica do corredor é de “infra-estruturação” nesse perímetro urbano e não em toda região. Um exemplo é a estação de tratamento da água e esgoto da Sanepar (Ponto nº 34 do mapa), em cima do Rio Tamanduá. No entorno dessa estação há ocupações irregulares que não possuem água tratada, nem tratamento de esgoto, revelando que os equipamentos sociais instalados nos corredores turísticos não atendem a população geral da região, o que exemplificamos como um traço comum da **segregação**, *de* uma urbanização incompleta e excludente. Enfim, **a maior a proximidade das classes dominantes aos trabalhadores não nega a existência de**

¹³⁴ Produtos que na verdade não são artesanatos, pois são produzidas por empresas terceirizadas pela Itaipu e, é totalmente questionável sua identidade enquanto produto do município.

segregação, uma vez que apropriação de recursos no espaço se dá de forma diferenciada.

Por isso, observando a lógica dos corredores turísticos dessas avenidas é possível afirmar que os três principais corredores turísticos constituíram um cinturão extremamente padronizado, mesmo existindo ocupações irregulares no entorno dessas vias, elas não são observadas pelos turistas que transitam pelos corredores turísticos. Outro traço bastante comum nesse **cinturão turístico** é relacionado à segurança. Tais vias obviamente são bastante policiadas, podemos citar a proximidade do 14º Batalhão da Polícia Militar, principal instituição de segurança pública do município localizado no início da Avenida General Meira, conexão rápida para o cinturão turístico e o quadrilátero central. O **cinturão turístico** é também um espaço extremamente controlado por câmeras de segurança em praticamente todas as vias arteriais e pontos turísticos, tais aparatos foram instalados no ano de 2003 pela Lei nº 2.866 (17/12/2003), que trata da implantação do sistema de monitoramento de segurança dos corredores turísticos.

Esse aspecto é fundamental, pois demonstra um momento em que a classe dominante pressiona ou se apropria do comando do poder público, realizando obras no sistema viário, na infraestrutura e exige mais policiamento nas regiões de seu interesse. Para a concretização desse ato é fundamental que as áreas urbanas de interesse “especial” dos grupos dominantes estejam concentrados e não espaçados, quanto maior se dá essa produção do espaço, mais fácil ocorre a centralização de recursos e capital na região. Por isso, temos afirmado que a segregação é um elemento estruturante da cidade, quanto mais as classes dominantes ou seus serviços se concentram em dado território, tende a acompanhá-la a construção de infraestruturas, seguidos de elementos de padronização do espaço.

Tal aspecto revela fundamentos da dominação social por meio do espaço e pode ser percebido pela força política dos grupos dominantes locais que expressam sua força nos meios de comunicação durante décadas, elogiando, exigindo, pleiteando obras para a padronização e infraestruturação do quadrilátero central e sua conexão com a Avenida e a Rodovia das Cataratas. Para exemplificar tal situação, destacamos uma matéria publicada na Revista Painel, que era ligada às frações da elite “pioneira” local. A revista elogia a produção do espaço urbano e a remodelação espacial que iniciava sua formulação no ano de 1980:

Conta hoje, Foz do Iguaçu, com Avenida Paraná; o Trevo do M'boicy, no entroncamento da Av. Paraná, Av. das Cataratas e Av. Jorge Schimilpeng e Av JK; ligando a malha urbana pioneira com a via de acesso as Cataratas do Iguaçu, aos canteiros de Itaipu a Ponte da Amizade; e futuramente contará com uma nova via de acesso ao Porto Meira [General Meira]. Tais obras de pavimentação, sinalização, iluminação, vias de penetração, artérias estruturais, complementam as melhoras do sistema viário que estão transformando Foz do Iguaçu em uma cidade moderna (Revista Painei, junho de 1980, n. 87).

Essa matéria, escrita pelo jornalista Tezza, que era atrelado as elites locais, revela o processo de desenvolvimento do quadrilátero central e sua conexão com o cinturão turístico, valorizando a construção de um espaço urbano que une a elite pioneira com os caminhos dos atrativos turísticos e a ligação com a Itaipu e o Paraguai. Em outros termos, observa-se os esforços em produzir um espaço urbano para consolidação da cidade “ideal”, a cidade moderna idealizada pelo jornalista que traz um dos principais traços do planejamento moderno, o funcionalismo do espaço que contribuiu para ocultar a cidade “real” dos conjuntos de bairros subequipados e ocupações irregulares, e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo.

Assim, é necessário ressaltar que o espaço urbano é produzido pelo trabalho humano. Só o homem estrutura a cidade e tal ato é concretizado não por uma ação individual, mas pela força política e econômica das classes sociais, por isso, o espaço urbano não é um dom gratuito da natureza. No caso específico de Foz do Iguaçu há uma inversão, pois, a produção do espaço urbano aparece como um processo natural uma dádiva da vocação turística, como manipula a ideologia dominante que *fetichiza* a produção do espaço.

Por isso é equivocada a ideia de que a terra urbana não possui um valor ou que não é possível controlar sua oferta. A aglomeração de pessoas, a concentração de serviços ou setores com a homogeneização de territórios, a potencialização da localização de interesse capital de frações de classes dominantes locais, no nosso caso específico as Cataratas do Iguaçu e sua capacidade de fazer com que se relacionem entre si diversos elementos da cidade como transporte, mercadorias,

pessoas e capitais é uma das principais formas de valorização do solo urbano na cidade de Foz do Iguaçu. O funcionamento da sociedade urbana capitalista metamorfoseia seletivamente os lugares, afeiçoando-os as suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e também mais valorizadas. Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e propicia a criação de investimentos para o mercado imobiliário. Trata-se de obras mais imobiliárias que viárias.

Outro documento que nos ajuda a visualizar as ações do poder público e de frações das classes dominantes locais e seus respectivos movimentos no esforço da delimitação, legislação e produção do espaço urbano, potencializando as áreas turísticas, é a Legislação de Uso e Ocupação de Solo¹³⁵ que resultou nas **leis de zoneamento urbano** da cidade de Foz do Iguaçu. Segundo o documento:

1º parágrafo-As zonas turísticas visam garantir o pleno desenvolvimento do potencial turístico do município. 2º Parágrafo As zonas turísticas são consideradas áreas especiais para o município, sujeitas a um plano específico do município. 3º parágrafo O zoneamento turístico visa regulamentar a planificação do desenvolvimento turístico. 4º parágrafo o plano será elaborado pelo município num prazo de 6 meses, a contar da data da publicação desta lei complementar e levará em conta o parecer do conselho municipal do turismo-COMTUR.

O zoneamento urbano visa legislar sob o uso do solo, estipulando finalidades específicas nas áreas turísticas, com uma perspectiva fundamental de consolidar uma cidade turística almejada pelas classes dominantes locais, a fim de separar o turismo e seus atrativos de áreas “incompatíveis” nos termos do PDM (2006). Pelo que observamos, as áreas incompatíveis pela localidade das zonas turísticas são fundamentalmente as ocupações irregulares no entorno dessas zonas turísticas. Nesse

¹³⁵ Criada pela lei nº 2721, de autoria do Prefeito de Foz do Iguaçu em 23/12/07, durante a gestão do prefeito Paulo Macdonald Ghisi. Retirado do site: www.pmfi.pr.gov.br/pdf/projetos/458. Acessado dia 19/08/2013. E conseguimos o arquivo que revela o mapa da cidade de Foz do Iguaçu e seu zoneamento urbano na secretaria do planejamento urbano do município, que fundamentou os três mapas organizados pelo autor postos nesse texto.

sentido, é válido se apropriar da percepção de Maricato (2002) que reflete a respeito da lógica do zoneamento urbano:

As leis de zoneamento urbano são formuladas por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira. Em relação a moradia e a ocupação de terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica de aplicação discriminatória da lei. A ineficácia desta legislação é de fato, apenas, aparente, pois constitui um instrumento fundamental para o exercício arbitrário do poder além de favorecer pequenos interesses corporativos (MARICATO, 2002, p. 146).

O documento acima revela que a legislação do uso do solo, que fundamentará o zoneamento urbano será elaborada pelo município (poder público local), mas dependerá da aprovação do COMTUR - conselho formado por empresários locais e agentes do turismo. Fica evidente que a tendência é a predominância do interesse privado das empresas do setor, desconsiderando aspectos da urbanização brasileira marcada pela exclusão e desigualdade social, que reflete no acesso aos equipamentos sociais no espaço urbano. Outro elemento que chama atenção é a própria data da aprovação do documento, dia 23 de dezembro de 2007, na última sessão da câmara municipal do ano, momento de desmobilização da população pela proximidade das festas do final de ano. Reproduzimos o mapa do zoneamento urbano para entendermos onde estão as quatro zonas turísticas (ZT) do município de Foz do Iguaçu.

MAPA 02- ZONEAMENTO URBANO, CINTURÕES TURÍSTICOS

Os diferentes circuitos turísticos da cidade são divididos em quatro zonas urbanas, delimitados para a exploração desse setor como demonstra a Legislação de Uso e Ocupação de Solo. O objetivo central é a divisão de zoneamento urbano em prol do desenvolvimento no turismo, que é respectivamente o desenvolvimento das classes dominantes locais.

As quatro Zonas Turísticas na cidade de Foz do Iguaçu representam estágios diferenciados de exploração. Em ordem decrescente, o ponto mais desenvolvido é o ZT-01, que envolve o entorno da Avenida das Cataratas (responsável pela ligação da Rodovia das Cataratas ao centro comercial do município). A duas razões que explicitam sua maior valorização são: **a capacidade de concentração de consumidores, mercadorias e capital a partir da sua área de serviços, sua localização que funciona como elo de conexão de importantes sistemas de recursos comercial e financeira com aeroporto e atrativos turísticos.**

O ZT-02¹³⁶ abrange a cercanias da Rodovia das Cataratas, que concentra o parque hoteleiro e a infraestrutura turística. Essas duas zonas urbanas consolidadas constituem as junções dos atrativos turísticos, grandes hotéis, locais de eventos, centros comerciais, de serviços e espaços das tomadas de decisões. Somadas as Avenidas Jorge Schimmelpeng, Avenida Paraná, República Argentina, Juscelino Kubistech “JK”, Cataratas e Rodovia das Cataratas, que configuram aquilo que denominamos de Cinturão Turístico Consolidado.

As outras duas zonas turísticas estão em processo de desenvolvimento, sendo que a ZT-03 encontra-se estagnada, sendo sua expansão alvo de uma constante tensão na cidade pela ameaça de remoção das favelas localizadas em áreas centrais. Essa zona corresponde ao ponto de junção das franjas das principais avenidas centrais com a Avenida Beira Rio – que margeia o Rio Paraná. A ZT-3 ainda não é uma área consolidada, esse aspecto é importante, pois podemos trabalhar com duas hipóteses: A primeira é de que apesar de toda racionalidade, poder e dinheiro, as máquinas estatais e privadas parecem não ser capazes de moldar totalmente o espaço social e homogeneizar de forma completa o território da cidade, o que evidencia que, apesar dos esforços, não

¹³⁶ Dos 17 hotéis de luxo existentes na cidade, segundo o inventário turístico do município (2013), nove estão concentrados nessa região: Carimã Resort Hotel Convention, Dom Pedro Palace Hotel, Hotel Florença, San Martin Hotel Resort, Hotel Panorama Acquamanía & Resort, Mabu Thermas Resort Hotel, Bourbon Cataratas SPA & Resort Hotel e Resort & Golf Club, e Hotel das Cataratas Iguassu Falls, etc. As diárias desses quatro últimos variam entre 673,00 a 3000,00 R\$ e é onde se fixa grande parte dos turistas com grande poder de compra e consumo. Essa região é o espaço oficial do turismo.

há uma dominação de forma absoluta sob a classe trabalhadora. Essa região é alvo de projeto de remoção desde a década de 1970, como demonstramos no primeiro capítulo.

A segunda, na qual tendemos a acreditar mais, é de que a **classe dominante** ainda não executou esse processo, pois, ele ainda não era viável no sentido econômico, ou ainda não um consenso com outras frações dessa classe sobre esse projeto, pois temos percebido ao longo do trabalho de campo e com a troca de informações com o projeto da escola popular da UNILA¹³⁷ podemos concluir de forma incipiente que de fato não nos apareceu nenhuma evidencia de forte resistência hoje dos moradores dessas localidades a esses grandes projetos urbanos.

A ZT-04 fica localizada na Avenida Felipe Wandscher, avenida que foi duplicada em 2014, situada atrás da Rodovia das Cataratas. Ela vem recebendo investimento do Estado na sua infraestrutura urbana de forma constante nos últimos anos e paralelamente se observa um movimento de concentração de uma série de condomínios fechados de alto padrão na região. Impulsionados por uma importante fração de classe dominante local, a **conscienciologia**¹³⁸ - seita¹³⁹ que mobiliza profissionais liberais e empresários do município e de outras localidades do país, que estão construindo uma cidade “aparte” nessa região, a partir do bairro *cognopolis*,

¹³⁷ Projeto de extensão sobre a “Reestruturação urbana e social de Foz do Iguaçu” Organizado pela professora de Arquitetura e urbanismo Cecilia Angeli, cuja a proposta é identificar e mapear regiões e grupos, no município, de grande vulnerabilidade socioambiental - impactados por remoções involuntárias decorrentes da implantação de grandes projetos urbanos -, em áreas de concentração de favelas, loteamentos irregulares, além de ocupações. Tal grupo tem se tornado um “movimento” local, embarcando agentes sociais ligados a grupos sociais e populares que tem acompanhado junto das famílias que tendem a ser removido dessas áreas.

¹³⁸ Grupo majoritariamente formado por profissionais liberais, liderados pelo Médico Waldo Veira, que construiu uma seita dedicada a cursos e pesquisas na área da consciência humana denominada de Conscienciologia, segundo o site oficial da conscienciologia essa é uma ciência focada no estudo integral da consciência humana. Retirado de: http://www.ceaec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=55. Nesse momento da pesquisa não tivemos folego para pesquisar as ações orgânicas desse grupo, focamos somente na relação desse grupo com a especulação dessa região onde se concentram, e aspectos da segregação promovida pelos mesmos. Contudo, fica evidente cada vez mais a força política e econômica dessa fração de classe dominante, a conscienciologia congrega 22 associações com CNPJ, que atuam nas políticas sociais e ambientais do município, algumas realizam tarefas centrais no desenvolvimento de grandes projetos urbanos na cidade de Foz do Iguaçu.

¹³⁹ Segundo o dicionário *Houaiss* (2001, p. 123) “**Seita** é um termo que deriva do latim “*secta*” cujo significado é **seguidor**. O termo é utilizado para designar um grupo numeroso de uma determinada corrente religiosa, filosófica ou política que se destaca da doutrina principal. Informalmente, o termo pode ser utilizado para definir qualquer grupo organizado de pessoas que defendam as mesmas ideias ou tenham causas em comum. É nesse sentido informal que estamos caracterizando a *conscienciologia*.

formado por um conjunto de condôminos de luxo como a Cosmoética, Cond. Res. *Evolução, Cond. Res Serenologia e Cond. Res. Campos Sonhos*.

É importante destacar que esses conjuntos de condomínios produzem também uma base ideológica, novos estilos de vida com novas formas de “ser” a partir da relação da habitação com essa seita. Esse grupo tem promovido o mais alto padrão de segregação urbana da cidade de Foz do Iguaçu, além da maior concentração de condomínios de luxo, pois foi construindo um **plano diretor próprio**¹⁴⁰, que pretende funcionar separado do restante do município. A intenção é que esse espaço funcione separado da legislação urbana do poder público, o que evidencia a força política desse grupo¹⁴¹.

Quando setores das elites se afastam de áreas centrais em busca de grandes lotes e ar puro, trazem para perto de si comércio, serviços e os equipamentos urbanos. Esse movimento pode ser percebido no caso do bairro *Cognopolis* com a construção de um grande hotel de uma rede internacional¹⁴², pois há a instalação de pequenos comércios no seu entorno, além da pressão política exercida pelo grupo para o asfaltamento das vias de acesso ao bairro, que conta com tratamento de água e esgoto, além de eletricidade.

Esse grupo social transformou uma grande área de gleba de terras improdutivas em condôminos fechados, tornando essa região extremamente valorizada, fator determinante na **especulação imobiliária** do município que acompanhou o movimento de crescimento nessa região da Avenida Felipe Wandscher, mais do que qualquer outra do município, com um crescimento do preço 12% nos negócios imobiliários segundo o índice do INSPEPAR. Contudo, é necessário esclarecer que nós evidenciremos a produção do espaço da ZT-4, movimento que não foi descrito pelo zoneamento urbano

¹⁴⁰ Para visualizar o plano diretor do bairro cognopolis:
<http://www.consciencialucida.com.br/2014/12/cognopolis-plano-diretor-do-bairro-do.html>

¹⁴¹ O Ceac o Centro de Altos Estudos da Conscienciologia, já é considerado pelas associações empresariais do turismo como um atrativo turístico. Tal estrutura mobiliza cerca de 750 trabalhadores voluntários, nota-se a participação efetiva dos *conscienciólogos* nas associações empresariais e comerciais do município como o *coodefz*.

¹⁴² “Já na fase final de obras, Hotel da Conscienciologia será inaugurado em outubro. O Hotel Mabu Interludium Iguaçu Convention deve ser inaugurado no dia 1º de outubro. Construído pela conscienciologia no bairro Cognópolis, em Foz do Iguaçu, o hotel será administrado pela Rede Mabu, que já tem em Foz o Mabu Thermas Grand Resort”. Retirado de:
<http://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/novidades/j%C3%A1-na-fase-final-de-obras-hotel-da-conscienciologia-ser%C3%A1-inaugurado-em-outubro?page=42> acessado no dia 10/12/14.

produzido pela prefeitura. Não é possível afirmar se houve uma ocultação da expansão imobiliária ou se foi um movimento não planejado garantido pela força e ação política e econômica do grupo ligado a conscienciologia, o fato é, que se torna cada vez mais expressivo a centralidade de recursos no espaço urbano que acompanham o movimento desse grupo.

Esse fenômeno do afastamento das classes dominantes, ainda é bastante incipiente no caso de Foz do Iguaçu, porém esse movimento já tem sido efetivo desde a década de 1990 nas principais metrópoles brasileiras, como observou, por exemplo, Teresa Caldeira (1992). Segundo a estudiosa, as camadas de alta renda ou classes médias, obsessivos com a segurança e sob o pacto do medo, erguem barreiras e muros sociais se enclausurando, construindo uma “cidade de muralhas”. Tal fenômeno coloca uma nova variável no estudo do espaço urbano que diz que não é totalmente verdadeiro que o preço determina a distribuição espacial das classes sociais.

Com isso, percebe-se o deslocamento de camadas sociais de alta renda para as Zonas Turísticas 02 e 04, onde se concentram condomínios de luxo cercados por favelas e bairros populares. Em todos os casos, os investimentos atingem a população mais ampla da cidade apenas de maneira indireta, pois os novos investimentos necessitam da força de trabalho local. Em síntese, ressaltamos a ação do poder público, que tende a homogeneizar as quatro zonas turísticas e as principais vias da cidade em prol do desenvolvimento do setor turístico.

A valorização do solo urbano está intimamente ligada a esse setor em Foz do Iguaçu. As elites municipais sob o comando do Estado não medem esforços e recursos para realizar a **turistificação do espaço urbano**, expressa através da infraestruturação urbana dessas áreas e principalmente pela construção de novos empreendimentos, como a instalação nas ZT-1 e 2, do Museu de Cera *Dreamland*, Parque dos Dinossauros, Shopping Palladium, novo centro de convenções, Residence & Resort, o Condomínio Royal Boulevard Yacht etc. Juntos esses empreendimentos ultrapassam investimentos superiores a R\$ 400 milhões¹⁴³. Em todos os casos, os investimentos atingem a população mais ampla apenas de maneira indireta, pois os novos investimentos necessitam da força de trabalho local. Os fenômenos espaciais não podem ser

¹⁴³

Valor retirado da matéria do site da prefeitura municipal:

<http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=33221> acessado dia 23/11/13

deslocados das classes sociais, pois a medida em que são produzidos revelam interesses antagônicos na própria relação dialética entre valor de uso e de troca da cidade.

A definição do uso social do território tende a ser produzida pelas classes dominantes e as ações políticas públicas federais, estaduais e municipais, mas em todos os casos se observa momentos de negociação e conflito em relação aos interesses dos grupos locais, pertencentes às frações dominantes ou subalternas. No caso específico de Foz do Iguaçu salientamos uma importante especificidade na lógica de reestruturação e configuração espacial. O Município de Foz do Iguaçu conta com espaços urbanos e com usos que se submetem a uma dinâmica de controle e origem externa do poder local, como a faixa de fronteira do Brasil com Paraguai e Argentina, o 34º Batalhão do Exército (marco zero do município) que impede ações no sistema viário e no plano de urbanização, e da usina de ITAIPU, como já demonstramos em capítulo anterior articulada ao governo federal.

Tais determinações de **uso e legislação do solo**, para serem aplicadas em plenitude dependem da relação de **cooperação** entre o poder público local com instituições públicas, federais e internacionais. O que pode dificultar e reduzir a “autonomia” dos grupos dominantes locais de legislar sobre o uso e ocupação do solo em seu território. Para qualquer intervenção ou modificação nessa estrutura será sempre necessária uma parceria, um acordo entre as partes, com os órgãos envolvidos. As áreas citadas acima estão demarcadas no último PDM (2006) como **Zonas de Interesse Estratégico**. Tudo isso relacionado à lógica de segurança, patrimônio histórico, comércio de importação e exportação e área de interesse turístico.

Sem **consenso** não há nenhuma possibilidade de estratégias vitoriosas, por mais articuladas e organizadas que possam ser as elites locais. Nesse sentido, a aplicação do **plano estratégico** do turismo exige que a cidade esteja minimamente unificada, em torno do seu interesse particular, sem brechas em torno do projeto que tende a ser **universalizado** da cidade. A história é um campo de possibilidades, espaço onde a hegemonia de uma classe é mantida ou negada. Logo, acreditamos haver uma reformulação na gestão urbana de Foz do Iguaçu para tentar a consolidação de uma matriz que, sob forma nova, novos rótulos, nova marca, cumprem o antigo papel de ocultar a verdadeira orientação dos investimentos ou dos privilégios das classes dominantes na cidade de Foz do Iguaçu.

CAPITULO 3.

REESTRUTURAÇÃO URBANA E LUTA DE CLASSES

(...) A luta de classes se desenvolve na cidade. De um lado a luta política reflete uma situação política, e, de outro lado, revela seus aspectos ainda despercebidos, as possibilidades latentes. Ao mesmo tempo que tende a transformar as relações de produção, a luta de classes a faz entrar na consciência. É assim que ela torna perceptíveis, numa conjuntura determinada as relações cidade-campo.

*Henri Lefebvre – A cidade do capital*¹⁴⁴

No primeiro e segundo capítulo demonstramos aspectos do processo de formação, produção e **turistificação** do espaço urbano de Foz do Iguaçu. Contudo, o entendimento da construção social do espaço nos exigiu a observação de relações dialéticas estabelecidas entre diferentes níveis, graus e força do **agir político**. Observou-se momentos de negociação e conflito em ampla relação junto aos interesses das classes sociais locais, sejam estes pertencentes às classes dominantes ou trabalhadora. Nesse processo surgem formas “ideológicas” em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo.

Partindo desse pressuposto, definir um projeto é construir um discurso hegemônico por meio da **disputa de posição**. A história de Foz do Iguaçu perpassa por um elemento **ideológico** de que o município encontra no turismo sua vocação econômica, logo seu desenvolvimento é articulado à prática e discurso dessa atividade. Porém, pesquisas **unitárias e coerentes** apontam para a relação de dependência histórica do desenvolvimento local a partir das práticas de contrabando (SOUZA, 2009; CARDIN, 2011) e focando-se mais nos aspectos formais e políticos para dependência do município em relação à Itaipu Binacional (CATTA, 2009).

Diante desses dois fenômenos o turismo é coadjuvante. Contudo, diante dos limites de acumulação de capital por uma prática ilegal e por uma estatal, que ainda possui relações históricas conturbadas com moradores da região, surgiu o fortalecimento de uma **terceira via** com a qual “todos” podem se beneficiar e lucrar. O

¹⁴⁴

(Lefebvre 2001-b, p. 172). A conclusão de Lefebvre é evidente de que o capitalismo tende a se estender a todo o espaço. Em escala mundial, no entanto, o espaço não é só descoberto e ocupado, ele é transformado. A urbanização é um aspecto colossal dessa extensão.

setor turístico de Foz do Iguaçu representa uma síntese forçada, **o interesse particular de uma fração de classe dominante, mas que aparece como o interesse universal**, na qual os trabalhadores não têm vez e voz ativa ao serem silenciados por um discurso “democrático” que o inclui como diretamente beneficiado pelo desenvolvimento local.

Esse simulacro da cidade só pode ser desconstruído quando se observa a base material das relações sociais. Por isso o objetivo desse capítulo é investigar as lutas e contradições sociais no processo de **favelização do município, a partir da perspectiva dos moradores de favelas e regiões periféricas da cidade de Foz do Iguaçu**. Entretanto, quando se investiga as transformações ou reformas espaciais em um município fronteiriço, a situação possui novas variáveis ao exigir a identificação do papel das fronteiras na expansão do capital.

Dessa forma, dividimos o terceiro capítulo em três partes. Primeiramente faremos uma análise em diferentes escalas do processo de favelização, visando articular fatores exógenos da reestruturação do capital com aspectos *sui generis* das dinâmicas fronteiriças e seus ciclos econômicos. O intuito é articular simultaneamente o plano macro e micro dessa síntese para pensarmos a formação de favelas, a ocupação das regiões periféricas e a distribuição socioespacial dos trabalhadores nas onze regiões urbanas da cidade de Foz do Iguaçu.

Em um segundo momento, focaremos nas lutas sociais no processo de reestruturação do espaço urbano, considerando a relação conflituosa entre um modelo de cidade desenvolvido pelas elites locais simultaneamente com a proliferação de favelas em regiões consideradas de interesse econômico e turístico. Neste momento, observa-se como moradores que ocupavam essas áreas foram “removidos” para outras regiões da cidade, experiência histórica que possui na criação do conjunto de moradias populares do “Cidade Nova” o salto qualitativo desse movimento no ano de 1997.

Por fim, investigamos como os trabalhadores e as frações da classe dominante manifestam e explicitam suas posições no que tange a esse processo de **desterritorialização e reterritorialização**, além disso, analisamos o processo de “desfavelamento” no município e sua relação com a conjuntura atual, momento em que observamos, em vias de planejamento e execução grandes projetos urbanos em áreas de comunidades, inseridas em regiões de grande interesse econômico e turístico na associação que estão entre projetos de desenvolvimento local com a expansão neodesenvolvimentista para regiões com potencialidades econômicas subexploradas.

3.1 O processo de favelização em diferentes escalas.

As cidades do futuro, em vez de feitas de vidros e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolos aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (Davis, 2006, pp. 28-29).

O geógrafo Mike Davis (2006), em sua obra *Planeta Favela*, escancara os cenários de pobreza nas quais vive a maioria da população urbana mundial, mostrando a gigantesca escala de favelização das grandes e médias cidades do *terceiro mundo*¹⁴⁵. A partir de ampla fundamentação teórica em vasta bibliografia e dados empíricos¹⁴⁶, o autor produz um diagnóstico alarmante sob as cidades no século XXI, estimando que havia pelo menos 921 milhões de favelados em 2001, e que em 2005 esse número ultrapassaria 1 bilhão de pessoas, o que significa dizer que segundo suas estimativas, ao menos um terço da população urbana global vive em favelas¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Termo utilizado por Davis (2006) o autor também utiliza a noção de países do hemisfério sul, importante frisar a rejeição do autor aos conceitos de *países emergentes* ou em *desenvolvimento* noções do *mainstream* do pensamento econômico mundial.

¹⁴⁶ O autor se debruçou em diversos relatórios internacionais, vasta bibliografia acadêmica sob o tema e dados quantitativos, utilizando principalmente como fontes relatórios internacionais de organizações e corporações como ONU, FMI, Banco mundial, etc. O maior diálogo no sentido de quantificar a população favelada do mundo ocorre com o documento *The Challenge off Slum* [o desafio das favelas]. Relatório produzido pelo programa de Assentamentos humanos das Nações Unidas, considerada a primeira auditoria global da pobreza urbana, esse material contou com a colaboração de mais de 100 pesquisadores de todos os continentes. Coordenado pela University College de London. E foi dividido em três fases a 1) foi estudos sinópticos da pobreza, as condições de vida nas favelas, e investigação da política habitacional de 34 metrópoles de todo o globo. 2) Dados comparativos de 237 cidades do mundo inteiro criado pelo programa de indicadores urbanos do UM-Habitat e por última incorporação de pesquisas domiciliares de agentes do banco mundial. Davis (2006) reconhece algumas limitações desse relatório, formulada a partir da abordagem multidimensional, contudo valoriza aspectos centrais desse processo por ser o primeiro esforço de compreensão global da favelização das cidades.

¹⁴⁷ O autor considera a concepção de favela conservadora no relatório internacional que parte do seguinte pressuposto: caracterizada pelo excesso de população de baixa renda, habitações autoconstruídas ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança na posse de moradia. Dentro desse perfil descrito os investigadores da ONU estipularam que haviam 921 milhões de favelados em todo o mundo em 2001 e fizeram uma projeção dessa população que ultrapassaria um bilhão de pessoas em 2005. Davis (2006) confirma no ano de 2006 que o número é superior a 1 bilhão de pessoas,

A obra expõe um amplo processo de urbanização-desurbanizante das cidades, apesar de tratar da realidade de diferentes países, o autor observa um padrão global, apresentando duas faces da tendência da expansão do capital, tendência que lhe é inerente e revela-se incontrolável: a concentração de recursos sociais e a recriação permanente de expropriações sociais. Sob o primeiro ponto Davis (2006) constata a concentração de recursos monetários de capital bancário que, para além dos bancos, são centralizados por grandes instituições internacionais: Banco Mundial, FMI, etc.

Desse processo ocorreu a venda de capital dessas instituições, o que resultou no crescimento da dívida externa de países periféricos com os países dos grandes centros capitalistas, o crédito a esses países foi cobrado a longos juros, resultando em *uma* sangria de recursos públicos. Nos termos de Davis (2006), o big bang da pobreza urbana no terceiro mundo teve suas raízes na crise do petróleo e nos planos de ajustes estruturais e fiscais nos meados dos anos 70, período de “reestruturação” econômica que acentuou a dívida externa de países periféricos com os países centrais.

Entre 1974 e 1975, o Fundo Monetário Internacional (FMI), seguido pelo Banco Mundial, mudou o seu enfoque dos países industriais desenvolvidos para o terceiro mundo, que cambaleava sob o impacto dos preços cada vez mais alto do petróleo. Ao aumentar passo a passo seus empréstimos o FMI ampliou o alcance das condicionalidades coercitivas e planos de ajustes estruturais (PAES) que impunha uma série de medidas aos países do terceiro mundo, no qual todas as políticas nacionais e todos os programas públicos foram alvos de excisão (DAVIS, 2006, p.158).

Esse aspecto é essencial, pois correlaciona atividades monetárias internacionais (abstratas) ao envolvimento dos processos produtivos (históricos) que atingem em diferentes formas os países do terceiro mundo, alterando parte significativa do conjunto da vida social (concreto). É importante ressaltar que a dinâmica expansiva capitalista corresponde à modificações amplas na vida social que podem ser visualizadas nas relações de salário, preços de mercadorias, políticas públicas e processo que muitas vezes são impostos de fora para dentro, mas, somente se realizam através de complexas

devido a exatidão dos dados, ele considera um bilhão no qual representa um terço da população global naquele período.

ações internas. A luta de classes avança e recua de múltiplas formas, nesse movimento a conversão em política institucionalizada possui condições peculiares das lutas e culturas nacionais.

Nesse sentido, reiteramos que a relação de dependência econômica não significa dizer que esta condição esteja fixada de forma permanente e imutável no tempo, ainda que, segundo Davis (2006), sua reprodução esteve nesse período ancorada na vontade política de setores das burguesias nacionais e estrangeiras. Processo que se altera com as resistências locais, contradições internas e externas e na própria relação de concorrência entre capitalistas.

O autor articula fenômenos externos e internos de forma combinada e descreve uma conjuntura de destruição das economias nacionais pelo PAES, que marcam uma nova fase de subordinação do **capitalismo periférico dependente**, no qual alguns governos tentaram de alguma forma promover rupturas com as políticas de liberação econômica:

Quando esses países ameaçavam deixar de pagar as parcelas da dívida, tanto o FMI quanto o Banco Mundial, em sincronia com os maiores bancos comerciais, tornaram se instrumentos explícitos da revolução capitalista internacional promovida pelos governos Reagan, Thatcher e Kohl no *Plano Baker de 1985*, que exigiu que os 15 maiores devedores do terceiro mundo abandonassem estratégias de desenvolvimento conduzidas pelo estado em troca de novas facilidades para empréstimos e de continuar participando da economia mundial. O plano empurrou para a ribalta o Banco Mundial, como gerente a longo prazo das dúzias de planos de ajustes estrutural que davam forma ao admirável mundo novo do chamado consenso de Washington. Este é um mundo no qual as reivindicações dos bancos e credores estrangeiros sempre tem precedência sobre as necessidades dos pobres rurais e urbanos (DAVIS, 2006, pp. 158-59).

Os países mergulharam em dívidas e sofreram o maior golpe na sua economia com a depressão artificial engendrada pelo FMI e pela Casa Branca, políticas que foram seguidas à “risca” pelos governos nacionais da América Latina e África, assim esses elementos são partes fundamentais da conjuntura que impactaram as cidades. Isso pode ser visualizado na explicitação do crescimento dos números de pobres no terceiro

mundo, a partir da década de 1970 com base nos dados do autor que revela um amplo movimento resultante da expansão capitalista, na qual foi constituída uma política na **base do consenso de Washington, rapidamente convertida em política internacional.**

Davis (2006) demonstra que tal política atingiu inicialmente o campo, impulsionando projetos de crescimento da produtividade rural, gerando uma produção agrícola fortemente mecanizada e a base de pesticidas, adquiridos através de financiamentos destinados aos médios e grandes agricultores, o que empurrou produtores agrícolas para o mercado global de commodities. Tal política-econômica impulsionou a extensão de diversos pontos no planeta de uma agricultura capitalizada que promoveu a convergência das forças mundiais de desruralização e descampenização, promovendo um salto na escala de concentração de terras por extensão nas expropriações de posseiros, meeiros e pequenos agricultores.

Para o autor citado, tal processo gerou um êxodo¹⁴⁸ forçado cuja força de trabalho rural excedente migrou para as cidades, correlacionado a um inchaço “urbano” que resultou na proliferação de favelas. A expropriação no campo condiz com um fato concreto, as cidades não eram máquinas de ofertas de empregos na metade dos 70 e início dos anos 80, boa parte dos países do terceiro mundo viviam uma estagnação econômica, no qual as cidades apesar de terem crescimento econômico estagnado ou negativo e não tinham investimento necessário para a criação de nova infraestrutura, deficit de instalações educacionais e sistema de saúde pública, e nesse momento colheram o produto da crise agrária mundial. Em outros termos esse processo de urbanização desurbanizante, na percepção de Davis (2006), **em grande proporção foi impulsionado pela reprodução da pobreza no campo, fruto de diversas formas de expropriação de trabalhadores do campo e não pela oferta massiva de empregos na cidade.**

Davis (2006) mostrar a atualidade das expropriações que não são um fenômeno que ficou cristalizado no passado, no processo de “acumulação primitiva”, mas um movimento ainda atual, uma parte intrínseca da expansão do capital. Como explica Virgínia Fontes (2010):

¹⁴⁸ Tal processo pode ser visualizado a nível mundial no imenso ensaio fotográfico de Sebastião Salgado no Livro Êxodos no qual o fotografo registra um gigantesco fluxo de trabalhadores migrando pelo mundo.

A suposição de que a acumulação primitiva tenha sido algo prévio ao pleno capitalismo leva a suposição de que no seu amadurecimento desapareceriam as expropriações “barbaras” (...). Mas as expropriações constituem um processo de permanente condição da constituição e expansão da base social capitalista e que longe de se estabilizar se aprofundam (FONTES, 2010, p. 45).

A autora historiciza a expropriação em dois movimentos: 1) Expropriações primárias: original de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas para as cidades) ou não (expulsas por razões diversas de suas terras, incapacitadas de sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral, agrários). Movimento que ocorreu ao longo do processo histórico capitalista, mas, que foi impulsionado na América Latina a partir das décadas de 1970 e foi “sentido” nos anos 80 com o inchaço das cidades e uma grande massa de força de trabalho excedente; 2) Expropriações secundárias: Que não significam diretamente uma perda de propriedade de meios de produção, uma vez que a grande maioria de trabalhadores urbanos deles já não os dispunham, mas foi implementado um dismantelamento de recursos sociais de produção. Movimento impulsionado nos anos 1990, com forte apoio parlamentar pela destruição de direitos sociais e trabalhistas, que incidem sobre trabalhadores já urbanizados, essa expropriação de direitos que se deu por meio de movimento de coerção sob a ameaça com demissões, deslocamento de empresas e parques produtivos e eliminação de postos de trabalho, exasperou a disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, introduzindo uma nova “normalidade”, voltado a precarização, terceirização e incorporação ao trabalho no mercado “informal”.

Segundo Fontes (2010), ainda que a totalidade das relações capitalistas não possa ser reduzida simplesmente a esse duplo movimento primário e secundário, uma vez que as expropriações possam decorrer de fenômenos naturais como cataclismos ou conflitos que não dizem respeito diretamente as relações capitalistas, como conflitos étnicos (tribais), a população expropriada tende a se constituir em extensa massa de força de trabalho desigualmente “liberada” para o capital internacional, diferencialmente formada, mas igualmente disponibilizada para as várias formas de exploração e simultaneamente para as mais diversas modalidades de concorrência entre os próprios trabalhadores pela oferta de emprego. Populações expropriadas em meio a uma situação mercantil precisam objetivamente subsistir no mercado, portanto, objetiva

e subjetivamente demandam mercado e empregabilidade. Independente da extensão do seu consumo de luxo ou de necessidades elementares constitui-se a base de um mercado de força de trabalho.

Contudo, a expropriação não é meramente um fenômeno econômico, mas é propriamente social e trata-se da imposição violenta pautada pela supressão dos meios de existência, concomitante com a mercantilização crescente de elementos essenciais da vida como água, terra, moradia e etc. São rotineiras matérias de jornais que demonstram constantes naufrágios de embarcações com imigrantes ilegais, assistimos também na vida real a incorporação da nova força de diversos imigrantes, o que tem se tornado cada vez mais comum, muitos dos quais chegam “ilegais” nos países e contribuem para o adensamento de uma população “sobrante”, que formam o que Davis (2006) denominou de “pobretariado” nas cidades.

Apesar dos imigrantes pobres serem os mais fragilizados, sua chegada contribui para a pressão feita sobre os demais trabalhadores, que por sua vez, são empurrados cada vez mais para as atividades informais. Esse conjunto de elementos acentua, de forma drástica, a pobreza e a espoliação dos trabalhadores rurais e urbanos nos anos 1980 e 1990. Davis (2006) apresenta nesse período uma sucessão de dados sobre esse processo em todo “terceiro mundo”, nos concentraremos na América Latina:

Segundo pesquisa da OIT, a pobreza urbana na América Latina cresceu 50% no início da década de 1980, a renda média da população economicamente ativa caiu 40% na Venezuela, 30% na Argentina e 21% no Brasil e 61% no Peru. O emprego informal praticamente dobrou nesses países no final dos anos 80. (...) Na verdade em toda a América Latina, a década de 1980 aprofundou os vales e elevou os picos da topografia social mais contraditória do mundo. (DAVIS, 2006, pp.160-61).

O período de **recessão econômica** e inflação que afetou todo o continente refletiu no custo da reprodução da força de trabalho, constituindo um cenário de arrocho salarial e redução de renda, no qual o trabalhador não possuía um salário que dessa conta de comprar a mercadoria **habitação formal**, preço que é fixado pelo mercado imobiliário. Trabalhadores inclusive “fichados” possuem muitas vezes um salário insuficiente para pagar o custo da moradia do mercado formal. Como demonstra a

citação acima, no Brasil a renda ativa caiu 21%, período em que a informalidade da habitação ganhou espaço nas grandes e médias cidades.

Um pesquisador da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que o mercado habitacional formal do terceiro mundo raramente oferece mais de 20% do estoque de residências e assim, os trabalhadores recorrem aos barracos autoconstruídos, a locações informais, a loteamentos clandestinos ou às calçadas. (DAVIS, 2006, p.27).

Segundo a descrição de Davis (2006 p.34), “favelas, cortiços e loteamentos ilegais totalizam a moradia de 78,2% dos habitantes urbanos dos países do terceiro mundo”. Quando o autor se refere a loteamentos ilegais, ele não se refere a áreas de “invasões”, mas a loteamentos populares que não possuem nenhuma documentação e também a conjuntos de bairros subequipados. A proliferação de moradias autoconstruídas com poucos materiais, seguida do crescimento das grandes ocupações em área de risco e a acentuação de loteamentos irregulares, é o que o autor denomina de escala gigantesca do processo de **favelização** das cidades.

Segundo dados do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), na década de 1990, “na América Latina a economia informal emprega 57% da força de trabalho e oferece quatro de cada cinco vagas de novos empregos” (DAVIS, 2006, p.177). Situação social que remete a preocupações em outros campos das instituições internacionais. Em 2002 a CIA produziu um denso relatório, cuja preocupação central era com as rebeliões nas favelas e loteamentos informais. O documento alertava para número de desempregados ou subempregados que podiam se rebelar pelo mundo. “No final dos anos de 1990, espantosos 1 bilhão de trabalhadores, que representam um terço da força de trabalho mundial, a maioria deles no hemisfério sul, estão desempregados ou subempregados”¹⁴⁹.

Examinando as grandes cidades da América Latina no final do século XX, Davis (2006) observa que aproximadamente 60% do crescimento de grandes centros urbanos como: Cidade do México, Lima, Bogotá, Caracas, São Paulo e Buenos Aires, resultam de pessoas que constroem suas próprias moradias em terrenos periféricos sem uso,

¹⁴⁹ Central Intelligence Agency, The World Factbook, Washington, (CIA 2002 p.80 apud Davis 2006 p.2002)

enquanto o trabalho informal de subsistência é o responsável pela grande proporção do total de empregos ou subempregos gerados, ou seja, a ocupação informal é praticamente estrutural no continente, da mesma forma que as favelas, ocupações irregulares, cortiços, **aglomerados subnormais**, a ocupação de prédios abandonados, moradias públicas, estão mais para regra do que para exceção no continente.

Davis (2006, pp.2002-204) chama atenção para preocupação das agências de segurança internacional no cenário de crise econômica, no qual o colapso social engendrou uma conjuntura de tensão e conflitos nas cidades, o que levou, segundo o autor, teóricos das corporações militares dos EUA a desenvolverem o programa MOUT- Military Operation on Urbanized Terrain (Operações militares em Terreno Urbanizado). Dele derivaram uma série de operações urbanas para dominar e controlar as “turmas” nas ruas ou em conflitos com “traficantes” em favelas.

As chances do processo de urbanização-desurbanizante nas cidades a partir da radicalização da **espoliação sofrida pelos trabalhadores** com o desenvolvimento da pobreza urbana mundial produzir uma série de “revoltas” organizadas ou espontâneas são reais e revelam um estágio conflituoso da **luta de classes** em grandes cidades. Revoltas populares, como o *caracazo* na Venezuela iniciadas na década de 1980 a partir do aumento abusivo do preço de ônibus e dos produtos básicos de consumo, ligaram o sinal de alerta das corporações e instituições internacionais, para a construção de um imenso aparato de guerra aos “pobres”, que foi desenvolvido no sentido de exercer um controle social¹⁵⁰.

Na América Latina há uma concentração espacial da pobreza. Segundo o autor, essas “megafavelas” são formadas a partir da junção de bairros pobres e comunidades “invasoras” que se fundem em cinturões contínuos de moradias informais e pobreza. Os cinco maiores cinturões favelizados, que concentram os trabalhadores urbanos empobrecidos estão nesse continente.

TABELA 03- AS MAIORES FAVELAS DO MUNDO

PAÍS	CIDADE	HABITANTES	Megafavelas
México	Cidade do México	4 milhões	Divididos em quatro comunidades - Nezahualcoyotl-1,5

¹⁵⁰ Em 2011 centenas de automóveis foram incendiados durante um protesto popular na França, movido pelas condições espoliantes e xenofóbicas vividas por imigrantes na cidade de Paris.

			milhões/Chaco 300 mil Iztapalapa 1,5 milhões e Chimalluacan 1 milhão.
Venezuela	Caracas	2,2 milhões	Região do Libertador
Colômbia	Bogotá	2,0 Milhões	Concentrados na região de El sur e ciudad Bolivar
Peru	Lima	1,5 milhões	Concentrados em 1,5 milhões de habitantes San Juan de Laringancho que inclui: (São José de Lima 750 mil, Comas 500 mil habitantes e Independência 200 mil habitantes)
Peru	Lima	1,5 milhões	Na região do Cono sur que concentram a Vila El Salvador 350 mil hab.), San Juan de Miraflores 400 mil e Vila Maria de Triunfo 400 mil hab.

Fonte: Davis (2006 p.38), baseados em dados de 2005.

O que chamamos de *favela* no Brasil, é *barrios* no Equador, *poblacione* no Chile, *villa* na Argentina, *cantegril* no Uruguai, *rancho* na Venezuela, *barriadas* no Peru, etc. Diferentes nomenclaturas para denominar uma situação similar, de uma classe trabalhadora empobrecida sem trabalho e sem-terra para plantar, obrigada a sobreviver de ocupações esporádicas. A miséria urbana pode possuir suas particularidades na forma com a qual se expressa, estamos tratando de diferentes cenários nacionais e regionais, porém ela é parte integrante das grandes e médias cidades da América latina.

Os trabalhadores empobrecidos vivem no século XXI aspectos da generalização da descrição minuciosa do jovem Friedrich Engels¹⁵¹, que fala sobre as moradias e as ruas ignóbeis de ST Giles e da *Old Town* da Manchester de 1844. “É impossível imaginar o amontoado desorganizado de casas empilhadas uma sobre as outras, verdadeiro desafio a toda arquitetura racional (...) em todo lugar onde o urbanismo deixou um espaço livre, se constituiu e reacomodou os trabalhadores, até que não restasse o mínimo espaço entre as casas” (ENGELS, 2010, pp. 90-91).

¹⁵¹ Na obra a situação da classe trabalhadora o II capítulo especifica elementos da relação do espaço urbano com a divisão social do trabalho e sua relação com a esfera da produção.

Davis (2006), que em comum com Engels, tem no horizonte a preocupação com a vida social dos trabalhadores na sociedade contemporânea, se deparou com inúmeras similaridades com formas “arcaicas” do início das grandes cidades no capitalismo. Essas contradições não desapareceram, mas se acentuaram. Um fardo histórico de um passado que não se revoluciona em plenitude e que faz perpetuar práticas dúbias da existência cotidiana dos trabalhadores na cidade. Não podemos desconsiderar que o quadro macroeconômico e sua relação de produção determina, ainda que não de forma absoluta, as formas de produção e apropriação do ambiente socialmente construído.

O nível do emprego, a distribuição de renda, a extensão das políticas sociais a força do mercado imobiliário residencial, dependem da articulação política econômica praticada em diferentes estâncias, articulado concomitantemente ao processo histórico-social. Aqueles que supunham que o **desenvolvimento do capitalismo** seria um salto civilizatório para as regiões periféricas do hemisfério sul, com uma suposta melhoria das condições substantivas de vida da população, podem se dar conta de que na concretude do “*planeta favela*” o processo revela a outra face do desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, no qual vivemos um constante **desenvolvimento do subdesenvolvimento**.

3.2 O processo de favelização no Brasil

Sobre o processo de favelização no Brasil é importante destacar que a grande maioria da população, até o ano de 1970, vivia em ambiente rural. É dentro de processo descrito anteriormente por Davis (2006) com elementos de concentração de recursos sociais e **um movimento permanente de expropriações**, no qual se configura esse processo no país que vivia sob o tacão de ferro da ditadura civil-militar, regime de coerção aberta, num período de grande migração forçada do campo. Foi nesse movimento que ocorreu o salto demográfico nas cidades brasileiras, correlacionado com a **expropriação** da população rural, como explica Virgínia Fontes (2014):

A década de 1970 foi a primeira do grande salto demográfico, a partir da qual a expropriação da população brasileira dos campos redundaria numa vertiginosa urbanização, verdadeira hemorragia de trabalhadores rurais. Pela primeira vez, em 1970, a população urbana, então somando 55,98% do total, ultrapassou a rural. Esse processo

segue ainda em curso e, mesmo que o Censo de 2010 indique que a esmagadora maioria da população, 84,36% do total, reside em cidades, as expropriações prosseguem. Elas perderam impulso, proporcionalmente, com relação ao total da população, mas vêm sendo cada vez mais intensas e violentas, incidindo sobre camponeses, trabalhadores rurais, quilombolas, ribeirinhos, povos da floresta e, com inquietante agressividade em pleno século XXI, devastando as populações indígenas. (FONTES, 2014, pp.234-35)

A urbanização brasileira avançou e avança em grande proporção aos saltos das expropriações primárias e secundárias. Dentro desse processo, me permito de uma pequena digressão ao citar os conflitos entre grandes proprietários e as populações “nativas” e indígenas que se acentuaram na região oeste do Paraná. Expropriações em curso que atingem seu ápice no início da segunda década do século XXI. A cidade de Guaíra tem se tornando um dos principais cenários desse conflito. Concomitantemente a esse processo, tem sido cada vez mais corriqueiro visualizar nas cidades limítrofes da fronteira indígenas, que ao longo das últimas décadas tem se tornado verdadeiros párias urbanos, dormindo em ruas e calçadas e sobrevivendo de esmolas, acompanha-se também a incorporação dessa força de trabalho em cooperativas e frigoríficos na região.

Contudo, não adentraremos nesse debate, mas, salientamos a importância do reconhecimento de que o fio de aço da expansão capitalista é intrínseco às inúmeras formas de expropriações que continuam a ser levadas a cabo. Por mais que ainda pesem as análises que consideram o fim da época do “trabalho” ou o fim do “capitalismo” e sua suposta fase “pós capitalista”. A velocidade, violência, extensão e força das expropriações, inclusive dentro das cidades com as populações já urbanizadas, evidenciam objetivamente o contrário.

O capital avança a todo vapor, combinando formas **arcaicas e modernas** em sua reprodução, expulsando, destruindo direitos e segregando diferentes populações, alterando diferentes modos de vida com a perda de dimensões sociais e culturais. Nesse processo são fortes os ataques aos modos de vida das populações quilombolas, indígenas e campesinas, dos quais expropria-se não somente a terra, mas um conjunto de práticas e conhecimentos ligados a ela, produzindo novas formas de subalternização de diferentes grupos sociais.

Contudo, este processo não é homogêneo e desenvolve-se por meio de procedimentos históricos variados, híbridos e desiguais. Movimento que produz estigmas e reincorpora preconceitos, muitos dos quais são reproduzidos pelos próprios trabalhadores, gerando uma série de distinções interclasse. Esse elemento é essencial na análise de trabalhadores da **fronteira, no qual os preconceitos fomentam cisões e diferenciações entre a classe**, aspectos que podem ser percebidos também em bairros periféricos da cidade de Foz do Iguaçu, cujo caso mais comum está entre brasileiros e sua relação xenofóbica com paraguaios.

A urbanização brasileira será marcada por heranças da expansão capitalista no terceiro mundo, da dependência econômica, da concentração de recursos e das grandes expropriações, enfim, por elementos que problematizamos anteriormente, porém ela possui algumas especificidades, como a longa trajetória escravista, a grande desigualdade e disparidade regionais e uma industrialização tardia realizada com a super-exploração da força de trabalho, realizada a partir de longas e intensas jornadas combinada a baixos salários. Uma simbiose que combinou a modernização nas grandes cidades com a permanência de formas arcaicas de exploração no campo com extensos latifúndios.

Se apoiando nos termos de Francisco de Oliveira (2003, p.32), “a industrialização no Brasil foi combinada a partir de uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado”. Esse processo se apoiou e garantiu a grande propriedade rural, um país no qual não foi realizada nenhuma reforma agrária. A terra é um nó na sociedade brasileira, processo histórico que envolveu um aspecto social conflitivo que foi assegurado por meios “legais”, pelo menos desde o século XIX, a partir da constituição de 1824 até 1850. Período de intensa queda de braço entre liberais e conservadores na disputa por uma nova lei de terras. O modelo de latifúndio defendido pelos conservadores se sobressaiu em relação ao modelo de pequenas propriedades defendida pelos liberais.

Dessa simbiose descrita por Oliveira (2003) foi gestado um “Estado Moderno” com raízes autocráticas que se retroalimenta de práticas “arcaicas” de um passado que não se revoluciona em plenitude. Por mais que o Brasil se urbanizasse no século XX, teoricamente sob um regime “republicano”, as raízes coloniais (escravistas) e a “modernidade” que não rompeu com os laços coronelistas e com a tradição

patrimonialista, garantem essas práticas que ainda estão presentes e atuantes na sociedade brasileira.

O nó na terra não se restringe ao campo, mas, também às terras urbanas. Boa parte das políticas urbanas de habitação popular tende a ser ineficaz quando precisa contrariar os interesses de grandes proprietários. Por isso, direitos que não são garantidos muitas vezes por via “legal” ou oficial são conquistados no “grito”, ou melhor, na ocupação de terras. A arquiteta e urbanista Ermínia Maricato, que há décadas se debruça nos estudos da urbanização das cidades brasileiras, e com isso nos ajuda a visualizar aspectos dessa problemática e sua articulação com a ocupação de lotes urbanos. Segundo Maricato (2002):

Se considerarmos que toda a população moradora de favelas invadiu terras para morar, estaremos nos referindo a mais de 20% da população de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, 28% da população de Fortaleza e 33% da população de Salvador, 40% do Recife. (...) se somarmos os moradores de favelas aos moradores de loteamentos ilegais temos quase metade da população de Rio de Janeiro e São Paulo. (MARICATO, 2002, pp.153-54)

Em síntese a “invasão” de terras no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Apesar de se tratar de um fenômeno gigantesco, como pretendemos explorar aqui, não se trata fundamentalmente de ações de movimentos sociais, “lideranças subversivas” ou de grupos de “esquerda”. Trata-se de trabalhadores com baixa renda, sujeitos a diversas formas de exploração que vivem muitas vezes de ocupações esporádicas, alguns com famílias numerosas num quadro social de constante **espoliação**.

No entanto, mesmo que as “invasões” de terras no Brasil não estejam ancoradas em totalidade na prática “militante” e organizada como um movimento social, elas promovem, muitas vezes, uma lógica de afrontamento á propriedade privada, processo que é conflitivo, mas que em alguns casos conta com a conivência do poder público. Essa ação está quase mais para regra do que para exceção quando se trata do processo histórico de formação de grandes e médios centros urbanos do país.

Segundo Maricato (2002), no início da década de 1980 o conjunto de moradias precárias, a ocupação de terrenos, proliferação de cortiços e a produção de loteamentos “informais” ou “irregulares” começavam a extrapolar a urbanização com habitação “regular” ou “formal” propriamente dita nas grandes cidades do Brasil. Um amplo processo de urbanização-desurbanizante, realizado aos saltos das expropriações e diversas formas de espoliação dos trabalhadores forem efetivados na década de 1980 com a vitória da chamada **ideologia neoliberal** no país, **realizada nos marcos da “democratização”** com cortes sistemáticos de direitos, baixos salários e um mercado residencial formal extremamente restrito.

Nesse período foram produzidos uma quantidade excessiva de planos diretores e projetos urbanos, visando soluções para o crescimento descontrolado das cidades. Os planos tendem a ocultar um dos principais motores desse “caos”: o amplo processo de expropriações. Grande parte dessa **ideologia** estendida à lógica urbana foi de dissimular os conflitos, as relações sociais de **classes** e os “reais” motivos desse caos. Pegando como exemplo o município de São Paulo, principal centro econômico do país, observa-se que a metrópole “tinha perto de 1% de sua população vivendo em favelas no ano de 1973, e chegou ao ano de 1993 com 20%, portanto a população moradora de favela cresceu 17,80% ao ano no município” (MARICATO, 2002, p.154).

Foi gerida ao longo de um processo histórico com avanços e recuos nas lutas sociais uma classe trabalhadora, em grande proporção desempregada e ocupada no setor informal e desprovida de direitos legais. A tendência é que o “salário-mínimo” da reprodução da força de trabalho não cobre o custo da habitação, fixado pelo mercado imobiliário. Muitas vezes há outra forma de “mercado” não regularizada ou formalizada que coexiste sobre a vida social dos trabalhadores que residem em favelas, cortiços, loteamentos irregulares. A autora cita dados do sistema financeiro de habitação que revela que durante a década de 1990 houve aproximadamente um crescimento de 4,4 milhões de domicílios no Brasil, sendo que a estimativa era de que apenas 700.000 moradias foram produzidas no mercado formal.

Uma mínima dimensão da qualidade da habitação no Brasil pode ser visualizada pelos índices da inadequação habitacional, como pode-se ver na pesquisa nacional por

amostra de domicílios - (PNAD 2002)¹⁵². Eles revelam que 13,2% da população não possui acesso pleno a água, luz ou saneamento, parte significativa da população vive em ambientes deteriorados e está exposta a excrementos. Há uma quantidade de dados que revelam que a proporção dos domicílios improvisados, rústicos, precários que se reduzem a cômodos ou que apresentam coabitação familiar, isto é, domicílios que precisam ser repostos, atingem 15% do total de domicílios brasileiros.

Outra definição do relatório que chama atenção é a classificação de domicílio inadequado no qual 5,8% apresentam inadequação fundiária; 7,5% adensamento excessivo; 8,6% domicílios sem banheiros e 32,4% domicílio carente de algum item da infraestrutura básica. Em síntese parte significativa do conjunto das cidades do país são formadas em “não cidades”, moradias autoconstruídas de forma precária, com falta ou escassez de serviços públicos básicos e alta densidade populacional.

Segundo Davis (2006, p.34), no ano de 2003 o Brasil possuía uma proporção de 36,6% da população urbana residindo em favelas, o que representa aproximadamente 51 milhões de pessoas¹⁵³. O autor parte de critérios amplos e considera como população favelizada aquelas pessoas que habitam moradias autoconstruídas, com pouca ou nenhuma infraestrutura, ocupações irregulares em áreas poluídas ou de risco como morros, encostas de rios, cortiços, prédios públicos ocupados e loteamentos ilegais, compreendendo isto como a falta do título de propriedade e fundamentalmente com locatários informais.

Essa dimensão de Davis (2006) engloba distintas formas de moradias, que possuem diferentes estruturas e ambientes, logo distintos modos de vida, critérios que são fortemente criticados por Maricato (2006) que garante haver uma generalização na categoria **favela**. Porém, Davis (2006) justifica seu pressuposto de que objetivamente não é completamente “igual” morar em uma favela localizada na periferia ou em outra próxima do centro ou em uma área que inunda e em uma que não inunda, em terreno plano ou em morro e assim por diante. Contudo, o autor articula a noção de trabalhadores empobrecidos, logo ‘favelizados’ com aspectos da totalidade social.

¹⁵² Retirado de: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm> acessado dia 30/05/14.

¹⁵³ Estimativas elaboradas pelo autor a partir da metodologia de estudos de 2003 do Un-habitat da ONU e outras fontes. Critérios estipulados em 2002 durante uma conferência internacional sob a pobreza urbana ocorrido em outubro na cidade de Nairóbi.

Acreditamos que de forma objetiva, a noção de *favela* no caso do Brasil, um país com proporções continentais, não oculta as desigualdades regionais, forjadas segundo direitos e costumes diversos, pois no plano fundamental, constituem no conjunto de moradias precárias e na concentração de moradores de baixa renda, onde vive uma classe trabalhadora extremamente espoliada com pouco ou nenhum acesso aos serviços públicos básicos. Logo, nem todos “pauperizados” urbanos moram especificamente em favelas e nem todos moradores de favelas são extremamente pobres. Porém, essas categorias tendem a se sobrepor.

O essencial é não tratar esse fenômeno da favelização como algo isolado, que paira no ar, como se não existisse uma relação social e de produção nesse processo. Acreditamos que o centro dessa controvérsia está na análise genérica e despolitizada que sofreu o “pensamento social” na década 1990. No qual o paradigma da desigualdade foi deslocado para a noção de “pobres” ou “excluídos”. As desigualdades nas cidades eram evidentes demais para serem negadas nas grandes e médias cidades. Dessa forma todo esse processo social foi associado à ineficácia e culpa governamental, pois isso é o que tende a fazer os planos urbanos, diretores, do desenvolvimento. Apaga-se desse fenômeno seu caráter de **classe**, anulando a historicidade desse processo e ocultando as reais causas da pauperização. Característica daquilo que Fontes (2010) chamou de a nova escola da “pobretologia” no Brasil.

Ao longo dos anos 90 a pobreza seria realçada á grande urgência no Brasil, essencializada e reificada, quantificavam-se os pobres, mas esqueciam-se da produção social de expropriados, disponíveis para quaisquer atividades remuneradas mercantilmente. A própria atuação governamental - em estreita relação com os aparelhos privados de hegemonia de base empresarial, enfatizaria abertamente o tema da pobreza, através de uma série de pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, órgão ligado à presidência da república. (FONTES, 2010, p.276).

O fenômeno da desigualdade na cidade transforma em pobreza de forma genérica, cujo método consiste em recortar a totalidade da vida social e convertê-la em objeto de análise que foram homogeneizados pelos indicadores públicos. Sob o manto

da aparente neutralidade científica, referendam um importante instrumento político a ineficácia do poder público. Foi nesse cenário que as ONGs foram se consolidando como “substitutadas” do Estado. Terreno propício para a investida empresarial e das agências internacionais como o Banco Mundial, que reforçaram nesse projeto nas cidades a garantia de propriedade e de gerência dos conflitos, com políticas de “alívio” da desigualdade urbana.

Entre 1972 e 1990, o Banco Mundial financiou 116 programas de oferta de lotes urbanizados de favelas de 55 países. Em termo de necessidade é uma gota num balde de água, mas deu ao banco enorme influência nas políticas urbanas nacionais, além de uma relação de patrocínio com as ONGs e comunidades faveladas locais; permitindo ao banco impor as suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana. (DAVIS, 2006, p.79).

Apesar de todo o discurso sobre democratização, capital social e fortalecimento da sociedade civil, as relações de poder nesse projeto político são próximas do clientelismo tradicional¹⁵⁴, cuja lógica é de “ajudar os pobrinhos a se ajudarem a si mesmo”. Como admitem pesquisadores do Banco Mundial: “as ONGs impedem o aumento e acúmulo de capacidade da comunidade ao assumir os papéis de negociação e tomada de decisões, que são restringidas pelas dificuldades de gerenciar verbas dos doadores, com sua ênfase em projetos de curto prazo e pouco folego, cuja forte responsabilização financeira recai sobre os moradores e os resultados tendem a ser tangíveis. Nesse movimento há uma burocratização e desradicalização dos movimentos sociais e populares nas favelas”. (MITLIN e DIANA apud DAVIS, 2006, p.85)

O autor apresenta críticas severas à ilusão da autoajuda do chamado **terceiro setor algo que teoricamente não é nem “mercado nem estado”**, mas que depende de recursos de associações e instituições privadas. Nesse caminho se naturalizou o desemprego e a desigualdade, e transferiu a pequenos grupos sociais com a distribuição de poucos recursos a responsabilidade de “resolver” essa situação social.

“Nesse sentido a leitura de Davis (2006) partiu de um caminho bastante comum, dos dados gerais da “pobreza urbana” os articulou de maneira simultânea com a dimensão histórica e a “lógica” de expansão e reprodução ampliada do capital,

¹⁵⁴ Sobre esse tema vê Mendonça (1989).

promovendo rupturas significativas com a pobretologia e a quantificação dos institutos econômicos e agências internacionais. Dentro dessas rupturas, destacamos três pontos:

1º) O autor trabalha dentro do campo da totalidade social, ou seja, a pobreza e o fenômeno da “favelização” nas cidades são vistos como um produto de uma relação social capitalista, ampla produtora de desigualdades, portanto, não podem ser isolados ou cristalizados como um fato. São encarados como um processo histórico - vivo, concreto e combinado com a estrutura político-econômica, externa e interna.

2º) O autor não trabalha com categorias como “exclusão social”, pois em sua concepção não há lado de fora do mundo “mercantil” ou exclusão de mercado, tema que é constantemente defendido, por exemplo, por Maricato (2002) quando se refere ao mercado formal de habitação que não contempla grande proporção dos habitantes.

3º) O autor rejeita noções como “excluídos” ou ‘marginalizados” que descaracterizam as relações sociais. Nesse campo, a análise de Virgínia Fontes (2005) sobre o processo de “novas” expropriações traz um salto qualitativo. Os trabalhadores “*livres*” nas cidades, independente da forma que foram retirados dos meios de produção ou das formas de garantia da sua sobrevivência, precisam rapidamente se adequar às novas dinâmicas do capital e sobreviver à suas imposições, ainda que esse processo se dê em graus diferenciados e desiguais entre **diferentes realidades**.

Em síntese, as invasões de terra, lotes urbanos e a proliferação de favelas são parte intrínseca do processo de urbanização e da paisagem urbana no Brasil e no “terceiro mundo”. As favelas se multiplicaram nas últimas décadas como temos demonstrado aqui, fenômeno correlacionado a estrutura do capital que atingiu em graus diferenciados todas as grandes cidades no século XX-XXI. É dentro desse imenso processo do hemisfério sul, da América Latina e do Brasil, que a cidade de Foz do Iguaçu-PR aparece também como uma pontinha desse imenso iceberg.

3.3 O processo de Favelização em Foz do Iguaçu, uma cidade de Fronteira

O fenômeno da favelização na cidade de Foz do Iguaçu é analisado por uma vasta bibliografia acadêmica e institucional. Esse processo é articulado com a construção e instalação da Usina de Itaipu na década de 1970. Alguns autores, como Belo (1998) e Catta (2009), associam a Itaipu ao processo de “industrialização” ou de

“modernização” da cidade. Esse debate no campo historiográfico articula dois movimentos simultâneos no qual sintetizamos da seguinte maneira: primeiramente ocorreria a expropriação no ambiente rural a partir do alagamento de aproximadamente 111 mil hectares de terras para construção da barragem da usina, e posteriormente, os moradores de áreas urbanizadas ou semiurbanizadas foram expulsos de suas localidades para a construção das Vilas de Itaipu.

Desse duplo movimento interno articulado ao avanço das obras de Itaipu em meados da década de 1970 e início dos anos 80, resultou o aniquilamento do trabalho rural na cidade de Foz do Iguaçu e no povoamento de uma das principais regiões periféricas da cidade, conhecida como Três Lagoas. Todavia, é importante localizar a posição social desses trabalhadores, pois essas expropriações principalmente no campo, não se realizaram de forma homogênea. Como explica o jornalista Aluizio Palmar, que produziu diversas matérias jornalísticas sobre esse processo:

Do alagamento das terras e outras remoções, aconteceu o seguinte, os proprietários saíram com dinheiro e compraram terra, pouca terra no Paraná que era cara, porque tinha valorizado pra caramba aqui na região. O que eles receberam de Itaipu não era suficiente para comprar muita terra, então eles preferiram ir para outros estados e muitos dos proprietários foram para Bahia, Mato Grosso e outros para o Paraguai. Com pouco dinheiro daqui compraram muita terra no Paraguai. Já com os posseiros e meeiros esses não tinham terra, só mão de obra, eles foram transferidos para o norte do Brasil, foram removidos. A Itaipu levou eles em ônibus e caminhões, foram várias levadas, mas, alguns ficaram por aqui e foram para as favelas e outros que foram para o norte, mas, que depois voltaram para Foz, porque não se adaptaram ao clima e as dificuldades da região. Muitos desses que voltaram, também foram morar em favelas.

Dessa narrativa de Aluizio Palmar fica evidente que os proprietários receberam uma indenização. Alguns compraram terras no Paraguai, movimento que se correlaciona ao fenômeno dos “brasiguaios”¹⁵⁵. O fato mencionado na narrativa acima não é

¹⁵⁵ Sobre o fenômeno dos brasiguaios vê Albuquerque (2010, p. 17) “Muitos brasileiros principalmente da região sul do Brasil, migraram para o país vizinho a partir do final da década de 1950. A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade Brasileira foram

associado à relação com a chegada dos proprietários brasileiros que compraram terras com as indenizações da Usina de Itaipu, com expropriações ocorridas do outro lado da fronteira. Fenômeno que é descrito por Catta 2009. Aluizio evidencia que os trabalhadores que não dispunham dos meios de produção, somente da força de trabalho, não receberam indenizações. Segundo ele, essa massa expropriada foi viver nas favelas, algumas que já existiam e outras foram criadas. Fica evidente em sua narrativa que a usina de Itaipu tentou deslocar parte desse fluxo para a região norte, talvez, como forma de impedir ou diminuir o processo de favelização no município, transferindo os camponeses para outra região.

É sempre importante reforçar que a expropriação primária não se reduz a separação forçosa ou voluntária dos trabalhadores da terra, mas confere a uma ampla relação social que envolve aspectos objetivos e subjetivos do trabalhador rural e que alteram todo o conjunto da vida, modificando práticas, costumes e conhecimentos atribuídos à vivência nesse ambiente. Assim as habilidades dos trabalhadores rurais tendem a se restringir ao plantio, colheita e criação de animais, objetivamente esses trabalhadores encontram dificuldades na inserção do trabalho formal na cidade, seja nas obras de construção civil, nos serviços, comércio que cresciam nesse período. Uma vez que a prática dessa força de trabalho tende a se restringir à prática agrícola.

Um segundo movimento de expropriação diz respeito aos efeitos das oscilações demográficas sofridas pelo município. A cidade sofreu um “inchaço” seja de moradores que foram expulsos de suas localidades pela construção do lago ou das vilas, seja pela chegada de aproximadamente 20 mil trabalhadores na década de 1970, que vieram trabalhar ou buscar trabalho na hidrelétrica, alguns chegaram inclusive acompanhados de suas famílias, que fizeram com que a demanda de serviços públicos e privados aumentasse de forma desproporcional. Paralelo a isso, observa-se o aumento do custo de vida no município devido à inflação da demanda por moradia e junto com a procura a especulação imobiliária na cidade, processo que não só reconfigurou o espaço rural e urbano mais as relações de poder sobre a terra. Como descreve Catta (2009):

alguns dos principais fatores de expulsão de arrendatários, posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o baixo preço da terra e dos impostos e as facilidades de créditos no Paraguai foi um fenômeno de atração. Essa migração se intensificou na década de 1970, no contexto da construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Atualmente há estimativas de que existem 450 mil migrantes brasileiros e seus descendentes vivendo na nação vizinha.

Boa parte daquela área considerada zona rural de Foz do Iguaçu, pertencia a famílias tradicionais, como os Schimmelpfeng, que as foram deixando para seus herdeiros. Parte dessas terras ficaram ociosas por décadas, com uma ou outra pequena plantação de milho ou mandioca, produtos da subsistência, feitas por moradores vizinhos. (...) tal situação permitiu o estabelecimento de famílias que foram chegando a Foz do Iguaçu durante a década de 70, que não podiam comprar um pedaço de terra ou a adquiriram pela venda ilegal por aproveitadores que proliferaram na cidade. A reboque dessa nova população, conflitos começaram a pulular, envolvendo famílias de posseiros, ou de pessoas que foram lubrifiadas por vendedores irregulares. Com a valorização das mesmas pela intensa especulação imobiliária oriunda das obras de Itaipu também envolveu as famílias tradicionais que questionaram a propriedade dos posseiros na justiça. Utilizando-se dos meios legais, contratando advogados de renome no estado do paraná e com apoio da polícia, expulsaram moradores, geralmente de forma brutal engrossando assim o número de despossuídos da cidade. (CATA, 2009, p.253).

Expropriaes produzidas por um fenômeno “indireto” aos tecnocratas da usina, mas que envolveu relaes de poder com as elites locais que dominavam o mercado imobiliário e que possuíam terras que estavam estagnadas que com o aumento de fluxo de pessoas e capital viram a possibilidade de novos negócios com aquelas áreas, transformando-as rapidamente em novos loteamentos “urbanos”, acomodando a populao crescente, que era “atraída” para trabalhar na usina de Itaipu. Populaes também foram expropriadas da antiga zona rural do município, processo necessário para que muitas dessas terras se tornassem loteamentos urbanos para abrigar parte da populao que chegava, movimento que se realizou por aes judiciais e policiais.

O movimento do mercado formal e “informal” de habitao está combinado  força da especulao imobiliária, com a revalorizao do solo que gera novas relaes contratuais e de posse, em razão do movimento de reconfigurao do valor do solo ocorrido nesse período, resultando em novas expulsões de terras e no surgimento de loteamentos urbanos populares nas regiões afastadas do Morumbi, Portal da Foz, Jardim São Paulo, Campos do Iguaçu, formados em grande proporo por ex-trabalhadores diretos ou indiretos desse ciclo que foi aberto na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná.

Muitos desses loteamentos são até hoje considerados “informais”, pois nunca tiveram uma documentação que comprovasse o título de posse de alguns proprietários. Como observou Catta (2009), nesse período proliferaram vendedores oportunistas e picaretas que lotearam terras no município. A produção do espaço urbano a partir da Itaipu revela de múltiplas formas e interesses envolvidos, pois esse movimento potencializou as relações das **classes sociais**, reafirmando o quanto esse processo alterou de forma significativa o amplo conjunto da vida social dos moradores do município, direta e indiretamente, **nas relações das classes dominantes e subalternas**.

De fato, não é possível negar ou negligenciar a relação da Itaipu com as expropriações e o processo de favelização na cidade de Foz do Iguaçu. Porém, a totalidade das expropriações no município não pode ser reduzida somente à construção e instalação da usina, uma vez que esse movimento não cessa, se acentua e aprofunda-se. Esse fenômeno é reatualizado constantemente, pois é parte intrínseca da expansão do capital. Como demonstramos com o diálogo com Fontes (2005) e Davis (2006), não se trata de algo “novo” ou específico da cidade de Foz do Iguaçu, mas de um amplo movimento universal que se desenvolve de forma desigual e combinada em diferentes regiões do mundo. Por isso é importante reafirmar que tal processo não pode ser reduzido a esfera local, ainda que parte significativa desse movimento na região está correlacionado a Itaipu.

Essas análises da historiografia local são importantes porque relacionam a favelização com a Itaipu, assim o problema encontra-se em restringir a análise do fenômeno a este. Segundo dados do IPARDES (1984), em meados dos anos de 1970 e início dos anos 80, período no qual as terras do município foram alagadas, a queda de moradores do campo na cidade de Foz do Iguaçu é semelhante aos demais municípios do Estado do Paraná. Tal fenômeno possui relações estruturais como a mecanização no campo e toda uma estrutura econômica que gerou uma crise agrária internacional. No entanto, mesmo diante de tal conjuntura, parte significativa da bibliografia oficial e acadêmica reduziu todo esse processo a um fato singular.

Esse aspecto é importante, pois desmistifica aspectos consideráveis de fluxos migratórios, populações saem, ainda que de forma “voluntária” muito mais pelas crises dos locais que partiram do que pela oferta de empregos ou oportunidades para a localidade que chegaram ou puderam chegar. **Em síntese o processo de favelização é um movimento combinado pela falta de meios de reprodução no espaço agrário e não só pela atração de empregos no espaço urbano.** Existiam outras ocupações para

além do trabalho na usina, alguns que inclusive foram ampliados na década de 1980, como o setor de exportação na área de fronteira e a consolidação do parque hoteleiro local.

O tema das expropriações na cidade de Foz do Iguaçu, possui uma importante variável que foi negligenciada pela bibliografia local. Por se tratar de um município de fronteira, os fluxos de trabalhadores expropriados do campo não se restringem somente ao território nacional. No final da década de 1960, anterior à construção da usina de Itaipu, havia localidades como a Vila Paraguaia, na região do Jardim América, a gleba Guarani na região de Três Lagoas, a Vila CR1 na região do Polo Centro, formadas por famílias paraguaias que foram expulsas de suas terras naquele país ou não possuíam os meios de “sobrevivência” e migraram para Foz do Iguaçu.

Posteriormente houve um fluxo migratório de paraguaios que fugiam da ditadura paraguaia, processos que foram relatados por Florêncio Morales, fundador da Vila Cr1 e pelo jornalista Aluizio Palmar, que acompanhou de perto a ocupação da Vila Paraguaia. A peculiaridade desse fenômeno é ocultada quando se atribui de forma absoluta a relação da urbanização – favelização com a construção e instalação da Usina. Infelizmente não pude me aprofundar nesse tema, mas é um campo de pesquisa promissor para compreender especificidades da realidade social e urbana do município de Foz do Iguaçu.

Reforçamos que a ocupação dos trabalhadores locais e a base econômica de Foz do Iguaçu oscilou ao longo de sua história entre os campos da legalidade e ilegalidade do comércio de fronteira. Como indicam as pesquisas de Wachowicz (1982), Rabossi (2004) e Cardin (2010), comprar e vender mercadorias do lado argentino e paraguaio da fronteira se constituiu desde o século XIX uma alternativa de trabalho e sobrevivência para os moradores de Foz do Iguaçu. Processo anterior aos tratados comerciais entre esses países. Uma base econômica regional historicamente exportadora, metamorfoseada em um capitalismo comercial ocultado em uma economia subterrânea a partir de atividades não legalizadas, que configura-se como um aspecto fundamental nas relações fronteiriças. É necessário analisar o papel da fronteira e sua relação com o fluxo migratório de trabalhadores “empobrecidos” com a formação e o adensamento de favelas.

Ao tratar disso é importante perceber que a transição do ambiente “rural” da cidade de Foz do Iguaçu para o “urbano” possui um aspecto **sui generis dos trabalhadores da fronteira**, não só voltado para vida no campo, da agricultura ou

extrativismo, mas também na compra e venda de mercadorias contrabandeadas nas áreas localizadas próximas das margens dos rios. A respeito desse aspecto de favelização num ambiente fronteiriço é importante observar que as favelas no município cresceram rapidamente na década de 1990 e 2000. Tratando do crescimento da população favelizada no município de Foz do Iguaçu, Catta (2009, p.331) observa que “na metade de 1980 Foz do Iguaçu possuía 1506 famílias vivendo em favelas, o que correspondia segundo dados oficiais a 7.965 pessoas”. O último Plano Diretor municipal PDM (2006) descreveu que em 1989 existiam 2.965 famílias distribuídas em 18 favelas o que correspondia a 12.997 pessoas. Este número triplicou em 13 anos e em 2002, segundo a Secretária Municipal de Planejamento Urbano, o número de favelas subiu para 57 nesse período (SMPU, 2006 p.179).

O ciclo da Itaipu “passou” e as favelas continuaram a crescer, sobretudo as que estão nas margens de rios, processo que indica a relação externa com a política econômica praticada durante a década de 1990. Isso resultou em um alto índice de desemprego, aumento do trabalho informal, corte drásticos nos recursos públicos, expropriação de direitos sociais e trabalhistas, etc. Na esfera local, isso se materializou nesse período com a liquidez e abertura da fronteira para o comércio de “compras” na zona franca de Ciudad Del Est no Paraguai. O processo de expropriações secundárias possui desdobramentos importantes na região.

Ora, o dado oficial mais atual que encontramos revela que em 2005 a cidade de Foz do Iguaçu possuía cinquenta e sete favelas e uma população média de 39 mil pessoas favelizadas, proporção alta para uma cidade média, com aproximadamente 263 mil habitantes.¹⁵⁶ Contudo esses números não correspondem à dimensão total dos trabalhadores pauperizados da cidade, uma vez que são contabilizados nessa proporção somente as áreas de “invasões” que não possuem infraestrutura alguma: luz elétrica, coleta de lixo, ligação pública de água e esgoto, além da falta do título de propriedade. É utilizado pelas instituições da prefeitura municipal o critério do IBGE que contempla somente a população que vivia em áreas de “invasões” e que não possuíam nenhuma infraestrutura urbana básica. Como explica Darcilio Weber, ex-diretor técnico do núcleo do IBGE na cidade de Foz do Iguaçu:

¹⁵⁶

Cadastro social FOZHABITA 2005, apud PDM (2006, P.178).

O número de pessoas vivendo em condições sub-humanas é preocupante em Foz do Iguaçu pois, existem 23 favelas considerando apenas aquelas que não possuem infraestrutura alguma. Considerando-se todas ocupações desde áreas irregulares, até áreas que antes eram de invasões e agora já possuem água, luz e ruas o total chega a quase 80 comunidades. (Jornal Gazeta do Iguaçu, 03 de agosto de 2003 p.7)

Em 2005 o FOZHABITA, autarquia municipal que cuida do plano de habitação popular formal da cidade de Foz do Iguaçu, promoveu um cadastro de famílias que moravam nessas 57 favelas, no plano de ação da prefeitura municipal, alguns desses territórios foram unificados devido a sua proximidade geográfica, assim a proporção de 57 favelas baixou para 27 localidades. Essa junção valoriza a ocupação espacial desses territórios que se fundem formando médios e grandes cinturões de favelas. Tal método é eficiente no que condiz a espacialidade social, mas, desconhece a diferença interna dessas áreas, inclusive de disputa entre quadrilhas rivais.

Outro aspecto importante é que essas 27 localidades são descritas pelo FOZHABITA e pelo poder público como “áreas de invasões” e não favelas. Não vamos rejeitar nesse momento esse conceito, mesmo reconhecendo a sugestão dos movimentos sociais de luta por moradia que indicam a substituição do termo invasão por ocupação, por se tratar a moradia e o acesso básico a infraestrutura urbana de um direito. **Optamos por reproduzir a noção de invasão, por valorizar as contradições e o conflito social, elemento da luta de classes expresso no sentido de invasão e de afronta à propriedade na ocupação da “terra alheia”.** Os lotes “invadidos” podem ser públicos, privados e muitas vezes sem um perfil ou proprietário bem definido, caso “comum” nas áreas invadidas na cidade de Foz do Iguaçu.

Na tabela abaixo reproduzimos com base nas informações do cadastro do FOZHABITA e do último plano diretor municipal (2006) que indica a distribuição socioespacial das 27 áreas de invasões distribuídas nas onze regiões urbanas do município, na qual acrescentamos dados descritivos que realizamos no trabalho de campo junto aos moradores.

Tabela 04- Áreas de Invasões nas 11 regiões urbanas do Município

Região	Nº de famílias	Descrição
Nordeste- Três lagoas-01	98	Invasão do Novo Mundo, ocorrida na metade dos

		anos 90, localizada nas margens do Rio Mathias Almada afluente do rio Boicy próximo à cidade nova I. *
Nordeste- Três lagoas-01	106	Jardim Bandeirantes - invasão ocorrida no início dos anos 90. Localizada nas margens do rio vitória. *
Nordeste- Três lagoas-01	20	Jardim Santa Rita - invasão nas margens do rio Mathias Almada década de 1990. *
Nordeste- Três lagoas-01	99	Gleba Guarani antiga aldeia indígena, área que foi expropriada na década de 1970 por militares do exército. Uma parte foi vendida e ocupada por imigrantes Paraguias.
Norte-Vila C-02	130	Invasão da Aracajú localizada na Vila C Novaocorrida em 1996. Próximo do rio Brasília
Leste-Morumbi-03	130	Vila independente invasão da década de 1980. As margens do rio Boicy.
Leste-Morumbi-03	400	Favela da Portal, cinturão formado por quatro invasões com loteamentos irregulares desde a década de 1980. Próximo do Rio Boicy. Os moradores resistiram a inúmeras tentativas de remoção. Formada por ex trabalhadores da usina de Itaipu.
Leste-Morumbi-03	60	Vila das batalhas, década de 1990. Devido à forte resistência dessas famílias em permanecerem nesse local, que ficou conhecido como Vila das Batalhas. Localizada as margens do Rio Boicy.
Leste-Morumbi-03	30	Favela do Morumbi IV invasão ocorrida no início dos anos 2000.
SUL-Porto Meira-04	16	Favela do “infernhinho” próximo ao parque remador, invasão desde o ano de 1992.
SUL-Porto Meira-04	112	Favela do JK invasão próxima as margens do arroio Ouro verde popularmente chamado de rio “Bostinha” existe desde o ano de 1988. Localidade que concentra diversas famílias paraguaias. *
SUL-Porto Meira-04	30	Favela do Queijo localizada no córrego dos porcos, área contaminada fica próximo do rio “Bostinha”. Invasão desde a década de 1980 removida e reocupada muitas vezes por diferentes famílias. *
SUL-Porto Meira-04	56	Vila Vintém (próximo da avenida Morenitas) década de 1990.
Sudeste-Jd. São Paulo-05	70	Favela do Jardim São Paulo. Formada por trabalhadores que trabalharam em empreiteiras para a Itaipu.
Oeste-JardimAmérica-06	175	Favela do Bambu (nas margens da avenida Beira rio) ocupada no início da década de 1990. Local que possui um antigo porto em que se transportava madeiras, localizada próxima do Paraguai. Teve um crescimento populacional engrossado por famílias que foram removidas para o Cidade Nova, mas não ficaram nas casas populares. E reocuparam parte dessa região. Concentra dezenas de famílias paraguaias nessa localidade.
Oeste-JardimAmérica-06	464	Favela do Jupira Junção de 5 invasões com loteamentos irregulares. A margem do Rio Paraná próximo da ponte da Amizade e do Paraguai. Ocupada desde o final da década de

		1970. Teve famílias expropriadas no final dos anos 70, na construção da Vila “b” de Itaipu. Apresenta segundo cadastro do fozhabita a maior população favelada de Foz do Iguaçu. Contudo o documento possui uma contradição contabiliza pequenas moradias que estão no porto belo. Área inclusive de conflito com o Jupira. Localidade com grande população de “brasiguaios”.
Oeste-Jardim América-06	20	Favela da Sadia próxima a margem do Rio Paraná.
Noroeste-Pq.Imperatriz-07	180	Vila Santo Antonio invasão localizada em áreas verdes, ocorria no ano de 1996. As margens do rio Boicy. * próxima do parque hoteleiro nas margens da br 277.
Noroeste-Pq.Imperatriz-07	223	Vila Brás invasão do final dos anos 70 localizada as margens do rio Boicy. Formada inicialmente por trabalhadores de hotéis. *
Noroeste-Pq.Imperatriz-07	190	Jardim Canadá, invasão década de 1980 localizada as margens do rio Boicy. *
Noroeste-Vila A-08	86	Favela do Jardim Paraná ocupação desde o ano de 1983. Próxima do Rio Santa Rosa. *
Noroeste-Vila A-08	24	Favela do Petrópolis localizada no final da avenida Paraná. Casas autoconstruídas em área verde. Favela que foi Removida no ano de 2006 sob o discurso da proteção e preservação de área ambiental, foi construído um condomínio de Luxo da rede “Alphaville” na localidade.
Centro-V.Iolanda-09	243	Conjunto de favelas que congregam a Favela do cemitério, formada pela Vila Bancária e Vila Bom Jesus, favela da marinha e favela do Monsenhor Guilherme. Invasões que existem há mais de 45 anos no município. Localizada. As margens do Rio Paraná. Favela da Marinha teve praticamente toda sua população removida totalmente para o Cidade Nova entre 1997-2001. * á um aspecto de negligência ao considerar esse conjunto como uma parte só, desconsiderando as rivalidades locais.
Centro-V.Iolanda-09	168	Favela da Guarda mirim (Vila União) ocupação que existe há mais de 40 anos na cidade, próxima das margens do Rio Boicy. Localidade que resistiu a dezenas de tentativas de remoção, no ano de 2005 se tornou um conjunto de casas populares em formato verticalizado. Praticamente o único conjunto popular em área valorizada.
Sudeste-Campus Iguaçu-10	120	Jardim Alice II invasão desde 1993. Área removida quase totalmente para conjunto popular na região de Três Lagoas na metade dos anos 2000. Reocupada e removida muitas vezes.
Sudeste-Campus Iguaçu-10	453	Favela da Mosca e Vila Claudia próximas das margens do rio Boicy localidade que já foi antigo lixão. Concentra dezenas de famílias paraguaias nessas localidades. *

Fonte: FOZHABITA 2005, apud PDM 2006 p.181. O sinal de * indica as áreas que sofrem com enchentes.

A síntese histórica, ainda que possua lacunas referentes ao processo de **favelização** na cidade de Foz do Iguaçu, nos possibilita destacar alguns aspectos. As favelas do município ocupam majoritariamente **as margens de rios**, principalmente o Rio Paraná e seu principal afluente o Rio Boicy. É praticamente na faixa territorial desses rios que se concentra o maior número de pessoas **favelizadas**, aproximadamente 2.000 famílias. O que significa dizer que há uma correspondência direta entre a rede hídrica e a localização de favelas no ambiente socialmente construído da cidade de Foz do Iguaçu. Para tal destacamos três variáveis que revelam a associação entre a população “favelizada” e sua concentração nas margens do rio Paraná, próximo ao centro comercial e financeiro do município.

A primeira variável diz respeito ao fator histórico e social. A formação do espaço urbano “embrionário” da cidade de Foz do Iguaçu esteve localizada até o início da década de 1960 nas confluências dos principais rios do município, tendo seu desenvolvimento urbano correlacionado ao abastecimento de produtos de bens duráveis e não duráveis por via fluvial, devido à falta de conexão terrestre desse município com outras localidades.

A gênese urbana de Foz do Iguaçu está amalgamada com os rios. Como descreve o Plano Diretor de Desenvolvimento e Turismo (1968), a ocupação urbana na cidade de Foz do Iguaçu se desenvolveu no sentido norte-sul do Rio Paraná, com o Rio Iguaçu¹⁵⁷. Contudo, o plano alertava que haviam casas autoconstruídas que se estendiam até as áreas ribeirinhas. Sob esse aspecto o jornalista Aluizio Palmar, que fez diversas matérias sobre essas localidades, conheceu de perto o cotidiano desses moradores na cidade. Ele esclarece aspectos sociais da relação dos moradores de favela com o Rio Paraná:

Ali onde é o mosenhor sempre foi favela desde os anos 60, ali já existia as casinhas de madeira perto da favela da marinha que eram dos pescadores. Porque tem que ver que antes da Ponte da Amizade o porto oficial ficava ali. Tinha uma rua na Favela da Marinha que saía

¹⁵⁷ A cidade teve seu desenvolvimento urbano na direção das avenidas- república Argentina e Jorge Shimmelpfeng sentido Leste nos caminhos da Vila Maracanã, estas avenidas eram as saídas para Curitiba capital do estado do Paraná e para Argentina, através do antigo **porto General Meira** que praticamente abastecia Foz do Iguaçu com alimentos e bens não duráveis. Nessa época existia relatórios que apontavam para a preocupação das autoridades locais com a ocupação das margens dos rios: Paraná, M'Boicy, Iguaçu entre outros.

no antigo porto oficial. Eu não sei se hoje ainda tem, mas ali antes era rua que terminava na areia. Ali já era o porto, em que as pessoas cruzavam para chegar na cidade de Porto Franco [Paraguai], ali não era nem Porto Strossner nem Cidade do Leste, não havia nada de cidade do Leste a conexão com o Paraguai era com Porto Franco, que era um porto alfandegário tinham balsas essas coisas, saia tudo por ali, aonde tinham o porto tinha gente e as pessoas vendiam fruta, faziam contrabando, faziam negócio né, trocava moeda. Nessa região entre o porto oficial e o colégio monsenhor Guilherme sempre teve gente pobre morando. Com o tempo foi engrossando né. A cidade cresceu chegou muita gente pobre e ali era perto do centro, em uma pernadinha você estava na avenida Brasil. Então ia catar papel, latinha, vender fruta se virar né. (Aluizio Palmar, narrativa coletada pelo autor no dia 4 de fevereiro de 2014).

Aluizio destaca que desde a década de 1960 existiam essas comunidades do Monsenhor e da Marinha, a sua ocupação nessa região justifica-se pela proximidade com o antigo porto oficial, além de destacar elementos na relação da localização dessas favelas com o trabalho e a sobrevivência desses moradores, seja pelo rio (pesca), pela proximidade com o porto na passagem e venda de produtos, ou pela proximidade com o centro local de grande circulação de capital. A coexistência dessas populações ribeirinhas nessa localização não é harmônica, como relata a matéria do Nosso Tempo, escrita no ano de 1981, cuja manchete é “500 favelados são ameaçados de expulsão. Ortega quer 6 milhões pela área da favela do cemitério”:

Aproximadamente cento e cinquenta famílias da favela do cemitério estão ameaçadas de despejo por Laurindo Ortega (proprietário de um grande hotel localizado no centro do município e da área invadida). A novela Ortega versus favelados vem se arrastando a mais de quatro anos, tendo início em 1977, quando Ortega mobilizou oito advogados e entrou com um processo de reintegração de posse da área da favela do cemitério visando despejar os favelados. (...) A favela do cemitério tem nove anos de existência, e hoje tem uma população de aproximadamente 500 pessoas, na totalidade são trabalhadores de baixa renda que em sua maioria trabalham no centro da cidade e, por

isso, estão lutando para continuarem morando nas proximidades dos locais de trabalho. (Jornal Nosso Tempo, 8 a 15 de abril de 1981, p. 16. Grifos nosso).

Desde o ano de 1977, setores das classes dominantes se mobilizam para a remoção das favelas dessa região. Contradição que foi posta em movimento e foi resolvida parcialmente somente com a construção do bairro Cidade Nova em 1997, ou seja, vinte anos depois. No entanto, a matéria acima destaca a luta dos trabalhadores pela permanência nessa localidade, o que correlaciona com a relação de proximidade com o trabalho e o curto tempo de deslocamento para o centro comercial e financeiro, aspecto que exige uma atenção maior.

Assim, a segunda variável diz respeito a localização e a relação temporal de deslocamento dos trabalhadores para suas diferentes ocupações. Morar próximo ao centro comercial é fundamental para uma população que depende da informalidade, como a coleta de reciclados. É no centro onde a maior quantidade de capital circula, deste modo, é lá que se visualiza a maior quantidade de formas de obtenção de renda e de deslocamento facilitado para outras regiões que podem oferecer empregos. Não suficiente, viver em regiões centrais também facilita aos acessos a direitos sociais básicos de saúde e educação. Nesse sentido, destacamos a proximidade dessas favelas com o Colégio Estadual Monsenhor Guilherme e com hoje a extinta, Santa Casa Monsenhor Guilherme.

Em síntese, mesmo morando em casas autoconstruídas sem nenhuma infraestrutura urbana, esses moradores desfrutavam de uma boa localização, transitavam e se deslocavam com facilidade para a área urbanizada em que concentravam pessoas, capital, transporte e serviços. Deve-se perceber que não são só as classes dominantes que agem no espaço tentando otimizar seu tempo de deslocamento. Os trabalhadores também o fazem e agem com essa racionalidade ao ocuparem lotes próximos da área central.

Além do centro, outras favelas cresceram no entorno das margens do Rio Paraná, na qual eram desenvolvidas atividades comerciais oficiais e não oficiais. Como observou Souza (2009 p.173) “alguns moradores entrevistados, indicaram que na década de 1960 havia uma grande movimentação de trabalhadores no contrabando de café na fronteira com o Paraguai”. A autora observa uma diferença entre os portos das regiões do Porto Belo/ região norte do município, cujo contrabando era voltado para o

café que seguia para o Paraguai e o Porto Meira/região sul, onde o contrabando era de farinha que adentrava no Brasil pela Argentina.

Essa noção temporal esclarece que a compra e venda de mercadorias sem o pagamento de impostos (contrabando) entre as cidades limítrofes das três fronteiras se constituíram em um **habitus** dessa sociedade, correlacionado com a ocupação e sobrevivência de trabalhadores e simultaneamente no abastecimento do “mercado” local que favorecia as classes dominantes. Essa prática está enraizada historicamente no *modus operandi* dessa sociedade. Pelo levantamento que fizemos nessa pesquisa constatamos que no final do século XIX até a segunda metade do século XX, o município já teve em média 21 portos oficiais, quase todos construídos nas primeiras décadas do século XX ligados as madeiras da região. Muitos ficaram “desativados” oficialmente a partir dos anos 50 e 60, mas, pelos constantes relatos de trabalhadores, é possível supor que serviram simultaneamente como estrutura do contrabando de café, farinha e outras mercadorias e que até mesmo algumas estruturas servem na atualidade para **o desenvolvimento de outras atividades comerciais na fronteira**. Nesse sentido Aluizo Palmar faz uma importante descrição dessas áreas portuárias:

Esqueci de dizer que até a década de 50, o comércio era voltado para Puerto Iguazu, era Puerto Iguazu que abastecia Foz do Iguazu foi desse comércio que surgiu a população do Porto Meira porque tudo era feito pelo Rio Iguazu. Ali tinham as balsas, lanchas, barcos. O câmbio todos os negócios eram ali, tinha muita gente que vivia dessa travessia de farinha de trigo, erva mate, madeira. Daqui para lá não ia nada, só vinha de lá para cá. A Polícia Federal e Receita Federal ficavam ali no porto Meira, tinha o porto alfandegário com a Argentina. Mas já tinha também os portos não oficiais, havia ali no Carimã, tinha o porto Aguirre e outros portos do contrabando porque o rio Iguazu é muito estreito, naquela região existia um movimento direto, o contrabando era dia e noite, no porto oficial só passava o que estava legalizado. Aquilo que não tava legalizado fazia um contrabandozinho no Rio Iguazu e as mercadorias subiam rio cima.

Por fim, compreendemos a relação da rede hídrica com o desenvolvimento do polo comercial e exportador da cidade de Foz do Iguazu, seja no comércio oficial e não oficial, atividades que impulsionaram em diferentes pontos dos Rios Paraná e Iguazu as

ocupações e fixações dessas populações. Nos chama atenção para um **uso econômico** dessas regiões de forma não oficial, aspecto que revela outros interesses na permanência dessas comunidades, em razão de um fato que tende a envolver uma ação de outras frações de classes dominantes que movimentam cifras importantes correlacionadas ao contrabando.

A **terceira variável** corresponde à relação da cidade oficial com a informal e os limites da “autonomia” das ocupações. Além dos fatores históricos e sociais sui generis dessa região, as margens dos córregos e dos rios são áreas que tendem a ser ocupadas nas cidades pela camada de baixa renda por serem áreas ambientalmente frágeis, com encostas íngremes, vales e áreas alagáveis. Por essa condição, elas não são as prioridades do mercado imobiliário “legal”, são terras sujeitas a alagamentos e aos riscos de desmoronamento que “sobram” para a moradia de grande parte da população sem recursos. A tendência é que essas áreas sejam ainda protegidas por legislações ambientais, o que tende a inibir a comercialização do mercado formal.

Pelo que averiguamos das quatro favelas localizadas nas margens do Rio Paraná, próximas do centro, Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu, somente a área da Vila Bancaria e da Favela do Cemitério possuía um grande proprietário, como demonstramos, houve uma queda de braço desde o final da década de 70 e meados dos anos 80 na tentativa de remoção dessa população, as outras áreas são praticamente do governo federal, protegidas por legislações ambientais e de controle de fronteira.

Esse aspecto citado é de extrema importância, pois revela elementos da **correlação de força** na disputa pela ocupação do solo urbano. Apesar de parte significativa das “invasões” localizadas nas margens do Rio Paraná estarem próximas do centro comercial e financeiro, essa ocupação do espaço revela também o seu limite. Essas famílias de baixa renda conseguiram ocupar e fixar-se somente nas áreas ribeirinhas em terrenos com alto nível de declives e sujeitos a enchentes. Ora, ainda que hajam tensões e contradições nessa região, prevalece a “força” e a centralidade que exerce o mercado imobiliário oficial no município. Há inúmeros lotes de terras vazios “sem uso” com solo plano em áreas centrais próximas, inclusive dessas comunidades, porém as moradias autoconstruídas não conseguiram se fixar aí, se concentrando nas margens do rio.

Nesse sentido, há diversas formulações que justificam que o desenvolvimento urbano da área central do município se deu de costas para o Rio Paraná, como forma de ocultar ou camuflar essas comunidades. Creio que esse processo de velamento

corresponde fundamentalmente à ocultação da relação de dependência econômica do município com o comércio não oficial, que se associam as margens do rio anteriormente a ocupação desse território por essas comunidades no desenvolvimento das práticas relacionadas ao contrabando, atividade econômica importante na região.

Conclui-se de forma objetiva que as relações dessas favelas com a rede hídrica garantem e sustentam múltiplos interesses, seja correlacionado à sobrevivência e renda dos trabalhadores pela pesca, a coleta de reciclagem no centro e as práticas de uma “cultura de fronteira”, correlacionada ao comércio de mercadorias contrabandeadas ou/e ainda por se tratar dessa atividade econômica de um elemento importante nas relações de poder local, atividade que movimenta fluxos de capital, garante a entrada de produtos e mercadorias no país e que conta possivelmente com a conivência de setores da classe dominante e do poder público. Apesar do caráter “subversivo” das “invasões” no centro, essas não conseguiram ultrapassar nessa região os limites das barrancas e margens do rio, mesmo havendo muitos lotes de terras desocupados em área plana no centro do município.

3.4 Segregação urbana: A concentração de favelas e trabalhadores pauperizados nos três principais cinturões periféricos.

O inventário do processo de favelização descrito anteriormente, revela a concentração de invasões e de trabalhadores pauperizados no espaço periurbano em três grandes regiões periféricas da cidade: *Três Lagoas r-01, Morumbi r-03 e Porto Meira r-4*. Consideramos essas áreas periféricas pelos seguintes aspectos: a) o afastamento do centro comercial, financeiro e das áreas de serviços; b) a concentração da população de baixa renda, estipulada pelo IBGE como “classe social E”; c) grandes cinturões urbanos formados do conjunto de moradias de baixo padrão, casas autoconstruídas e loteamentos irregulares; d) a falta de equipamentos públicos básicos e a carência de aparelhos sociais de esporte, cultura e lazer; e) população que utiliza de forma majoritária o transporte público; f) e altas taxas de homicídios nessas localidades¹⁵⁸.

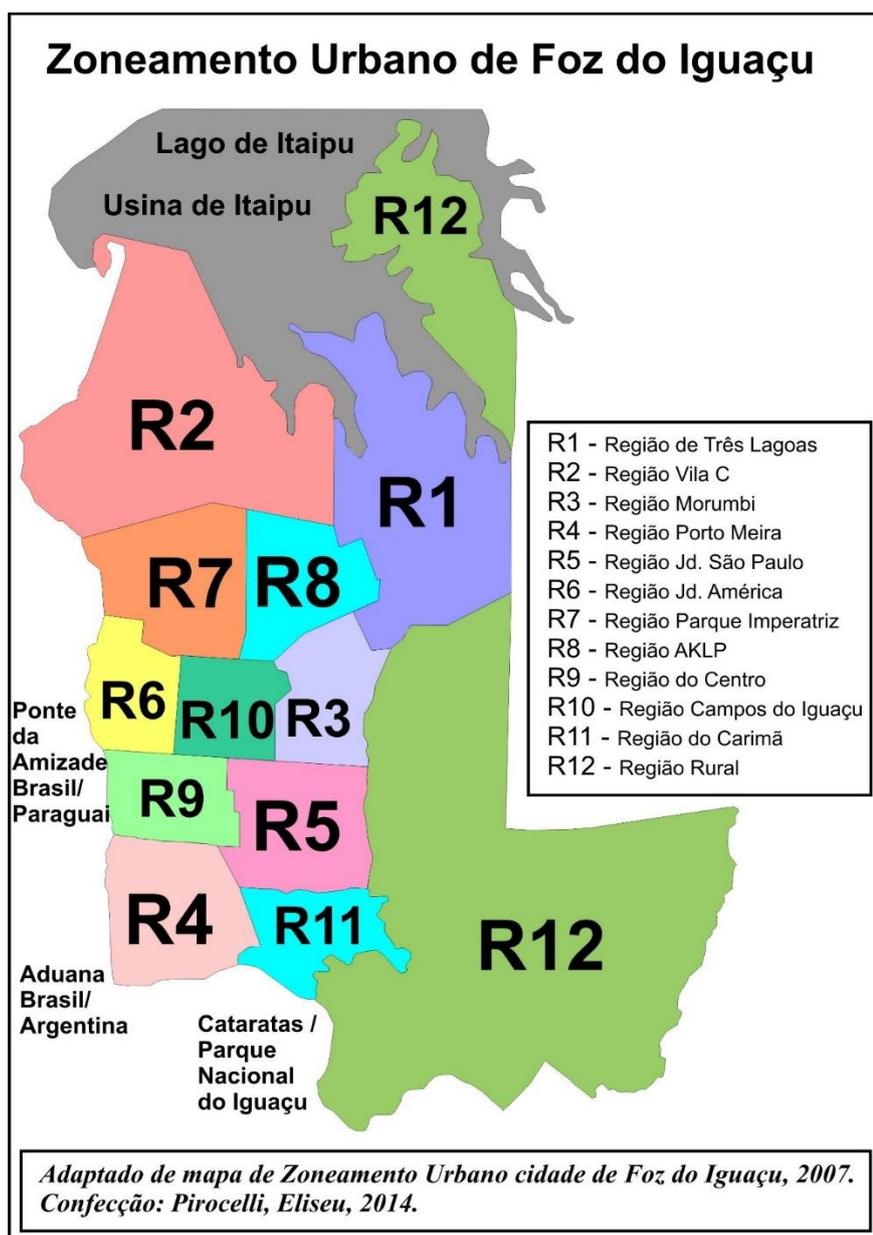
¹⁵⁸ Devido ao recorte socioeconômico, as favelas vão aparecer nessa parte do texto, como o lugar ou território da precariedade e de ausência de direitos e serviços públicos. Contudo, essa leitura está correlacionada ao método de análise escolhido nesse fragmento da pesquisa. No quarto capítulo a partir do trabalho de campo a noção de favelas e a sociabilidade dos moradores dessas regiões será ampliada.

No entanto, devemos esclarecer que nessa parte do texto a categoria **classe social** vai aparecer entre aspas. Devido ao fato desse termo não ter por base nenhuma definição de caráter sociológico “clássico”, com referencial marxista ou weberiano. Condiz somente com um termo empregado pelo IBGE e pelas instituições municipais para caracterizar a renda da população dividida em cinco níveis (A, B, C, D, E). Como utilizaremos informações institucionais que usam essa categoria ela será reproduzida dessa forma, mesmo que, na nossa concepção somente o fator econômico não abrange toda complexidade da relação social entre classes.

A cidade é dividida territorialmente pela Secretária de Planejamento Municipal Urbano (SMPU) em doze regiões, que aparecem como áreas homogêneas, sendo onze delas denominadas como urbanas e uma região rural¹⁵⁹. Ao elencarmos elementos da base social como: renda geral dos moradores, padrão das moradias, concentração de favelas ou loteamentos irregulares, cobertura dos serviços básicos e equipamentos sociais, perceberam que não há nada de homogêneo nessas regiões, revelando o caráter da **segregação socioespacial**. O Mapa 07 reproduz a divisão territorial do município.

MAPA 03- ZONEAMENTO URBANO DE FOZ DO IGUAÇU

¹⁵⁹ A região rural que aparece no mapa como R-12, divididos em duas partes, contempla quase em sua totalidade o parque nacional. Não há áreas rurais, mas, uma área verde que incorpora o Parque Nacional do Iguaçu e também uma área de preservação próximo da Itaipu Binacional e nas imediações do Refúgio Biológico.



Seguindo a observação do Mapa 03, visualiza-se a distribuição e concentração da camada de baixa renda no espaço urbano de Foz do Iguaçu. A segregação da Classe, em determinadas regiões, significa a concentração dessa “classe” mais do que em qualquer outra região. Optamos como método a análise geral das regiões, que possui um poder explicativo maior do que a abordagem de apenas um bairro. Levando a uma compreensão maior da estrutura urbana e da relação com os territórios dos trabalhadores pauperizados. Como forma de análise dessas regiões incorporamos também a descrição do perfil social dos moradores, produzido no relatório das **Ações do Orçamento Participativo** realizado pela Câmara Municipal em 2001 (ROP, 2001), além do nosso

trabalho de campo que consistiu na visita e conhecimento dessas regiões fundamentadas em entrevistas com os moradores.

A Região R-01 de Três Lagoas fica na posição (Nordeste) onde se concentram quatro cinturões de *invasões* próximas dos Rios Boicy e “Bostinha”. Localidade que possui o seguinte perfil “antiga região agrícola que teve a proliferação de habitantes populares, concentra quase em sua totalidade moradores da classe social E. Região de invasões com crescimento acentuado nos últimos anos, os moradores trabalham no setor da construção civil e no comércio informal” (ROP, 2001, p.46).

Porém, observa-se que a formação do conjunto de bairros dessa região está associada à relocação de famílias que viviam na área rural do município e que tiveram suas terras alagadas na construção da Usina de Itaipu e, posteriormente, de famílias que foram expulsas de suas terras para a construção das “vilas” de Itaipu, fruto das **expropriações primárias**. Simultaneamente a esse movimento foi deslocada a antiga zona do meretrício para essa região. O bairro possuía uma divisão em sua formação, o primeiro bairro que dá nome à região é a Vila de Três Lagoas, no qual do lado esquerdo da BR 277 estavam às famílias da primeira “leva” de expropriados, enquanto do lado direito ficou as áreas dos prostíbulos formados na segunda leva. O Jornal Nosso Tempo revela que essa coexistência não era pacífica:

Segundo Trevisan, único açougueiro da vila, alguns moradores queriam mudar o nome do bairro, por causa do problema da zona, mais depois de muitas reuniões achamos por bem continuar, pois esse nome todo mundo já conhece. (...) As mulheres trabalhadoras daqui, ficam constrangidas ao dizer que moram em Três Lagoas (Jornal Nosso Tempo, edição 28, 1 a 7 de julho de 1981, P. 11).

Além dessa primeira composição de expropriados a região obteve um crescimento populacional no final da década de 1970, com loteamentos populares vendidos á prestações para ex-trabalhadores da *UNICOM*, grande empresa agenciadora, que reuniu cinco grandes empreiteiras, e funcionava também como um **aparelho Público e privado de hegemonia** determinando as políticas públicas municipais e também funcionava como um aparato repressivo, constituído por seguranças particulares contratados pela UNICOM, que faziam o controle social nas Vilas de Itaipu. No início dos anos de 1980 a região recebeu um fluxo migratório de ex-

agricultores do Rio Grande do Sul, que vieram a partir da Loteadora Criciúma. Sob esse processo, o jornalista Aluizo Palmar afirma que:

Muitos bairros foram engrossados nos anos 80, um deles foi Três Lagoas que era um distrito até existia uma subprefeitura lá, era um bairro muito longe. Esse bairro foi basicamente povoado por ex agricultores do Rio Grande do Sul que vieram conduzidos para cá pela Loteadora Criciúma que comprou a terras em Três Lagoas e Santa Terezinha que também era distrito de Foz. Os que tinham mais pose iam para Santa Terezinha os de menos pose iam para Três Lagoas.

Esse aspecto revela a complexa composição dessa região que revela um sentido bastante fluido entre o “urbano e rural” do município, que também agregou moradores oriundos de áreas rurais da região sul do país, muitos dos quais sofreram o processo de mecanização do campo e da constituição de grandes propriedades exportadoras, ou seja, diferentes descaminhos que se cruzaram com uma população de expropriados pelo alagamento de terras e pela construção das vilas de Itaipu. Três Lagoas foi receptora em distintos movimentos da relocação de diversos fluxos migratórios, concentrando uma grande população de baixa renda, camponeses, meeiros, ex agricultores, meretrizes, trabalhadores da construção civil e operários.

Esses últimos viviam nas imediações da Gleba Guarani em um alojamento popular com perfil de “vila operária” com aproximadamente 300 trabalhadores da TENENGE, empresa responsável pela instalação das estações e linhões transmissores de energia. Em matéria do Nosso Tempo¹⁶⁰ os trabalhadores reclamavam da falta de transporte público para a região, alguns relatavam que caminhavam aproximadamente 4 km para chegar no ponto mais perto.

O desenvolvimento urbano da região foi conquistado por meio das mobilizações e mutirões dos moradores na instalação de cascalhos nas ruas, pontos de ônibus, na ampliação de escolas e na luta pela regularização de loteamentos. Contudo, a estrutura urbana da região ainda sofre com déficits sociais. A Câmara Itinerante, em visitas à região no ano de 2001, recolheu as principais reivindicações dos moradores nas quais destacamos: a) A implantação de esgoto; b) a canalização de rios que adentram em

¹⁶⁰ Edição 72, 9 de junho de 1983, p. 27.

alguns bairros; c) e a regularização de loteamentos ou áreas invadidas, como Jardim Jaqueline, Jardim Dourado, Jardim Santa Rita, Gleba Guarani e Vila Miranda, revelando que grande parte da população na região vivia em loteamentos “informais”.

Outro aspecto relevante é que Três Lagoas corresponde à segunda maior região urbana do município, contando no início do século XXI com aproximadamente 33 mil habitantes distribuídos em 31 “bairros”, com duas praças e somente três quadras poliesportivas públicas, todas pertencem às escolas do município, onde crianças e jovens não possuem acesso além do período escolar. A região contava com apenas uma escola estadual que atendia ao ensino médio, onde faltavam salas de aula para atender a população e existiam ainda nessa região quatro conjuntos habitacionais com moradias populares “baixo padrão” fruto de projetos descrito pela prefeitura como ações de **“desfavelamento”**.

Destaca-se que essas ações foram multiplicadas na última década em Três Lagoas e são uma das grandes responsáveis para que a região chegasse no ano de 2013 com aproximadamente 43 bairros¹⁶¹. No qual pelo menos oito são formados por “novos” conjuntos de habitações populares que “reterritorializam” moradores de outras regiões do município com o programa de financiamento habitacional popular e alguns que vieram de áreas de remoções de “invasões”. O processo histórico atual confirma que a região de Três Lagoas continua sendo o território aonde as famílias de baixa renda, oriundas de diversos processos de desterritorialização, são “relocadas”¹⁶².

Outra região periférica da cidade é o São Francisco (Morumbi), posição geográfica (leste), R-03, que conta com a maior densidade populacional do município, aproximadamente 45 mil habitantes. Região formada, em grande proporção, por uma população de origem rural. Como descreve matéria do Jornal Nosso Tempo de 1983, “a grande maioria dos habitantes do Rincão São Francisco saiu do campo. E tanto nos fundos como na frente dos ranchos a plantações de milho ou mandioca, que mostram que os moradores ainda não se desprenderam dos hábitos rurais” (idem, Foz do Iguaçu, 25/11 a 1/12/82, p.8). A passagem do ambiente rural para o urbano aconteceu de forma

¹⁶¹ Informações recebidas da secretária de dados institucionais do município.

¹⁶² Segundo HAESBAERT (2012, p.162) “toda desterritorialização é fundamentalmente uma reterritorialização”. Em síntese, fica explícito que o estudo da formação espacial da cidade não se restringe aos deslocamentos populacionais, mas, abrange também os conflitos existentes no processo de definição do uso social.

bem lenta e fluída nessas regiões periféricas do município, nas quais os moradores preservavam seus antigos modos de vida.

Em outra matéria, intitulada “Rincão São Francisco: fome, desemprego e doenças, analfabetismo e desespero”, o Jornal Nosso Tempo descreve, no ano de 1983, aspectos da formação e ocupação da região, denunciando as dificuldades da população dessa localidade.

“O Rincão São Francisco, é provavelmente o maior bairro do interior do Paraná. Bairro distante, localizado a 8 km do centro de Foz do Iguaçu-PR, formado praticamente por três grandes loteamentos: Morumbi I, II e III e atualmente está emendando com o quarto o Portal da Foz. Nascido de mais um erro da administração Clovis Cunha Viana, que autorizou o loteamento no fim do mundo, para favorecer uma imobiliária. O rincão serviu para atender os milhares de trabalhadores da Itaipu. Período em que se tornou relativamente uma área próspera. (...), mas hoje a situação é diferente: de cada dez pessoas que a gente encontra quatro estão desempregadas, garante Antônio da Graças vereador do Bairro. Formado em sua maioria por uma população de baixa renda o rincão apresenta seríssimos problemas. Alta taxa de mortalidade infantil, falta de assistência médica, ruas em péssimos estados, coletivos precários. (Ibidem edição 77, 14 de julho 1983, p.9).

Como já demonstramos, este veículo de comunicação é formado por um bloco de ‘oposição’ à gestão e intervenção da usina no município. A narrativa do jornal chama atenção para alta densidade populacional no início da década de 1980 e relaciona a mesma com as obras na usina de Itaipu. Esta década apresenta, de maneira simultânea, o apogeu da construção da hidrelétrica e, uma série de problemas sociais relativos ao desemprego na cidade. Sobre esse aspecto e seu reflexo no conjunto da vida social dos trabalhadores da região, somadas ao alto preço de alugueis, o relato do fotógrafo Júlio Domin, morador do Morumbi I, sintetiza aspectos importantes das dificuldades vividas na região: “A dificuldade aqui tá grande, tem muita gente desempregada o movimento aqui caiu muito. (...). Eu pago sete mil por mês de aluguel só dessa pecinha aqui onde tenho a foto. Depois ainda tem a água, luz e o transporte, mas, quando não chove procuro andar a pé para economizar” (idem p.9).

O farmacêutico do bairro Solon Schutz descreve a decadência comercial e econômica vivida no conjunto de bairros do Rincão São Francisco, sua relação é mediada pela percepção concreta, não só a partir da queda do movimento na farmácia, mas também na acentuação de mortes de crianças que adoecem por falta de assistência médica e de acesso a remédios e produtos básicos:

Já faz um ano que abri a farmácia aqui no rincão. No início ia bem, vendia muito. Mas, depois que o pessoal começou a ser demitido da *Unicon* (empreiteira terceirizada de Itaipu) o movimento começou a fracassar. O pessoal vem comprar fiado todos os dias eu tento segurar. Mas tem vezes que é impossível, chega a mãe com criança doente no colo ou chorando pedindo um remédio e dizendo que tá sem dinheiro. Daí a gente entrega. Só nesse mês deu 65 mil de fiados. Tudo remédio de 500, 600 mil cruzeiros, a gente não vai deixar a pessoa morrer. (...) O que mais acontece aqui é criança com desidratação e pessoas com problema de pele, acredito que uma das causas seja o rio aqui da região o pessoal toma banho e das crianças é falta de alimentação adequada. Aqui chega muita criança chorando você pensa que tá doente, mas na verdade é fome, elas não tem leite para beber. A mortalidade infantil aqui é muito grande. (Jornal Nosso Tempo edição 77, 14 de julho de 1983, p.10).

Ainda que se trate de uma narrativa de um comerciante local de uma região periférica de Foz do Iguaçu, constata-se no cenário nacional uma onda recessiva que teve seu pico nos anos de 1981 a 1983, período de maior inflação no país, cujo salário médio dos trabalhadores foi exasperado pelo aumento de todos os produtos, como apontou Thomas Skidimore (1984 p.488). “Em 81 a inflação atingiu o índice de 99,7%, sendo que nos anos seguinte cresceu vertiginosamente com 211% em 82 e 223,8% em 1983 (...) Entre os produtos básicos, o litro de leite obteve o maior crescimento, passando de 11 para 51 cruzeiros”. Os reflexos da recessão econômica somado à “desindustrialização” do município, atingiram de forma drástica o conjunto social da vida dos trabalhadores, **de um movimento paradoxal, a cidade de Foz do Iguaçu passou da perspectiva de obter novos negócios e inquilinos a concentrar um enorme contingente de desempregados.**

Sobre o processo de **favelização** nessa região, Aluizio Palmar descreve aspectos similares da ocupação da região do São Francisco e sua correlação com o final das obras de Itaipu, associando o adensamento das favelas e loteamentos populares que teriam sido “engrossados” por ex trabalhadores da usina e suas prestadoras terceirizadas de serviços, além de pessoas que chegavam no município, muitos que foram “expulsos” do campo e que buscavam trabalho no município:

Nos anos 80 existiam favelas imensas, umas foram engrossadas, mas surgiram favelas novas também. Foi aí que surgiu a Favela do Portal da Foz, Vila Resistência ali no Morumbi, ali para cima foram surgindo favelas aí começou a abrir loteamentos de qualquer jeito no Jardim São Paulo, foi crescendo virou Morumbi um, dois e três. As pessoas foram comprando lotes nessas regiões para pagar em dez, quinze e vinte anos foram se instalando naquela região do São Francisco, que ali não valia nada, ninguém queria morar ali devido a distância e também as dificuldades. Ali era só poeira não havia nem água potável, só tinha luz. (...) E mais pra frente do São Francisco onde hoje é o portal da foz ali eram favelões que foram surgindo e sendo removido, houve muita remoção ali, eu não sei de onde surgiram tanta gente naquela ocupação, eu acho que tinha gente que veio de fora e da beira do rio também, além do pessoal que foi pro norte e voltou e de repente era lona preta para todo lado, era um mar de lonas pretas dentro do Portal da Foz, e uma carência total entidades de assistência não haviam em Foz era só a igreja e a comissão justiça e paz que começou a levar comida, roupa, remédio, ali tinha muita necessidade. (Palmar, Aluizio Idem)

Um dos aspectos que mereceu destaque nessa narrativa é o fato de Aluizio frisar que nessa região houve muita remoção, mas sempre havia muita gente reocupando esse território. Uma luta constante de apropriação e desapropriação de terras. Há inúmeras matérias do Jornal Nosso Tempo que revela esse conflito, uma das áreas mais tensas no início da década de 1980 era no Portal da Foz, que foi alvo de remoções, fruto de ações encampadas pelo vereador Severino Sacomori (PDS) que era um grande proprietário da região. As famílias do Portal da Foz foram “removidas” para o conjunto habitacional de moradias populares os “Profilurbs” na região do Porto Meira.

Essa região, apesar das “remoções”, obteve seu desenvolvimento urbano concentrado nos quatro grandes cinturões periféricos (Portal da Foz, Parque Morumbi, Morumbi II, III e IV), mesclando loteamentos populares com áreas de “invasões”. O Relatório do Orçamento Participativo (ROP p. 15) afirma que “o São Francisco é um dos primeiros grandes loteamentos da cidade, formado por ex funcionários da mão de obra de Itaipu e da construção civil do município. Hoje são trabalhadores na prestação de serviços do setor terciário e predomina nessa região a classe social *E*. Essa é a região mais populosa do município e contém também o maior número de áreas de invasões”.

Observamos que segundo a descrição do orçamento participativo da câmara municipal, essa região, diferente de Três Lagoas, não possui uma força de trabalho vinculada ao comércio informal, aspecto que soa como contraditório, uma vez que a renda dos moradores é baixa. Nessas regiões o trabalho informal tende a ser predominante. Desde o ano de 2000, o São Francisco concentra a maior taxa de homicídios e mortes violentas no município. A violência em Foz do Iguaçu é associada por diversas pesquisas acadêmicas como de Andrade (2009), Cardin (2010) e Kleinschmitt (2013) com o trabalho informal, sobretudo com o contrabando e o tráfico de drogas na fronteira. A descrição do documento oficial gera uma controvérsia a respeito do tema, pois ignora a quantidade de trabalhadores ‘informais’ incorporados pelas atividades fronteiriças na região. Quase em sua totalidade, as “favelas” nessa região estão margeadas ou próximas do Rio BOICY, relação “comum” dessas comunidades com a rede hídrica como já demonstramos.

Essa região periférica possui um importante variável em relação às demais da cidade de Foz do Iguaçu, na qual há um pedido recorrente dos moradores para a instalação de postos policiais e mais segurança. Segundo o (ROP p.21) foram 252 pedidos no campo da segurança pública. Contudo, tal região apresenta demandas “comuns” das regiões periféricas como a regularização de lotes de terra, assim como das invasões e a instalação de serviços básicos na estrutura urbana.

Sobre o aspecto da infraestrutura urbana a região apresenta também carências de praças públicas e espaços de “desfrute” contando somente com três praças públicas, sendo que apenas uma é arborizada, conta com seis quadras poliesportivas, das quais cinco estão localizadas dentro de escolas municipais e uma em escola estadual, cujo os jovens possuem acesso em períodos esporádicos. Entretanto, concentra cinco escolas estaduais, que atendem a jovens do ensino fundamental e médio. Outra característica é que é nessa região a maior demanda de transporte público na cidade, devido a distância

os trabalhadores necessitam de duas a três conduções para o deslocamento até área de serviços do município, localizados no centro.

Outra grande região periférica do município é o Porto Meira/R-04. Diferente das outras regiões citadas, esse conjunto de bairros fica situado em uma área fronteiriça, próxima da cidade de Puerto Iguazú - Argentina, localizada a 306 km de Pousadas, principal cidade da província de *Misiones*. Para tal, nunca é demais recordar de aspectos históricos da região, pois a mesma que foi um importante pólo exportador e comercial, abastecendo a cidade de Foz do Iguaçu do final do século XIX até meados da década de 1960.

O Porto Meira era a localidade de “integração” com fronteira com a Argentina, sendo por um vasto período um pólo comercial, obtendo um importante fluxo de capital, pessoas e mercadorias. Contudo, o bairro teve parte de sua economia abalada com a inflexão dessa circulação a partir da redução de balsas localizadas nas margens do Rio Iguaçu que faziam as travessias. A mudança ocorreu a partir da construção da ponte da fraternidade, também denominada Presidente Tancredo Neves, inaugurada em 1982. Outro processo, que culmina com a perda de centralidade comercial da região, ocorreu com a construção da Usina de Itaipu Binacional, que fortaleceu as relações do Brasil com o Paraguai.

A descrição do perfil da região, realizado pelo **relatório de atividades do orçamento participativo**, reconhece a importância comercial da região, mas nega a dependência do município de Foz do Iguaçu com Puerto Iguazú. “Como fator histórico é uma região de integração com a fronteira da Argentina, por ter sido o primeiro local que liga o Brasil/Argentina, serviu como pólo comercial de venda e compra entre os dois países. Local de grandes invasões e alta densidade populacional, onde predomina a classe social E”. (ROP p.69).

Não é somente o fator de região fronteiriça que apresenta aspectos sui generis do Porto Meira, mas também uma ocupação e desenvolvimento urbano com aspectos distintos das demais regiões descritas de Três lagoas e do Morumbi. Merece destaque, como observou Gonzalez (2005), por concentrar uma população de baixa renda desde os anos 40, formada por pescadores e populações ribeirinhas que ocuparam as margens do Rio Iguaçu e Paraná. Outro aspecto é composição étnica a partir de uma grande migração paraguaia depois da década de 1960, concentrando hoje uma grande comunidade “brasiguiaia” no município.

Além desses elementos destacados foi nessa região que se fixou, no final da década de 1970, a população que foi expropriada das áreas centrais e posteriormente da região do Morumbi. Foi no Porto Meira que ocorreu a construção dos primeiros conjuntos urbanos de moradias populares os já destacados, *Profilurbs I, II e III*. Formado a partir de ações de “desfavelamento” na perspectiva das classes dominantes, como expressa a matéria abaixo:

É grande, acentuado o interesse das autoridades municipais, em Foz, em desenvolver com prioridade a política de desfavelamento programado. Cada casa construída nos *profilurbs* no conjunto do Porto Meira, corresponde a um barraco a menos nas favelas. (...) por todo esse trabalho imposto, com seriedade e a melhor das intenções, espera-se a erradicação das favelas em foz, em breve espaço de tempo. (Revista Painei, Foz do Iguaçu, agosto de 1978, nº 58, p.8 grifos nosso)

A remoção da população favelizada e a “erradicação” de favelas no município, foi durante décadas a utopia das classes dominantes locais. Como se fosse possível controlar, disciplinar e ordenar absolutamente o fluxo de trabalhadores pauperizados no município, cujas determinações não dependem somente do agir político local. As expropriações, fato inerente ao desenvolvimento do capital, possuem amplas articulações com a estrutura macroeconômica, soluções que são meramente discursivas para a situação social dos trabalhadores e do amplo conjunto de suas vidas, como se essas relações não tivessem articulações mais profundas e pudessem ser resolvidas rapidamente por uma ação governamental. Perspectivas arbitrárias como essa, evidenciam também a ação implícita do agir político local.

O Porto Meira viveu assim como as outras regiões periféricas um grande adensamento populacional na década de 1980, mas foi no final dessa década que assistiu o proliferar de imensas ‘invasões’ de lotes urbanos na região do Morenitas e do arroio Ouro Verde. Nesse sentido, a narrativa de Aluizio Palmar percebe um movimento dissonante das outras regiões:

Nos anos 80 as maiores favelas eram no São Francisco e Portal, e foi aonde teve mais remoção, depois a remoção foi em direção de Três lagoas. A cidade foi se expandindo. Ali no Porto Meira não houve

remoção as pessoas foram indo e foram ficando e construindo suas casas, eu não sei se era por ser desvalorizada, se bem que as outras áreas também são desvalorizadas. Ali já tinha os perfilurbs neh, se você chega aonde hoje é o Colégio Três Fronteiras ali era um favelão até chegar ao marco das três fronteiras ali era tudo favela, mas dali as pessoas foram para as casinhas do perfilurbs. No Porto Meira houve uma urbanização e não remoção. E se vê né ali sempre teve ocupação, depois teve os Morenitas e hoje tem o Bupas.

Por alguma razão, as “invasões” no Porto Meira foram na perspectiva de Aluizo mais toleradas pelo poder público, diferente das outras regiões citadas. Não houve o movimento de remoção e sim da fixação da população favelizada, resultando em urbanização precária desenvolvida em longas fases a partir de mutirões e lutas dos moradores dessa região. Houve nesse processo, fluxos de famílias que ocuparam a região próxima dos Perfilurbs e do SOHAB, conjuntos habitacionais de moradias populares, com o intuito de serem “contemplados” com a casa própria, nesse processo muitas “invasões” se espalharam pela região. Em alguns casos a ocupação de terras pode até ser tolerada e admitida, mas, jamais será garantido o direito a cidade.

A construção dos conjuntos habitacionais nessa região, como receptora da população removida de outras localidades, é um indicativo que não pode ser desprezado. O critério definidor dessas áreas como concentradora dos trabalhadores pauperizados é do mercado e pesa sobretudo a importância da localização. A população favelizada do Porto Meira se concentrou nas barrancas do Rio Iguaçu, e/ou próximos do Vale dos Porcos (Favela do Queijo) e do Arroio Ouro Verde (Favela da Jk, Vila Shalon, etc) e, fundamentalmente, nas imediações da Avenida Morenitas, via arterial que não possui nenhuma conexão direta com os corredores turísticos ou com o centro comercial. Fator mais evidente ocorre a partir da extirpação do conjunto de bairros do Porto Meira, sobretudo nas imediações da Avenida Morenitas do entorno da Vila Carimã, território próximo das áreas **turistificadas** que vão recebendo um tratamento diferenciado ao modificar seu uso social.

No momento da construção dos conjuntos habitacionais populares no Porto Meira, **essa região sofria uma forte inflexão econômica, período de “decadência”, uma vez que o fluxo de capital se voltará para as imediações da vila portes e da região do Jardim América próxima ao Paraguai.** É para lá que seguem as

intervenções urbanas na década de 1990. Porém essa estrutura não é estática e nem previsível, se tratando de ciclos econômicos de uma região fronteira e da conjuntura local, que estão sujeitas em um curto período a muitas oscilações e variações. É nessa esfera que tende a ser definida a capacidade de investimentos dos governos municipais, dadas pelo nível de fluxo de pessoas, mercadorias e capital e pela lógica de distribuição, arrecadação e emissões de recursos, a partir de intervenções no espaço urbano que visam buscar concentrar a riqueza socialmente produzida. Contudo, não existe um modelo em condições de consenso dentro desse processo da luta de classes e interclasses.

Apesar de o Porto Meira ser a região periférica mais antiga e de possuir aspectos sui generis por estar situada na fronteira com a Argentina, o plano de reivindicações dos moradores são pares com as demandas das outras regiões periféricas citadas. Nas quais destacamos: a) extensão da rede elétrica na região do Morenitas b) instalação de rede de esgoto em diversos pontos da região c) falta de calçadas e nomenclaturas nas ruas e d) regularização de lotes e áreas invadidas nas seguintes localidades: Remanso Grande, Jardim Novo Horizonte, Vila Carimã, Jardim Anita Garibaldi, Jardim das Flores, Jardim Guáira, Ouro Verde II, Vila Adriana II, Jardim Eliza I e II, Jardim Ana Rouver, etc.

É necessário esclarecer um aspecto importante: as quatro localidades citadas em ordem crescente foram emancipadas da região do Porto Meira, se tornando no ano de 2001 a região da Vila Carimã, como expusemos no II capítulo, as ações das classes dominantes foram decisivas nessa fragmentação para apropriação e uso diferenciado do solo na **turistificação do espaço urbano**. No entanto, como reproduzimos dados coletados em 2000, essas localidades aparecem ainda como pertencentes à região do Porto Meira.

A carência de praças na região é também um sintoma comum do perfil ‘periférico’. Das três praças existentes apenas uma conta com uma infraestrutura minimamente adequada com quadras, bancos, floreiras e iluminação. As demais possuem somente bancos de concreto, as duas áreas planas que haviam sido separadas no plano diretor municipal de 1995, como futuras praças no Perfilurb I e II tiveram essa finalidade e os terrenos seguem ora vazios ora ocupados por famílias.

De forma geral, busquei formular uma pequena síntese da formação e desenvolvimento urbano das três maiores regiões periféricas do município, localidades que concentram a camada de baixa renda. Mostrando similaridades e especificidades nesse processo. Embora a “favelização” esteja associada no discurso oficial e acadêmico

à construção e instalação da usina que alterou o padrão de circulação de capital, pessoas e mercadorias na região, ela tem forte impacto na produção do espaço urbano local. Contudo, a associação da construção e instalação da usina com a urbanização e “favelização” dessas regiões se deu em períodos, graus e fases distintas, esse movimento deve ser combinado a outras relações que não se esgotam nesse processo.

Dessa forma podemos considerar que a região de Três lagoas possui sua formação e povoamento intrínseca e totalmente dependente das relações de Itaipu desde o início da década de 1970 com o alagamento de terras. Em outro padrão está a associação desse processo com a região do São Francisco (Morumbi), que ocorreu de forma “tardia” no final dos anos 70 com a expropriação de trabalhadores da região para loteamento de terras para ex funcionários da Unicom e prestadoras de serviços da usina. E, por fim, uma relação mais líquida com a região do Porto Meira, que foi desde o início do século XX representante pólo comercial e exportador do município, constituída por um conjunto de bairros que eram urbanizados ou semiurbanizados antes da usina e tiveram correlação direta somente no início dos anos 80 com o deslocamento de um grande fluxo de trabalhadores pauperizados, muitos que vieram no processo de expansão de capital a partir das obras e Itaipu.

Quando se olha para essas regiões a partir de uma concepção da classe trabalhadora, visualiza-se uma série de movimentos comuns - histórias que caminham no mesmo sentido - as múltiplas formas de expropriações do campo, o trabalho na construção civil ou nas diversas formas de informalidade, a luta por melhorias nessas localidades, a institucionalização das associações de moradores, a formação de mutirões visando à melhoria do bairro, ou das moradias com os poucos recursos que dispunham fases de pressões e negociações com diferentes segmentos do poder público por melhorias na infraestrutura do bairro. O desemprego, a tensão e a ameaça do “despejo” o deslocamento forçado ou consentido, a conquista da terra, o sonho da casa própria, a luta para estabelecer-se em seu território enfim, **trajetórias de vidas que se cruzam nesse imenso êxodo de trabalhadores.**

A partir do olhar para essas três maiores regiões periféricas da cidade de Foz do Iguaçu fica evidente que o conjunto da vida social nas “favelas” ou em periferias não se restringe apenas a dificuldades referentes somente ao aspecto do acesso à moradia. O viver urbano é fruto de vivências e experiências mais amplas. Esse aspecto é importante, pois o discurso e a prática de “desfavelamento” encampado pelo poder público na cidade de Foz do Iguaçu está arraigado no acesso à moradia popular a partir

de programas de financiamento “social” de moradias construídas em regiões periféricas do município, tendencialmente em lotes de terra improdutivas ou até mesmo com sinais de contaminação¹⁶³. Como resultado desse processo temos uma produção espacial de novos conjuntos habitacionais de moradias populares, formando subúrbios expandidos, alguns com padrões de “gueto”, que asseguram de fato o direito a moradia, fruto de ampla luta social no município, mas que segrega essa população pauperizada em áreas distantes dos serviços e do fluxo de pessoas, alienando essas comunidades quando se trata do direito a cidade.

Apesar de a proliferação de favelas não ser um elemento novo no espaço urbano de Foz do Iguaçu, existindo planos de “desfavelamento” desde o ano de 1977, nota-se que é na década de 1990 que o poder público radicaliza essas ações. Na próxima parte do texto, apresentaremos aspectos da conjuntura local articulada com aspectos “nacionais” e “internacionais” buscando compreender as variáveis desse movimento de “remoções” e a associação desse processo com o projeto de desenvolvimento local e o processo de expansão **neodesenvolvimentista** para regiões com potencialidades econômicas subexploradas.

¹⁶³ Como no caso do Cidade Nova, aonde existe forte indícios de uma contaminação eletromagnética devido as casas populares estarem próximas dos linhões de transmissão de energia de Furnas.

CAPITULO 4.

CIDADE NOVA E A EFETIVAÇÃO DE GRANDES PROJETOS URBANOS.

“Eu vejo foz do Iguaçu com dois pesos e duas medidas, uma para elite e para os visitantes e outra para os favelados. Para a periferia eu conheço gente de 70, 80 anos que nasceu e cresceu em foz e não conhece as cataratas ou que nunca cruzou os portões da usina de Itaipu”.

*Elza Mendes, Moradora do Cidade Nova II.*¹⁶⁴

Entende-se por **neodesenvolvimentismo** uma postura política econômica que associa a manutenção do modelo econômico atualmente existente à necessidade de investimentos estatais em infraestruturas de regiões ainda não devidamente exploradas ou que exigem “revitalizações” para potencializar o desenvolvimento econômico, considerando a existência de recursos naturais, força de trabalho e um mercado de consumo em expansão. Segundo Sampaio JR (2012) “o modelo possui como diferencial a adoção de aspectos *neokeynesianos* ao tentar solucionar problemas sociais derivados do neoliberalismo por meio da criação de empregos precários e de políticas de distribuição de renda”.

Visualiza-se a concretude de tal modelo nas políticas de “bolsas” inicializadas durante a gestão presidencial do (PSDB) na década de 1990 com Fernando Henrique Cardoso e nas políticas paulatinas de normatização e regulamentação de práticas econômicas populares: camelôs, motoboys, sacoleiros, domésticas, ambulantes, etc. Ações construídas em uma base política que congregou intelectuais neoliberais e executivos ligados ao setor rentista e grandes oligarquias do setor agrário. Foi em 1994 que o Brasil se inseriu na nova divisão social internacional do trabalho, processo efetivado a partir do combate incisivo as organizações dos trabalhadores na redução de salários, corte de direitos sociais e flexibilização de direitos trabalhistas.

A onda **neodesenvolvimentista** foi ampliada no início do século XXI, tanto no que se refere a ampliação de “bolsas”, quanto na criação e liberação de empregos

¹⁶⁴ Elza Mendes, 55 anos, moradora do Cidade Nova II, é artesã. Entrevista concedida ao autor no dia 18/11/13.

precários, movimentos que foram expandidos e aprimorados com o governo de Luís Inácio da Silva do (PT) em 2002. Base política que congregou setores populares, movimentos sociais e trabalhistas, pequena e média burguesia e executivos de diversas esferas, que obtiveram nos programas de ‘distribuição’ de renda realizada à base de políticas sociais compensatórias, operadas sobretudo pelo **terceiro setor** que supostamente reverteria o quadro do pauperismo no país.

O modelo articulou medidas “consensuais” com antigas demandas e reivindicações dos trabalhadores, como a construção de moradias populares com o investimento no setor da construção civil, garantindo simultaneamente a geração empregos para os trabalhadores e o aumento da produção e circulação de capital, aquecendo o mercado imobiliário “formal” e financeiro, por meio de financiamento dessas moradias pela Caixa Econômica Federal.

Foi realizada uma produção massiva de moradias pelos programas de aceleração de crescimento (PAC I e II) e nesse movimento houve ainda a ampliação do microcrédito à classe subalterna. No aspecto, conjuntural o neodesenvolvimentismo é uma **síntese** de um processo complexo com dupla movimentação na política regional latino-americana: de um lado houve um esgotamento de uma agenda radical neoliberal, causado, entre outros fatores, pela forte oposição e mobilização dos trabalhadores. As classes dominantes foram obrigadas a readequar o seu projeto de supremacia, incorporando em sua agenda demandas “populares” tensionadas a partir de lutas e mobilizações dos movimentos sociais. Em síntese, foi elaborada uma agenda de intervenção focada nas expressões mais explosivas da “questão social”.

Por outro lado, essa agenda política de lutas populares e mobilização das classes subalternas antagônicas ao projeto neoliberal conseguiu eleger bases de coalizões partidárias com posições contraditórias ditas como “anti-neoliberais”. O que levou, de fato, à derrota eleitoral de governantes alinhados ao **consenso de Washington** na Bolívia, Venezuela, entre outros. Em outros países do continente como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai não houveram rupturas com as políticas neoliberais, houve a efetivação de um **programa democrático e popular**. Da base dessa agenda política, nasceu aquilo que Castelo (2012) denominou de **social-liberalismo**:

“Uma suposta terceira via, nem neoliberal e nem socialista. Propondo medidas políticas econômicas associadas a programas sociais de promoção da igualdade de oportunidades e reforma nos sistemas

educacionais e tecnológicos. Porém, na esfera estrutural não ultrapassam as fronteiras de medidas econômicas neoliberais como a defesa do equilíbrio fiscal e o controle inflacionário, ou seja, uma velha ideia para um novo tempo. (Castelo 2012, p.624)

Segundo Castelo (2012 p.626), no Brasil, Luís Inácio Lula da Silva aderiu a plataforma neoliberal por meio do neodesenvolvimentismo logo após sua posse. As primeiras formulações teóricas desse movimento, no interior do governo Lula, surgiram do tinteiro de Luis Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da reforma do estado na década de 1990, professor emérito da FGV-SP (instituição voltada à formação intelectual empresarial/industrial) e até então **intelectual orgânico** do PSDB. Portanto, esse modelo surgiu do seio da intelectualidade “tucana” que implantou as grandes reformas neoliberais no país.

De maneira prática, visualiza-se elementos de continuidade e convergências no governo petista, já que tal modelo foi iniciado durante a gestão do PSDB. Sampaio JR (2012, p.12) é incisivo ao afirmar que “o neodesenvolvimentismo é um rotulo oco. É muito mais uma estratégia de propaganda do governo Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar do governo FHC do que um corpo de doutrina para orientar as ações do estado”. Assim tal política-econômica não é composta apenas por ações práticas, mas por discursos que visam se diferenciar da antiga gestão ‘neoliberal’ presidencial do país e “inserir” a população de baixa renda na lógica de crescimento e desenvolvimento do Brasil.

A consolidação desse projeto dependeu da articulação política com setores “progressistas” da **sociedade civil**, elaborou-se uma estratégia **democrática e popular**, um programa de ação a partir da lógica da radicalização da democracia e ampliação do “estado” que contemplaria as classes subalternas. Tal agenda é produzida na sombra de um pacto social entre as classes, efetivado por uma das maiores lideranças políticas da história do país. Contudo, a **ampliação do estado** se reduziu a participação das camadas de baixa renda na **pequena política** (fóruns e conselhos municipais ou estaduais, discussões pontuais e locais que demandam soluções paliativas e rápidas ações políticas a partir de curtas medidas de tempo sem grandes alterações na estrutura política) e na inserção dos trabalhadores nos novos “nichos” de mercado, que foram incorporados a partir do terceiro setor.

Os mecanismos adotados seguiram um padrão de “democratização”: editais de fomento, programas sociais com pouco alcance, pequena distribuição de renda e universalização da qualificação para o mercado. No entanto, ressaltamos que há variações desse movimento derivado de particularidades geográficas e territoriais, forjados em identidades regionais e nos projetos econômicos preestabelecidos ou em fase de construção em diferentes regiões e localidades.

Dessa forma a alteração na “questão social”, observada e já descrita no segundo capítulo, no contexto histórico de Foz do Iguaçu/Brasil deriva de um amplo movimento de reestruturação econômica do país, reconstrução da agenda neoliberal e pequena efetivação de uma estratégia democrática e popular, ou seja, alterou-se as formas das relações sociais um salto quantitativo, mas não se alterou substancialmente o conteúdo das relações de forma qualitativa. **Em síntese, o neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de acumulação de capital de determinados grupos econômicos em uma “nova” fase de exploração de trabalhadores com novos fluxos de capital destinados a regiões subexploradas.** Em meio ao discurso supostamente democrático e popular, essa forma de governo oculta e sustenta as contradições e desigualdades existentes e perpassa, necessariamente, pelo atropelamento de interesses menores, originadas de acordos tácitos entre frações de classes dominantes e da subordinação da classe trabalhadora.

A ideologia do desenvolvimento local expressa na “vocação turística” do município se associou e surfou na lógica neodesenvolvimentista, que colheu frutos na expansão de capital para a região de fronteira. Em um primeiro momento, iniciado na década de 1990 quando a gestão do PSDB (nacional) promoveu abertura da fronteira houve o fortalecimento da área de livre comércio entre Ciudad del Est no Paraguai e Foz do Iguaçu no Brasil, relação social entre os países que produziu diversas formas de ocupações informais e precárias movimentando um grande fluxo de pessoas e mercadorias que saíam de Foz do Iguaçu e circulavam por todo o Brasil, ocupações criadas num período de amplo desemprego.

Em um segundo momento essa política se desenvolveu na gestão PT (nacional), a partir de projetos e programas sociais fomentados pela Itaipu com a financiamento de ONG’S, OSCIPS e outras entidades, impulsionando o terceiro setor do município voltados a questões “sociais”. Além da efetivação dos PACS I e II na estrutura urbana da cidade de Foz do Iguaçu, que pode ser visualizados com a proliferação de conjuntos

habitacionais populares, construção de empreendimentos turísticos e obras de revitalização no município.

Após descrever de forma resumida a política federal desenvolvida nas últimas décadas, buscamos articulá-la à conjuntura local, cujo fenômeno de “revitalização” urbana e produção massiva de conjuntos populares amadureceu essa lógica **neodesenvolvimentista** no município em meados da década de 1990. A transição no município iniciou-se no ano de 1996 com a eleição do empresário Harry Daijó (PPS). Apoiado pelo setor executivo e tecnocrático da Itaipu Binacional, ele representava o governo federal no município. Daijó venceu a eleição mais acirrada da história de Foz do Iguaçu, se elegendo com apenas 2% de diferença do segundo colocado, o ex-deputado estadual Sérgio Espada.

A Itaipu retomava com mais força a política local, numa década em que influenciava ainda mais os padrões econômicos do município a partir do pagamento de royalties. Essa eleição, marcou pela primeira vez a derrota da oligarquia “Silva”, liderada por Dobrandino, que possuía relações tensas com os tecnocratas da Itaipu, fruto de disputas do passado. A própria narrativa do ex-prefeito Harry Daijo traz elementos importantes quando se trata da política local: “eu precisava fazer desse município aquilo que é a vocação dele, o turismo. Mas, turismo nas cataratas, então a primeira medida que eu fiz foi tentar reverter a posição das cataratas, reverter para o município” (Entrevista com Harry Daijo realizada no dia 20/02/14).

Reverter a posição é colocar o Parque Nacional e as Cataratas como “centro” do município, medida que visava aproximar, nas palavras do ex-prefeito, a população local do principal atrativo turístico, ação que não obteve um mínimo **consenso** entre os poderes locais.

Minha ideia era fazer uma grande obra conjunta nas Cataratas. Eu ia pegar as empresas aéreas e dos transportes, eu trouxe também nessa proposta o presidente do IBAMA que veio nessa ocasião e convidei os empresários de Foz que não vieram. O plano era remodelar o parque com a participação de todos. Eu ia realizar um programa que garantisse a maior entrada dos moradores. Essa ação ia fazer com que todos iguaçuenses se sentissem proprietários das cataratas, seria mais democrático né. Infelizmente não consegui. (Idem).

A ‘ideia’, segundo a narrativa do ex prefeito, era articular uma proposta que mesclasse o espaço das cataratas como sujeito de negócios, combinado com um espaço de encontro e partilha dos moradores locais. Uma complexa simbiose entre a “city” e a “polis”. Uma ação que caracteriza em muitos aspectos a lógica de **planejamento estratégico** que segundo um dos seus grandes idealizadores “é a formalização mais acabada da cooperação público-privada na gestão das cidades e serviços” (BORJA, 1995, p.16). Em outros termos, significa participação direta e objetiva sem mediações entre poder público, empresários e capitalistas na execução de políticas urbanas e no planejamento.

Segundo o discurso do ex-prefeito, ele pretendia agregar a “participação popular”, estratégia política que visava a construção de um consenso no município. Ação que articularia os interesses empresariais e dos moradores (eleitores) e que poderia ter sido o “pulo do gato” de Daijó. No entanto, a resposta do setor empresarial não foi satisfatória. O resultado foi uma vivência urbana cada vez mais separada entre o turismo e amplo conjunto de moradores, garantindo um lucro maior na centralização de recursos e na exploração do Parque Nacional e do turismo. Não suficiente, também dificultou a viabilização de projetos mais radicais na **turistificação do espaço urbano**, que necessita de um mínimo consenso com outros segmentos sociais.

As classes dominantes criaram na estrutura política e social do município o próprio antídoto para o seu veneno com exclusão de forma aberta e franca em amplos segmentos da população do seu projeto e setores empresariais locais, idealizando e viabilizando parcialmente uma reestruturação urbana e econômica, também construíram simultaneamente elementos de estagnação desse processo.

O planejamento estratégico turístico supõe, exige e depende de que a cidade esteja minimamente unificada em torno desse projeto, ou, que no mínimo, não tenham grandes brechas. O que percebemos gradativamente com o desenvolvimento desse modelo são os seus limites e as contradições da “universalização” dessa proposta, que vem e volta sobre múltiplas roupagens e formas, como uma velha ideia para um novo tempo, mas que de fato não se objetivaram de forma hegemônica na consciência social local. A ideologia, por mais forte que seja, não pode desconstruir a totalidade material e real do conjunto da vida social dos trabalhadores desse período, associada em grande proporção à relação com o comércio de mercadorias contrabandeadas no Paraguai.

Nesse movimento contraditório, fica evidente que faltava unidade em torno de um projeto “comum”, inclusive entre frações das classes dominantes. Parte dessas contradições se expressa na **guerra de posição** local, que é descrita na versão do ex-prefeito com a reformulação da gestão turística que resultou no encolhimento de secretarias do município e na reconstrução da gestão urbana:

Visando a economia da prefeitura eu extingui dez áreas do primeiro escalão, que era da FOZTUR, aonde todo mundo deixava dinheiro lá e o pessoal ia viajar para Europa com o dinheiro do povo. Então favorecia meia dúzia de pessoas e todo mundo pagava, por que era dinheiro público. Mas ainda a FOZTUR no tempo do Dobrandino recebia na entrada de Foz através de um posto de cobrança uma taxa de turismo, mas não construíram uma sala de aula em Foz com esse dinheiro. Então achei melhor acabar com aquilo lá e criei uma secretária de turismo, onde a política pública de turismo ia ser desenvolvida. Extingui a CODEFI que era uma companhia de desenvolvimento do município que cobrava 10% de comissão da própria prefeitura, então era uma incoerência né, a prefeitura tinha que pagar uma comissão para a prefeitura mesma, para sustentar funcionários que trabalhavam no CODEFI. Essa coragem eu nunca vi num agente político de diminuir as secretarias para melhorar o desempenho financeiro do município para fazer obra para a população. Isso me desgastou muito era pauleira para todo lado, alguns faziam abaixo-assinado contra mim, sofri ataque no sindicato¹⁶⁵ e tomei cacete da mídia. Todo mundo tinha perdido a teta né. A mídia me atacou porque a FOZTUR mesmo, dava muito dinheiro para a mídia. Aí eu criei o **convention Boreau**, que ficou com essa função, mas aí é privado mesmo, aonde a prefeitura tem uma participação pequena. Os hotéis se juntaram mandam representante para a Alemanha, para onde eles quiserem, mas, aí é dinheiro deles, é responsabilidade deles, não é dinheiro da prefeitura, o ruim era pegar o dinheiro público e gastar o dinheiro público. (Ibidem).

¹⁶⁵ O sindicato que Harry Daijó se refere é o SINECOFI- Sindicato dos Empregados no Comércio de Foz do Iguaçu, que desde essa época era dirigido pelo atual vereador Zé Carlos do PMN, e compôs historicamente base de oposição de Daijó.

A narrativa do ex-prefeito esclarece elementos da reestruturação econômica, que ocorre concomitantemente a reconstrução ou “revitalização” do espaço urbano, que perpassa pela gestão **empresarial-turística com guerras de posição que indicam uma tentativa de redefinição do poder local. Em síntese, durante o desenvolvimento da cidade turística e sua radicalização da vocação, não era somente as cataratas e o parque nacional que eram remodelados, mas, todo o conjunto do poder local estava sendo redefinido.** Há muitos aspectos que podem ser destacados dessa narrativa, nos centraremos em dois pontos:

- A) O posto de cobrança da FOZTUR, fixado na entrada do município na BR-277, recolhia dinheiro, principalmente, dos ônibus de excursões que em sua maioria eram de trabalhadores envolvidos com o **circuito sacoleiro**. O posto, sobre o pretexto de arrecadar dinheiro para o município do “turismo”, principalmente do **turismo de compras**, realizava simultaneamente uma higienização no município, garantindo que sujeitos que não obtinham nenhum recurso **não** adentrassem no município, prevenindo novos fluxos migratórios sem o mínimo recurso. Contudo, a extinção desse aparato só foi realizada num momento de inflexão do ciclo do “comprismo”, tal ação sinalizava o próprio esgotamento desse circuito.
- B) Há uma controvérsia na justificativa da extinção das secretárias, que culminaram na construção do **convetion boreau**, empresa mista fundida entre setores públicos e privados, cuja decisão e administração é dos empresários, mas conta com a participação decisiva de diversas entidades associadas a programas de desenvolvimento da Itaipu, ou seja, uma relação em que teoricamente a prefeitura “participa pouco”, mas, a entrada de recursos públicos ocorre por outra via. Em outras palavras, sob o discurso da redução de custos do “estado” excluiu a administração pública desse setor e o entregou inteiro para o setor privado. A gestão urbana empresarial do município deu um salto qualitativo sobre novas condições de acumulação que estavam abertas para o desenvolvimento do **planejamento estratégico “turístico” no município**. Nas palavras de Daijó, que explica as principais

funções do convention Boreau¹⁶⁶ e sua associação entre empresários de diversos setores:

A função do convention é a capacitação de recursos e de divulgar o turismo né. É uma forma moderna de você juntar, fazer uma associação de hoteleiros e empreendedores para poder divulgar as ações da hotelaria de Foz, mas que não entra só o hotel, entra a empresa do cara que aluga carro particular, ou de vans que levam uma série de pessoas para fazer turismo, contempla muita gente né, que estão envolvidas de alguma forma nesse processo. (Ibidem)

O “convention” é um aparelho privado de hegemonia, sendo fundamental para a apropriação empresarial da cidade e da construção da “imagem” do turismo. As principais ações de marketing, propaganda, construção e valorização da vocação turística local são produzidas por esse aparelho, que recomeça a sedimentar a “ideia” do turismo como pátria local, reabrindo o velho caminho emergencial de saída da crise econômica e social do município, que tem seu desenvolvimento local “informal” correlacionado às diversas práticas do contrabando e nos aspectos formais depende economicamente da Itaipu.

O desenvolvimento do comércio e serviços a partir do setor turístico é a síntese forçada de uma **terceira via**, que funde, mescla, oculta a relação do capital oficial com extraoficial, quando o “desenvolvimento” local é reduzido a esfera turística e aos seus aspectos “naturais” e geográficos, desse modo observa-se uma forma de desassociar o município e sua relação de dependência das práticas informais e ilegais. Contudo, **a imposição desse projeto para outros grupos sociais é também deferida no campo da força, mais do que do consenso.**

Neste sentido, observa-se a demanda nacional de controle, repressão e aumento da fiscalização do comércio e de todo seu fluxo de mercadorias contrabandeadas como uma tentativa de combate ao conjunto de trabalhos esporádicos gerados direta ou indiretamente nesse circuito e que envolviam muitos trabalhadores pauperizados. Deste modo, como sintetizou Cardin (2010), estruturalmente não era possível acabar com essa

¹⁶⁶ Produção de eventos e ações de marketing e propaganda, além da captação de recursos públicos.

prática do contrabando na fronteira, nem regularizá-la, portanto o que restou foram tentativas de escamoteá-la e normatizá-la.

O autor citou cinco ações que resumem esse processo: 1) a defesa da existência de um turismo de compras, 2) a regularização de sacoleiros como microempresários, 3) a qualificação da força de trabalho iguaçuense, 4) a divulgação massiva pelos aparelhos privados de hegemonia que o contrabando é imoral e; 5) a restrição dos canais de entrada de mercadorias no Brasil, que passam a ser pulverizados em toda a extensão do lago de Itaipu, resultando na transferência desse fluxo para outros municípios do Paraná que são margeados pelo lago. A associação da transferência desse fluxo com o aumento do índice de mortes violentas nos municípios lindeiros foi investigado por Kleinschmitt (2012)¹⁶⁷.

Contudo, todos esses movimentos descritos acima aconteceram de forma concomitante e contribuíram para o enfraquecimento desse ciclo, que foi perdendo sua força e aos poucos foi se readaptando a novas formas, chegando a um estágio de “irresolução” em que o contrabando não prejudica totalmente a imagem do município de Foz do Iguaçu ao se reduzir às grandes empresas de informáticas, eletrônicos, brinquedos e fábricas de cigarros no Paraguai, não com o padrão de circulação anterior, não tão forte e imponente a ponto de quebrar ou ameaçar a concorrência nacional e exigir intervenções mais severas do governo federal, mas o suficiente para garantir a manutenção dos padrões de acumulação.

Dessa forma, ficam preestabelecidas as mínimas condições de uma simetria de recursos entre a “**cidade turística e a cidade do contrabando**”, o que não significa que se tenha extinguido os conflitos de interesses. O contrabando ainda existe, é forte e operante na região, assim como o turismo, que tem se expandido principalmente sentido ao lado Argentino da fronteira, estando principalmente ligado as atividades de compras no *Free Shopping*¹⁶⁸, a ida de turistas brasileiros aos cassinos e casas de jogos. O que

¹⁶⁷ A autora citada percebeu a correlação com o aumento de prisões e de homicídios nos municípios de Guará-PR e Santa Helena-PR, simultaneamente com a queda da taxa em Foz do Iguaçu, indicando uma hipótese de mudança de rota do contrabando e do tráfico de drogas e armas para esses municípios, descentralizando de Foz do Iguaçu.

¹⁶⁸ Atualmente a uma tensão significativa entre os comerciantes e empresários “Iguaçuenses” com a expansão e instalação de *Free shops* na fronteira entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, como demonstra matéria do Jornal Gazeta do Povo. “Instalar ou não um free shop tornou-se um dilema para Foz do Iguaçu. A cidade de fronteira já sente os efeitos da concorrência do comércio de Puerto Iguazú, na Argentina. Agora tem pela frente o desafio de encarar uma lei federal que autoriza a abertura de lojas francas em 28 cidades gêmeas brasileiras. (...) De autoria do deputado federal Marco Maia (PT-RS), a lei que institui os *free shops* nas fronteiras brasileiras já foi aprovada e sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Agora

ficou nesse processo foi à bancarrota de pequenas e médias empresas do outro lado da Ponte da Amizade que tiveram reflexos importantes no município de Foz do Iguaçu, do final da década de 1990 ao final dos anos 2000 com o desemprego massivo, onde formas diretas e indiretas de sobrevivência dos trabalhadores correlatas ao **circuito sacoleiro** foram estancadas. Como demonstra a matéria do Jornal *A Gazeta do Povo*:

Queda de 70% nas vendas no Paraguai afugenta Chineses e Árabes da fronteira. Cerca de dez mil imigrantes deixaram Ciudad del Este atrás de oportunidades em outros países. A queda de 70% nas vendas no comércio de Ciudad del Este, vizinha a Foz do Iguaçu, na última década, estão contribuindo para uma fuga de imigrantes da fronteira Brasil-Paraguai. Conforme estimativas do Consulado Geral da República da China (Taiwan), pelo menos 5 a 6 mil chineses de um universo de 10 mil abandonaram a região nos últimos cinco anos. Os árabes seguem o mesmo caminho. Apesar de não haver estatísticas oficiais, as lideranças libanesas calculam que no mínimo 4 mil lojistas, de uma colônia de 15 mil pessoas radicadas em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, começaram a procurar outros destinos para viver desde o fim dos anos 90. (Gazeta do Povo, 4/11/2007)¹⁶⁹

Nesse cenário o turismo ressurgiu no município como a nova/velha “bola da vez”, a nova “ideia” de um velho tempo. O projeto mais atual das classes dominantes locais percorre um antigo trajeto e mostra que a cidade de Foz do Iguaçu possui um excelente “passado” pela frente, mostrando a decadência ideológica dos apologistas da vocação turística. Este ‘novo’ projeto político do município passa a ser dirigido cada vez mais pelo grupo ligado a **Conscienciologia**, mas ainda é cedo para avaliar as mudanças substanciais desse movimento. Durante as décadas de 1990 e 2000, viu-se a reelaboração do imaginário turístico e do processo de normatização das práticas

está em fase de regulamentação. A tarefa cabe a uma comissão formada por técnicos da Receita Federal (RF) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. No Paraná, as cidades contempladas são Foz do Iguaçu, Barracão e Guaíra. A lei deve ser regulamentada até o início de 2014, mas já provoca expectativa entre comerciantes e políticos de Foz do Iguaçu. No mês passado, o deputado federal Sérgio Oliveira (PSC-PR) convocou uma audiência pública em Brasília para discutir o assunto. “Nossa preocupação é que a regulamentação da lei prejudique o comércio da cidade”, diz Oliveira. (Gazeta do Povo, 09/11/14.

¹⁶⁹ Matéria retirada de: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/queda-de-70-nas-vendas-no-paraguai-afugenta-chineses-e-arabes-da-fronteira-apkobp9632picdnyvthng87da> acessada dia 09/08/14.

existentes na fronteira, além da reestruturação e da produção do espaço urbano para que ocorra um melhor aproveitamento das antigas e novas atrações existentes e possibilite uma expansão de capital para áreas subexploradas, modificando seu uso social e revalorizando regiões.

Processo conflituoso, cujo exemplo mais gritante está relacionado ao conjunto de esforços e disputas entre as classes sociais no que se refere à utilização do território nas margens do Rio Paraná. De um lado estão os empresários, agentes imobiliários, tecnocratas, que mobilizam recursos financeiros e políticos, públicos e privados para a implementação de dezenas¹⁷⁰ de **grandes projetos urbanos**, sobretudo nos cinturões turísticos subexplorados, representados pelas áreas ZT-3 e ZT-4 (que podem ser visualizados no segundo capítulo.). Do outro, encontram-se trabalhadores que sobrevivem de atividades vinculadas ao circuito sacoleiro, à pesca, à coleta de reciclados, uma região que concentra aproximadamente duas mil famílias, vivendo em favelas e ocupações irregulares.

Tais comunidades possuem a origem vinculada a necessidades objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, seja o de viver em localidades que garantem um acesso facilitado aos locais em que desenvolvem atividades laborais com maior facilidade, ou seja pelo vínculo **simbólico** com essas comunidades, expressos na relação de pertencimento do lugar. Contudo, o capital tem que se expandir e tal movimento requer novas formas de expropriações.

O maior movimento nessa área, até hoje, se deu a partir da construção do maior conjunto habitacional de casas populares formulados na cidade de Foz do Iguaçu, projetado a partir do projeto Cidade Nova, criado no ano de 1997 durante a gestão municipal de Harry Daijo. Segundo o projeto oficial, apenas para a primeira etapa da

¹⁷⁰ Desses projetos alguns estão em fase de desenvolvimento, outros em fase de execução, outros que ainda não saíram e talvez nunca saiam do papel. Dentro as principais proposições destacamos: o Autódromo Internacional, nova ponte ligando Foz do Iguaçu a Presidente Franco no Paraguai, novos atrativos turísticos, revitalização da Ponte da Amizade, ampliação do Aeroporto Internacional e obras de infraestrutura em seu entorno, revitalização da praça do mitre no centro da cidade, construção de três viadutos, duplicação e construção de novas vias, construção de um grande shopping center, novos centros administrativos, construção de novos hotéis de grande porte, centro cívico, construção de dezenas de condomínios de luxo, novas Bases das polícias Federal, Ambiental, e da Marinha, novos eixos rodoviários, etc. 80% Dessas obras estão distribuídas nos quatro cinturões turísticos.

construção do conjunto habitacional popular seria preciso a “remoção” de 350 famílias distribuídas nas Favelas da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu.

No mapa abaixo podemos visualizar **a unidade de contrários** no desenvolvimento urbano da cidade turística e dos cinturões de favelas e áreas irregulares que se entrelaçam, no qual as “duas cidades” estão correlacionadas, cuja as localizações de comunidades estão no “meio” da expansão capitalista e dos projetos de **turistificação do espaço urbano.**

**MAPA 04- O ENCONTRO DOS CINTURÕES TURÍSTICOS COM OS
CINTURÕES DAS FAVELAS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU.**

É justamente a zona turística-3, representada no mapa de **zoneamento urbano** (2007) como área de interesse de reurbanização e/ou “revitalização”, onde são projetados quase que de forma absoluta os “grandes projetos” do município. Há um processo de reestruturação urbana desenvolvido desde a década de 1990 com a construção parcial da Avenida Beira Rio. A expansão e a infraestruturação dessa avenida, que tende a ser um dos principais corredores turísticos, significa a expulsão da classe subalterna dessas áreas. As comunidades do ponto 25 ao 37 serão afetadas diretamente com essas obras, principalmente com a efetivação do **Projeto Beira Foz** que visa a construção de uma avenida de luxo nas margens do rio, acompanhada de grandes hotéis, condomínios, clubes e uma vasta área de serviços privados.

Deste modo, estas comunidades, exceto o ponto 27, se encontram espalhadas nas margens do Rio Paraná. Tal projeto tende a afetar as favelas localizadas nos pontos que historicamente foram utilizados como fluxo do contrabando, por exemplo, na região do Porto Meira e hoje Vila Carimã, ambos próximos a fronteira da Argentina e da região do Jardim América e do Porto Belo, na fronteira com o Paraguai. Ficar próximo do rio ou a poucos metros do centro comercial garantem um acesso facilitado as diferentes ocupações do circuito sacoleiro e também ao setor informal de maneira mais ampla.

A maior contradição do discurso desses megaprojetos foi percebida por (Angileli 2015) “O **Beira-Foz** está sendo justificado pela lógica de aproximação da população local do Rio Paraná”. Ora, essa proximidade existe, ou melhor, sempre existiu, mas apenas com as classes subalternas. Objetivamente, nessa lógica empresarial as 2000 famílias moradoras das favelas que ficam em sua margem que possivelmente serão removidas são desconsideradas, é uma aproximação do rio que considera apenas os serviços e as classes dominantes, pois os trabalhadores e suas moradias são consideradas uma não “cidade”, portanto não fazem parte do **plano empresarial**.

Contudo, relembremos que essas comunidades não serão atingidas direta ou indiretamente somente por um megaempreendimento o *projeto Beira Foz*. Se observamos dentro do leque de projetos idealizados pelas **classes dominantes** há um outro grande projeto que atingirá drasticamente outras comunidades. Que é a construção da segunda **ponte internacional sentido Brasil-Paraguai**, que atravessa uma parte significativa do território da região do Porto Meira que conectará por via terrestre a Cidade de Foz do Iguaçu com Presidente Franco no Paraguai.

Essa grande obra que é justificada pelas autoridades locais, ancoradas no poder público, sob a perspectiva de descongestionamento da Ponte da Amizade. No entanto,

qualquer pesquisa mais séria sobre o assunto revela, no plano material, uns processos muito mais complexos de grande expansão de capital que afetará toda a produção e circulação de capitais na região tri-fronteiriça. Como demonstra a matéria vinculada na revista Valor Econômico, **principal aparelho privado de hegemonia do setor produtivo e financeiro do país.**

Um grupo crescente de empresários brasileiros, começa a olhar para o vizinho Paraguai, pensando se ele pode virar o México da indústria Brasileira. A possibilidade de **levar uma parte da produção local para o país vizinho e reduzir os custos**, especialmente usando a importação de insumos a custos zero quando a produção for destinada à exportação, entrou no radar das empresas e passou a ser incentivada pela maior representação da indústria brasileira. Durante semana passada, a confederação nacional da indústria (CNI) levou 180 empresários para o Paraguai. Durante três dias os brasileiros ouviram um mantra: venham, tragam seu mercado e usem o baixo custo paraguaio para enfrentar a China. (...) os números funcionam como um verdadeiro canto da sereia. Encargos trabalhistas de 16,5% do custo da mão de obra, carga tributária de apenas 10% de imposto sobre o valor agregado e 10% do imposto de renda e uma energia 60% mais barata. Além dos custos menores um movimento sindical urbano ainda pouco atuante, uma mão de obra jovem e fácil de ser treinada, pouquíssimas reclamações trabalhistas e **um governo empresarial**. Um risco cambial zero e possibilidade de acessar mercados externos usando preferências tarifárias que o Paraguai possui por ser uma nação pobre. (...) A principal lei que atrai empresários brasileiros é a da Maquila criada em 2000. Desde então, 60 empresas se instalaram no país para usufruir do benefício, 70% delas são brasileira. (...) outro fator que anima os empresários é que é possível acessar o país vizinho por rio em boa parte do ano, em alguns períodos a navegação fica complicada. Os empresários frisam que é preciso pensar em meios no transporte por rodovias.¹⁷¹ (Grifos nosso)

A matéria acima revela aspectos concretos da **luta de classes** e evidencia que os interesses nas grandes obras da região da tríplice Fronteira ultrapassam a questão econômica “regional” e vão muito além dos interesses das classes dominantes locais. É

¹⁷¹ Retirado de: <http://www.valor.com.br/brasil/3442388/industria-quer-usar-paraguai-contra-china#> matéria publicada no dia 25/02/14. Acessado dia 11/05/2014.

cada vez mais evidente que a segunda ponte ligando o Brasil e Paraguai, obra que é financiada pelo governo federal no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC 2), congrega interesses de grandes capitalistas do setor produtivo nacional. A construção da segunda ponte tende a atravessar o caminho de dezenas de comunidades nas margens do Rio Paraná e Iguazu atingindo as regiões do Jardim América, Centro e Porto Meira, sobretudo no ponto 16 ao 22 do mapa acima, localizadas no entorno das zonas turísticas 3 e 4. Processo que está correlacionado ao deslocamento das **linhas de produção do país e da superexploração** da força de trabalho no país vizinho.

Essa grande obra intitulada de “Ponte da Solidariedade” está sendo efetivada como rota das maquilarias no Paraguai, como revela a matéria do jornal de circulação estadual Gazeta do Povo (principal veículo impresso do estado do Paraná), cujo o título é “Progresso em Foz passa pela segunda Ponte”:

A proposta inicial é fazer da nova ponte uma via exclusiva para caminhões pesados, para isso um acesso de 14,7 km entre o Bairro Porto Meira e a Br 277 será construído. Essa é a maior obra rodoviária do governo federal no Paraná, com custo de R\$ 233,4 milhões, a segunda ponte entre Brasil e Paraguai deve tirar da Ponte Internacional da Amizade, o peso de ser um freio ao desenvolvimento¹⁷².

Contudo, a construção da nova ponte não enfrenta questionamentos somente de moradores das comunidades que possivelmente serão atingidas. A mega obra revela uma nova faceta da **luta interclasses** entre setores das elites locais com capitalistas de outras regiões, como se prevê na lógica da concorrência capitalista, demonstrada pela matéria já citada do jornal Gazeta do Povo.

A construção da nova ponte já recebe questionamentos. A Fundação Iguassu e a Tecton-Arquitetura Planejamento Ambiental e Incorporações, questionam por meio da interpelação pública, o local escolhido para a estrutura. A área, segundo o Arquiteto Nilson Rafain, é considerada zona turística de acordo com o plano diretor de Foz do Iguazu. Rafain propõem a construção da ponte a 720 metros após o

¹⁷²

[Matéria extraída de <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/progresso-em-foz-passa-por-nova-ponte-ebd2icybvlcc5mgyyq0486tla>](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/progresso-em-foz-passa-por-nova-ponte-ebd2icybvlcc5mgyyq0486tla) acessado dia 24/11/2014.

início do Rio Paraná, apenas para veículos leves, para se distanciar das áreas turísticas do marco das três fronteiras, e não acerca de 300 metros, conforme o projeto. A Fundação Iguassu está solicitando ao Parlamento do Mercosul que atue como mediador nas discussões. O Parlamento aprovou, em março de 2010, um parque turístico que envolva o Marco das Três Fronteiras do Brasil, Paraguai e da Argentina, afirma Rafain¹⁷³.

De forma sintética, percebe-se que essa disputa pela produção e apropriação do espaço nas zonas turísticas, pela centralidade de recursos nesse território, revelam aspectos da concorrência e do conflito **intercapitalista**. Há indícios da disputa entre um capital industrial externo – rota para as maquilarias no Paraguai – e o **capital comercial** interno – exploração do turismo. Contudo não nos aprofundamos nesse movimento, pois o intuito é indicar que a esfera do conflito social no espaço urbano possui variáveis complexas que não se reduz somente à questão imediata e **não pode ser reduzida a conflitos entre capitalistas e trabalhadores**. São múltiplos interesses envolvidos em uma mega construção como essa, que tende a alterar o fluxo de pessoas, capital e mercadorias na região. As margens dos rios são um espaço urbano com inúmeras potencialidades para exploração econômica.

A cidade de Foz do Iguaçu passa por uma nova fase de/ou padrão de **desenvolvimento capitalista**. É necessário observar como será realizada a simetria entre as frações da elite local e a “vocação turística”, com as frações exportadoras que dependem das práticas informais da fronteira, setores do capital industrial e a resistência e articulação dos moradores dessas comunidades. Não suficiente, somam-se as políticas nacionais de combate a circulação de mercadorias contrabandeadas na região, a efetivação da política **neodesenvolvimentista** do governo federal, articulada com a extensão local via Usina de Itaipu e a expansão desses projetos para as demais cidades limítrofes da fronteira. Uma coisa é certa, para a mínima realização desses megaempreendimentos no espaço urbano será necessária além da construção de um “consenso”, muita articulação política, o que indica um cenário de lutas e, conseqüentemente, de remoções. Como observa Aluizio Palmar:

173

Idem

As favelas hoje se expandem sentido zona norte sempre buscando espaço ocioso para ocupar, e vai repetir também as remoções, vai ter muita remoção no Porto Meira se sair a segunda ponte a tendência é a população pobre sair dali e ser mudada para outras áreas, aquela região vai valorizar acho que vai ter remoção e vai atingir toda a zona sul da cidade.

Os “projetos”, mesmo que não tenham ainda saído do papel, já beneficiam a especulação imobiliária que acompanhou o discurso dos seus proponentes – poder público e empresariado da região, cujo, efeito sobre o preço da terra e dos imóveis já se fazem sentir, por exemplo, só no primeiro trimestre de 2014 com a possibilidade de implantação de alguns desses projetos, os imóveis tiveram um aumento de 8% (INPESPAR). Essas mudanças reforçam a expulsão da população mais pobre não necessariamente moradora de áreas irregulares, já que esse aumento se reflete nos alugueis e nos impostos, reforçando e criando novas fronteiras urbanas.

4.1- CIDADE NOVA: O NOVO JÁ NASCE VELHO

A maior remoção da história do município de Foz do Iguaçu, corresponde ao “deslocamento” dos moradores das favelas da Marinha, Monsenhor, Cemitério e Bambu, tal processo foi realizado com a construção do Conjunto Habitacional Cidade Nova. Conforme o projeto oficial, elaborado pela COHAFOZ¹⁷⁴:

Em busca de soluções para a crise habitacional, cujo déficit atual gira em torno de quinze mil moradias, sendo que destas pelo menos sete mil são em favelas. Buscando uma rápida resposta ao crescente acirramento dos movimentos populares reivindicatórios, foi concebido o projeto de loteamento cidade nova. Sob a coordenação do COHAFOZ, com uma participação importante da secretaria municipal da coordenação e planejamento da companhia de habitação do estado do paraná- COHAPAR. A cidade nova está sendo projetado para atender, após concluído, cerca de 4.500 famílias que aspiram a sua casa própria. (Projeto Cidade Nova 1997, p.2)

¹⁷⁴ Criada em 1993, sob economia mista. Foi organizada no ano de 1997 sob a gestão de Harry Daijó, dando a essa autarquia a prioridade aos projetos de “desfavelamento”.

O projeto se fundamenta na realidade do déficit de habitação do município, que girava em torno de 15 mil habitações, sendo que sete mil seriam em favelas. Seguindo essas proporções, o bairro Cidade Nova resolveria com o conjunto de 4.500 casas populares, relocando aproximadamente 64,29% da população favelizada para essa região. Na prática, o Cidade Nova se constituiu nas primeiras remoções entre 1997-2000 no deslocamento de 350 famílias, ou seja, se efetivou nesse período um deslocamento inferior a 10% do que o estipulado pelo projeto, já elencamos no texto as possíveis variáveis para a não realização dessa “remoção” em plenitude. No entanto, fica evidente que o plano era e ainda é de “desfavelizar” praticamente toda a margem do Rio Paraná.

O deslocamento dos fluxos de moradores de favelas ou loteamentos irregulares para a região do Cidade Nova não cessa. Entre avanços e recuos nas diversas formas de remoções chegou-se no ano de 2014 com a construção de seis conjuntos populares na região: Cidade Nova I, Cidade Nova II, Vila Solidária I, Vila Solidária II, Loteamento Andradina e loteamento Almada, ou seja, em menos de uma década a região norte/nordeste recebeu aproximadamente 800 famílias que foram quase em plenitude removidas, mas há casos também de deslocamentos consentidos pelos moradores que se inscreveram no cadastro social do FOZHABITA (autarquia que cuida do plano de habitação do município). O destino dessas famílias tende a ser a relocação na casa popular entre esses seis conjuntos.

Alguns aspectos merecem destaque nesse amplo processo de **desterritorialização e reterritorialização** desse imenso fluxo populacional que foi deslocado para essa região. A primeira leva foi consolidada a partir da remoção de 350 famílias do cinturão de favelas, localizadas na margem do Rio Paraná: Favela da Marinha, do Monsenhor Guilherme, do Cemitério e do Bambu, desse movimento construiu-se o Cidade Nova I. Posteriormente, no final dos anos 2000 foi construído o Cidade Nova II, ainda com remoções dessas quatro favelas, mas com a abertura para famílias pauperizadas que estavam inscritas no cadastro social do Fozhabita. Indicando uma formação um pouco mais heterogênea. Do Cidade Nova II vieram ainda famílias que foram removidas das áreas de “invasões” do Jardim Paraná, Belvedere e Petrópolis localizadas na região da Vila A de Itaipu. Diante da formatação do texto nos concentraremos na historicização do processo de formação do Cidade Nova I e Cidade Nova II.

Na produção desses conjuntos, segundo a descrição do projeto oficial que explicita além do déficit habitacional no município, a pressão dos movimentos populares que reivindicavam moradias, ou seja, a ação do poder público aparece ancorada no discurso e na prática de consentimento dos moradores, esse processo aparece como uma negociação entre ambas as partes, poder público e as populações ribeirinhas. No projeto a demanda de moradia e a reivindicação de moradores aparece de forma genérica, não há uma clara alusão a um movimento ou liderança específica. Na nossa pesquisa de campo, encontramos diversas fotos no arquivo do Colégio Estadual Ipê Roxo, localizado no Cidade Nova I que demonstram organizações de moradores da Favela do Monsenhor Guilherme na luta por moradia e aparecem nos jornais da época, assim como na memória de alguns moradores que se referem à liderança local de Moisés “Beira Rio”, na época presidente da Associação de Moradores da Favela do Monsenhor Guilherme. Abaixo uma foto que indica a manifestação de moradores da favela do Monsenhor Guilherme em frente da Prefeitura Municipal.

Foto: Moradores do Monsenhor Guilherme reivindicando a construção de moradias populares na frente da prefeitura municipal.



Fonte: Foto retirada do Projeto memória Cidade Nova, Arquivo do Colégio Estadual Ipê Roxo, janeiro de 1997.

Na foto acima, os cartazes estão escritos em nome da comunidade do Monsenhor Guilherme. Os Moradores reivindicavam a construção de habitações populares nessa localidade. Como narra Moisés Beira Rio, liderança comunitária:

Trabalhei como voluntário representando as Comunidades Ribeirinhas localizadas às margens do Rio Paraná, popularmente conhecida como Comunidade Monsenhor Guilherme, uma ocupação na área central de Foz do Iguaçu. Na verdade, as pessoas que viviam naquele local não queriam ser relocadas, reivindicavam a construção de suas casas ali mesmo, porém existia uma pressão por parte dos governantes, que queriam a construção da Avenida Beira Rio e de outros interesses políticos no local. (...) A gente lutava pela moradia e depois de várias manifestações, apareceu uma proposta viável para ambos, o projeto do bairro Cidade Nova. (Beira Rio, Moisés narrativa retirada do projeto memória do Cidade Nova, coordenado pela professora Maria Nelda do Colégio Estadual Ipê Roxo, entrevista realizada em junho de 2012).

Na narrativa de Moisés, o Cidade Nova saiu como resolução da tensão entre os “governantes” e os moradores das comunidades ribeirinhas. Nos termos do morador, os políticos pretendiam expandir a avenida Beira Rio (zt-3) e tinham também outros interesses na região, o que não é explicitado na narrativa acima. Nessa lógica, o Cidade Nova saiu como um “acordo” entre ambas as partes para a resolução da tensão na região, versão que será confirmada também em narrativas posteriores do prefeito na época Harry Daijó.

Contudo, há outras narrativas de moradores que contrariam essa versão. Entre elas, a de Elias Teófilo, morador do Cidade Nova I que foi removido na época da favela Monsenhor Guilherme, revelando que não existia uma única posição dos moradores na comunidade.

Houve gente que se mobilizou para ficar e gente que se mobilizou por que queria ir para a Cidade Nova. Tanto que se você for hoje mesmo na Favela do Monsenhor, eu te aponto um barraco de gente que não saiu de lá. E ficaram lá, a Avenida Beira Rio nunca chegou lá na favela igual diziam. Então muitas vezes eu não sei nem o que te falar, por que a gente saiu de lá, foi muito mais do preconceito da favela

está no centro do que qualquer outro problema de habitação. (...) E agente foi bastante ameaçado para deixar a favela, todos foram obrigados a sair. A casa ia ser demolida, não tinha como não sair. (Elias Teófilo, entrevista concedida ao autor no dia 11/10/13).

A narrativa de Elias, coloca diferentes posições dos moradores da comunidade, os que queriam ir e os que queriam ficar deixando claro que não havia um consenso entre os moradores. As narrativas confluem quando apontam para a relação da remoção com a Avenida Beira Rio. Elias revela as ameaças para a população deixar o local, como a destruição das casas, porém, na mesma narrativa ele aponta famílias que, mesmo assim, ficaram na comunidade.

Sobre esse processo, a narrativa do ex-prefeito Harry Daijó descreve elementos que confluem com a perspectiva de Moisés, de que havia uma demanda popular por habitação. Ele fala sobre uma série de reuniões com os moradores dessas comunidades, cuja decisão se deu em “consenso” com as lideranças locais, a partir de assembleias realizadas no auditório do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme.

Logo no início do meu mandato acho que a primeira reunião que eu fiz bem no começo em janeiro ou fevereiro foi com moradores das comunidades. Se juntou ali na frente da prefeitura um monte de gente lá, um deles era o Moisés que está na Cidade Nova, ele vivia na Favela do Monsenhor. Os moradores chamavam esse movimento de “movimento dos sem nada” sem dinheiro, sem casa, sem nada. E eles se juntaram na frente da prefeitura para reivindicar emprego e moradia. Houve várias assembleias com os moradores no auditório da escola Monsenhor Guilherme. Mas, a opinião deles foi considerada de uma certa forma né. Pois, no começo a maioria era contra a remoção, pois você sabe que a opinião do morador é de não sair do centro. Mesmo que a casa esteja caindo aos pedaços eles são contrários à remoção, por que ele ali está acomodado e principalmente a distância quem mora no centro, que está há duas quadras do centro da cidade não quer ficar 10 km longe, não que ir, então inicialmente muitos foram contra. (...) A gente construiu um projeto inicial que a ideia era de fazer indústrias ali, dado até mesmo a distância a gente sabe que para o cara vim trabalhar no centro demora uma hora de ônibus. Para fazer isso tinha que ter tido algumas parcerias, era para o Cidade Nova

ser um bairro industrial. Tinha que ter uns barracões ali, com oficinas. É o que eu já falei, a gente está do lado da maior usina do mundo e área de transmissão de energia, então a gente queria usar esse potencial energético para a indústria local. (Harry Daijó, entrevista concedida ao autor).

Em síntese havia a demanda por moradias populares, mas cuja construções deviam ser realizadas na comunidade e não fora delas, o poder público visando explorar aquela localização, visto que a retirada dessa população era uma demanda desde 1977, realizou uma oferta de habitações na **região Nordeste** (antiga uma gleba rural de terras improdutivas, próximas dos linhões de transmissão de energia de Furnas). Entre avanços e recuos nas negociações, culminaram no caminho da Cidade Nova. Contudo, é importante esclarecer que há indícios da força do “estado” e não só do convencimento, descrito na relação de ameaça por Elias, na destruição das moradias das favelas e na própria afirmação do prefeito “a opinião dos moradores foi considerada de certa forma”.

Sobre a construção de um mínimo **consenso** junto a algumas lideranças é importante frisar na narrativa de Daijo a lógica da geração de empregos na localidade, a partir da chegada de indústrias e construções de metalúrgicas que iriam no discurso de aproveitar a capacidade energética da região, fica claro que os moradores precisavam realizar duas demandas da reprodução social, morar e trabalhar. A combinação desses fatores na construção do Cidade Nova é um aspecto central de “convencimento” do deslocamento dessas famílias, segundo a justificativa do ex-prefeito.

Em síntese, **as classes dominantes que insistiram durante décadas ao menos desde 1977 em tentativas de “remoção” nessas áreas, somente pela força, viram seus projetos fracassar.** É inevitável para a concretização de tal fato haja um conflito franco e aberto com os moradores dessas comunidades que ali resistiam na permanência do local. A construção da cidade nova representa sobretudo um processo de “cooptação” ou de formulação de um “consenso” junto a algumas lideranças dessas localidades, que revela a articulação desses moradores que pressionam o poder público, conquistando, ainda que não no lugar desejado, a moradia, porém, o emprego, as indústrias e oficinas nunca acompanharam de fato essa remoção ou/e deslocamento.

Nesse sentido, a narrativa do morador do Cidade Nova I, Pedro Aparecido¹⁷⁵, revela também os limites das remoções, ainda que sustentadas por promessas de melhoria de vida, conquista da casa própria e geração de empregos.

O projeto da Cidade Nova I veio do desfavelamento da Marinha e Monsenhor Guilherme, ou seja, da favela mesmo! Foi uma construção bem rápida, feita em tempo relâmpago em 4 meses as casas estavam todas em pé e o povo já tava morando dentro, foram construídas pela COHAFOZ e a COHAPAR juntos neh, tinha verba do governo municipal e estadual e fizeram tudo rapidinho, essas moradias lá que eram para as pessoas removidas do centro do desfavelamento mesmo. Essa parte aqui de baixo (Cidade Nova II) foi outro processo você pagava aluguel no Fozhabita eles davam o terreno você construía sua casa, aí quando eles viram que não tava atingido aquela meta que pensava que conseguiriam alcançar neh. Aí fizeram diferente depois o cara comprava o terreno eles construía a casa, aqui tem umas casas diferentes. Mas também não deu muito certo, aí depois deram casa para o povo que estava escrito no FOZhabita, então no Cidade Nova II veio gente de vários lugares. Na Cidade Nova I os moradores antigos são da Marinha ou do Monsenhor Guilherme. Mas teve muitos também que venderam aqui e voltaram para favela. Já aqui embaixo tem gente do Jardim Paraná, Jupira, Porto Meira, Jardim Canadá, Portal da Foz, Morumbi, aqui tem gente de vários lugares. (Pedro Aparecido, entrevista concedida ao autor no dia 11\12\13).

No primeiro movimento, na construção do Cidade Nova I, fica evidente a velocidade da remoção dos moradores das favelas e da rápida construção de habitação. Segundo a narrativa, houve uma estagnação dessa população, na visão do morador o processo de remoção havia fracassado. Na construção do Cidade Nova II, houve ao menos três modos de trazer a população pauperizada – o pagamento de um aluguel social com a casa pronta, a venda do terreno a baixo custo para a construção da casa, ações que não foram bem-sucedidas na leitura do morador e, por fim, a abertura de

¹⁷⁵

Morador do Cidade Nova I, trabalha no Centro de zoonoses na cidade de Foz do Iguaçu.

cadastro social para pessoas que se inscreveriam no projeto de habitação popular via aluguel “social”.

Pelo que investigamos, o Cidade Nova II recebeu também moradores que foram removidos de áreas de ‘invasões’, como é o caso de Elizeu Piracelli, o “Mano Zeu”:

Eu morava num barraco na favela do Jardim Paraná, daí a prefeitura me avisou que teriam que retirar a casa dali, que eu precisava sair, me ofereceram uma casa no Cidade Nova II, não precisava pagar aluguel aqui também, daí me mudei para cá. Mas, destruíram uma parte da favelinha lá”. (Elizeu Pirocelli, entrevista concedida para o autor no dia 21/09/13).

Assim como o caso de Elizeu, houve outras narrativas de diferentes áreas de “invasões” que apontam para situação semelhante. As mudanças qualitativas e quantitativas na produção dos conjuntos habitacionais do Cidade Nova I e II, possuem diversas determinações que não se reduzem somente ao “fracasso” da remoção das favelas do centro e à resistência dos moradores:

1) A alteração coincide com a mudança da gestão municipal de Harry Daijó (PPS) para a administração de Samis da Silva do (PMDB), filho de Dobrandino da Silva. Por alguma razão, essa gestão não encarou as remoções na área central do município, como fez em outras regiões. Deslocou-se o foco das remoções, assim como a forma de atrair moradores para essa região.

2) O município viveu no início dos anos 2000 uma forte crise social correlacionada ao esgotamento do “comprismo” no Paraguai, momento conflitivo à preocupação não estava voltada para a questão habitacional, mas na forma de reestruturar a economia local. Nesse momento as investidas contra as populações favelizadas localizadas nas margens do Rio Paraná cessaram.

3) Além dessa alteração política, econômica e social houve uma alteração na relação entre prefeitura municipal e governo do estado do Paraná, política combinada na construção de moradias. Daijó era da mesma base política do governador do estado da época Jaime Lerner (PDT), enquanto Samis da Silva era oposição declarada do governador Roberto Requião (PMDB), fruto de uma divisão política na base do partido. Voltando à construção e efetivação do projeto Cidade Nova, fica evidente **a articulação**

de todo o processo político com as diversas esferas de poder, como é descrita pelo ex prefeito.

A habitação popular depende dos três poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O legislativo para legislar como deve ser o perímetro urbano da cidade, plano diretor e etc. O Judiciário para impedir que as invasões se espalhem pela cidade, um cara que invade uma área ele não paga por ela, então ele está confrontando com outro cidadão que trabalha, e que comprou uma área e que paga, então é injusto e depende também do judiciário. Nesse caso específico a ideia inicial foi que nós chamamos como parceiro o governo estadual, a Caixa Econômica Federal e o próprio município (...) O nosso caso a gente conseguiu com a caixa econômica, a Caixa foi interessante por que nós usamos ela como um a gente para resolver conflitos fundiários urbanos. Por exemplo você tinha uma área de terra aqui aí invadiam sua área então nós usamos a Caixa para te pagar e financiar para o cara que invadiu essa área, a Caixa atuou até nesse aspecto ajudando a urbanização do município a prefeitura entro com a regularização do lote, comedido do lote e o morador ficou pagando a caixa econômica. Na verdade a caixa nos ajudou muito o primeiro contrato que eu fiz com eles foi 350 casas, e daí que surgiram também outras ações, como as ações de cidadania que surgiram por isso depois terminado a locação dessa favela aqui da marinha e monsenhor ai começamos a abrir para as pessoas que estavam na fila agente começou a ver que o pessoal, nem documento não tinha, a situação era bem difícil, ai agente resolveu fazer então uma ação da cidadania que o pessoal ia no bairro e conseguia fazer identidade, título de eleitor, CPF, para poder obter o financiamento se não nem isso ele podia fazer (...)eu tinha a ideia de fazer indústrias ali, dado até mesmo a distância a gente sabe o cara pra vim trabalhar no centro demora 1 hora no ônibus. Para fazer isso tinha que ter tido algumas parcerias, era para o Cidade Nova era para ser um bairro industrial. Tinha que ter uns barracões ali, oficinas. É o que eu já falei a gente está do lado da maior usina do mundo e área de transmissão de energia a gente queria usar esse potencial energético para a indústria. (Harry Daijo, entrevista concedida no dia 13/02/14)

Há muitos aspectos que podem ser destacados da narrativa do ex-prefeito municipal. Primeiramente, observa-se a parceria entre o governo municipal e estadual na época do governo de Jaime Lerner (PDT). Essa articulação pode ser vista no projeto Cidade Nova pelos recursos disponibilizados via *COHAPAR*. O ex-governador possuía vínculo político com Daijó, estavam associados na mesma base política do estado. Um dos temas principais da campanha de Lerner no estado do Paraná era a criação de “agrovilas”, que consistia em retirar populações faveladas de áreas centrais ou de forte interesse econômico e deslocá-las para glebas de terras improdutivas ou poucas produtivas isoladas do centro urbano.

Um segundo elemento importante diz respeito ao fato de Jaime Lerner ser formado em Arquitetura e Urbanismo e, segundo Vainer (2002), responsável pelo primeiro projeto de Planejamento Estratégico no país, realizado na cidade de Curitiba, que resultou em um grande processo de reurbanização, **gentrificação** e higienização da capital do estado. A área do Cidade Nova possuía o perfil propício para o desenvolvimento de tal projeto estadual, que incluía glebas de terras rurais que pertenciam a um antigo latifundiário¹⁷⁶ da região, terras improdutivas e localizadas próximas do **linhão de transmissão de energia de Furnas**.

Sobre esse aspecto Daijó produziu um discurso de que a proximidade com o linhão era propícia para o desenvolvimento de atividades industriais no bairro, envolvendo a construção de oficinas e metalúrgicas que desenvolveriam o potencial energético do município e beneficiariam os moradores que trabalhariam no próprio “bairro”, não precisando se deslocar até o centro do município. Mas, de fato no plano concreto nem indústria, nem agricultura de subsistência foram desenvolvidas ao longo de uma década e meia nessa localidade. Seja pelo discurso do governo do “estado” ou pela gestão municipal, o bairro se constituiu em um “gueto” afastado do centro urbano.

Um terceiro elemento está vinculado a um discurso centrado na **visão de mundo liberal** que visa garantir o direito à propriedade, pois ser cidadão é ser proprietário. Antes de tudo foi necessário transformar os moradores “favelados” em “cidadãos”, assim visualizam-se diversas formas de introjeção da lógica de direitos e deveres com valores republicanos realizados na tentativa de “normatização” dessas famílias,

¹⁷⁶ Pelas informações obtidas por funcionários da prefeitura municipal, grande parte da área do Cidade Nova pertencia ao latifundiário Pedro Laco.

realizadas a partir da produção de documentos, do discurso da retirada da “margem” da sociedade, realizando teoricamente uma metamorfose no qual os trabalhadores pauperizados passariam a ser “cidadãos” a partir da conquista da casa própria, uma passagem da cidadania da miséria para a miséria da cidadania.

É importante visualizar a construção do Cidade Nova como um movimento de “vanguarda” das políticas “neodesenvolvimentistas” no espaço urbano e na construção de infraestruturas em áreas subexploradas do município. Outro aspecto importante é que o grande financiamento de moradias populares realizadas pela Caixa Econômica Federal agiu como um amortecedor de conflitos urbanos e tensões entre as classes sociais. Tal movimento foi ampliado e multiplicado dentro da plataforma dos governos PT, ou seja, processo que já havia sido germinado anteriormente nas gestões “neoliberais”.

Por fim, é preciso observar que, apesar de todo esforço, houve uma remoção em grande parte “consentida” por lideranças comunitárias, apesar de todo discurso “cidadão” e do boleto da felicidade ou do passaporte à cidadania, muitos moradores se recusaram a deixar suas localidades, outros até que foram deslocados num primeiro momento para o novo bairro, mas posteriormente, retornaram para a favela.

Se o objetivo central do poder público era deslocar toda população ribeirinha das margens do Rio Paraná, esse não foi cumprido em totalidade. Porém, representou o primeiro movimento concreto de retirada massiva ou de saída “espontânea” de alguns moradores dessas áreas, dando sinais que o caminho para revalorização dessas áreas estava dado. Deste modo, a retirada da população não significa que o processo tenha se desenvolvido como o idealizado ou se completado em plenitude. Tal aspecto é objetivamente percebido pelos moradores do Cidade Nova com os quais dialogamos, como demonstram diversas narrativas, como a de Pedro Aparecido de Souza, morador do Cidade Nova I.

Imagina o centro de Foz que vive entre aspas do turismo, as favelas estavam há uns 500 metros do centro, para os comerciantes eles não gostavam daquilo ali, eles queriam que surgisse a beira-rio e tinham que tirar as favelas para que esse se tornasse um ponto lucrativo, que hoje ainda não é, mas no futuro pode ser. Eles foram tirados na pressão, tirando as casas das barrancas do rio, tinha muito terreno plano, se a prefeitura quisesse poderia fazer as casas ali mesmo, podia fazer casa ou até Predinho tipo o projeto Cingapura, qualquer coisa

assim né. Como na favela da Marinha ali não tinha jeito, fizeram o povão sair dali. Até hoje os terrenos onde ficavam as favelas estão desabitados está tudo demolido lá. A maioria não queria sair de lá, saiu porque foi obrigado, foram removidos mesmo, ou você vai ou você vai! (Pedro Aparecido *idem*).

A narrativa do morador Pedro Aparecido que analisa o processo de “remoção” em terceira pessoa, pois não vivia mais na favela do Monsenhor nesse período, traz a percepção de que o desenvolvimento da avenida Beira Rio era concomitante com a retirada das famílias pauperizadas, produzindo uma revalorização da região e que apareceu no plano diretor municipal de 2006 como a zona turística-3, sendo um dos principais alvos de investimentos públicos e privados. Porém, o morador observa que há uma contradição bastante latente no centro da cidade, as habitações populares não são construídas nos imensos vazios urbanos. Logo, ele conclui que se trata de um processo de reestruturação e revalorização do espaço, porém não se realiza em plenitude.

A lógica descrita pelo morador era clara, retirar toda aquela população para exploração econômica, o que na visão do morador não se realizou. Nesta perspectiva, ele justifica sua reflexão de que sequer foi construído algo (concreto, material) onde estavam aquelas moradias nas favelas, sobretudo a da *Marinha* que foi praticamente destruída quase em sua totalidade. A percepção do morador é bastante coerente e similar à de alguns pesquisadores, se não há construção naquele território, logo não há “novo” valor incorporado ao solo. Percepção importante, mas que não é suficiente.

Como já descrevemos, **o mercado imobiliário é altamente especulativo, pois sua base é um capital fictício, ainda que não descolado em sua totalidade do setor produtivo** ocorre a movimentação da especulação imobiliária, e nesse caso especular está no modo comum de “discursar em sentido abstrato sem necessariamente ter base concreta”¹⁷⁷. **O próprio movimento de retirada daquelas famílias é responsável pela abertura da possibilidade de novos negócios serem realizados, isso não significa que há essa realização, mas só a geração desse movimento que pode, ou não, possibilitar novos empreendimentos, o que faz com que os preços de lotes de terras oscilem na região, aumentando variavelmente o custo dos imóveis, expressos nos aumentos de aluguéis.**

¹⁷⁷

Dicionário (HOUAISS 2001, p. 321)

A lógica de mercado funciona porque age dentro do campo **ideológico**, que visa movimentar a base concreta. Nesse sentido, acreditamos que o esvaziamento ainda que parcial dessas favelas foi um movimento importante para as classes dominantes em vários aspectos, ainda que não tenha sido uma “vitória” absoluta. Primeiramente, permitiu a expansão da Avenida Beira Rio e sua possível infraestruturação. Esse movimento possibilitou a “ideia” de novos empreendimentos, colocando o mercado imobiliário em oscilação. A retirada dessas famílias facilitou o acesso a um território que não era explorado pelos grupos dominantes, e mesmo que não seja imediatamente, abre campo para novos empreendimentos.

A remoção dificultou a visualização da pobreza na área central e promoveu uma higienização social, diminuindo o fluxo de crianças e jovens moradores dessas favelas que andavam pelas ruas do centro ou trabalhavam como engraxates, vendedores ambulantes, flanelinhas ou vivendo de esmolas. Nesse sentido, havia muita pressão do empresariado local para a remoção da Favela da Marinha, que ficava próximo de um dos maiores “patrimônios” das classes dominantes locais, o prédio onde hoje funciona o SENAC.

No campo da “segurança” do centro, segundo narrativas de moradores de comunidades ribeirinhas, o aspecto mais conflitivo estava em torno das disputas de quadrilhas das Favelas da Marinha e do Monsenhor Guilherme, troca de tiros nas margens do Rio Paraná e nas imediações dessas favelas eram corriqueiras. Com a dissolução da Favela da Marinha o centro obteve uma certa sensação de tranquilidade, para os moradores abastados e turistas que andavam nessas imediações. Contudo, essas disputas não acabaram, elas só foram transferidas de lugar e se acentuaram no Cidade Nova, como será evidenciada na narrativa dos moradores dessa comunidade. Sobre esse aspecto, Harry Daijo revela em entrevista que sabia da “rivalidade” entre quadrilhas dessas localidades:

Sabia que tinha essa rivalidade, mas a rivalidade não era de todos não. Era de alguns grupos dali, normalmente os grupos mais radicais que fazem seu movimento é que querem ter o poder local. Se o cara faz tráfico, por exemplo, mais ainda, o valor econômico está em jogo. Mas se o cara tem a posição política do bairro, que eu acredito que é a posição da maioria de lá. Mas já o pessoal que fazia tráfico lá por exemplo, quando ele teve que sair de lá ficou mais difícil para traficar, porque o tráfico não vinha lá da região de Itaipu, vinha do Paraguai.

Em frente das duas favelas estavam também as favelas do Paraguai e anoite ficavam fazendo tráfico por ali. Lá na Cidade Nova ficou mais longe, mais difícil de fazer o tráfico. Claro, que para aquele cara também que catava latinha e papel também ficou mais difícil. Mas, esse conflito existia, mas a ideia era que em um lugar melhor a esperança era que as coisas melhorassem, hoje muitas famílias que teriam rivalidade, elas são amigas ali. A gente sabia do conflito, mas tinha a certeza de que num lugar melhor tudo ia melhorar. O fato do cara morar em uma casa própria é diferente, um tijolo ali é seu o terreno é seu isso ajuda a não ter tanto conflito (Idem).

Esse aspecto revela problemas de outras ordens que tendem a não serem publicizados durante o processo de remoção. Há a interferência direta nas relações sociais e na organização de grupos envolvidos com atividades ilegais, principalmente com o tráfico de drogas. **Retirar uma comunidade do seu lugar significa desterritorializar também grupos de traficantes que precisam ser reterritorializados em outras localidades, fato que inevitavelmente resulta em violência ao exigir a retomada do espaço e de uma lógica de concorrência dentro de um mercado “para-formal”.**

Em síntese a relação da territorialização, desterritorialização e reterritorialização é mais complexa do que possa parecer em uma análise apressada, é feita nos moldes da ótica e justificada a partir dos preceitos liberais de “cidadania” e inclusão. A narrativa de Elias Teofilo é bastante elucidativa ao falar do início da formação da Cidade Nova e do povoamento dessa localização, o morador fará alusão a um **campo de extermínio**:

Na verdade, vou te falar a real, eu não sei se foi pensado pelo governo, mas para mim os caras montaram aqui um campo de extermínio. Por que além deles afastarem a favela de lá, eles fizeram que a criminalidade se matasse tudo em um lugar só. Aí porra mano você pega os traficantes do Monsenhor, os traficantes da Marinha, os traficantes do Cemitério, os do Bambu e junta tudo isso num lugar só, virou uma guerra o povo não se entende e eles mesmo iam se matando. Isso aqui foi um campo de extermínio no começo. Se alguém falasse eu vou para a cidade nova o outro dizia se tá loco? O que você vai fazer lá. Então o preconceito aqui, para mim aumentou por que agora a televisão não falava mais aconteceu um homicídio no

Monsenhor, ou um homicídio em tal lugar era tudo aqui, juntou tudo num lugar só, e tudo começou a acontecer na Cidade Nova, mataram dois, prenderam uma quadrilha, tudo isso concentrou aqui. O preconceito batia sempre contra a Cidade Nova. As pessoas de bem, trabalhadoras, honestas, foram perdendo muito por causa disso. Por que o emprego já era difícil na época e ainda mais com o endereço da cidade nova no currículo. (Elias Teófilo, entrevista concedida ao autor no dia 11/10/13).

É difícil analisar uma narrativa que faça analogia a uma localidade como um campo de extermínio, mas instiga a dúvida do morador: será que o “governo” fez isso de forma “calculada”, consciente ou foi algo involuntário? Creio que não há elementos que justifiquem alusão teleológica – história com fins pensada friamente que se reproduzem na prática. Contudo, como demonstramos acima, o ex-prefeito Harry Daijó reconhece que sabia dos conflitos e objetivamente considerava “certamente” que era de uma minoria. Afirmou e argumentou que num lugar melhor, que não inunda, com uma moradia melhor, com um modelo mais normal de casa, a vida seria melhor e mais tranquila para essa população. Valores que expressam elementos da visão de mundo de Daijó, o bairro aparece como uma prática “civilizatória” que pacificaria as relações, porém as narrativas que escutamos de diversos moradores que foram para lá no período de formação de 1997-2000 contrariam majoritariamente essa percepção.

No começo aqui era muito violento, tinha muitos grupos rivais que queriam dominar a situação por tráfico, por brigas, tinha muitas desavenças que surgiam. Aqui a maioria trabalhava no Paraguai na contravenção, no contrabando essas pessoas nunca se acertavam estavam sempre brigando. Na Cidade Nova tem um muro, uma caixa d’água que o pessoal chamava de paredão da morte era um muro aonde os caras levavam as pessoas para serem executadas. Ali, tinha uma plantação de soja debaixo do linhão, era uma área bem isolada, final de semana sempre tinha um morto lá. (...) isso fica na mente das pessoas, as crianças de hoje não sabem, mas era assustador até. Quando eu cheguei aqui na cidade nova em 2001 estava violento ainda, mas os moradores antigos tinham que já não era tanto. (Pedro Aparecido, *ibidem*).

Foto- Paredão da Morte



Fonte: Foto retirada pelo autor no dia 21/12/2013, “paredão da morte” Cidade Nova I.

A localidade descrita pelo morador Pedro Aparecido, conta com um grafite cujo **signo** não poderia ser mais “simbólico”, um coração pulsando e sangrando seguido das ondas dos batimentos cardíacos. **Fica explícito, a partir da experiência desses moradores, que a formação e reestruturação espacial da cidade não se restringe somente ao processo de deslocamento das populações, mas abrange múltiplos significados que alteram diversos campos, ampliando a compreensão dos conflitos e interesses existentes nesse processo que se dá entre diferentes esferas de “poder” e que englobam também outras guerras de posição na disputa e na definição social do espaço.**

Outro aspecto bastante comum é o apontamento dos moradores de que o ciclo maior da violência no Cidade Nova ocorreu no início, depois, como nos fala Elias, as coisas foram se “acertando”. Para o morador a forma da violência na Cidade Nova era diferente da violência do Monsenhor.

Aqui teve muito confronto no início, hoje você não vê tantos relatos da cidade nova com muita frequência de homicídio, apreensões e tanta tragédia, apesar de que acontece ainda, mas não com a frequência de antes. (...) A cidade nova era diferente da favela, não teve um lugar específico para a violência assim, as pessoas foram tão espalhadas que a violência acontecia em lugares que você menos esperava, tanto que era difícil você ver um bar, lanchonete, mercado naquela época aberto. O povo não parava na frente dos lugares, não tinha gente na rua a noite, o povo daqui vivia totalmente fechado. (Elias Teofilo, *ibidem*).

Alguns moradores falam de uma “certa” liberdade que havia na época da vida na favela, houve um processo de estranhamento na formação do Cidade Nova que se tornou cenário aberto das contradições entre grupos rivais, que haviam se generalizado em diferentes espaços sociais na comunidade. As falas de Elias cristalizam quase em sua totalidade quando se refere ao início do “bairro” com elementos de medo e desconfiança. Percepção de violência que se expressa de forma diferente uma localidade para outra. Na “favela” a violência se concentrava em locais específicos, enquanto no bairro Cidade Nova estava pulverizada.

As inúmeras contradições na vivência desses moradores no processo de “remoção” tendem a ser traumáticas. A percepção de violência não pode nem deve se restringir somente ao campo físico. Há outras formas de **violência que não** se reduzem a disputas de “quadrilhas” rivais, mas ao próprio modo de vida da população “reterritorializada” que aparece na narrativa de vida “fechada” no Cidade Nova, mostrando um “bairro” que de fato nunca foi estruturado em plenitude. Como lembra a Elza Mendes, moradora do Cidade Nova II na chegada a localidade: “Cara, pensa na decepção há cinco anos atrás não tinha um mercado, não tinha uma lanchonete não tinha aonde tomar um café, não tinha nada. Tudo era muito longe as pessoas pareciam que estavam amarradas, ninguém saía na rua” (Elza Mendes, entrevista concedida ao autor no dia 18/11/2013).

Somado a essa sociabilidade composta por elementos de medo e estranhamento, outro fato que acompanha parte significativa da vida desses moradores são os esforços governamentais que visam “racionalizar” estes espaços adequando ao modelo “normal” de casa e cidade. Houve no Cidade Nova casos de multas da vigilância sanitária para moradores que criavam galinhas no quintal, ou cavalo, animal utilizado para puxar

carroças na cata de reciclados. O próprio discurso do poder público quando descreve o projeto de “desvelamento” é também no sentido de retirar a própria “favela” de dentro das pessoas, com alterações nos seus modos de viver. Nesse sentido, a reflexão da moradora Elza Mendes, revela também aspectos conflituosos entre a convivência desses moradores, que vieram de “realidades” distintas. A moradora reflete sobre a necessidade de preparar o morador antes do processo de “remoção”.

O processo é assim: vem cá minha nega, toma tua chave e se vira. Se a casa ta pintada, se a casa ta limpa, se tem água encanada, se tem energia pra eles tanto faz. O povo não é preparado para essa mudança. Você pode tirar o indivíduo da favela, mas a favela tem que ser tirada dele. Nós temos casos no Cidade Nova de pessoas que vieram da favela e que eles continuam agindo como favelado, por que essas pessoas não conheciam um banheiro, não conheciam uma pia de lavar louça, eles não sabiam o que era água na torneira. E algumas famílias não são preparadas para isso. (...) Uma coisa é você viver uns três anos em uma situação ruim e ser removido outra é viver sua vida inteira numa situação ruim e ser removido (Elza Mendes, entrevista concedida ao autor no dia 18/11/2013).

Na concepção da moradora, muitos dos moradores **favelizados** não são preparados para viver num “bairro”. Em sua percepção essas famílias precisam ser “lapidadas”. “Diferente da favela, aqui tem água encanada, banheiro, pia, etc”. Outra análise de distinção está na formulação quando a moradora parte de sua experiência própria, uma coisa é a experiência de viver alguns anos com dificuldade, outra é viver toda a vida na dificuldade.

As pessoas obtiveram trajetórias distintas nessa localidade, nem todos vieram do processo inicial de “desfavelamento” da prefeitura municipal, mas são todos trabalhadores que moravam em favelas ou em loteamentos populares. Nem todos vieram de um processo “forçado”, tenso de remoção, alguns se inscreveram a partir do cadastro social em busca de obter uma casa própria, por isso o Cidade Nova, principalmente o II, agrega também pessoas que se deslocaram “voluntariamente” para essa localidade. Essa divisão entre I e II acompanha a consciência cotidiana desses moradores, alguns utilizam esse aspecto que não se reduz somente à diferenciação entre

os que vieram do projeto de “desfavelamento” ou os que vieram do cadastro social, mas, altera toda relação política “comunitária” no bairro, assim como uma divisão geográfica, como explica Aparecido.

Se você olhar para o bairro, você vê que no meio tem uma divisão de uma para outra, elas não tão juntas tem um espaço vazio de uns 150 metros, lá foi criado primeiro, e ficou como Cidade Nova I, depois aqui embaixo aí se tornou Cidade Nova II. Existe um joguinho político nisso aí tudo, aqui virou uma disputa entre os presidentes do bairro, essas coisas de associações. Que não deviam interferir mas interfere. Nós temos o posto de saúde com duas unidades e equipe para família, equipe I e equipe II até uns dias atrás agente só tinha um médico na II as pessoas da I chegavam ali e o médico é da II e não atendia os da I, encaminha para qualquer outro lugar, você tem médico no posto que não te atende, então interfere.

As cisões entre os conjuntos populares possuem importantes desdobramentos sociais, seja na disputa entre duas associações de moradores na qual há uma “luta” em favor do seu lado, seja na distribuição de infraestruturas. No nosso trabalho de campo percebemos que o colégio municipal se localiza na Cidade Nova II, enquanto o colégio estadual se localiza na Cidade Nova I. Divisão histórica, social e política que ainda produz contradições entre os moradores. A partir dessa rápida contextualização é importante compreendemos um pouco das trajetórias de vida dos moradores e sua relação com o Cidade Nova I e II.

4.2 CIDADE NOVA: BICHO DE SETE CABEÇAS

A trajetória de vida de Elza Mendes revela aspectos “sociais” e chama a atenção para a divisão no Cidade Nova. Seus caminhos e descaminhos até chegar a essa localidade podem ser sintetizadas nessa narrativa:

Eu não podia mais pagar aluguel com três filhos. Antes eu pagava 300 dólares de aluguel no Jardim América. Daí eu me escrevi no Foz-habita e fui para Três Lagoas na Vila Miranda, era uma casa popular

de madeira feita pelo governo Dobrandino. Essa casa em seis meses estava caindo. Era feita de pinos [tipo de madeira], vinha a chuva e as tábuas cediam, abriam frestas de sete a oito centímetros entre uma tábua e outra. No começo fiz alguns reparos. Depois tive que desmanchar a casa e fazer de novo aí fiz de material. Eu me desloquei de três áreas em Foz, Jardim América bem perto do centro, daí fui para Três Lagoas e de lá para a Cidade Nova. O que me trouxe aqui foram as tragédias da minha vida. Meus filhos cresceram e não quiseram estudar, eu tinha um filho que tinha uma série de problemas ele tinha 18 anos, com mentalidade de criança, tudo que ele ouvia ele repetia com isso ele acabou vendo coisas e falando e acabou sendo assassinado e o corpo foi jogado no Rio Paraná. Quando eu descobri quem cometeu o crime eu fui para a imprensa, joguei merda no ventilador, essa merda foi parar no Rio de Janeiro, e passou no fantástico [programa nacional de televisão] quando caiu na rede nacional foi em 2 de dezembro de 2007 que passou a reportagem e no dia 6, quando cheguei de viagem eu fui surpreendida com o marginal que matou meu filho atirando na minha casa (...) eu sai de Três Lagoas pela violência. (Idem).

A história de vida de Elza Mendes é marcada, como ela descreve, por “tragédias”. Na sua percepção houve um conjunto de fatos e situações trágicas que a trouxeram para o Cidade Nova, fatos esses que não dependeram da sua vontade ou de sua escolha. Um emaranhado de processos vividos que culminaram na saída de Três Lagoas e na chegada a “comunidade” por meio do cadastro social. O que evidencia que esse novo loteamento popular se tornou, de diferentes formas, o destino de muitas famílias, cuja as diferentes trajetórias se entrelaçaram.

Nem todas trajetórias de vida descrevem a chegada na Comunidade como um período de crise ou de remoção, como revela a narrativa de Marcelo Boitura¹⁷⁸, morador do Cidade Nova II:

¹⁷⁸

Morador do Cidade Nova II, Filósofo e Pequeno comerciante na comunidade.

A gente comprou o terreno em 1998 pelo FOZHABITA e em 2000 começamos a construir a casa aqui, daí mudamos em 2001. Minha família vivia nas Três Bandeiras lá a gente pagava aluguel. E é um dinheiro que você vai pagando e não vê. Você vai pagando e o dinheiro vai se perdendo. Com esse dinheiro que a gente pagava aluguel fomos investindo na nossa própria moradia (Marcelo Boitura, entrevista concedida no dia 26/09/13).

Nessa narrativa o morador descreve a chegada no Cidade Nova II como a fuga do aluguel e a conquista da casa própria. Aspecto importante de ser ressaltado é que o morador revela ter comprado o terreno pelo FOZHABITA em 1998, ano da chegada massiva de moradores “removidos” das Favelas da Marinha e do Monsenhor que foram relocados no Cidade Nova I. Tal afirmação aponta para o uso social diferenciado entre os dois conjuntos. No entanto, todas narrativas apontam para a falta da mínima infraestrutura seja na parte “alta” ou parte “baixa” do loteamento.

Assim, num primeiro momento, eu era criança na época e estranhei muito pelo espaço ser novo, sem calçamento, a casa mesmo era diferente, foi um baque. Porque você vem de um lugar que já era estruturado, tinha amizades e você vindo para um lugar novo que é distante até do centro então para mim foi um choque impactante essa nova realidade. Se você fizer uma comparação daquela época com os dias atuais, mudou uns 80%. Porque a cidade nova naquela época e estava começando, as estruturas estavam chegando, não tinha escola, não tinha creche, não tinha posto de saúde, entendeu, tinha só as casas mesmo. Agora as ruas têm calçamento, naquela época não tinha, agora tem duas escolas, tem creche. Mudou a galera da Cidade Nova, ela meio que se mesclou porque muitos daquela época se mudaram. É uma nova realidade muito diferente daquela época. (Marcelo Boitura, *ibidem*).

A falta de uma infraestrutura mínima nos conjuntos habitacionais do Cidade Nova I e II, foi uma questão assinalada pelo amplo conjunto de moradores com o qual conversamos. Contudo, é importante compreender as diferentes formas de chegada

descrita por Marcelo, cuja família adquiriu um terreno no Cidade Nova II, daquela situação que foi vivenciada pela maioria oriunda do processo de “desfavelamento” como é descrita por Elias Teófilo:

A gente chegou no Cidade Nova em cima de um caminhão de carregar terra mesmo, aquelas caçambas de entulho. A gente e nossa mudança chegava em cima da caçamba, aí era descarregada na frente da casa que era nossa, eu mesmo cheguei em cima da caçamba, passei muita vergonha mano, eles queriam mesmo que a gente saísse de lá, não importava da forma que a gente ia. (Elias Teófilo, entrevista concedida ao autor no dia 11/10/13)

Com o passar dos anos, mais famílias foram chegando ao Cidade Nova, sendo em grande parte fruto de “remoções”, ou da venda de lote, aluguel social e cadastro social. A comunidade foi inchando e a falta de infraestrutura foi se tornando mais aparente, a falta de posto de saúde, escola, linhas de ônibus, calçamento, etc. Se for analisar pelo critério social e da estrutura urbana a Cidade Nova poderia ser considerada nos primeiros anos como uma “favela” plana.

Dentro de todas as carências citadas, focaremos na falta de colégio na localidade e o conjunto das implicações sociais envolvidas nesse processo. O Colégio Estadual Ipê Roxo teve as aulas iniciadas somente no ano de 2003. Nesse contexto, os moradores revelam que “ganharam” a casa, mas perderam outras infraestruturas ao se deslocarem para o Cidade Nova, como narra Elias Teófilo:

Ganhamos a casa, mais surgiram diversos novos problemas, a gente teve muita dificuldade no início. Um dos problemas enfrentados por mim mesmo era a falta de escola. Não existia escola aqui na cidade nova. A gente estudou no início em um pavilhão cedido pela UNIOESTE. Outro problema era que não existia posto de saúde, as ruas eram de terra, a iluminação pública não chegava na minha casa. Só tinha iluminação pública na rua principal para chegar até o bairro. Aqui no início era mais precário que a Favela do Monsenhor. Na favela eu tinha ao menos uma escola, e não só. Tinha posto de saúde que já era da favela mesmo e que atendia só agente dali mesmo, tinha acessibilidade ao centro, tinha mercado pegava ônibus fácil. Ali, era

tudo mais viável do que aqui na comunidade. Até para trabalhar né, para meus pais era bem mais viável na favela, a minha mãe fazia o trajeto dela a pé, para pegar a reciclagem dela, latinha e papel. Meu pai buscava um ônibus só para ir para o trabalho. Então dentro da favela você tinha dificuldades sim, da moradia e do preconceito, mas aqui surgiram outras dificuldades. (Elias Teofilo, *ibidem*).

A narrativa de Elias, sintetiza aspectos importantes da “mudança” da favela do Monsenhor para o Cidade Nova. Experiência vivida de forma paradoxal, pois melhorou o aspecto da casa e diminuiu o preconceito da favela, mas, por outro lado, na favela os moradores tinham acesso ao Colégio Monsenhor Guilherme, obtinham um posto de saúde e estavam próximo do centro região que possui um acesso ao transporte público privilegiado e garantia também o sustento da família que dependia em parte da coleta de reciclados. A relação da escola com a “comunidade” é descrita também pela professora Maria Inês que trabalhou por treze anos no colégio localizado no Cidade Nova I, atualmente ela é a diretora da instituição:

Quando a escola chegou aqui, aqui era muito violento, tinha muitas famílias desestruturadas, muita ausência da figura paterna, boa parte dos nossos alunos não tem pai, e quem os acompanha é vovô, titio e tia e isso acaba influenciando. E aqui foi formado pelo desfavelamento e vem com isso grandes problemas sociais, mas aqui as pessoas foram se comprometendo cada vez mais com a escola e recentemente a gente ficou sabendo que aqui diminuiu um montão a violência, aqui não está mais entre os três bairros mais violentos de Foz, nós não estamos mais nessa listagem. Mas no início a violência atrapalhou muito pela fama da Cidade Nova, a gente era uma das últimas escolas a fechar o quadro de professores porque eles tinham medo de vir para cá, as vezes o professor precisava de aula, mas quando falava que era aqui ele descartava. Hoje agente quebrou essa barreira, ficamos feliz né, em vê que desenvolveu, as pessoas desenvolveram intelectualmente e culturalmente isso é uma gratificação para gente (Inês, Maria entrevista 13/11/13).

Na narrativa da diretora observa-se elementos de melhoria na relação da “comunidade” a partir da construção do colégio e também atribui o papel da educação com o desenvolvimento humano como decisivo na queda da violência no bairro. Outros elementos dessa relação educação/violência são analisados pela professora Sandra Regina que há dez anos trabalha na escola Ipé Roxo, que revela outras alterações locais, articulando uma leitura que contempla também parte significativa da estrutura econômica da cidade de Foz do Iguaçu e do Cidade Nova como fator essencial pela melhoria na vida dos moradores e no reflexo da situação da violência na comunidade:

No começo aqui nem escola tinha eles iam estudar na Vila C, e eram discriminados lá ou iam no Carmelita [Porto Belo], e também eram discriminados, tudo de ruim que acontecia eram os favelados do Cidade Nova. A discriminação era tipo bairrista. Quando construíram a escola aqui não existiam rixas dentro da escola, aqui no Cidade Nova eles acabaram abraçando a escola. Aqui no começo os alunos não tinham caderno, lápis, a única refeição que tinham era feita aqui, hoje ainda acontece, mas é mais raro. Houve uma mudança no poder aquisitivo, aqui hoje a gente vê aluno frequentando cantina. Antigamente o pessoal aqui não conseguia emprego porque tinha muita discriminação com o Cidade Nova. Quando falavam que era do Cidade Nova já estava fora. (...) O preconceito vinha porque a cidade nova era um bairro de desfavelamento, o preconceito já começa aí né, com a favela e tal, só que quando foi feito esse processo não veio só gente da Marinha veio gente de todas outras favelas então aqui era muito perigoso. Já vieram com rixas antigas e vieram resolver aqui dentro, toda semana tinha corpo estendido. Eu já chorei por muitos alunos meus, a gente pega amor, e eles eram bons, não eram bandidos, mas estavam envolvidos nessa problemática de fronteira. Os jovens querem consumir o boné da hora, o tênis da hora e tudo isso custa caro. Os pais mal conseguem por dinheiro dentro de casa (Sandra Regina, entrevista concedida ao autor no dia 11/02/14.)

A narrativa de Sandra Regina descreve as múltiplas dificuldades vividas por crianças e jovens nesse processo de “desfavelamento”, nas quais os moradores de

maneira geral precisam rapidamente se adequar a essa nova realidade de mudança de localização, precisando encontrar formas para sobreviver mediante as novas imposições da logística e do mercado, seja na alteração da escola, na procura do emprego, no afastamento do centro. Altera-se todo um conjunto da vida social, na narrativa da professora fica evidente que os alunos foram se defrontando com novas barreiras sociais, culturais e geografias. Sobre a formação do Cidade Nova ela descreve o processo da seguinte forma:

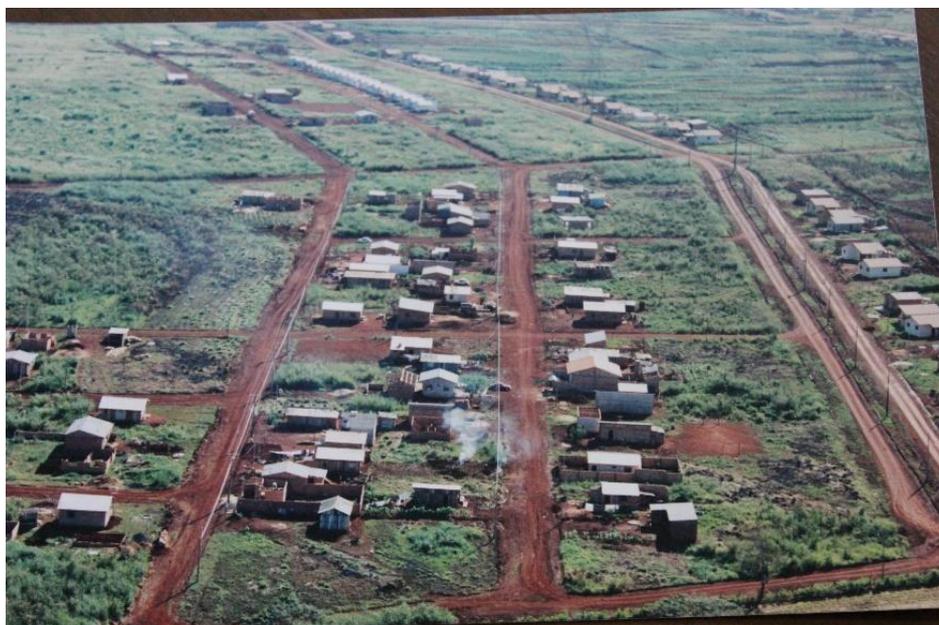
A história do bairro aconteceu assim, quem escolheu esse local foi os próprios moradores, eles não disseram amém para os governantes. Quando foi feito o projeto para construir à beira-rio, eles ofereceram outros lugares, e os moradores foram lá e disseram, esse a gente não quer, esse a gente não quer, até que vieram conhecer isso daqui analisaram a distância e de todos lugares que ofereçam esse era o mais próximo do centro. Aqui se prometia construir uma Vila Rural eles iam ter o sustento deles, muitos inclusive pediram para poder trabalhar na construção das casas para ter emprego. Então é um povo sofrido mais que de bobo não tem nada. A única coisa foi que com o passar do tempo eles se sentiram enganados, porque viram que algumas coisas nunca saíram do papel. (Sandra Regina, *ibidem*).

A professora Sandra Regina ressalta a “participação” dos moradores na escolha do local, aspecto que é justificado também pelo ex-prefeito Harry Daijó. O Projeto Memória da Cidade Nova que reafirma essa hipótese. O bairro não foi construído na primeira localização oferecida aos moradores das comunidades ribeirinhas. **A primeira localização foi a Vila Resistência na região do Morumbi, próximo do Bairro Portal da Foz, os moradores não entraram em consenso com o poder público local.** Então, num segundo momento, apareceu a área do atual Cidade Nova. Havia dessa forma duas opções, a Vila Resistência ou a área de glebas rurais próximas da subestação de Furnas, localidade que foi urbanizada do “zero”, pois não possuía a mínima infraestrutura para receber esse fluxo de pessoas.

Vamos demonstrar, como forma de conclusão dessa parte do texto, um conjunto de fotografias que explicitam **a metamorfose no espaço rural para o urbano** na construção do Cidade Nova e outros processos de “urbanização” da região. Abaixo uma

foto da ocupação desse território, no qual podemos perceber aspectos praticamente rurais da região.

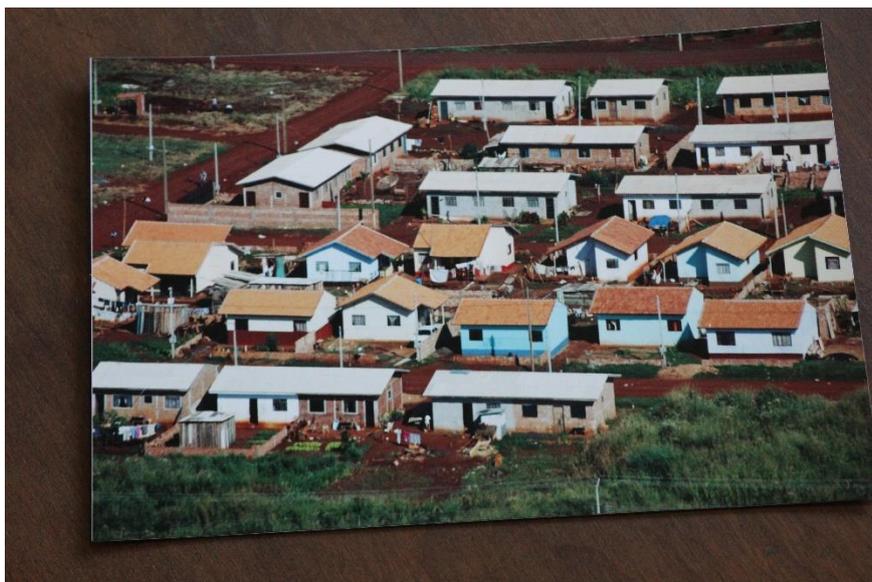
Foto: vista área das primeiras casas do Cidade Nova I



Fonte: Foto retirada do acervo pessoal do ex prefeito Harry Daijo.

A imagem 03 demonstra o início do loteamento do Cidade Nova I, área com aspecto agrários, praticamente sem urbanização. Nota-se uma imensa área verde, composta por pequenas plantações de soja no entrono das casas, revelando um vazio urbano. A topografia do Cidade Nova I é praticamente plana, essa localidade faz divisa com o Rio Mathias Almada, pequeno afluente do Rio Paraná. Área que é cortada de ponta a ponta pelos 425.000 metros quadrados por onde passam os linhões de transmissão de energia gerada pela Itaipu em direção à subestação de furnas. Observa-se três avenidas que cortam o loteamento em chão batido de terra. Nota-se a falta de instalação de energia elétrica, não se vê, nesse momento, postes de luz. Abaixo outra imagem focada no aspecto da construção das casas que eram germinadas.

Foto: Primeira concentração de casas do Cidade Nova I



Fonte: idem

É perceptível uma diferenciação significativa de recursos na construção dessas habitações populares, as moradias construídas via COHAPAR - geralmente são blocos de “kitnets” ou predinhos e possuem um acabamento diferenciado com telhado branco e forro como as da foto no Cidade Nova I. As casas da prefeitura via COHAFOZ são de telhas Eternit e sem forro como as do Cidade Nova II. Nessa foto é possível observar casas germinadas e casas minimamente espaçadas. Contudo, os primeiros moradores do Cidade Nova I sofreram com a total falta de infraestrutura no bairro, o chão batido dificultava a vida dos moradores, como conta Pedro Aparecido “a gente, para ir pegar o ônibus colocava sacola nos pés de tanto barro que tinha, chegava no serviço cheio de terra. A gente do Cidade Nova era conhecida pelos pés sujos”. A foto abaixo mostra a primeira linha de ônibus circulando pelo “bairro” no ano de 1998 em meio ao chão batido.

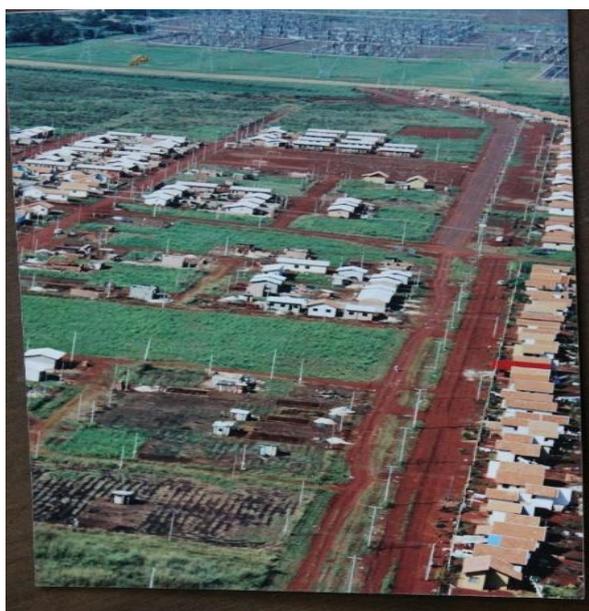
Foto: Primeira linha de Ônibus do Cidade Nova



Fonte: Ibidem

Por fim, o processo de urbanização da região pode ser visto na foto panorâmica, do início do ano 2000. Nota-se o Cidade Nova I a direita no mapa, praticamente consolidado, área que se expande sentido a Vila C. Enquanto a Cidade Nova II contava com vazios urbanos, ao fundo observa-se a subestação de Furnas, sentido no qual o segundo loteamento vai crescendo e ocupando essa faixa territorial.

FOTO: Cidade Nova I e II



Fonte: *Ibidem*.

Observa-se que as casas estão no meio dos linhões de transmissões de energia. É possível averiguar que até o início dos anos 2000, nem mesmo os cascalhos haviam sido implementados, o chão era de terra batida, fato que dificultava muito a vida dos trabalhadores. Muitas vezes impossibilitados de ir ao trabalho quando chovia muito.

Não negamos aqui que há milhares de sentidos e sentimentos particulares ou individuais nesse processo, porém nós pretendemos chamar atenção para aspectos de uma possível **identidade coletiva** gerada nesse processo. Portanto focamos nas narrativas que apontam para um **discurso em comum** sobre a historicidade da localidade. Há de fato experiências coletivas comuns que foram vividas e compartilhadas, em maior ou menor grau por esses moradores, como a violência no início, fruto da disputa entre quadrilhas rivais das áreas deslocadas, a dificuldade com o afastamento do centro e a falta de infraestrutura no Cidade Nova, assim como a participação na construção do Colégio Ipê Roxo e diversas lutas e mutirões em prol da “comunidade”. Devido ao nosso recorte o Cidade Nova foi rememorado nessa pesquisa, principalmente pelos problemas e dificuldades do início de sua formação, processo que aparece como um “trauma” coletivo ou uma ruptura em antigas relações sociais.

A divisão entre Cidade Nova I e II revela momentos distintos da chegada da população, processo que fragmentou diversas lutas, gerando duas associações de moradores, cuja tendência é que os moradores da parte de cima, a ‘I’ lutem por posto de Saúde na sua área, os de baixo lutem pelo posto de saúde na II, além de outras distinções entre essas localidades. Contudo, essa região se tornou o espaço pré-estabelecido para a construção dos conjuntos habitacionais populares e vem sofrendo nos últimos anos com um inchaço populacional nesse território, cuja a produção de infraestrutura não acompanha o número de pessoas que vai se assentando na região, ou seja, as remoções e múltiplas formas de expropriações não cessam, grandes fluxos populacionais estão sendo “transferidos” para esse espaço ainda hoje.

4.3 Segregação urbana: a proliferação de novos conjuntos de casas populares no espaço urbano de Foz do Iguaçu.

As diferentes frações da classe dominante lutam entre si para decidir o “destino” mais lucrativo das margens do Rio Paraná e da zona turística-3 (zt-3). Pensando nisso, observa-se que em algumas favelas da área central ou próximas dos cinturões turísticos há pequenas remoções estão em andamento. São inúmeros discursos que valorizam essa “retirada” de moradores, seja por motivos de segurança, de desenvolvimento econômico ou de criação de empregos para os trabalhadores que serão deslocados. Justificativas que já foram reproduzidas na década de 1990 na construção do Cidade Nova. Portanto, se trata de um “novo” projeto urbano de um velho tempo, movimento que está totalmente reinscrito no processo histórico atual, visando a revalorização de algumas áreas subexploradas. Na narrativa abaixo fica evidente a necessidade de “pressionar” o governo federal para disponibilizar recursos que visam desenvolver projetos nessa área e com esse movimento promover o **desenvolvimento local**:

Uma das razões da gente ter tirado as favelas daqui, era uma orientação do Ministério Público Federal, dizendo que nós teríamos que tirar se não eles iam mover uma ação contra o município, nos responsabilizando pelas ocupações irregulares. A beira do rio é área de controle federal, sofremos uma pressão federal. Tanto é assim que hoje o município teria que fazer projetos e programas em cima dos rios de foz, para pressionar o governo federal para que ele arrumasse recursos. (...) Eu aprendi lendo que nos países mais avançados o rio é o eixo mais importante da cidade, em Nova York, França todos os lugares que tem rio grande naquele eixo de beira de rio é o lugar mais valorizado. E o rio Paraná é um dos maiores do mundo e pega o Paraná e o Paraguai. Eu comecei a estudar a história de Foz, e descobri que a cidade teve 21 portos oficializados, que eram das madeiras de cascavel e região, e exportavam para Argentina tudo inclusive no marco das três fronteiras era tudo porto de madeira quem controla ali era os Salori, Slaviero, as grandes famílias paranaenses tinha porto aqui. (Harry Daijo, *ibidem*)

A ideia da exploração dessa região já estava posta na construção do Cidade Nova, que visava em um primeiro momento a retirada total daquela população, porém tal projeto não foi efetivado em plenitude e encontrou limites concretos externos e internos que já foram descritos. No entanto, destaca-se o caráter idealista da narrativa

acima, que toma como modelo de desenvolvimento as grandes cidades do centro do capital, como Nova York e Paris, forjando uma identidade na construção de uma semelhança para Foz do Iguaçu referente a essas capitais mundiais.

O discurso é o mesmo, a revitalização dessa área na margem do Rio Paraná em Foz do Iguaçu levará o município a um processo de desenvolvimento capitalista. Analogia típica de uma “burguesia” subalternizada dos países periféricos perante os capitalistas do centro. Especulações desse tipo, que são constantemente reproduzidas pelos veículos de comunicação e pelo empresariado local, buscam justificar e naturalizar suas ações, com as quais o amplo conjunto da vida social dos trabalhadores é atropelado. Todos projetos de “revitalização” ou “reurbanização” partem dos exemplos dos grandes centros financeiros e industriais do capital e ocultam, ou ignoram, as relações sociais ligada às práticas dos trabalhadores locais.

Esse projeto não foi efetivado no final da década de 1990, mas houve nesse período uma maior movimentação visando a retirada das comunidades ribeirinhas do centro urbano. Situação que ficou emperrada por quase uma década, aparentemente tal projeto havia sido “engavetado”. Mas, tais formulações voltaram com força no final dos anos 2000. Dentro dessa conjuntura ocorre a maior articulação política tecnocrática empresarial do município. Houve a associação entre executivos da Itaipu e empresariado local organizados na Associação Comercial e Empresarial de Foz do Iguaçu (ACIFI), Centro de Altos Estudos da Concienciologia (CEAEC), além de diversos representantes das universidades públicas e privadas do município, prefeitura municipal e dezenas de ONGs, OSCIP’S e sindicatos patronais.

Essa ampla articulação das classes dominantes locais resultou no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Foz do Iguaçu - CODEFOZ cujo lema é “grandes ideias uma só voz”. Esse aparelho privado de hegemonia visa construir o consenso no município no desenvolvimento de grandes projetos. Ação explícita que pode ser observada no próprio manifesto do CODEFOZ, publicado na revista da ACIFI:

Durante décadas, Foz do Iguaçu bateu cabeça na hora de pensar o seu próprio futuro. (...) A cada nova tentativa de reunir os moradores, ressurgia a importância de criar um ambiente inovador para abrigar os grandes debates comunitários. A cidade perdeu muito diante desse

cenário. Precisou entrar no clima do centenário para começar a construir o espaço em que faça jus à expressão da sociedade civil organizada. Esse lugar é o CODEFOZ! (...) Uma espécie de guarda chuvas das organizações públicas e privadas que representam a população iguaçuense” (Revista Acifi 2014 segunda edição, p.21)

Por mais que tal movimento tenha se organizado na política local, ele está dentro de uma ampla conjuntura que foi amadurecida nos anos 2000, a partir das políticas neodesenvolvimentistas, produzidas na onda da terceira via no país, tendo ramificações com o projeto do **social liberalismo**. Partindo de uma construção ideológica de uma suposta sociedade civil que é esvaziada do caráter de classe e produz supostamente demandas “neutras”, escolhidas por toda a sociedade. Há uma inversão de sentido na lógica das imposições, projeto que foi produzido pelas classes dominantes nos locais que dirigem o CODEFOZ, que tem se tornado um grande “partido” local. A partir de um discurso democrático esses grupos vão impondo seu interesse particular sobre o de toda a sociedade.

Constrói-se um espaço onde diferentes frações de classe constroem um suposto interesse comum que congrega as elites locais, ONG’S, diversas associações com CNPJ e representantes locais. Tal fusão é propiciada pelo sentimento da crise social e econômica vivida no município nos anos 2000, com ações que foram prejudicadas na ótica das elites locais pela falta de um “mínimo” consenso entre frações das classes dominantes. É nesse cenário que surge um aparelho privado de hegemonia que visa construir o sentimento de união pela salvação urbana e econômica do município.

Não é coincidência que palavras chaves como **empresariamento urbano, empreendedorismo competitivo e empreendedorismo urbano** sejam cada vez mais disseminadas nos veículos de comunicação local e nos discursos dos grandes representantes do setor empresarial do município, cujo objetivo central é atrair investimentos e capitais para a cidade, **sendo necessária valorização da localização do município como o lócus de regulação da provisão de infraestrutura das relações de trabalho, que são flexibilizadas pela fronteira e dos controles ambientais, e mesmo da política tributária face ao capital internacional**. Não nos cabe outra alusão do que uma das mais famosas analogias de Marx, partindo de Hegel ao descrever o devir histórico. “Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da

história são encenados, por assim dizer duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2007, p.25).

Voltando-se ao primeiro movimento da tragédia, basta resgatar a percepção do ex-prefeito Harry Daijó quando relata que faltou uma pressão política local ao governo federal para que os mesmos financiassem estruturas nessas áreas das margens do rio. A retirada dos moradores foi iniciada com a construção do Cidade Nova, visando a exploração daquela região, movimento que, como demonstramos, resultou num sentido de “tragédia” para as famílias deslocadas e simultaneamente para a “carreira” política do ex-prefeito, que foi dissolvida após seu primeiro e único mandato.

No entanto, tal movimento tardou, mas não falhou e retornou como “farsa”. À galope com os programas e grandes projetos de desenvolvimento, as elites locais se rearticularam e se reinscreveram para surfar na onda neodesnevolvementista, **visando a exploração daquela região**. A fruta foi amadurecendo nos anos 2000 e caiu no colo do então prefeito da época Paulo Macdonald que foi, coincidentemente, vice-prefeito e ex-secretário de obras da gestão de Daijó. Primeiro foram aliados, depois tiveram divergências políticas que culminaram na ruptura de Paulo com Daijó que abandonou ou foi expulso daquela gestão municipal, mas o fato é que houve uma ruptura. Nesse movimento se deu a “tragédia”.

Nas eleições dos anos 2000, Daijó buscou a reeleição e Macdonald foi o seu maior opositor disputando a cadeira municipal, nesse contexto quem acabou eleito foi Samis da Silva, filho de Dobradinho, marcando a volta da oligarquia “Silva” no comando político do município. Sobre esse processo há pouca coisa escrita e produzida, mas encontramos uma análise local no livro “Frentona atas e atos”, escrito por José Elias Aiex e Marcelino Freitas, autores de foram aliados em um certo momento de Paulo Macdonald e que compunham o bloco da oposição da família Silva:

A realidade política que se estabeleceu no município desde que a população voltou a escolher seus candidatos caracterizou-se pela presença de uma grande liderança populista Dobrandino Gustavo da Silva, que governou a cidade por duas vezes e elegeu seu filho Samis. A herança do estilo populista da família Silva se baseou no clientelismo e assistencialismo. (...) Ao final do governo de Samis a cidade padecia de uma grave crise social, a qual serviu de mobilização

da oposição, no sentido de fazer frente ao desafio de não deixar que os Silva continuassem no poder por mais quatro anos. Formou-se a Frentona no ano de 2003, fusão inicial de doze partidos, mas, que chega na disputa eleitoral de 2004 com uma coligação de dezessete partidos (AIEX & FREITAS, 2008, p.39).

No ano de 2003, ano que antecedia as eleições municipais de 2004, formou-se um grande movimento político, que se uniu para disputar o poder local com a **oligarquia** Silva, configurando uma ‘nova’ **guerra de posição local**, processo que eliminaria os Silva da cadeira municipal, tal movimento denominando de “frentona” indica um raro momento de **consenso** no cenário político do município entre diferentes frações de classe, bloco político que se reunia nas dependências de um hotel de luxo no centro do município. Foram feitas assembleias para escolher uma candidatura única pela frentona, na qual os representantes de cada partido escolheriam os candidatos. Nesse processo os mais votados foram Paulo Macdonald (PDT) e Dilto Vitorassi (PT). É importante descrever que um dos votos decisivos para que o candidato fosse Macdonald partiu de Harry Daijo, líder do PP no município, que possuía uma força desgastada, mas operante. Nesse momento as divergências foram deixadas de lado e reconstruíram uma **unidade de projeto que convergia para o desenvolvimento turístico e empresarial do município**.

Foi nesse período que desenvolveu como estratégia política a construção de um “sentimento” comum de unidade de amplos setores para retirar a cidade do “buraco” econômico e social, com o intuito de promover seu desenvolvimento. Nessa **correlação de forças** foi gerada uma consciência de crise aguda que produziu um patriotismo da cidade com ampla negociação entre diversos agentes públicos e privados. Porém, como sintetizou Marx ao analisar as revoluções burguesas na Europa, “tudo que é sólido se desmancha no ar”. No decorrer desse processo houve várias rupturas e disputas internas, no final dessa gestão restavam apenas nove partidos da fusão de dezessete. Alguns grupos acusaram o prefeito da época de “traição” do projeto inicial, tendência comum da simplificação do processo histórico sintetizado nesse argumento.

Paulo Macdonald se reelegeu em 2008, seguindo caminhos similares da gestão de Daijó, não à toa que o primeiro não mediu esforços para “apagar” politicamente os caminhos e trajetórias do seu antigo aliado em termos de gestão, que é em grande

proporção repetida. A gestão de Paulo Macdonald (PDT) é o retorno ao passado de artifícios políticos e econômicos de Harry Daijó. Se a primeira administração teve o tom de tragédia para os trabalhadores removidos e de abertura do campo para grandes projetos nessas zonas turísticas, a segunda vem como farsa, apresentando um museu de grandes novidades, onde podemos ver a acentuação de remoções e a potencialização de fusões públicas e privadas no município. A ampliação da financeirização de habitações populares agora empreendidas por projetos do governo federal, via Caixa Econômica Federal e a consolidação parcial da turistificação do espaço urbano teve os caminhos abertos na gestão de Daijó. O movimento é tão repetitivo que há uma dupla tragédia, idêntica na ruptura do então vice-prefeito Vitorassi com Paulo, como havia acontecido na gestão de Daijó. Aliás, essa tem sido uma “coincidência” corriqueira nas gestões municipais. Tirando as similaridades locais na forma de administrar empresarialmente o município, havia alterações substanciais na conjuntura do país.

Paulo Macdonald assumiu a cidade em um contexto propício para o “neo” desenvolvimento da vocação turística. Contudo, soube capitular o movimento da terceira via e conseguiu realizar o “pacto social” no município, obtendo simultaneamente forte apoio do empresariado local e congregando também setores “progressistas”, foi nessa **correlação de forças** que foi instituída uma mínima agenda “democrática e popular” com orçamentos participativos, criação de conselhos municipais com ênfase na assistência social e no incremento da filantropia mercantil desenvolvida pela PROVOPAR, a partir da ação da empresária Nanci Rafain.

Em síntese, incorporou-se de maneira subalterna entidades e associações populares que foram convocadas a legitimar a ordem, por meio da participação na gestão de recursos escassos. As reivindicações populares foram canalizadas em orçamentos participativos e conselhos locais que obtiveram forte papel pedagógico, pautas que foram fruto de lutas sociais se transformaram no discurso político institucionalizado, cujo a responsabilidade não era mais do poder público, mas das ONG’s, associações com CNPJ e OSCIPs, que deveriam resolver problemas sociais com magros percentuais destinados as questões sociais. As lutas sociais foram subalternizadas politicamente, incorporando setores progressistas à participação na gestão municipal.

Esse movimento “democrático e popular”, desconectado da classe trabalhadora, se tornou no discurso político no movimento da sociedade civil organizada, termo que

foi ressignificado pelas classes dominantes, que reproduzidos com total imprecisão apagam os lastros da ação empresarial na sua formatação. Nesse sentido, merecem destaque as articulações construídas pelo então vice-prefeito Chico Brasileiro do (PC do B). Figura carismática e influente entre a juventude, sindicatos patronais, de trabalhadores e nas associações de moradores de bairros populares, onde viu-se nesse período um grande cooptação de lideranças juvenis e comunitárias, a partir do discurso de ampliação do estado muitos militantes e movimentos foram incorporados as estruturas municipais.

Nesse movimento foram envolvidas lideranças de movimentos estudantis e populares, de associações de moradores e até mesmo do movimento hip-hop local. O discurso democrático e popular travestido da participação desses setores na pequena política, incorporados com as secretárias minoritárias ou a cargos comissionados na relação de gestão com o terceiro setor que possuíam fortes vínculos com as classes dominantes locais fundou a base de um “consenso” entre progressistas e neoliberais no município, abrindo alas para que muitos projetos e programas das classes dominantes pudessem de fato ser operacionalizado no município. Houve na gestão de Paulo Macdonald o maior aumento do preço de transporte de ônibus, foram realizadas muitas remoções de famílias, assim como outros elementos espoliantes da vida urbana no município.

Resgatando uma antiga entrevista realizada no ano de 2007 com Elizeu Piracelli, o “mano Zeu”, morador do Cidade Nova II, fala a respeito das remoções de favelas na gestão de Paulo Macdonald. O mesmo percebe a acentuação desse processo da retirada de moradores de suas localidades na perpetuação da lógica do processo de “desfavelamento”, ou melhor, na erradicação de favelas nos termos da propaganda da época:

Os políticos falam muito em erradicar favela, e erradicar para a gente, morador, significa destruir, e eu tenho um panfleto ai que tá escrito: Paulo Macdonald [prefeito de Foz] erradicou as favelas de Foz. Ele destruiu, tá ligado? Acabou. O que o cara fez aqui, ele destruiu, foi frio e calculista. Você tira os caras das “quebradas” deles, até tirou gente de barranca de rio, mas jogou aqui sem mercado, sem asfalto, sem saneamento, sem escola, sem nada. Cara, eles tinham que ter

preparado isso aqui primeiro, para trazer essa galera, e outra, cara, arrumar emprego para essa galera aí que está vindo, pelo menos para um de cada família. (...) A galera está sem *trampo* [emprego] jogada aqui no fim do mundo, longe de tudo, sem escola, aqui não tinha nada farmácia nada, não tinha um posto de saúde não tem até hoje calçamento, chove aqui fica tudo um barro. Então ele destruiu, ta ligado, tinha que ter pensado melhor daí. E por que, que ele fez isso, prá falar que acabou com as favelas, erradicou e tal. (Elizeu Piracelli, entrevista realizada em 08.12.2007)

O sentido de erradicação provém de um discurso sanitarista, utilizado quando combate-se uma doença, um vírus. O sentido de **desfavelização**, um dos nortes da campanha de reeleição de Macdonald, tinha um tom civilizador da população, embora em muitos casos a melhoria estava restrita ao acesso de uma moradia popular, com ela ainda vinha um ônus de pagar aluguel social, água e luz. Essas moradias populares, praticamente em sua totalidade, foram construídas nos rincões da cidade, áreas “mistas” com aspectos “semirurais”, localidades que não possuíam a mínima estrutura urbana, com antigas glebas de terras rurais improdutivas localizadas na periferia da cidade. A história se repete como farsa. Parcela significativa da população viveu uma reatualização do Cidade Nova.

O projeto de habitações populares tem sido desde a metade da década de 1990, encaminhado da seguinte forma na cidade de Foz do Iguaçu:

- Iniciativas do poder público em fusão com as incorporadoras do setor privado de construção, nas quais as habitações aparecem como uma ação social desenvolvidas por meio de um aluguel “social”, gerado pelas autarquias como o COHAPAR - Companhia de Habitação do Paraná do governo do estado, ou pelo cadastro social realizado no município pelo COHAFOZ- Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu da prefeitura municipal;
- Outras moradias populares são realizadas com recursos do PAC, via governo federal, como o programa “Minha Casa Minha Vida”, de baixas e longas parcelas de prestações de financiamento de casas via Caixa Econômica Federal. Em todos os casos citados, o papel da iniciativa privada é central, levado a cabo

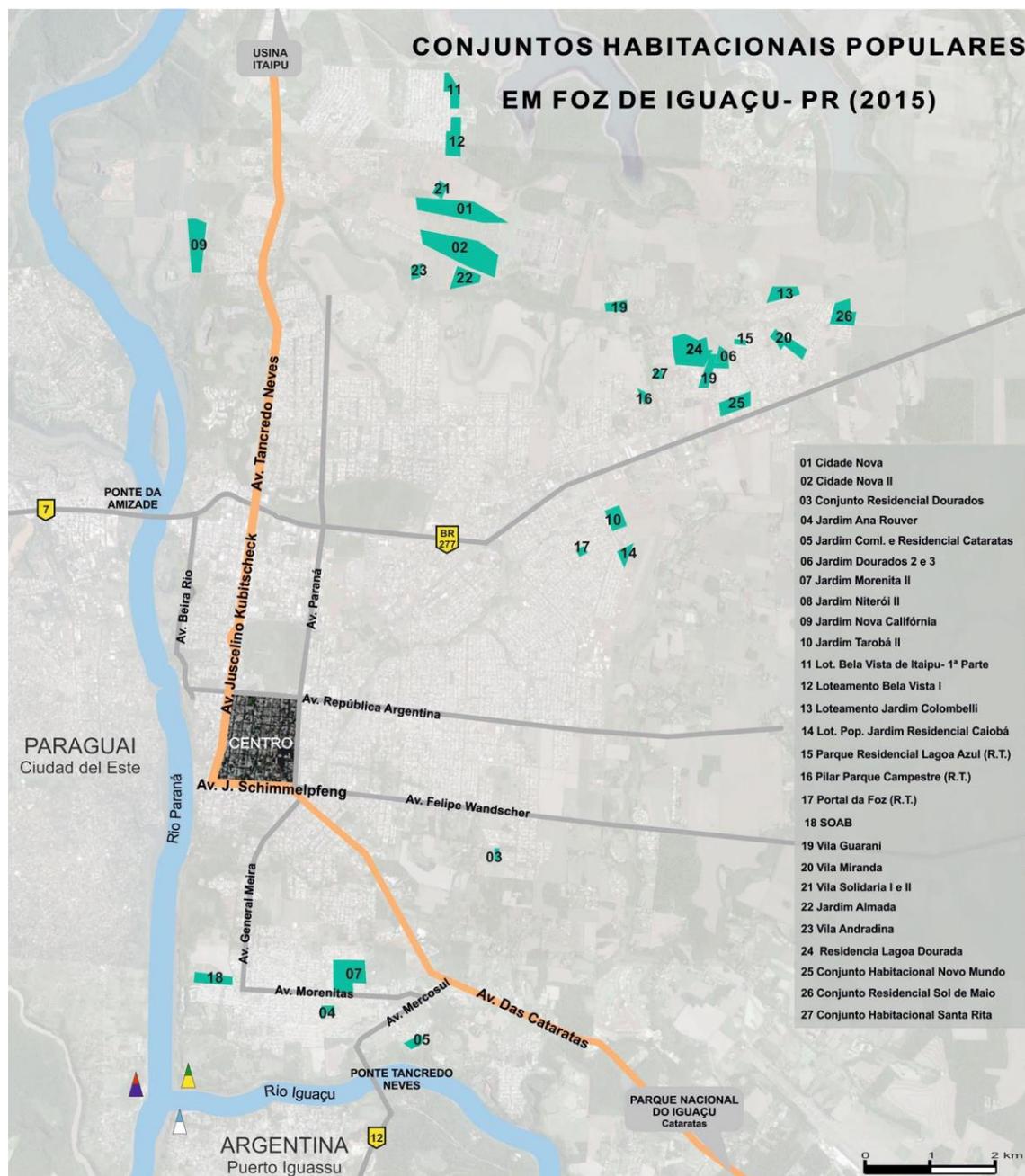
por meio de empréstimos bancários, terceirizações de construções de casas populares e pela abertura de novos loteamentos imobiliários por toda cidade.

- Por fim, não podemos esquecer do papel da população local nesse processo, que se organiza e manifesta suas ações por meio de mobilizações, mutirões e reivindicações por moradia, mas principalmente a partir das ações de “invasões” em lotes urbanos, criando a demanda da habitação formal, ainda que assentada de um aspecto subversivo.

Constata-se que as construções de casas populares se concentram em duas regiões da cidade. Na faixa territorial entre a zona norte (Vila C) e a região Nordeste (Três Lagoas), localização onde foi construída o Cidade Nova I, que possui seis novos conjuntos populares em seu entorno além do Cidade Nova II, que são respectivamente: Vila Solidária I, Vila solidária II, Almada e Andradina. As últimas foram construídas na gestão de Paulo Macdonald. Desse modo, moradores que viviam nas mediações de favelas em áreas centrais e também em cortiços próximos da antiga rodoviária, além de dezenas de outras favelas que foram removidas como a Favela da Passarela próximo da Vila C “Velha” e dezenas de localidades na região do Morumbi, Campus e Jardim São Paulo foram “deslocadas” para essa região que já concentra em grande proporção as camadas de baixa renda, caracterizando um “novo” movimento, que na verdade é uma expansão e radicalização da **segregação socioespacial, entendido como a concentração da camada de baixa renda nessas regiões.**

Esses novos conjuntos expandidos formam um novo cinturão periférico no sentido da região de Três Lagoas, que é a região que mais possui novos conjuntos de habitações populares, onde destacam-se: Conjunto Habitacional Gleba Guarani, Lagoa Azul, Lagoa Dourada, Conjunto Habitacional Novo Mundo, Conjunto Habitacional Sol de Maio, Conjunto Habitacional Vila Miranda, Conjunto Habitacional Santa Rita e Conjunto Habitacional Tucuruí. O mapa 10 apresenta a concentração desses conjuntos populares nessas duas regiões:

MAPA 5- NOVO CINTURÃO PERIFÉRICO FORMADO A PARTIR DE PROGRAMAS DE HABITAÇÕES POPULARES.



Fonte: Mapeamento feito pelo autor em trabalho de campo. Mapa confeccionado por Nicolas Pereyra (2015).

Observa-se a concentração dos conjuntos das habitações populares no entorno da área do Cidade Nova, na região Norte da Vila “C”-R-2. Nota-se a segregação espacial dessa população de baixa renda, distante do centro comercial e financeiro e dos principais cinturões turísticos. Outra região que congrega um grande número de conjuntos de habitações populares é a região Nordeste, de Três Lagoas R-1. O grande conjunto formado ou “reurbanizado” pelos projetos de habitações populares, caracteriza um novo quadro urbano de “reurbanização” no município, que revela um espaço

visivelmente extirpado entre as concentrações de recursos e das classes sociais. Os moradores do Cidade Nova expressam preocupação com a chegada permanente de novas famílias nessa região. Como expressa Elza Mendes que está vendo a história se repetir:

No Loteamento Andradina são mais 80 famílias, no Almada serão 420 famílias, que devem chegar até fevereiro que é a previsão de que todas famílias estejam aí. As Vilas Solidaria vieram mais 120 famílias, essas já estão inseridas dentro do contexto escolar na cidade nova, nós estamos voltando para época que o Cidade Nova foi fundado e as pessoas foram chegando de qualquer jeito, onde não tinha escola faltava ônibus e tudo mais. A infraestrutura do Cidade Nova não vai comportar todas essas famílias, faltam vagas no posto de saúde, no colégio e creche. Nós vamos viver uma catástrofe social, financeira, escolar, psicológica e cultural (Elza Mendes, *idem*).

Esse novo fluxo populacional foi se assentando na região nos últimos anos e os moradores do Cidade Nova se queixam que a infraestrutura urbana não foi ampliada e do déficit de serviços públicos na região, mas a tendência é que a coisa piore. O deslocamento dessas famílias para essa área demanda a construção e ampliação dos equipamentos sociais. Aquela velha contradição já assinalada: não constroem as casas populares em áreas urbanizadas ou em localizações cujo equipamentos públicos estejam minimamente desenvolvidos. Como temos demonstrado nessa pesquisa o deslocamento de moradores altera amplo conjunto da vida social e gera cenário de tensão e ameaças de novos conflitos na região se reconfiguram.

Constata-se que há uma certa “continuidade” na produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu, visto que historicamente a região da Vila C foi formada por uma antiga vila operária construída para abrigar os homens e mulheres que trabalhavam na Usina de Itaipu. E a região para Três Lagoas foram removidos os primeiros atingidos pela construção da barragem da hidrelétrica, região que também congrega as três penitenciárias do município, duas estaduais e uma cadeia pública municipal. Essa é a região menos valorizada do município, na qual antigas glebas improdutivas de terra foram transformadas em lotes populares e congrega hoje uma gama de moradores

removidos do centro ou que saem de outras regiões periféricas as vezes até de forma espontânea, pelo cadastro do FOZHABITA para viver nesses conjuntos populares.

Não são construídas habitações populares em áreas centrais, ou nas áreas dos cinturões turísticos, exceto o caso da antiga Favela da Guarda Mirim e Vila União localizadas na região da Vila Yolanda, que foram transformadas quase em sua totalidade em cinco blocos de “predinhos” populares produzido no ano de 2005 pelo COHAPAR. Moradores que resistiram desde o final da década de 1970 para não serem removidos dessa localidade. Outra favela que teria como destino a região de Três Lagoas é a “Favela da Mosca”, localizada na região do Jardim São Paulo, os moradores conquistaram sua permanência no local e desde o ano de 2013 a antiga favela é transformada em 3 blocos de “predinhos” nos moldes parecidos da Favela da Guarda Mirim. Tirando a exceção desses dois casos, que permaneceram em outras regiões, o destino quase certo dos moradores de favelas removidas é para o novo cinturão periférico entre a R-1 e R-2.

A construção de habitações populares é preestabelecida pela lógica da especulação imobiliária do município e pelo **planejamento estratégico** da cidade voltado a um modelo empresarial do uso do solo urbano, articulado ao setor turístico no município. Não pretendemos partir de um movimento teleológico – do desenvolvido histórico cuja finalidade absoluta está em segregar os trabalhadores nessas duas regiões -, pois houve e possivelmente haverá conflitos, tensões e contradições nesse processo, porém, é inegável que na correlação de forças entre a luta no espaço urbano entre classes sociais, tende a se sobressair a perspectiva do empresariado no comando do mercado imobiliário sobre os trabalhadores. O mercado formal de habitação é um fator determinante e estruturante no tecido urbano, ainda que não seja de forma absoluta, uma vez que nem mesmo os grupos poderosos guiam de forma definitiva os caminhos da história.

A reestruturação urbana defendida e propagandeada pelas classes dominantes locais vai se realizando lentamente na cidade de Foz do Iguaçu e se associa à perspectiva neodesenvolvimentista no pressuposto de que o desenvolvimento de infraestrutura nessas regiões será simultaneamente o desenvolvimento dessas comunidades locais, mas ao contrário, acabam mesmo que de forma não “intencional” apreendido pelas classes dominantes. Esse movimento gera o aumento do valor do solo e do custo de vida, situação que se agrava num período de combate violento às práticas populares e “informais” de sobrevivência na fronteira e ainda perpassa a outras relações,

como no impedimento da criação de animais nessas localidades de habitações populares e também na restrição de pequenos plantios nas regiões que recebem esses investimentos.

Esse aspecto é essencial, logo as classes dominantes partem de uma perspectiva de um programa teoricamente “democrático e popular” de habitação associado a um movimento maior junto ao governo federal, o desenvolvimento é sintetizado pelas obras e investimentos na infraestrutura que no aspecto local se realizam com o projeto Beira-Foz, a construção da segunda ponte, pela melhoria aos acessos diminuindo o tempo de deslocamento aos atrativos turísticos e pela constante inauguração ou reinauguração de aparelhos turísticos.

O neodesenvolvimento e a estratégia democrático e popular se apresentam como um discurso capitalista socialmente responsável, preocupado com as populações vulneráveis e interessado no fomento da economia local. Todavia nunca é demais perguntar - **o que se desenvolve no neodesenvolvimento?** O capitalismo e a sua lógica continuam os mesmos com acumulação de capital de pequenas parcelas da população através da extração de mais valia relativa e absoluta dos trabalhadores. Há a articulação de uma ideologia de que todos são beneficiados por esses investimentos governamentais, acumulação que se realiza na velha e nova forma de expropriação, alterando as formas de vida da classe subalterna e se perpetua o ciclo histórico da contínua exploração.

Do ponto de vista da cidade de Foz do Iguaçu, refundada no pensamento único de cidade turística, produzida e comercializada como uma mercadoria de luxo, fica evidente que esse processo se constitui na negação radical do “direito a cidade”, consolidada na restrição do espaço público, político e na extirpação das classes subalternas das áreas de interesses econômicos e turísticos. Predomina-se a lógica produtivista, como lembrava Marx (1989, p.218), há um enunciado secreto nas portas das direções das grandes empresas, dos grandes laboratórios e do conjunto do setor produtivo capitalista que está escrito, “*no admittance except on bussiness*”, ou seja, “não é permitido entrar exceto para a realização de negócios”.

Essa lógica que está em pleno desenvolvimento no município com a abertura para grandes negócios, investimentos e empreendimentos internacionais e que se consolida junto a uma cidade segregada, com novas espacializações voltadas, simultaneamente, para a concentração de capitais e a extirpação dos trabalhadores dessas regiões, configurando uma utopia da cidade capitalista de separar a cidade das

classes dominantes e turistas de alta renda dos moradores e visitantes de baixa renda. Nesse cenário resta aos trabalhadores enfrentar esse caminho, desconstruir esse simulacro oficial e ousar construir outro projeto de cidade no meio dessa turbulência toda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problematização que orientou esta pesquisa se concentrou no processo de transformação urbana na cidade de Foz do Iguaçu, consolidada como um dos principais destinos turísticos do país. Partimos da perspectiva de que o espaço urbano é um produto socialmente produzido. A cidade é um produto de uma relação social, **produto que oculta o processo de sua produção**. A partir dessa concepção do espaço social foi possível inserir esse estudo na lógica do materialismo histórico e sua relação com as **classes sociais**.

Neste sentido, a pesquisa explorou as contradições que permearam o processo de produção e apropriação do espaço urbano de Foz do Iguaçu, identificando suas **metamorfoses até o desenrolar do processo atual de turistificação do espaço urbano**, o que possibilitou a identificação dos múltiplos sujeitos históricos envolvidos nesse processo. Assim, partimos do pressuposto de que os seres humanos não fazem sua história como querem.

A ação humana ocorre, sempre, sob certas condições que lhe são herdadas, no qual homens e mulheres constroem suas trajetórias em vidas, mas sobre determinadas situações em que se encontram como uma **materialidade inerte**, constituída pela antiga ação de outros seres humanos. Deste modo, produzimos uma análise com uma perceptiva diferente da utilizada na pesquisa que desenvolvi na conclusão de curso de graduação.

Na ocasião, centrei a atenção no escutar, partilhar e conviver, somente com os valores construídos a partir das classes subalternas - trabalho de campo, história oral e sua experiência acerca do viver urbano na cidade. Enfim, exploramos outros olhares sobre os processos vividos na cidade, a partir dos moradores de periferias e favelas locais. Todavia, tal perspectiva, em grande medida, desembocou na hiper-valorização das experiências sociais dos de “baixo”, visão que não pode ser desarticulada das estruturas sociais e econômicas. Contudo, esses caminhos e descaminhos anteriores contribuíram para um salto maior com a realização da dissertação do mestrado.

Ao fazê-la dessa forma, reproduzimos uma posição limitada acerca da autonomia desses sujeitos sociais. Por isso, consideramos que essa atual pesquisa traz avanços, pois, tentei articular a estrutura social com a base econômica na tentativa de produzir uma análise onde os objetos e sujeitos sociais possam ser pensados em uma ótica totalizante da sociedade.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo central foi o de **espacializar** os processos sociais, articulados aos diferentes níveis do agir político e aos respectivos movimentos do Estado, das frações das classes sociais e da própria ideologia. Visei mostrar como era, como é, e como tende a ser a urbanização de Foz do Iguaçu, Paraná.

Para tanto, inventariamos a produção do espaço urbano na cidade e analisamos as intensas transformações experimentadas por ela. Num primeiro momento conclui que: **não existe transformação social sem o envolvimento do espaço, e não existe a transformação do espaço sem a transformação social.** Dentro dessa relação social dialética, combinamos as diversas e “novas” ações dos sujeitos históricos em determinados períodos com as ações herdadas, na formação e produção do espaço urbano.

O ponto de partida dessa análise foi o impacto ou a “herança” histórica deixada no município e seus reflexos socioespaciais por meio da intervenção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Momento de rupturas de antigas relações sociais e abertura de um novo ciclo histórico. Confirmamos esse consenso por meio de um amplo diálogo com a historiografia local. Sobre diferentes perspectivas, a construção e instalação da Usina de Itaipu aparece como marco temporal da geração de um novo momento histórico vivenciado no município.

Tal situação, traz novos elementos para a luta de classes na cidade de Foz do Iguaçu, onde diferentes frações lutaram e disputaram a direção intelectual-moral desse processo. Em nossa percepção a associação do desenvolvimento econômico local, combinado ao discurso de desenvolvimento do turismo é a síntese histórica desse processo conflitivo, cujo salto é a construção do mito da cidade vocacionada ao turismo, posição que precisou lutar e disputar com outras concepções de cidade para se consolidar. É possível afirmar, como demonstramos ao longo dessa pesquisa, que, após **a instalação da Usina de Itaipu, o turismo tornou-se a atividade econômica que passa a ser concebida como predominante na cidade.**

Como alertava Gramsci (2000 p.13), “há um processo de formação de um mito, de uma determinada **vontade coletiva**, para um determinado fim político (...) que visa

dar uma forma mais concreta às paixões políticas”. Ao consideramos a vocação para o turismo um **mito**, isto é, uma ideologia política - a criação da fantasia concreta que funciona como um instrumento de poder, dá a aparência de natural e justifica essa concepção de projeto da cidade.

No caso de Foz do Iguaçu, a elaboração dessa vocação e sua manifestação é concreta e pode ser constatada a partir dos aparelhos públicos e privados de hegemonia. Esse discurso síntese é o ponto em comum entre os documentos oficiais produzidos pela Prefeitura Municipal desde a década de 1980, pelos livros escritos pelas famílias tradicionais locais desde os anos 70 e também pelos principais veículos de comunicação até a atualidade. Em outras palavras, **por trás da ideia de vocação turística há um materialismo absoluto.**

Na constante tarefa de legitimar esse projeto de cidade desejada como um ideal hegemônico foram elaboradas formulações unitárias e coerentes da realidade, fundamentadas tanto na produção de conhecimento, quanto em pareceres técnicos que não são neutros ou desvalidos de interesses, financiados por setores dominantes na tentativa de generalizar Foz do Iguaçu como a cidade do turismo. Analisamos planos diretores e uma série de documentos oficiais que indicam o **urbanismo como uma doutrina**, isto é, uma **visão de mundo** que interpreta os conhecimentos parciais e, a partir de pareceres técnicos, justifica suas aplicações em benefício de “toda” a cidade.

Posição que hoje aparece como consensual pelas associações comerciais e empresariais do município. No entanto, foi somente a partir da metade da década de 1980, que foi transformada em **vontade coletiva**, com o retorno das eleições municipais em 1985. Contudo, houve no ano de em 1984 uma pequena elaboração desse programa político, produzido durante o curto período de transição dos prefeitos nomeados para a volta das eleições municipais direta, momento em que assume a cadeira municipal o empresário Wadis Bienvenutti, na época presidente da ACIFI. Momento em que se caracteriza a apropriação do setor empresarial local na direção política municipal, afastando minimamente a influência exógena de Itaipu.

Encaramos esse período como um novo ciclo histórico em que se altera as correlações de forças na cidade. Dentro desse contexto, foi elaborado um relatório de atividades dessa gestão, no qual constatamos elementos centrais da construção de uma plataforma da **vocação turística**. Tarefa que é material e simbólica da cidade, que deveria ser remodelada, tendo o seu espaço urbano reestruturado a partir de obras de higienização, construção de infraestruturas, ampliação e modernização da rodoviária e

construção de moradias populares com a retirada de moradores de favelas de áreas estratégicas para a exploração do setor turístico ou econômico, acompanhado da introjeção desse imaginário na consciência coletiva por meio de atividades com os “pioneiros” da cidade na biblioteca municipal e na elaboração de materiais iconográficos que visavam destacar para a comunidade local a importância da atividade turística.

Demonstramos que foi esse cenário de guerra de posição local que marcou a passagem de uma consciência coletiva que começava a ultrapassar uma fase elementar-corporativa, ligada às famílias “pioneiras” do município, para ser generalizada para outros segmentos sociais. Como sintetizou Henry Lefebvre, “se considerarmos a cidade como obra de certos agentes históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, do grupo ou dos grupos e seu produto” (LEFEBVRE, 2001, p.54).

Qualquer pesquisador comprometido que comparar o relatório de atividades dessa gestão de transição de Wadis Bienvenuti, com qualquer programa político municipal atual, ligado às frações dominantes observará que não há grandes contradições. O projeto hegemônico está dado - acumular capital a partir do desenvolvimento do setor de serviços no município, ancorado no setor turístico e transformar o espaço urbano para que essa atividade possa ser expandida, com a criação de novos atrativos, potencializando a exploração de localizações estratégicas a partir da **segregação urbana** - que foi constatada em nossa pesquisa a partir da concentração de recursos nos três principais cinturões turísticos.

Nas duas zonas turísticas consolidadas, ZT-(1) e ZT-(2), encontram-se a concentração/**segregação** da parte essencial da infraestrutura turística do município. Processo que denominamos de **turistificação do espaço urbano, que consiste no deslocamento de infraestruturas e na concentração de recursos, atrativos, serviços, e centralização também dos turistas com grande poder aquisitivo que se instalam nos hotéis e resorts de luxo, vivendo um intenso processo de exploração e expansão capitalista.**

Essas são as duas áreas consolidadas como território “turístico”, região que não dependeu de grandes “remoções”, mas do isolamento da Avenida Morenitas, no Porto Meira, que mesmo “fisicamente próxima” não se conecta por nenhuma via arterial diretamente a essa região, caracterizando uma fase bastante desenvolvida do processo

de segregação urbana e na invisibilidade das comunidades mais pobres. Mesmo próximas, essas comunidades não impedem o desenvolvimento do turismo nessa região.

Concluimos que a maior proximidade das classes dominantes aos trabalhadores e bairros populares não nega a existência de segregação, uma vez que a apropriação de recursos no espaço se dá de forma diferenciada - **segregação não significa exclusividade da classe dominante ou das infraestruturas turística nesses territórios, mas significa sua predominância nessa região mais do que em qualquer outra região da cidade.**

Por isso, talvez nossa contribuição sobre esse processo esteja na observação de que é equivocada a ideia de que a terra urbana não possui um valor ou que não é possível controlar sua oferta. Esse processo ocorre fundamentalmente a partir da aglomeração de pessoas, da concentração de serviços e ações que visam a homogeneização de territórios. Essas são medidas que potencializam as localizações de interesse capital das frações de classes dominantes locais. **No caso específico, as Cataratas do Iguaçu e sua capacidade de fazer com que diferentes elementos se relacionem entre si, como transporte, mercadorias, pessoas e capitais, a concentração desses elementos é uma das principais formas de valorização do solo urbano na cidade de Foz do Iguaçu.**

É assim que o funcionamento da sociedade urbana capitalista metamorfoseia seletivamente os lugares, afeiçoando-os as suas exigências funcionais. Dessa forma, certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e localizações específicas mais valorizadas. Contudo, a reprodução de capital no espaço necessita sucessivamente de expansão territorial, na qual a tendência que essa região se desenvolva até a ZT-(3), área ainda não consolidada no processo de **turistificação**, mas que tende a ser efetivada a partir da execução dos grandes projetos urbanos, como a construção do megaempreendimento **Beira- Foz e da segunda ponte que ligará Foz do Iguaçu à cidade de Puerto Franco-PY.**

Essa zona turística inicia na Avenida Beira Rio e percorre toda margem do Rio Paraná até o Marco das Três Fronteiras. A efetivação de tais empreendimentos é concomitante com a remoção de aproximadamente duas mil famílias nessa região. Deste modo, afirmamos que, as “novas” perspectivas teóricas que indicam o fim do capitalismo e que o processo de expropriação foi superado após a chamada fase de acumulação primitiva de capital, são totalmente equivocadas. **As expropriações constituem um processo de permanente condição da constituição e expansão da**

base social capitalista e que longe de se estabilizar se aprofundam na sociedade contemporânea. A realização desses grandes projetos urbanos é indissociável das distintas formas de expropriações das comunidades ribeirinhas locais.

Definitivamente os seres humanos não fazem a história como querem! Nem mesmo os mais poderosos podem guiar ou decidir de forma absoluta os caminhos da história e do desenvolvimento urbano, uma vez que, desde o ano de 1977, frações das classes dominantes tentam remover sem êxito as comunidades ribeirinhas dessa região. Posição que foi atribuída por parte significativa da historiografia local, ao caráter de “resistência” dos moradores em permanecerem nessa região. Não negamos essa hipótese, mas acrescentamos outras variáveis na permanência local dessa população nas margens do Rio Paraná, relacionadas a relação de dependência econômica do município ao contrabando, atividade que movimenta importantes cifras na região e possui nas barrancas do rio importantes fluxos de capitais e mercadorias.

Interpretações coerentes, que foram escritas sobre a cidade e a região apontam para a relação de **dependência histórica e do desenvolvimento local em relação as práticas do contrabando** (SOUZA, 2009; CARDIN, 2010). Focando nos aspectos formais e políticos, se evidencia uma dependência do município em relação a Itaipu Binacional (CATTA, 2009). Da síntese dessas produções, articulados a nossa pesquisa, podemos chegar à seguinte conclusão: **Diante dos limites de acumulação de capital impostos pelas práticas ilegais e pela política estatal tornou-se necessária a construção e o fortalecimento de uma terceira via onde “todos” possam lucrar e se beneficiar.**

O turismo representa uma síntese forçada que disputou com essas concepções de “cidade” e se sobressaiu, não sem prejuízos. No atual cenário, a atividade turística realiza uma mediação entre essas duas posições “superadas” no discurso - a Cidade Empresa de Itaipu e a Cidade do Contrabando. Porém, essa mediação está sempre sujeita às alterações dos fluxos de expansão do capitalismo e da instabilidade característica nas relações comerciais na fronteira. Por este motivo, essa atividade necessita de movimentos mais ou menos significativos de renovação: novos atrativos, novas localizações, imagem renovada, que alteram a produção do espaço urbano.

Contudo, o turismo e sua vocação é um produto ainda inacabado, concepção que sofre e sofreu inúmeros abalos, o que ainda a caracteriza como **visão de mundo que carrega elementos desagregados e ocasionais**. Basta observar o refluxo ou a dissolução parcial desse imaginário quando a cidade de Foz do Iguaçu foi associada

nacionalmente e internacionalmente ao contrabando no início da década de 1990 e ao terrorismo durante os primeiros anos do século XXI.

De forma paradoxal, o crescimento do circuito sacoleiro também beneficiou o turismo; benefício que foi mais quantitativo do que qualitativo, observado na expansão dos meios de hospedagens e no aumento do fluxo de pessoas na cidade. Todavia, a maioria dos meios de hospedagens que surgiram nesse processo eram simples, hospedavam por um curto período de tempo sacoleiros e laranjas de outras localidades, ou seja, garantiam a permanência de trabalhadores em sua maioria ‘pobres’ na cidade, mas, que de alguma forma promoviam a circulação de capital na região. Não eram usuários solventes que desfrutavam dos grandes hotéis e dos principais atrativos turísticos, mas, que também “aqueciam” a economia local.

Esses pequenos e médios meios de hospedagens estavam localizados na Vila Portes e da Avenida “JK” nas mediações da Ponte da Amizade, muitos dos quais funcionavam e/ou funcionam como meios de estocagens de mercadorias. Como demonstramos nessa pesquisa a cidade cresceu nessas décadas nas mediações da fronteira com o Paraguai e não no sentido das zonas turísticas. No período de auge do comprismo, como forma de escamotear a associação do desenvolvimento local com o comércio de mercadorias contrabandeadas, criou-se o termo “**turismo de compras**”. Esse elemento revela a resignificação do “contrabando” pelas associações comerciais e empresariais do município, posição forte demais para ser combatida ou superada.

No final da década de 1990, os sinais de esgotamento dessa atividade eram visíveis, processo conflitivo que envolve políticas federais de controle e repressão a essa atividade. O discurso da vocação turística é reciclado, ancorado no sentimento de “crise” social e econômica em que se encontrava o município, comércios fecharam dos dois lados da “ponte”, um fluxo importante de capital não circulava, prisões aos ônibus de “sacoleiros” aumentaram. O turismo ressurgiu como salvação e alternativa de desenvolvimento local, se desassociando do passado do qual se beneficiou. Repaginada, a vocação turística se reinscreve no processo, criando um discurso-pátria da cidade “o turismo nas Cataratas do Iguaçu como salvação” do município. Tratava-se, no entanto, de uma velha ideia para um novo tempo. **Desse processo foram geradas atividades de planejamento estratégico que promoveram a turistificação do espaço urbana nos corredores turísticos, próximos ou que se conectavam as Cataratas do Iguaçu.**

Em síntese a história de Foz do Iguaçu é a história da tentativa de construção de uma verdade, a de que o município encontra no turismo sua vocação

econômica, em momentos de conflitos esse discurso cresce como um tom de “amor” e salvação da cidade, em um período mais estável associa essa prosperidade das elites locais as visitas de turistas aos principais atrativos turísticos. Contudo, esse “mito” ainda precisa ocupar outros espaços e o imaginário de outros segmentos da sociedade local, principalmente dos trabalhadores brasileiros que trabalham no Paraguai.

Em meados do Século XXI, viu-se a impulsão do setor turístico, altera-se o padrão dessa atividade. “A vocação turística” se alimentou e se beneficiou do discurso e da prática neodesenvolvimentista e garantiu à permanência e ampliação de políticas públicas-privadas, o que fortaleceu a produção de novas infraestruturas no espaço urbano, financiados por meio do governo federal via (PAC) e (BNDS). Assim, observa-se um período de expansão do capitalismo na fronteira, promovendo simultaneamente situações de “alívio” e esperança frente a uma parte da sociedade local que acredita ou se beneficia desse “desenvolvimento”. Acompanhando esse ciclo, constata-se a diminuição da população local, sobretudo da população jovem que migrou para outras cidades em busca de emprego, camada que tinha sobrevivência atrelada no município direta ou indiretamente com o circuito sacoleiro.

Sobre esse processo, a seguinte analogia pode ser elucidativa - O capitalismo age como um rio que vai criando volume e ocupando espaço, derrubando alguns obstáculos e se desviando de outros. Todas as vezes que propositalmente se tenta obstruir seu curso natural, é preciso criar formas de vazão para ele continuar seu curso rumo a sua expansão, caso contrário o volume d’água se torna tamanho que nenhuma barragem, nem mesmo a de Itaipu, é capaz de suportar. Como um rio que se alimenta das chuvas, de nascentes e de seus afluentes para trilhar seu caminho e superar seus limites, o sistema do capital se nutre daquilo que encontra, garantindo seu crescimento/acumulação e sua própria reprodução/manutenção.¹⁷⁹ Tal analogia nos permite entender **a produção capitalista no espaço e sua expansão para regiões ainda não exploradas ou subexploradas.**

Essa produção do espaço é uma potencialização da exploração econômica dessa região, um duplo processo de concentração de capital e das classes dominantes, o que definimos a partir do referencial teórico utilizado no texto como processo de **segregação**, que altera todo o uso social desses territórios. A partir dessa articulação

¹⁷⁹ Essa analogia foi pensada e escrita em conjunto com o meu orientador Eric Cardin na elaboração de um artigo apresentado no V SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA PLATINA na UFGD, texto que pode ser visualizado nos anais do evento.

entre a ação das classes sociais e o espaço urbano, **concluimos que: a segregação urbana é o estratagema fundamental para que a classe dominante potencialize sua força nessa disputa pela apropriação das localizações estratégicas.**

Processo que é mais complexo do que parece, pois, da unicidade e da “irreprodutibilidade” de localizações estratégicas como as Cataratas do Iguaçu, *Rio Paraná* e outras paisagens naturais, no qual floresce a disputa pela sua apropriação, se manifesta a **luta interclasses**, que não está restrita as elites locais, uma vez que a produção do espaço na região fronteira está cada vez mais associada a grandes multinacionais. Preposição que foi demonstrada na elaboração dos grandes projetos urbanos que são formulados por investidores e escritórios internacionais.

Assim, conclui-se que: a **produção do espaço urbano na região atinge seu ponto mais desenvolvido de sua história cuja “natureza” matéria prima do espaço, tende a estar ameaçada por essa apropriação, cujo a criação de atividades de lazer e turismo tem obtido “sucessos colossais” inseridos na lógica do mercado mundial de produção de cidades “eventos”, ciclo que o município se insere com força.**

Tal ação no município, só se realiza pelo processo de **segregação** e sinaliza para uma tendência urbana que pode ser visualizada nas principais metrópoles do país¹⁸⁰, onde produziu-se um amálgama constituído pela concentração da área de serviços, comércios e residências de alto padrão, que concentra simultaneamente o poder econômico. O que explica o fenômeno urbano do deslocamento das elites para áreas afastadas e, simultaneamente, a criação de novos “centros” e dissolução do centro antigo. No caso de Foz do Iguaçu esse movimento se caracteriza na extirpação dos trabalhadores e moradores de baixa renda dos cinturões turísticos. **Não existe fórmula nova de expansão capitalista no espaço, ela ocorre a partir de diferentes formas de expropriação.**

A reforma urbana defendia por setores das classes dominantes locais e que vai sendo aplicada em Foz do Iguaçu se associa ao discurso neodesenvolvimentista do governo federal, que é pensado como resultado de construção de infraestruturas representados pelos grandes projetos urbanos de “revitalização” da avenida Beira Rio e pela construção da segunda ponte ligando Foz do Iguaçu a cidade de Porto Franco-PY.

¹⁸⁰ No caso do Rio de Janeiro observa desde a metade do século XX que a classe dominante desloca seus bairros residenciais para regiões afastadas da zona oeste- Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, etc. No mesmo período na cidade de São Paulo as elites foram se deslocando para o extremo do sentido sudeste- os “novos ricos” de Granja Viana, Aldeia da Serra, etc.

Movimento que consideramos, como marco inicial, a construção do bairro Cidade Nova em 1997, na gestão de Harry Daijo. **Tal empreendimento obteve, com a construção do conjunto de moradias populares, a remoção parcial de comunidades ribeirinhas localizadas nas margens do Rio Paraná e próximas do antigo centro comercial e financeiro.**

Este processo foi ampliado em grande escala no município na gestão de Paulo Macdonald. Da síntese desse ciclo chegamos à outra face da segregação urbana, que consiste na remoção forçosa ou voluntária de moradores de favelas ou loteamentos populares, que foram e/são deslocados para as regiões Nordeste-Três Lagoas e norte da Vila C. Observamos ao longo das últimas décadas a concentração de trabalhadores de baixa renda e moradores pauperizados nesses territórios a partir da formação dos “novos” conjuntos habitacionais, oriundos de processos de produção em alta escala de moradias populares.

Concluimos que tal processo tem sua gênese urbana na construção do conjunto Cidade Nova – maior remoção registrada do município. Bairro que foi formado a partir de projetos descritos em documentos oficiais como ação de “desfavelamento”. Essa localidade está no meio das regiões norte e nordeste, e se configura como protótipo da “nova” urbanização-desurbanizante do município. Processo que revela um traço de continuidade na produção do espaço urbano, já que essas regiões ficaram delimitadas desde a construção da Usina de Itaipu como áreas receptoras de diversos fluxos de trabalhadores.

Contudo, é no final da década de 1990 com a consolidação do Cidade Nova I e II, que foram construídos na mesma região a Vila Solidária I e II, Loteamento Almada e Loteamento Andradina, praticamente todos esses conjuntos são frutos de famílias que foram “removidas” ou deslocadas de suas áreas de origem. Revelando um duplo movimento de tentativa de apropriação de localizações estratégicas pelas classes dominantes, movimento que depende do desenvolvimento da segregação urbana, mas, da realização da conquista de moradias populares pelas classes subalternas.

Processo que revela também múltiplas faces da luta de classes no município e mostra que apesar de todo recurso, poder e uso da máquina pública e privada pelas elites locais na consolidação dessa cidade desejada, de que essa não se realiza em plenitude. Enquanto as classes dominantes radicalizavam esse movimento de **segregação**, do outro lado da cidade se constituía a maior ocupação urbana do estado do Paraná, o **BUBAS**. Aonde cerca de mil famílias, ocuparam lotes de terras na região do Porto Meira e

construíram suas casas com os materiais que os dispunham, mostrando que de alguma maneira e sobre algumas determinações os pauperizados sinalizam, que a **luta continua na cidade.**

Os trabalhadores estão ao seu modo resistindo e também se apropriando do espaço concebido, interferindo ao seu modo e com as forças que dispõem, agindo, subvertendo e sobrevivendo sobre múltiplas estratégias. Em síntese, **a cidade é socialmente produzida e disputada, enquanto houver interesses antagônicos haverá tensões, contradições e conflitos, a luta de classes se desenvolve na cidade. De todo modo, a história não chegou ao seu fim, e a cada crise capitalista surgem novas fissuras, mostrando que há limites nas reformas e na restauração do edifício capitalista.**

REFERÊNCIAS

- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes. **Reestruturação Urbana E social da Fronteira: Mapeamento e debates**. Retirado de: <https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/Extens%C3%A3o/Reestrutura%C3%A7%C3%A3o%20urbana%20e%20social%20de%20Foz%20do%20Igua%C3%A7u-%20Mapeamentos%20e%20debates.pdf>, 2015.
- AIEX, José Elias; Freitas, Marcelino. **Frentona atas e atos**. Foz do Iguaçu: produção independente, 2008.
- ANDRADE, Luciano. **Análise da distribuição espacial de homicídios juvenis em um município Brasileiro de tríplice fronteira no período de 2000-2007**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação de Enfermagem. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2009.
- ALBURQUERQUE, José Lindomar. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.
- BONETTE, Bianca; Correa, Hugo. **Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.30, n.1, p.35-56, maio de 2009.
- BORJA, Jordi. **Barcelona um modelo de transformação urbana**. Quito: Programa de gestão urbana/ oficina regional para a América Latina y Caribe, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências sociais. A longa duração**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros**. São Paulo: Ed.34, 2000.
- CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: O Globo, 2003.
- CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. Tese de doutorado, Araraquara, São Paulo 2010.
- _____ **Sacoleiros e Laranjas na tríplice fronteira: Um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Cascavel: EduUnioeste, 2011.
- _____ **O turismo em Foz do Iguaçu: as possíveis faces de um mesmo processo**. Retirado de: http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-0/Eric_Gustavo_Cardin_turismo_em_Foz%20do%20Iguau.pdf, 2010.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**, em serviço social e sociedade, nº 112, outubro-dezembro de 2012.

_____ **O social-liberalismo: Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CATTA, Luiz Eduardo. **A Face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira. (1964-1992)** - São Paulo: Blucher acadêmico, 2009.

COLODEL, José Augusto. **Obrageros & companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste Paranaense até 1960**. Santa Helena- Paraná: prefeitura municipal de Santa Helena, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O que é espaço urbano?** São Paulo: editora Ática, 1989.

DAVIS, Mike. **Planeta favela** são Paulo: boitempo, 2006.

DREYFUS, Pablo. **La triple frontera. Zona de encuentro y desencuentros**. In: HOFMEISTER, Francisco Rojas; Solis, Luis Guilherme (org.) *La percepción del Brasil en el contexto internacional: perspectivas y desafíos*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007. Págs.105-133.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FLORESTAN, Fernandes. **A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. 2ª edição, EPSV-editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

_____ **Capitalismo, luta de classes e democracia no Brasil contemporâneo**. In: Silva, Carla Luciana; Callil, Gilberto e Both, Marcio (org.) *Ditaduras e democracias: estudos sobre o poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM editora, 2014.

GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América latina**. 18ª edição, Montevideo-Uruguai: Baferil, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Volume I, coleção universidade livre. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____ **Concepção dialética da história**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 1978.

_____ **Cadernos do cárcere (v.1) Introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedito Croce**. 2ª edição, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2000.

_____ **Cadernos do cárcere (v.2). Os intelectuais o princípio educativo do jornalismo.** Rio de Janeiro: civilização brasileira,2000.

_____ **Cadernos do cárcere (v.3) Maquiavel notas sobre o estado e a política.** Rio de Janeiro: civilização brasileira,2000.

GONZALEZ, Emilio. **Memórias que Narram a Cidade: Experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC / SP, 2005, Dissertação de Mestrado.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** 2ª edição – São Paulo: editora da universidade de São Paulo, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade-7ª edição.** Rio de Janeiro: berthand Brasil, 2012.

HARVEY, David **Condição pos-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

_____ **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: annablume,2005.

_____ **O direito a cidade.** In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** Rio de Janeiro: Companhia das letras, 1998.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** São Paulo, Paz e Terra: 1979.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A cidade do capital.** 2ª edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIMA,Perci. **Foz do Iguaçu e suas histórias.** Foz do Iguaçu: Serzgraf, 2001.

KLEINSCHIMITT, Sandra. **Homicídios na fronteira internacional entre o Brasil e Paraguai:Condiserações sobre Foz do Iguaçu-PR e a região metropolitana de Ciudad Del este.** Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo-PR, 2012.

KOWARIC, Lúcio. **Escritos urbanos.** São Paulo: ed. 34, 2000.

MANARIN, Odirlei. **Peões da Barragem.** 2008. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em história, Universidade estadual do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon, 2008.

MARICATO, Erminia. **Metrópole de São Paulo, entre o arcaico e a pós-modernidade.**in: SOUZA, Maria Adélia. *Metrópole e globalização.* São Paulo: codesp, 1999.

As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias:

Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos, et tal. *A cidade do pensamento Único, Desmanchando Consensos*. 3ª edição, Petrópolis: vozes, 2002.

Brasil, Cidades. Petrópolis: vozes, 2001.

MARINI, Ruy. **Dialética da dependência**, in: Ruy Mauro Marini: vida e obra. Roberta transpadini e João Pedro Stedile (orgs). São Paulo: expressão popular, Pp 221-224, 2005.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da economia política.** Volume I, 13ª edição, tradução Reginaldo Sant'anna, São Paulo: Bertrand, 1989.

O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martins fontes, 1984.

MAZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça. Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** 2ª edição, São Paulo: editora Loyola, 2003.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Breve nota sobre um marxista convicto e confesso.** In: Braz Marcelo (org.) Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil. Pp 51-83. São Paulo: editora expressão popular, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a razão dualista. Ornitorrinco.** São Paulo: editora boitempo, 2003.

PIQUET, Rosélia. **Cidade- Empresa Presença na Paisagem Urbana Brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

POLLACK, Michael. **Memória, silêncio e esquecimento.** Estudos históricos. v.2, Nº 3, p.03-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral.** Projeto História, In: Revista *Projeto História* São Paulo: conferencia dia 15 de abril:1997.

PRADO, Fernando. **Ainda sobre as questões do desenvolvimento.** In: XIX Encontro Nacional de Economia Política - O (neo) desenvolvimentismo em questão, 2014, Florianópolis. Anais do XIX Encontro Nacional de Economia Política.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del este: vidas e vendas num mercado de fronteira.** Tese (Doutorado em antropologia social). Rio de Janeiro, museu nacional, 2004.

- RIBEIRO, Danilo; CARDIN, Eric. **Reforma urbana e Luta de classes: Um estudo dos conflitos urbanos na cidade de Foz do Iguaçu- Paraná.** In: V seminário internacional América Platina. 2014, Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD. *Anais, Dourados-MS, editora: UFGD.*
- RIBEIRO, Maria de Fátima. **Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu, Cascavel-PR,** EDUNIOESTE, 2002.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo; brasiliense,2004.
- SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: Tragédia e farsa.** In: Serviço social e sociedade. São Paulo, nº112, Págs. 672-688, out/dez. 2012.
- SCHIMMELPFENG, Ottília. **Retrospectos iguaçuenses. Narrativas históricas de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu-PR:** Tezza editora, 1990.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **“Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”.** In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – vol. 4, o tempo da ditadura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, págs. 262-263.
- SOUZA, Aparecida Darc. **Formação econômica e social de foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008).** Tese (doutorado em história econômica) –universidade de são Paulo. São Paulo, 2009.
- SOUZA, Edson Belo Clemente. **A Região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional.** Florianópolis/SC: UFSC, Dissertação de Mestrado em Geografia, 1998.
- SOUZA, Marcelo e RODRIGUES, Glauco. **Planejamento Urbano e Ativismos Sociais.** São Paulo: UNESP, 2004.
- THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- VICTAL,Jane; ARAUJO,Adelita. **A urbanização de fronteira e as relações latino-americanas: Estudo de caso das Vilas de Itaipu.**In: Estudos urbanos e regionais. v.13, nº 1, maio de 2011. Págs. 77-91.
- VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra Urbano no Brasil.** São Paulo:estúdio Nobel, 2001.
- _____ **Reflexões sobre as cidades brasileiras-São Paulo:** estúdio Nobel, 2012.
- WACHOWICS, Ruy. **Obrageros, mensus e colonos- história do oeste Paranaense.** Curitiba: editora vicentina, 1982.

VAINER, Carlos. **Pátria, Empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In A cidade do pensamento Único, Desmanchando Consensos. 3ª edição, petropolis: vozes, 2002.

WEBER, Darcilo. **Foz em número.** O mais completo banco de dados estatísticos sobre o município de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu-PR: Camaleão, 2003.

WILIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Documentos oficiais

Plano diretor de desenvolvimento e turismo de Foz do Iguaçu (*PDDT*). Curitiba, 1968.

Cadernos municipais IPARDES. *Caderno estatístico do município de Foz do Iguaçu.*

Foz do Iguaçu: maio, julho de 2006.

Foz do Iguaçu. *Plano diretor municipal. Volume I, avaliação temática e integrada.* Foz do Iguaçu: SMPU, Prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, agosto de 2006.

_____ *Volume II, Participação popular.* Foz do Iguaçu: Prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, agosto de 2006.

_____ *Volume III, Diretrizes e proposições.* Foz do Iguaçu: SMTD, Prefeitura municipal de Foz do Iguaçu, agosto de 2006.

Secretaria municipal de turismo. *Inventário da oferta turística de Foz do Iguaçu.* Foz do Iguaçu: SMTD, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *Cadastro social.* Foz do Iguaçu: 2005, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *Fozhabita.* Foz do Iguaçu: 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *lei de uso e ocupação do solo. Lei complementar nº 115.* Foz do Iguaçu: 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU. *Relatório de atividades da prefeitura municipal de 1984-85 Gestão de Wadis Benvenuto.* Foz do Iguaçu: 28 de fevereiro de 1985.

FOZ DO IGUAÇU (câmara municipal). *Lei orgânica municipal promulgada em 06 de abril de 1990. Dispõem os símbolos do município, hino, brasão e Bandeira, representativos da sua cultura e história.* Disponível em:

<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=8869> acessado dia 02/06/2014.

FOZ DO IGUAÇU (câmara municipal). Lei corredores turísticos nº 2.262, de 25 de novembro de 1999. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/turismo/?idMenu=1292> acessado dia 13/06/2014.

FOZ DO IGUAÇU (câmara municipal). Lei nº 1.660 de 19 de junho de 1992 Aprovado na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Extraído de <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/22050508/inciso-vii-do-artigo-9-da-lei-n-1660-de-19-de-junho-de-1992-do-municipio-de-foz-do-iguacu> . Acessado dia 12/11/2013.

FOZ DO IGUAÇU (câmara municipal). Relatório de ações do *Orçamento Participativo (ROP)*. Foz do Iguaçu: Câmara Municipal, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU E GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Projeto cidade nova*, Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu (COHAFOZ), Companhia de habitação do estado do Paraná- (COHAPAR),. Foz do Iguaçu, 1997.

Sites acessados na Internet

ITAIPU:

<https://www.turismoitaipu.com.br/pt/atracoes/porto-kattamaram>. Acessado dia 21/05/2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10649924/artigo-1276-da-lei-n-10406-de-10-de-janeiro-de-2002> acessado dia 11/09/2013.

DOCUMENTOS REVELADOS:

www.documentosrevelados.com.br/repressao/forças-armadas-perseguição-da-ditadura-ao-jornal-nosso-tempo-de-foz-do-iguacu-parteI. Acessado dia 10/06/14.

SITE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA:

<http://www.ibge.gov.br>. Acessado dia 26/07/14

<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/default.shtm> acessado dia 30/05/14.

CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU:

<http://www.pmfi.pr.gov.br/Portal/VisualizaObj.aspx?IDObj=8869> Acessado dia 02/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

<http://www.pmfi.pr.gov.br/noticia/?idNoticia=33221> acessado dia 23/11/13

CONCIENCILOGIA:

http://www.ceaec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=55. Acessado dia 11/12/14.

<http://www.consciencialucida.com.br/2014/12/cognopolis-plano-diretor-do-bairro-do.html> Acessado dia 12/12/14.

DESTINO TURÍSTICO:

<http://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/novidades/j%C3%A1-na-fase-final-de-obras-hotel-da-conscienciologia-ser%C3%A1-inaugurado-em-outubro?page=42> acessado no dia 10/12/14.

REVISTA VALOR ECONÔMICO:

<http://www.valor.com.br/brasil/3442388/industria-quer-usar-paraguai-contr-china#> matéria publicada no dia 25/02/14. Acessado dia 11/05/2014.

JORNAL GAZETA DO POVO:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/progresso-em-foz-passa-por-nova-ponte-ebd2icybv1cc5mgyyq0486tla> acessada dia 24/11/2014.

INSPEPAR

<http://www.inpespar.com.br/Atuacao+42+305.shtml>. Acessado dia 09/03/2014.

SEMANÁRIO NOSSO TEMPO:

<http://www.nossotempodigital.com.br>

Revistas, periódicos e Jornais

REVISTA PAINEL:

Maio de 1976, nº 28, Foz do Iguaçu-PR.

Julho de 1976, nº 18, Foz do Iguaçu-PR.

Dezembro de 1977, nº 47, Foz do Iguaçu-PR.

Agosto de 1978, nº 58, Foz do Iguaçu,

Junho de 1980, n. 87, Foz do Iguaçu-PR.

JORNAL NOSSO TEMPO:

1ª edição, de 3 a 10 de dezembro de 1980, Foz do Iguaçu-PR.

2ª edição 10 a 17 de dezembro, 1980, Foz do Iguaçu-PR.

3ª edição 24 a 30 de dezembro, 1980, Foz do Iguaçu-PR.

18ª edição 8 a 15 de abril de 1981, Foz do Iguaçu-PR.

28ª edição, 1 a 7 de julho de 1981, Foz do Iguaçu-PR.

77ª edição, 14 de julho 1983, Foz do Iguaçu-PR.

110ª edição, 16 a 22 de março de 1984, Foz do Iguaçu-PR.

386ª edição, 12 a 19 de abril 1990, Foz do Iguaçu-PR.

JORNAL AGORA FOZ:

1ª edição, 1997, de 1º de abril, nº 1, Foz do Iguaçu-PR.

JORNAL DE FOZ:

Jornal de Foz, 12 a 18 de novembro 1992, Foz do Iguaçu-PR.

JORNAL A GAZETA DO IGUAÇU:

03 de agosto de 2003, p.13, Foz do Iguaçu-PR.

10 de junho de 2014, p. 68, Foz do Iguaçu-PR.

ENTREVISTAS:

ALUÍZIO, palmar. 71 anos, Jornalista. Articulador do Jornal Nosso Tempo no Município de Foz do Iguaçu-PR. E diretor do Centro de Direitos humanos e memória popular (CDH-FOZ). Entrevista Realizada no dia 04\02\2014 na sede do (CDHFOZ).

ELIAS, Teófilo. 27 anos, Trabalhador na área da construção civil. Morador do Cidade Nova I, entrevista realizada no dia 11\10\13, no BAR- *home beer*, localizado no CIDADE NOVA II.

ELIZEU, Pirocelli. “Mano zeu”. Idade não declarada. Trabalhador autônomo. Morador do bairro *Cidade Nova II*, Entrevista realizada no dia 21/09/13, em sua residência.

ELZA, Mendes. 55 anos, moradora da cidade nova II, artesã. Entrevista realizada no dia 18\11\13. Na sede da Biblioteca Comunitária do Cidade Nova (CNI).

HARRY, Daijo. Idade não declarada. Empresário e ex prefeito de Foz do Iguaçu (1997-2001). Entrevista realizada dia 20/02/14, em sua residência.

LUIS CARLOS, Kossar. Idade não declarada. Diretor do departamento de informações institucionais da prefeitura Municipal. Entrevista realizada no dia 12/06/14, na sede do departamento de informações institucionais da prefeitura Municipal

PEDRO, aparecido de Souza. 41 anos, Trabalhador no centro de zoonoses em Foz do Iguaçu. Entrevista realizada no dia 11\12\13. Na sede da Biblioteca Comunitária do Cidade Nova (CNI).

MARCELO, Boitura. 27 anos. Filósofo e Comerciante, morador do Cidade Nova II. Entrevista concedida no dia 26/09/13 em sua residência.

MARIA, Inês Batista. 43 anos, diretora do colégio estadual Ipê Roxo. Entrevista realizada no dia 13/11/13, nas dependências do colégio.

MOISÉS, Beira Rio. Idade não declarada. Liderança comunitária, morador do Cidade Nova I, narrativa retirada do projeto memória do Cidade Nova, acervo do Colégio Estadual Ipê Roxo, a entrevista foi realizada em junho de 2012.

SANDRA, Regina de Carvalho. 63 anos, Professora de Português no ensino fundamental e médio do colégio estadual Ipê Roxo. Entrevista realizada no dia 11/02/14, nas dependências do colégio.